

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
COMUNICAÇÃO SOCIAL – HABILITAÇÃO EM RELAÇÕES PÚBLICAS

GABRIEL AUGUSTO CORDEIRO SILVA

**TRANSCOMUNICAÇÃO: Net-ativismo e o poder da comunicação na
conquista de direitos**

São Paulo

2020

GABRIEL AUGUSTO CORDEIRO SILVA

TRANSCOMUNICAÇÃO: Net-ativismo e o poder da comunicação na conquista de direitos

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Relações Públicas pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

Orientadora: Prof.^a Dra.^a Mariângela Furlan Haswani.

São Paulo

2020

Dedicatória

*Em memória de **Amanda Marfree**, ativista trans vítima da COVID-19. Que sua luta esteja sempre presente!*

*Em homenagem à **comunidade LGBT**, que luta arduamente contra o preconceito e por direitos básicos. Este trabalho mostra que a mobilização e a conquista são possíveis!*

Agradecimentos

Esta jornada incrível que passei na **Universidade de São Paulo** não poderia ter sido concluída sem a contribuição de certas pessoas na minha vida. A elas, dedico este trabalho.

Primeiro, eu agradeço ao meu **pai, Daniel Augusto de Souza Silva**, e minha **mãe, Márcia Cordeiro de Souza Silva**, que sempre confiaram em mim e me incentivaram a seguir meus sonhos.

Agradeço também à **sociedade paulista**, que permitiu que eu pudesse me formar de forma gratuita e com qualidade na melhor universidade da América Latina.

Agradeço à minha orientadora, **Prof.^a Dr.^a Mariângela Furlan Haswani**, e ao meu co-orientador, **Prof. Dr. Luiz Alberto Beserra de Farias**, que com muita paciência e carinho, me guiaram na conclusão deste trabalho.

Também agradeço à minha grande amiga, **Thayane Queiroz Santos de Jesus**, por ter me ajudado na empreitada da construção deste trabalho, como também na profunda contribuição na construção do meu eu.

Agradeço também à minha outra grande amiga, **Sushila Vieira Claro**, que foi os meus raios de sol nos meus fins de tarde e noites no CRP.

Agradeço às **sete pessoas entrevistadas**, que me possibilitaram concluir este trabalho.

Por último, mas não menos importante, quero agradecer a **mim mesmo** pelo meu esforço e dedicação em fazer a melhor graduação possível e tentar devolver, com este trabalho, o investimento público feito em mim.

O meu muito obrigado! Foi incrível!!

Resumo

Este trabalho aborda o tema do net-ativismo e sua relação na conquista de direitos para a população trans e travesti, tendo como estudo de caso o projeto Transcidadania da Prefeitura de São Paulo, inaugurado em 2015. Ele tem como objetivo avaliar a atuação na construção e manutenção deste projeto a partir do ativismo digital. Para isto, foi realizado um embasamento teórico nas disciplinas de: esfera pública moderna de Habermas, net-ativismo, direitos humanos, comunicação pública, conceito de gênero e movimentos LGBT; ainda, foi realizada uma pesquisa qualitativa de entrevista em profundidade com ativistas, funcionários e ex-funcionários do governo, que estivessem conectados com a causa trans e/ou relacionados ao projeto Transcidadania. Por fim, de acordo com a pesquisa e sustentado pelas teorias articuladas, o trabalho concluiu que o net-ativismo possui um potencial emancipador e de formação cidadã que vai além da mera construção de políticas públicas junto ao Estado.

Palavras-chave: Net-ativismo; Cidadania; Transexualidade; Transcidadania; Comunicação Pública; Esfera Pública; Direitos Humanos.

Abstract

This work addresses the net-activism subject and its relationship with the rights conquest for travesty and trans population, having as use case the Transcidadania project by São Paulo's City Hall, launched in 2015. It has as a goal to evaluate the acting on the building and maintenance of this project from the digital activism. To achieve this, it was made a theoretical background in the following subjects: modern public sphere by Habermas, net-activism, human rights, public communication, gender concept and LGBT movement; furthermore, it was made a qualitative research based on in-depth interviews with activists, government officials, and former ones that was related somehow to the trans cause and/or the Transcidadania project. In the end, accordingly to the research and sustained by the theories articulated, this work concluded that the net-activism has an emancipating potential and citizen formation that goes beyond the mere public policies building attached to the State.

Key words: Net-activism; Citizenship; Transsexuality; Transcidadania; Public Communication; Public Sphere; Human Rights.

Resumen

Este trabajo aborda el tema del net-activismo y su relación en la conquista de derechos para la población trans y travesti, tiendo como estudio de caso el proyecto Transcidadania de la Prefectura de São Paulo, inaugurado en 2015. Él tiene por objetivo evaluar la actuación en la construcción y manutención de este proyecto a partir del activismo digital. Para eso, fue realizado un embasamiento teórico en las disciplinas de: esfera pública moderna de Habermas, net-activismo, derechos humanos, comunicación pública, concepto de género y movimientos LGBT; además, fuiste realizada una pesquisa cualitativa de entrevista de profundidad con activistas,⁴ funcionarios y exfuncionarios del gobierno, que estuviesen conectados con la causa trans y/o relacionados al proyecto Transcidadania. Por fin, de acuerdo con la pesquisa y sostenido por las teorías articuladas, el trabajo concluyó que el net-activismo posee un potencial emancipador y de formación ciudadana que va más allá de la simples construcción de políticas públicas junto al Estado.

Palabras llave: Net-activismo; Ciudadanía; Transexualidad; Transcidadania; Comunicación Pública; Esfera Pública; Derechos Humanos.

Sumário

Introdução	10
Capítulo 1 – Esfera Pública: Representatividade e Leitura Crítica	13
1.1 A diferença entre público e privado	13
1.2 A esfera pública representativa da Idade Média	15
1.3 O papel da imprensa na gênese da esfera pública burguesa	20
1.4 A burguesia que lê e a ascensão da crítica na esfera pública burguesa	22
1.5 Esfera pública na comunicação de massa	26
Capítulo 2 – Net-Ativismo e Direito à Comunicação	29
2.1 Nova realidade atópica	29
2.2 Movimentos na internet	32
2.3 Direitos Humanos e o direito à comunicação	35
Capítulo 3 – Comunicação Pública	40
3.1 Cidadania e capital social	40
3.2 Características da comunicação pública	42
3.3 Repensar as estratégias de comunicação pública brasileira	49
Capítulo 4 – Gênero e Movimento LGBT	53
4.1 Identidade de gênero	53
4.2 Travestis e transexuais	57
4.3 Movimento LGBT brasileiro	59
Capítulo 5 – Pesquisa e Análise	63
5.1 Metodologia	63
5.1.1 Roteiro de pesquisa para grupo “ativistas”	65
5.1.2 Roteiro de pesquisa para grupo “governo”	66
5.2 Objeto de pesquisa: Projeto Transcidadania	68
5.3 Análise das entrevistas	70
5.3.1 Ativistas	71
5.3.2 Governo	88
Considerações Finais	105
Referências	107
Apêndices	111
Apêndice A – Entrevista Daniela Andrade	111
Apêndice B - Entrevista Érica Malunguinho	133
Apêndice C – Entrevista Márcia Rocha	138

Apêndice D – Entrevista Ricardo Dias	159
Apêndice E – Entrevista Rogério Sottili.....	170
Apêndice F – Entrevista Symmy Larrat.....	185
Apêndice G – Entrevista Tryanda Verenna	198

Introdução

É fato consumado que a internet, ou rede mundial de computadores, tomou nossas vidas e nossa sociedade de uma maneira tal que, hoje em dia, é impossível imaginar a vida em sociedade sem toda essa tecnologia em nosso meio. Alguns, inclusive, ainda insistem em dizer que a internet e as redes sociais são ferramentas de comunicação, mas elas são mais do que isso, na medida em que elas fazem parte do processo comunicacional de forma ativa, gerando e processando dados e informações. Além disso, nossa concepção do eu e nossa formação de sujeitos também é formada e existe no universo digital, como pode ser visto pelo excerto abaixo:

Para McLuhan (2005, p.77), “nesta era da eletricidade, nós mesmos nos vemos traduzidos mais e mais em termos de informação, rumo à extensão tecnológica da consciência”. Ele acredita que as extensões a que os seres humanos se sujeitam quando utilizam tecnologias vão abarcar mais do que ferramentas e “tendo prolongado ou traduzido nosso sistema nervoso central em tecnologia eletromagnética, o próximo passo é transferir nossa consciência para o mundo do computador” (McLuhan, 2005, p.81). O autor explica a essência da tecnologia como extensão do homem quando faz a relação entre demanda por produtos tecnológicos e a real necessidade de se desenvolver tecnologias que sejam úteis a ponto de serem consumidas. (CAETANO *In*: MATOS, 2012, p. 105).

Se a nossa sociedade está vivendo nessa era de conectividade intensa, onde ela existe no mundo físico e no mundo virtual, isso significa que a sociedade é modificada profundamente, principalmente no que tange na comunicação entre si e na comunicação com o governo. Afinal, a internet e as redes sociais abriram um universo de possibilidades para que sejam feitos protestos em prol de pautas que fossem progressistas e pautas conservadoras. Hoje, há um novo jeito de se pensar protestos, e a Primavera Árabe de 2013, movimento reconhecido por ter começado no Twitter e terminado com a queda de vários ditadores em países da Liga Árabe, é um grande exemplo disso. Há um novo fazer ativista e há um novo fazer de política e a pergunta que fica é: como os governos estão lidando com essa nova realidade? Como estão fazendo a comunicação com a população?

Faz-se necessário repensar o jeito como se concebe a comunicação governamental e a comunicação pública. As relações de poder entre Estado e sociedade devem parar de serem concentradas nas mãos de governantes, já que a internet, por sua natureza reticular, tende a equalizar as frequências e as relações de poder dos sujeitos na esfera pública. E, neste sentido, o Estado precisa ser mais aberto, propor o debate e a participação pública na construção de políticas mais adequadas às realidades da população que ele atende.

Aliás, é necessário se perguntar: que população este Estado atende? Quem é considerado cidadão? Sim, porque existem diferenças profundas na sociedade que impedem que algumas pessoas alcancem a alcunha de cidadãs. E nestes casos vêm, por exemplo, a população de travestis e transexuais. De acordo com a ANTRA, Associação Nacional de Travestis e Transexuais, o Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo, passando de 55º lugar em 2018 para o 68º lugar em 2019 no ranking de países seguros para a população LGBT. E não para por aí: segundo o dado do próprio Senado Federal, a expectativa de vida de transexuais no Brasil é de 35 anos, o que corresponde à metade da média nacional. Ainda, de acordo com a ONG *Transgender Europe* (TGEu), o Brasil mata mais que o triplo do segundo colocado no ranking de assassinatos de pessoas trans, o México.

Os números poderiam continuar que escancaram a violência. Além do mais, não é tão somente o assassinato em si, mas o que marca bastante no Brasil é o modo de como esses assassinatos são feitos, como aponta este relato:

— Meu sofrimento é pela crueldade da forma como ela foi morta. Se tivessem me dito que ela tomou um tiro e morreu, seria mais fácil, não ter de lidar com a perda, mas aceitar. Eu sofro muito a ausência dela e o meu coração está envenenado com ódio, porque eu penso como um ser humano consegue chegar ao ponto de queimar uma pessoa, carbonizar uma pessoa, sendo que aquela pessoa tem uma mãe. Eu dizia para as amigas dela: “Nunca esqueçam, vocês têm uma mãe em casa esperando”. (AGÊNCIA SENADO, 2017).

É difícil pensar que pessoas que são violentadas nestas condições são consideradas cidadãs pelo Estado e a sociedade. Os homicídios nefastos são ainda completados pela falta de escolaridade devido à transfobia, levando-as à prostituição compulsória para sobreviver, uma vez que seus corpos, apesar de abjetos, também

são objetificados. Elas vivem nesse ciclo de mortes, prostituição e drogas que é muito difícil de sair, apesar da luta ativista em prol de ter direitos básicos estar avançando, como a conquista do uso do nome social pela Resolução do CNJ de nº 270/2018, que dá prerrogativas de garantia do uso do nome social em órgãos públicos e privados.

É neste contexto, neste cenário, que a seguinte pergunta se faz pertinente: como essas novas formas de existir e atuar em sociedade se fazem presentes na medida de criar diálogo com o Estado, garantidor e concedente de direitos, para que ele atue na criação, manutenção e promoção de políticas públicas afirmativas em prol de pessoas marginalizadas, especialmente travestis e transexuais?

A pergunta acima é uma pergunta interessante e este trabalho pretende analisar a concretude desta relação dialógica, se é que ela existe, dentro de um estudo de caso, tendo por objeto o projeto Transcidadania da Prefeitura de São Paulo, inaugurado em 2015 pela gestão Fernando Haddad (PT – Partido dos Trabalhadores). A partir da análise deste caso específico e localizado, pretende-se abrir espaço para o questionamento das possibilidades existentes e reais que esta nova realidade confere na conquista de direitos e uma sociedade mais solidária e isonômica.

Capítulo 1 – Esfera Pública: Representatividade e Leitura Crítica

1.1 A diferença entre público e privado

Para tratar do conceito de esfera pública, convém destrinchar o conceito da palavra “público”. Este vocábulo possui diversos significados: ele pode se referenciar a algo que possui acesso universal, como uma praça pública; pode significar também algo que não tenha, necessariamente, acesso universal, mas sim algo relativo ao poder estatal, em outras palavras, o poder público; por fim, pode significar também algo ou alguém de importância tal para a sociedade que sua imagem se torna pertinente a todos os envolvidos, portanto, uma imagem pública, uma representação pública – o conceito de reputação também entra aqui.

É interessante notar que, em todos os seus significados, a palavra “público” se articula de uma tal maneira que entrega aos substantivos que se relaciona uma conotação de caráter geral, de interesse social em comum, algo que tem a ver com a sociedade como um todo. Não é à toa, por exemplo, que é um vocábulo muito utilizado para designar algo relativo ao Estado. Como Habermas (2011, p.94) diz: “Ele [Estado] deve esse atributo à publicidade de sua tarefa: cuidar do bem comum público de todos os concidadãos”. Em outras palavras, se o Estado é essa entidade que possui a prerrogativa de gerir o bem comum de todos os seus contribuintes (cidadãos), conferir-lhe o adjetivo de público é mais do que coerente: é necessário.

Tendo em vista o conceito de público destrinchado em seus significados mais gerais do senso comum, é pertinente tratar o significado que esta palavra tem quando se relaciona com as palavras “esfera” e “opinião”. Afinal, é a partir da constituição da esfera pública e da opinião pública, sobretudo do embate entre o público e o privado, que a própria palavra “público” se constituirá nos idiomas europeus ao final da Idade Moderna. Para Habermas:

Com tudo isso, nem sequer tocamos ainda no uso mais frequente da categoria, no sentido de uma opinião pública, de uma esfera pública indignada ou informada – são significados que estão associados ao público, à publicidade e ao tornar público. O sujeito dessa esfera pública é o público como portador da opinião pública; a publicidade está relacionada à função crítica desse público, como, por exemplo, na esfera pública das audiências nos tribunais. No entanto, no âmbito dos meios de comunicação de massa, a publicidade mudou seu significado. De uma função de opinião pública passou

a ser também um atributo daqui que atrai a opinião pública para si: as *public relations*, os esforços recentemente denominados de “relações públicas”, que estão orientados para a produção dessa *publicity*. (HABERMAS, 2011, pags. 94 e 95).

Neste excerto, o autor traz vários conceitos primordiais para o propósito deste trabalho. Ele traz a questão da esfera pública como um espaço onde ocorre a publicidade, ou seja, o ato de tornar público. É a esfera pública onde ocorre a publicação dos fatos, é o espaço onde o coletivo se informa e se interage entre os diferentes públicos e seus interesses. E é este ato de tornar público que confere aos cidadãos a categoria de “sujeitos”, ou seja, de agentes que são portadores da opinião pública.

Este é um ponto nevrálgico da discussão. Os cidadãos são sujeitos, são pessoas que agem nessa esfera pública e agem por serem informados e, de acordo com o público que estão inseridos em virtude dos seus interesses, eles irão agir sobre essa informação, posicionando-se politicamente com a sua opinião. A opinião desse público só pode ter sido formada por conta da publicidade dos fatos. É ela que confere aos cidadãos essa pecha de sujeito, de agente. Alguém só pode ser um sujeito social e/ou político se tiver acesso aos recursos que lhe permitirá construir uma opinião pública; e a publicidade (ato de tornar público) é a condição *sine qua non* para que haja esses recursos, para conferir essa categoria de sujeito ao ser social. Esse processo é fundamental para as discussões posteriores deste trabalho.

A própria esfera pública se apresenta como uma esfera – o domínio público se contrapõe ao privado. Às vezes, o domínio público aparece simplesmente como a esfera da opinião pública, contraposta até mesmo ao poder público. Conforme o caso, são considerados “de esfera pública” os órgãos do Estado ou também os dos meios de comunicação de massa, que, como a imprensa, servem à comunicação no público. (HABERMAS, 2011, p. 95).

Nesta citação, Habermas apresenta o público como oposição ao privado, até mesmo como uma oposição ao poder público, estatal. Percebe-se então que a esfera da opinião pública é uma grandeza que perpassa os outros significados de público discutidos no início deste trabalho. Ela se refere ao coletivo, por isso em oposição ao privado, do indivíduo. E ela se contrapõe ao poder público pois, apesar de ser pública, é a opinião pública que contestará o poder estatal para que este satisfaça as suas demandas. Ora, se o Estado deve zelar pelo bem comum, é óbvio que o Estado deve

pautar suas operações burocráticas, legislativas, administrativas, fiscais, enfim, todo o seu aparato em prol das vozes que ecoam da opinião dos seus cidadãos. É aqui que reside o poder dos sujeitos portadores de opinião pública, é por isso que podemos chamá-los propriamente de sujeitos, pois é a opinião pública que os torna agentes transformadores da política e, por conseguinte, da transformação social. Pode-se traçar o pressuposto de que a dinâmica Estado/sociedade passa por essa dinâmica de embate entre poder estatal e o poder da opinião pública.

Ao final do excerto, Habermas apresenta que a esfera pública não é formada pelos sujeitos cidadãos e o Estado. A mídia de comunicação de massa e a imprensa também fazem parte dessa esfera. De fato, é a mídia que desempenhará o papel de tornar pública as informações e propiciará aos sujeitos a possibilidade de formar a sua opinião de forma crítica primeiramente e, com advento da mídia de massa, fazer com que os sujeitos consumam as informações e assimilem a opinião pública. É notório que, independentemente de uma função ou de outra, é a mídia que se apresenta como ferramenta que estabelece o caráter de sujeito ao ser social, é através da comunicação que se reconhece a relevância daquele indivíduo na sociedade, ou melhor, é pelo acesso à essa mídia que este ser tem meios de se tornar sujeito social.

1.2 A esfera pública representativa da Idade Média

A Idade Média (476 – 1453) na Europa é um período interessante de se debruçar para analisar a gênese do conceito de representação. Naquela época, a sociedade era organizada por feudos, que eram lotes de terra de propriedade de um senhor feudal e neste lote habitavam e trabalhavam os seus servos (camponeses), que realizavam trabalhos agrícolas e pecuários para a subsistência do feudo. Não havia um poder centralizado, mas sim descentralizado, onde o domínio era exercido por cada senhor feudal em seu respectivo feudo. Como disse Habermas (2011, p.99): “Sem dúvida, também nesse ponto a organização econômica do trabalho social faz da casa do senhor o elemento central de todas as relações de dominação.” Esta organização socioeconômica estrutural deu-se o nome de feudalismo.

Por conta destas condições de organização social que não há divisão clara entre o público e privado. As relações entre os suseranos (senhores feudais) e vassalos (camponeses e servos), apesar de ser uma relação de dominação, não era

uma relação em termos contratuais, formais ou até mesmo jurídicos. Isto provoca involuntariamente uma união do público e do privado. Como explica Habermas e Brunner:

Há “soberanias” baixas e altas, “prerrogativas” baixas e altas, porém não há um *status* estabelecido pelo direito privado, seja de que maneira for, a partir do qual pessoas privadas possam, por assim dizer, distinguir-se na esfera pública. [...] O poder doméstico não é uma dominação privada nem no sentido do direito civil clássico nem no sentido do direito civil moderno. Aparecem algumas dificuldades quando essas categorias são transpostas para as relações sociais, que não fornecem uma base para uma separação entre esfera pública e domínio privado:

se compreendemos a terra como a esfera do público, então estamos tratando o poder exercido na casa e pelo senhor da casa como um poder público de segunda ordem, que, certamente, é um poder privado em vista da terra a qual está subordinado, porém, num outro sentido, não é privado se consideramos a ordem moderna do direito privado. Assim, parece-me mais esclarecedor entender que as capacidades de domínio “públicas” e “privadas” se fundem em uma unidade indivisível, de modo que ambas resultam de um poder único, estão presas à terra e ao solo e podem ser tratadas como direitos privados legítimos. (HABERMAS, 2011, págs 99 e 100, apud BRUNNER, 1943, p. 386).

Habermas traz a questão de que, ainda que haja diferenciação de poder entre os senhores dos feudos, a posse da terra em si não os diferenciava entre eles. Isso se faz em oposição à esfera pública helenística, onde o *pater famílias* que dominava a esfera privada da sua casa (*oikos*) conseguia a diferenciação (*aristoiein*) entre os seus iguais (*homoioi*) pela prática do debate (*léxis*) na ágora da *pólis*. Esta dinâmica se torna basilar para o direito civil clássico e vai se efetivar no direito civil moderno no advento do Renascimento. Contudo, no período medieval, esta prática não é possível porque o poder feudal estava restrito ao seu feudo e, portanto, não havia articulação e deliberação política entre iguais dentro daquele domínio específico. É isso que explica o desfalecimento do princípio do direito civil clássico e, sobretudo, a falta de *status* pela posse da propriedade privada.

Brunner leva essa questão para o seguinte corolário: se não podemos chamar o poder feudal de doméstico pelo significado de propriedade privada nos tempos modernos, e não podemos chamá-lo de público, já que o poder está atrelado à terra

onde se circunscreve as relações sociais (especialmente as relações de dominação e de trabalho social), isso leva a crer que não existia uma separação entre esfera pública e domínio privado, formando uma unidade indivisível. Tudo se resume à posse de terra do senhor feudal, que é legítima. Ela é o começo e o fim das relações de trabalho e da vida em conjunto, é pelas relações de suserania e vassalagem que se legitima essa posse e essa dominação.

Se as estruturas daquela sociedade estão circunscritas no feudo, se é dentro deste território que as relações de dominação e de trabalho se estabelecem, como se organizava esse espaço? Quais eram os significados que o senhor feudal possuía e que os camponeses possuíam?

O domínio é público, *publica*; o poço, a praça do mercado são acessíveis publicamente e para o uso comum, *loci comunes*, *loci publici*. A esse *Gemeinen* [comum], que etimologicamente é associado ao bem comum ou público (*commonwealth*, *public wealth*), opõe-se o que é *Besondere* [particular]. É o que é separado no sentido do que é privado, que ainda hoje usamos ao equiparar interesses particulares e interesses privados. *No entanto*, no quadro da constituição feudal, o particular se refere *também* àqueles que eram distinguidos por direitos particulares, com imunidades e privilégios. Nessa perspectiva, o excepcional, o particular, constitui o núcleo da dominação feudal e, conseqüentemente, “do que é público”. [...] – o homem comum sem patente, sem a particularidade de um poder de comando que era interpretado como “público”. Nos documentos oficiais da Idade Média, *herrschaftlich* [senhorial] é usado como sinônimo de *publicus*; *publicare* significa requisitar em nome do senhor. (HABERMAS, 2011, págs. 100 e 101)

Pela unidade entre o que é público e o que é privado, Habermas traduz estes elementos no contexto medieval. Ele apresenta uma ambivalência no significado destes conceitos, a saber: é público todo o espaço que tem acessibilidade e uso universal, como também a dominação feudal encapsulada nos privilégios senhoriais e personificada nos próprios senhores; o particular, por sua vez, são os espaços de uso privado ou individual, como também os direitos particulares da suserania. Aparentemente, aqui se encontra um paradoxo, pois ao passo que a característica que confere ao senhor feudal o caráter de homem público é justamente um direito que lhe é particular. Todavia, é essencial entender que esses direitos privados conferem o caráter de público, em outras palavras, os senhores feudais são tão importantes pela dominação da terra onde se organiza a vida comunal, que eles são o poder

público em si mesmos; não apenas representam, como são o poder público, são o bem comum.

Este é o conceito fundamental da **esfera pública representativa**, sua coluna vertebral. É a incorporação do domínio da terra pelo senhor feudal e sua demonstração de forma pública. Ele só é público porque ele é tão importante que representa o bem comum na sua dominação e é o próprio bem comum. Isto explica o fato de que não se representa nada de forma privada, nem nada que seja de pouco valor. A representação da dominação feudal se faz perante o povo subordinado, esta é a “publicidade” da época que era exclusiva do senhor feudal. A “publicidade” medieval, numa extrapolação do conceito, consistia na demonstração do *status* senhorial, do seu domínio.

É importante salientar que esta esfera pública representativa nada tem a ver com a representação do poder público que se conhece hoje. Claro que é possível dizer que certas rugosidades do conceito de representação medieval permanecem atualmente (só se representa o que ou quem tem importância), só que naquele período, os senhores feudais não tinham a intenção de representar o povo, ele não exercia o poder público estatal que se conhece dos tempos contemporâneos, onde o governante eleito representa a vontade dos eleitores e da nação. Nesta época, nem o conceito de Nação havia sido constituído. A representatividade aqui é única e exclusivamente atrelada à demonstração e exibição do domínio feudal e de sua personificação no lorde da terra. Não há qualquer tipo de relação entre isto e as demandas populares, o povo serve tão somente como espectador.

O desdobramento da esfera pública representativa está ligado a atributos da pessoa: insígnias (emblemas, armas), hábitos (vestimentas, penteado), gestos (modo de saudar, postura) e retórica (formas de falar, discursos formais em geral), em suma, a um código rigoroso de comportamento “nobre”. Durante a Alta Idade Média, esse comportamento nobre se cristaliza em um sistema de virtudes cortesãs, uma forma cristianizada das virtudes aristotélicas cardeais, em que o heroico é suavizado no cavalheiresco e senhorial. É significativo que o aspecto físico não tenha perdido inteiramente seu significado em nenhuma dessas virtudes – a virtude deve ser incorporada, deve poder se apresentar publicamente. (HABERMAS, 2011, págs. 103 e 104).

A esfera pública representativa se realizava num código linguístico de nobreza. Linguístico no sentido de linguagem, que engloba, mas vai além da verbal, um conjunto de signos que possuíam como significado a nobreza, a dominação feudal. Hábitos, roupas, insígnias, discursos, qualquer atributo físico e/ou comportamental que conseguisse personificar a representação no senhor feudal. Estes signos tentam trazer elementos que remetam a virtudes que o Cristianismo estabelece para que alguém seja virtuoso, moral e imaculado. Valores como justiça, resistência, prudência, fortaleza etc., que primeiro vêm de Aristóteles e depois são readaptados dentro da teologia cristã que estabelece uma moral e distingue os homens sob essa perspectiva. Somente um significante que simbolize uma ou mais virtudes que será digno o suficiente para estabelecer uma relação simbiótica com o significado de poder público do senhor feudal, formando o signo que o representa.

É vital neste contexto que o senhor feudal consiga trazer para o campo físico a dinâmica representativa. É na sua pessoa, inclusive no seu próprio corpo, que o suserano irá representar o seu poder. As virtudes e o poder feudal são corporificados naquele detentor do feudo. Quando se faz essa amarração com algo físico (o corpo do senhor feudal), é possível trazer para o campo material e físico questões metafísicas como poder, virtudes e moral. O senhor feudal passa a ser a moral, passa a ser a virtude e passa a ser o poder, tudo isso se torna tangível e visível. Se estas questões e valores são trazidas para o campo físico e corpóreo, não existe uma delimitação espacial onde a representação desse poder e dessas virtudes ocorrerá. A esfera pública representativa acontece em todo lugar, em todo o tempo, encapsulada na pessoa do senhor feudal. Portanto, o poder é o senhor feudal, tudo que ele faz, veste, diz, gesticula etc.

Esta configuração encontra seu apogeu na época do Renascimento; e, após diversos eventos históricos, como a Reforma Protestante e o caráter humanista que eclode no século XV, a esfera pública representativa vai esmaecendo. No entanto, suas rugosidades permanecem até hoje, principalmente no que tange ao significado de representação pública. Mais adiante, a própria esfera pública burguesa vai utilizar desse significado de representação que vem da Idade Média quando se fala em representação política e pública, e nas mudanças que esta esfera pública sofre, o ideal permanece. Somente o que é realmente importante é representado e sua

representação deve ocorrer de forma pública. Pode-se entender, portanto, que grupos que são marginalizados não merecem representação no poder público.

1.3 O papel da imprensa na gênese da esfera pública burguesa

Com as grandes movimentações ocorrendo na transição da Idade Média para a Idade Moderna, uma nova tecnologia comunicacional surge: os jornais, mais precisamente, os jornais políticos. Assim como os correios surgiram como um sistema de correspondências privadas sobre notícias dos mercados e dos comerciantes, o jornal surge como um boletim de notícias do Estado. Ele circulava também de forma privada, noticiando eventualidades da administração pública, tais como: os impostos, as assembleias parlamentares, guerras, notícias do comércio internacional etc.

Por mais que esses jornais políticos noticiassem eventos da administração pública, ou seja, do Estado, eles não tinham *a priori* a publicidade. Não era todo o compêndio dessas informações que chegavam ao grande público, à sociedade. O jornal manuscrito continha o conjunto de todas as informações; só depois que estes jornais passassem pelo crivo oficial estatal (censura) e pelo crivo não oficial dos comerciantes, que era impresso e ia para o público. O jornal impresso, porém, era limpo de todas as notícias de cunho político e/ou econômico, noticiando apenas casos de desastres naturais, incêndios, doenças e coisas do gênero.

No decorrer do tempo, esse material passou a crescer em publicidade. A imprensa passou a ganhar um público cada vez maior. Uma das principais razões disso foi a transformação das notícias em mercadorias:

A circulação de notícias não se desenvolve apenas vinculada às necessidades de circulação das mercadorias: as próprias notícias se transformam em mercadorias. Por isso, o noticiário profissional é submetido às mesmas leis do mercado, a cujo surgimento deve sua própria existência. Não é por acaso que os jornais impressos se desenvolvem muitas vezes a partir das mesmas agências de correspondência que já cuidavam dos jornais manuscritos. Toda informação epistolar tem seu preço; por isso, é natural querer aumentar o lucro pela ampliação das vendas. É por esse motivo que uma parte do material de notícias disponível já era impressa periodicamente e vendida anonimamente e, com isso, ganhava publicidade. (HABERMAS, 2011, p. 126).

Os comerciantes da época, percebendo que havia um interesse na audiência sobre a circulação das notícias, transformam as notícias em mercadorias, onde sua circulação era monetizada. Isso já era previsível, uma vez que parte desse material que saía manuscrito das agências de correspondência (agências de correio) eram impressos e vendidos anonimamente, tomando para si uma audiência cada vez maior. Uma vez que se tem a notícia virando mercadoria, precificada e vendida, quanto maior for a sua publicação, maior será o seu lucro, mas a consequência disso é que os públicos na sociedade começam a ser informados a partir do consumo deste material.

O segundo motivo para a imprensa começar a sair do círculo privado e ganhar as caras na sociedade foi o seu uso como uma ferramenta útil para a administração pública, como Habermas descreve:

Entretanto, o peso maior estava no interesse das novas autoridades que começavam a tornar a imprensa útil para os objetivos da administração pública. Conforme a administração pública se serve desse instrumento para anunciar ordens e decretos, os destinatários do poder público começam a se tornar propriamente o “público” [*Publikum*]. No começo, os jornais políticos informavam das viagens e dos retornos do príncipe, da chegada de personalidades estrangeiras, festas, “solenidades” da corte, nomeações, e assim por diante. Vinculadas a essas notícias da corte, que poderiam ser interpretadas como uma espécie de transposição da representação na nova forma da esfera pública, apareciam também “os decretos do soberano pra o bem dos súditos”. A imprensa logo começou a ser posta sistematicamente a serviço dos interesses da administração pública. (HABERMAS, 2011, págs. 126 e 127).

Esta segunda razão que levou a imprensa a ter mais notoriedade pela sociedade é particularmente interessante. A administração pública percebeu o potencial que a imprensa tinha de informar aos seus súditos, visto que eram governos absolutistas, como eles regiam bem a coisa pública. Mais do que isso, como a corte era bem-sucedida em proporcionar glória à Nação, em realizar bailes e banquetes suntuosos, e assim por diante. A faustosidade dessa corte era posta nos jornais impressos aos olhos da população. Aqui temos quase que uma replicação do modelo da esfera pública representativa medieval, adaptada aos novos tempos. Era o meio pelo qual o Estado absolutista via de representar o seu poder, seu domínio, a si próprio perante a nação construída; construir o ideal de Estado forte e centralizado nas mãos

do rei, figura esta que é magnânima. Mais uma vez, é o Estado que ganha protagonismo no meio linguístico, e dessa vez no meio escrito, para demonstrar poder, já que ele que merece essa importância e quer estabelecê-la no seio social.

Aqui também surge um novo significado de público. Público é tudo que tem relevância o suficiente para ser representado e levado para conhecimento geral, de acordo com o desenvolvimento medieval; público é também tudo aquilo que concerne ao poder estatal, poder público, conforme o desenvolvimento dos Estados-Nação e do mercantilismo. Neste contexto, público também passa a significar o grupo que é receptor dessas informações estatais, da ordem da administração pública. É uma parte da sociedade que é, agora, informada sobre o andamento do Estado e dos resultados objetivos que os governantes colimaram nos seus planejamentos. Evidentemente que essas informações tinham um tom propagandístico de vangloriar a corte real, no entanto, deve se levar em consideração que uma parcela da população está tendo acesso a uma informação e a está circulando entre os seus, já que o jornal é uma mercadoria que pode ser comprada. Ao passo que a corte estatal vê no jornal a possibilidade de assentar e consolidar seu poder em torno de si e perante a nação, ela abre também os caminhos para a capacidade crítica da sociedade.

1.4 A burguesia que lê e a ascensão da crítica na esfera pública burguesa

O jornal político que era publicado periodicamente e que chegava para sociedade, não chegava para o homem comum, para os homens trabalhadores. Ela chegava para um certo grupo de cidadãos de estamentos mais cultos, que conseguiam ler e depreender os fatos que ali eram narrados. Neste grupo, integravam sujeitos pertencentes a um novo perfil de burgueses que começam a se sedimentar na sociedade. Eles eram grandes comerciantes, banqueiros, editores, médicos, professores, manufatureiros etc., basicamente, pessoas que ou estavam relacionadas aos estamentos mais cultos ou mesmo comerciantes que tinham grande poder de capital financeiro e acumulavam cada vez mais.

Esse público não pode mais ser integrado como um todo à cultura aristocrática do fim do Barroco, como foram, em sua época, os grandes comerciantes citadinos e os funcionários públicos de cultura aristocrática das cortes italianas do Renascimento. [...]

A autoridade provoca uma ressonância nessa primeira camada atingida e reivindicada pela política mercantilista, que permite ao público [*publicum*], o oponente abstrato do poder público, ter consciência de si mesmo como um adversário, como o público [*Publikum*] da agora emergente *esfera pública burguesa*. (HABERMAS, 2011, p.130)

Esta nova burguesia não foi integrada às cortes aristocráticas conforme fora o perfil de burguesia que a precedeu. Justamente por conta dos interesses crescentes de capital, do desenvolvimento da interdependência entre os mercados, e da necessidade cada vez maior de uma gestão eficiente da administração pública, sobretudo pela regulamentação e incentivo de certas profissões, este novo perfil burguês viu-se como contraposto ao Estado, como uma outra esfera, percebendo-se a si mesmos como um público com determinados interesses e que deveria exigir do Estado seus direitos. Isto gera uma zona conflituosa entre os interesses de um público privado, que possui um grande poder político, com o poder público estatal de fato.

Por fim, forma-se uma esfera crítica não em torno dos famosos códigos sobre a indumentária, mas em torno das taxações e impostos, e em particular da interferência pública no governo privado da casa: com a escassez de cereais, foi proibido por decreto o consumo de pão nas noites de sexta-feira. Como a sociedade contraposta ao Estado, por um lado, delimita claramente um domínio privado separado do poder público, e, por outro, a reprodução da vida ultrapassa os limites do poder privado doméstico, convertendo-se em assunto de interesse público, a zona de conforto administrativo contínuo se torna uma zona “crítica” também no sentido de que provoca a crítica de um público que discute mediante razões [*räsonierenden Publikum*]. (HABERMAS, 2011, págs. 131 e 132).

Estes novos e grandes comerciantes, banqueiros, donos de indústrias, enfim, este novo perfil da burguesia que estava em ascensão não pode ser assimilado pela corte aristocrática. E não o pode porque, diferentemente da primeira leva de comerciantes do final do período feudal, esta categoria não tem um modo de produção conservador, de economia fechada e de pequena escala, relacionada de forma estrita com os estamentos feudais. Ao contrário, agora esses capitalistas produzem em larga escala, têm uma demanda cada vez maior de acúmulo de capital e exige do Estado uma administração pública que permita o trâmite eficiente de suas atividades capitalistas.

É interessante notar até mesmo como Habermas pôs, no excerto acima, a mudança desse relacionamento (HABERMAS, 2011, págs. 131 e 132): “Por fim, forma-se uma esfera crítica não em torno dos famosos códigos sobre a indumentária, mas em torno das taxações e impostos, (...)”. Isto é muito simbólico, principalmente porque faz referência à época da esfera pública representativa medieval, onde o código linguístico, inclusive a indumentária, era forjado para dar publicidade ao poder do senhor feudal, um poder doméstico, mas pela sua importância, merecia publicidade de toda forma semiótica possível. Agora, as demandas desta classe são outras, são sobre os impostos, são pela administração pública, é pelo o quanto o governo interfere na reprodução da vida desse público. Até mesmo o que se passava dentro das casas, assunto privado, ganhou relevância pública, uma vez que as ações desta nova burguesia impactavam a vida de toda a sociedade, mas somente o Estado (poder público) detinha a legitimidade de regulamentar a vida privada em nome da coesão social.

Toda este empoderamento da burguesia sobre as questões estatais só foi possível pela imprensa. Os jornais políticos daquela época começaram a incutir críticas e resenhas sobre a administração pública, não somente um compilado de fatos. Isto dava a oportunidade para este público a capacidade se reconhecer como tal e criticar racionalmente sobre o que ocorria na sociedade e debater com o poder público a respeito das suas demandas.

No decorrer da primeira metade do século XVIII, a discussão mediante razões [*Räsonnement*] chega à imprensa diária com o chamado “artigo erudito”. A partir de 1729, quando também a *Hallenser Intelligenzblatt* publica, além de assuntos informativos, artigos eruditos, resenhas de livros e, de vez em quando, “um relato histórico voltado para a atualidade, esboçado por um professor”, o rei da Prússia se vê compelido a assumir as rédeas desse desenvolvimento. A discussão mediante razões fica, como tal, subordinada à regulamentação. Todos os catedráticos das faculdades de Direito, Medicina e Filosofia devem enviar “ao diretório de anúncios, a tempo e no máximo até quinta-feira, um comentário especial, escrito em estilo puro e claro”. Em geral, os eruditos devem compartilhar “com o público verdades que possam ser aplicadas”. Nesse ponto, os burgueses se encarregam ainda de formular as ideias do soberano, mas que logo serão as suas próprias e se voltarão contra o soberano. Em um escrito de Frederico II, em 1784, afirma-se:

Uma pessoa privada não está autorizada a emitir juízos *públicos*, especialmente juízos desaprovadores, sobre as ações, os procedimentos, as leis, as regulamentações e os decretos do soberano e da corte, de seus servidores estatais, colegiados ou tribunais, ou tornar públicas ou divulgar por meio impresso as notícias que chegarem até ela sobre essas atividades. Uma pessoa privada não está capacitada para essa avaliação, pois lhe falta o conhecimento pleno das circunstâncias e dos motivos. (HABERMAS, 2011, págs. 132 e 133, apud SCHÖNE, 1924, p. 77).

Interessante observar que, à medida que a imprensa começa a publicar os chamados artigos eruditos, começa a criticar e resenhar sobre a ação estatal na gestão da coisa pública, indo de acordo com os interesses desse público burguês, a realeza daquele período começa a se sentir ameaçada pelo poder que a imprensa está entregando à essa burguesia. A mesma imprensa que, outrora, esta mesma realeza confiara como ferramenta para exibir o seu poderio e passar a ideia de integração de Nação em volta da Coroa. Então, ela passa a censurar a ação desta imprensa e começa a querer averiguar os conteúdos que vão ser publicados antes de o serem para mitigar os danos que aquele conteúdo pode fazer para a reputação da Coroa e como eles podem articular essa burguesia.

Entretanto, o poder dado pela imprensa para a burguesia já está se consolidando, apesar dos esforços. Vale destacar também que o final do século XVIII estava justamente vislumbrando o início da Revolução Industrial na Inglaterra e o Iluminismo como movimento filosófico na França, Inglaterra e Países Baixos, e a própria Revolução Francesa de 1789. São fatos históricos relevantes para serem levados em consideração, sobretudo pela valorização da razão nas análises da realidade, no objetivismo proposto e nas novas demandas tecnológicas e financeiras que o capitalismo exige em prol do desenvolvimento de si mesmo e da própria classe burguesa. A esfera pública burguesa, principalmente o papel da imprensa, acompanha esse movimento revolucionário e permite que a burguesia se reconheça como um público possuidor de identidade e demandas específicas, como também uma nova organização estatal que esteja mais adequada à realidade capitalista que desponta no horizonte.

1.5 Esfera pública na comunicação de massa

No final do século XIX e durante todo o século XX, a humanidade assiste o despontamento das mídias (jornal, TV, rádio, cinema etc.) com uma pujança excepcional. O aceleramento do capitalismo e o enriquecimento cada vez maior da burguesia faz com que as mídias, que outrora eram fonte de informação crítica de formação cidadã e política, passassem também a ser palco das propagandas burguesas.

Este movimento é particularmente notável com a imprensa em primeiro lugar. Os jornais europeus começam a serem vistos como empresas e mercadorias, principalmente quando o empresariado começa a ver neles uma grande fonte para anúncios.

A história dos grandes jornais diários na segunda metade do século XIX mostra que a imprensa se torna manipulável à medida que se comercializa. A partir do momento que a venda da parte que é redigido interage com a venda da parte dos anúncios, a imprensa, até então uma instituição de pessoas privadas como público, torna-se uma instituição de determinados participantes do público como pessoas privadas – ou seja, torna-se porta de entrada de interesses privados privilegiados na esfera pública. (HABERMAS, 2011, p. 402).

Com o avanço do capitalismo e das tecnologias desenvolvidas por ele, o mercado jornalístico se expande, bem como a sua audiência e é na medida da sua expansão, que os interesses do mercado capitalista são propagados em seus editoriais, virando uma mídia de massa. Os interesses privados da burguesia são repassados para a população com um caráter institucional, uma vez que o próprio Estado, na medida que as agências de notícia crescem e se organizam, tenta oficializá-la, como aconteceu com a Reuters no Reino Unido.

O próprio espaço que a imprensa destina aos anúncios torna a imprensa uma mídia de comunicação de massa e, em certa medida, podemos dizer que refeudaliza a esfera pública no tocante à questão da representação: estes anúncios vendem um estilo de vida para as classes mais baixas, não apenas o produto em si, ou seja, as pessoas vão consumir produtos que as iguale às classes mais altas no âmbito simbólico. A imprensa passa a ser, então, formadora de consumidores na esfera pública, abandonando seu caráter politizador da gênese da esfera pública burguesa.

O “cultivo da opinião” distingue-se da propaganda pelo fato de se valer da esfera pública expressamente como esfera pública política. Os “reclames privados” voltam-se então para outras pessoas privadas, na medida em que se interessam como consumidoras; o destinatário das *public relations* é a “opinião pública”, são as pessoas privadas como público e não como consumidores imediatos. O emissor esconde suas intenções comerciais no papel de alguém interessado no bem público. A influência dos consumidores adota as conotações da figura clássica de um público de pessoas privadas que discutem mediante razões, aproveitando-se de sua legitimação: as funções tradicionais da esfera pública são integradas à concorrência de interesses privados organizados.

[...]

Ainda se pode falar de um outro sentido, mais preciso, de refeudalização da esfera pública. Aquela integração do entretenimento de massa com a propaganda, que na forma de *public relations* já assume um caráter “político”, submete o próprio Estado ao seu código. Pelo fato de as empresas privadas sugerirem aos seus clientes a consciência de que são cidadãos do Estado por meio de suas decisões de consumo, o Estado precisa “dirigir-se” aos seus cidadãos como consumidores. Assim, também o poder público recorre à *publicity*. (HABERMAS, 2011, págs. 415 e 419).

Há um retorno de certo modelo da esfera pública burguesa clássica com o advento da prática de relações públicas no começo do século XX. O público, que antes era visto somente como consumidor que precisava ser impactado tão somente pelos anúncios, é convidado a questionar o posicionamento político das empresas privadas que consomem. Este questionamento envolve a discussão mediante à razão com seus pares, sendo as empresas, por sua vez, convidadas a se posicionarem na esfera pública para além dos seus interesses comerciais privados, se engajando em causas de bem público. Entretanto, a cidadania fica restrita ao consumo, antes direto, agora na opinião mais bem amadurecida para, no final das contas, consumir. Ser cidadão nesta nova realidade é ter poder de compra.

Em resumo, a esfera pública burguesa do século XX, que precede a ascensão da internet e das redes sociais, se configura da seguinte forma: um público que consome a informação e a cultura em meios massificados; a despolitização do debate em prol do consumo; sujeito cidadão pelo consumo; mimetização representativa das altas classes por meio das compras; engendramento do capitalismo na mídia, onde

grandes corporações burguesas passam seus valores e cultura de forma recorrente e hegemônica; grandes conglomerados de mídia que se tornaram grandes anunciadores. Vale destacar que a indústria cultural também é daqui, produzindo filmes, peças, musicais etc., que visam alienar o debate da emancipação social e política das classes mais baixas por meio do consumo cultural.

Capítulo 2 – Net-Ativismo e Direito à Comunicação

2.1 Nova realidade atópica

No final do século XX até os dias de hoje, a humanidade vivencia uma nova era na tecnologia e na comunicação. Com o advento da internet, *smartphones* e o uso pessoal dos computadores (*personal computers*), que dispensavam o usuário do saber de programação, começou a desenhar uma nova realidade muito diferente daquela de antes ou dos tempos modernos. De fato, esta nova era ficou ainda mais pujante quando, em meados da década de 2000 (já no século XXI), surgiram as redes sociais (Orkut, My Space, Facebook, Twitter, Instagram etc.). Estas possibilitam aos usuários conectar-se com qualquer pessoa em qualquer lugar do mundo, associar-se com quem bem entender e externar a sua identidade de maneira livre, expressando vontades políticas, sociais, e assim por diante.

É importante, contudo, entender que estas novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) são mais que meras ferramentas de *chat* interpessoal: elas reconfiguraram toda a percepção de humanidade, sociedade, tempo, espaço e de nós mesmos. Para se entender isso, é necessário resgatar um pouco como era o contexto comunicacional durante a época da comunicação de massa: existiam os grandes grupos de mídia, que emitiam as mensagens às pessoas, porém não existia a possibilidade de retorno dos receptores; a comunicação era unilateral e *top-down* dos grupos que tinham poder para a população; esta comunicação unilateral permitia que se pudesse realizar uma narratologia cronológica causal dos fatos, ou seja, o discurso era estruturado dentro de uma narrativa espacial bem delimitada e de causa-consequência, com início, meio e fim. Em contraste, a rede

liga, ao mesmo tempo, várias entradas ou pontos (que podem ser indivíduos, nós de relações, *sites*, arquivos etc.), pois é composta pelo cruzamento de linhas mediante interconexões múltiplas. Assim, o modelo reticular não se coaduna com a causalidade clássica linear e determinista nem com o “esquema causal” utilizado nas teorias de comunicação de massa. [...] Na rede, em que vigora a interatividade, a causa pode, por efeito de retorno, torna-se consequência e, inversamente, aquilo que rompe a irreversibilidade da sequência linear; logo, não há fluxo causal, porque a casualidade já não é irreversível. As noções de causa, efeito e consequência não se mantêm. (BABO. In: DI FELICE, PEREIRA, ROZA (orgs.), 2017, págs. 78 e 79).

O contexto da rede é descrito por Deleuze (2011) como *Aiôn*, que em contraste a *Chronos*, não possui nem tempo, nem o espaço: ele é instantâneo e prescinde da matéria. Isto significa dizer que a realidade de hoje não comporta mais a sequência de causa-consequência, ela é extratemporal, cíclica e sincrônica.

No *Aiôn*, o presente nada mais significa que um instante matemático, um tempo dos “acontecimentos-efeitos”, eternamente infinito, neutro, desvinculado da matéria, dela independente, tornando-se forma vazia, sem limites ou definições. Tempo em que o presente define os acontecimentos do mundo; no *Chronos*, tal presente é o tempo das ações, instante em que irrompem suas causas, momento em que o mundo se atualiza em uma constância definível e mensurável: aqui o tempo é “cíclico, mede o movimento dos corpos e depende da matéria que o limita e preenche” (*ibid.*) (JÚNIOR. In: DI FELICE, PEREIRA, ROZA (orgs.), 2017, p. 130).

As redes, então, proporcionam essa ruptura cronológica e espacial, na medida em que as relações e a troca que ocorrem nelas acontecem de forma instantânea, simultânea, sem um espaço ou território definido. Neste sentido, temos um novo habitat social, que vai além do urbano e além do humano, quando entendemos que as ações na esfera pública acontecem neste formato de rede e engendrando atores humanos e não-humanos (o que Tesnière vai chamar de “actantes”).

A atopia não é um novo tipo de espaço nem um território simulacro. É mais do que isso: de fato, a atopia poderia ser definida como uma pós-territorialidade no sentido de que ela vai além das formas físicas do espaço, substituindo-as por uma forma informativa digital e transorgânica (...). O habitat atópico se faz por hibridação – tanto transitória e fluida – de corpos, tecnologias e paisagens; como o advento de uma nova tipologia de ecossistema que não é nem orgânica nem inorgânica, nem estática, nem definível, mas informativa e material. (DI FELICE, 2010b, p. 34).

O excerto acima deixa claro que este novo habitat, esta nova realidade, é configurada por uma miscelânea de actantes humanos e não-humanos dentro da rede, que vivem num pós-espaço, um espaço que vai além do físico e que é, sobretudo, ecológico, pois se baseia nas mais variadas relações informacionais que ocorrem no seu seio, de forma tal que o fluxo comunicacional é totalmente interligado. É neste sentido que o conceito de actante de Tesnière (1965) é importante, já que “os actantes são os seres ou as coisas que, de algum modo, mesmo a título de simples figurantes e da forma mais passiva, participam do processo”. Isto significa dizer que perdemos o

caráter antropocêntrico do agir, ou seja, a centralidade que as ações do homem configuravam na realidade; agora, passamos a considerar também as ações feitas por *softwares*, robôs virtuais, *machine learning*, *IoT (internet of things)*, entre tantos outros artefatos que são inanimados, no sentido de não terem vida, mas atuam na rede, emitem, processam e recebem informações. O espaço deixa de ser o físico, o urbano, e passa também a ser na rede, propiciando uma expansão jamais vista do habitar, ou seja, vive-se nas cidades e também no mundo virtual, o que Di Felice chama de atopia.

Inegável dizer também que esta atopia propiciada pelas redes delega uma nova experiência à humanidade, uma nova maneira de ser. Dentro de uma perspectiva individual, é sabido que os sujeitos são formados na esteira de suas experiências e relacionamento com o meio e a cultura. Quando este meio é complexo, reticular e atemporal, os sujeitos serão formados a partir das informações que recebem, que emitem, que compartilham, das que processam, enfim, deste emaranhado de uma teia de informações e actantes que os ajuda a formar as suas identidades.

Vale lembrar também que o advento da internet e das redes sociais empoderou a sociedade de uma maneira geral a permanecer sempre conectada entre si e ter contato com diferentes vozes na esfera pública, quebrando com o paradigma institucional da esfera pública moderna. Afinal, as vozes, os discursos, as narrativas, os dados, que reverberam hoje na rede de forma sincrônica e a-espacial (atópica), rompem com a lógica emissor-receptor: no novo contexto de rede, todos emitem para todos, todos recebem de todos, todos devolvem para todos. E, por ser em formato de rede, as hierarquias de discursos são muito mais tênues e quebradiças do que antes: atualmente, com uma câmera e um tripé, qualquer pessoa pode se tornar uma influenciadora da era digital, sem necessariamente pertencer ao Estado ou a algum conglomerado de mídia tradicional.

Aliás, como na rede não há linearidade e não há interior e exterior, porquanto ela se estende em todas as direções e a não linearidade do espaço se reverte numa percepção da não externalidade do observador, é de imersão que se trata. A imersão na rede é correlativa à não existência do interior e exterior, podendo-se dizer que não se está dentro ou fora da rede, mas ligado ou desligado. (BABO. *In*: DI FELICE, PEREIRA, ROZA (orgs.), 2017, p. 80).

Este paradigma que o contexto reticular atópico propõe é essencial para este trabalho. Na rede, os indivíduos não podem sair dela, sempre estarão dentro da

mesma, numa imersão atópica. É interessante notar também aqui a perda do caráter antropocêntrico do agir e do ser, na medida em que a internet e as redes sociais não são meras ferramentas facilitadoras da ação humana, elas fazem parte da ação e, sobretudo, o ser humano existe dentro delas. Nossos dados, nossos sentimentos, nossas opiniões, enfim, as informações que nos caracterizam e identificam estão presentes nas redes, sobretudo em perfis de redes sociais, de maneira tal que os *smartphones*, aparelhos onde se dão o maior número de acesso às redes sociais, são carregados para todo lado, virou um objeto de extremo valor pessoal e sentimental, pois nele contém, de fato, uma extensão do “eu” do próprio proprietário. Isso é a clara amostra que se existe nos espaços físicos, mas também no virtual e que essa hibridização e relação simbiótica ocorre a todo o tempo de maneira imersiva.

2.2 Movimentos na internet

O ativismo e os movimentos sociais existem muito antes da internet e tinham como prerrogativa a associação coletiva para denunciar a exploração capitalista. O caráter marxista e revolucionário desses movimentos perdurou por muito tempo e eram, até meados do século XX, protagonizados por partidos e sindicatos desta causa operária. A partir dos anos 1980, com o advento da pós-modernidade a partir do fim da Guerra Fria, surgem novas pautas destes movimentos sociais, que ainda denunciavam uma estrutura de poder, mas não tinham como objetivo, necessariamente, a queda do sistema capitalista. É aqui que surgem movimentos como: feminista, LGBT, ambientalistas etc. Isto significa dizer que a cara dos movimentos sociais passa a ser mais heterogênea e comportando um maior número de problemáticas pelas quais as pessoas associavam-se para resolvê-las. Vale ressaltar que estes movimentos sociais não tinham, necessariamente, um viés institucional e uma luta pelo poder das instituições, o adversário sempre era de caráter social.

A partir dos anos 1990, as coisas mudam de figura. O advento da internet e, nos anos 2000, das redes sociais, propiciaram aos movimentos uma capacidade de ação e mobilização jamais vista. Com a internet, não há sequer a obrigatoriedade de um palanque, praça, ou quaisquer espaços físicos e tudo pode ser feito em tempo real com qualquer pessoa de qualquer lugar do mundo. Este fenômeno é bastante exemplificado no movimento *Black Lives Matter* (do inglês, “Vidas Negras Importam”),

realizado em meados deste ano (2020), onde o estopim foi o assassinato de um civil negro nos Estados Unidos por um policial. O vídeo da ação policial viralizou (teve inúmeros compartilhamentos na rede de forma veloz), a população se engajou e protestos antirracismo se espalharam ao redor do mundo. Isto trouxe ao debate o racismo estrutural nesses países e levaram algumas cidades europeias a derrubarem as estátuas de personalidades históricas que foram notadamente racistas. É inimaginável pensar essa dinâmica ativista de pujança global sem a internet permeando esse processo.

Entretanto, Earl e Kimport (2011) também argumentaram que existem muitos novos modos de usar a internet para apoiar protestos, incluindo apoiar movimentos inteiramente *on-line*, que eles chamaram de “e-movimentos” (*e-movements*).

[...]

Mesmo quando os movimentos não são inteiramente organizados *on-line*, Earl e Kimport (2011) notaram que ainda era possível cortejar participação *on-line* em ativismo por meio de hospedagem ou conexão para formas *on-line* de engajamento como petições *on-line*, campanhas via *e-mail*, e outras semelhantes. De fato, os ativistas podem até participar de formas muito perturbadoras de participação *on-line*, como ataques distribuídos de negação de serviço, nos quais os servidores-alvo são bombardeados com solicitações até que se sobrecarreguem e fiquem indisponíveis para o tráfego normal (Beyer 2014; Cloward e Piven 2001). Earl e Kimport se referem a todas essas ações – bastante convencionais ou muito agressivas – como “e-táticas” (*e-tactics*). (EARL. In: DI FELICE, PEREIRA, ROZA (orgs.), 2017, p. 54).

Deste excerto, podemos inferir que os e-movimentos são aquelas mobilizações que acontecem no plano virtual de modo a realizar um protesto por uma causa. Estes movimentos não costumam ficar restritos ao plano virtual, culminando geralmente na ocupação destes militantes do espaço urbano físico e geralmente simbólico. É o caso da Primavera Árabe de 2013, ou o *Black Lives Matter* de 2020. A internet propicia a associação destes ativistas, o debate dentro de uma perspectiva mais global, um número maior de pessoas engajadas, de formas tais que o movimento acaba indo para as ruas da cidade.

As e-táticas, por outro lado, são táticas eletrônicas que procuram fazer ações através de campanhas de *e-mail*, petições online, até mesmo vírus, *hackers* e ataques

de DDoS (*Distributed Denial of Service*, do inglês, ataque de negação de serviço em inglês), que significa uma enxurrada de acessos aos servidores-alvo, de forma que ele não comporte o volume e pare de funcionar. As e-táticas chegam a ser até mais comuns que os e-movimentos, porque elas são mais pontuais e rápidas de serem feitas. Não requerem um constante debate, uma constante associação e monitoramento desta associação, um engajamento mais profundo etc. As e-táticas podem ser realizadas na queda de um servidor, na assinatura de um abaixo assinado, numa contribuição de uma plataforma de arrecadação de fundos, entre outras. Cabe ressaltar, no entanto, que as e-táticas podem estar contidas num e-movimento.

É de realçar que, nas redes digitais, a separação entre informação e mobilização se esbate, assim como se verifica uma passagem progressiva de mobilizações inseridas num quadro político, partidário e ideológico para formas individualizadas de expressão de ideias, sentimentos, opiniões e de “comprometimento expressivo” sem estrutura partidária ou sindical (Cardon e Granjon 2013). Há como que uma individualização das mobilizações informacionais, graças às novas tecnologias, que reconfiguram as práticas de ativismo, que passam a estar marcadas pela ausência de porta-vozes, de líderes e de organizações sociais estruturadas a convocar e coordenar as manifestações. (BABO. *In*: DI FELICE, PEREIRA, ROZA (orgs.), 2017, p. 84).

Esta é uma grande contribuição da internet que rompe com a maneira de se fazer ativismo de antes da internet. O empoderamento que as redes sociais propiciaram para os indivíduos contribuíram para que qualquer pessoa pudesse agir na esfera pública, sobretudo ser o porta-voz de seu posicionamento político, sem a necessidade de uma liderança. Com isso, partidos e sindicatos, que antes eram os cânones da articulação ativista, vão perdendo relevância na arena de articulação na esfera pública, cedendo lugar aos indivíduos, que se articulam por conta própria e se politizam sem o aval institucional. Aliás, como diz Paquot (2009), “uma ciberdemocracia será acompanhada de práticas mais ou menos tradicionais de debate político *in situ*.” Ou seja, ter-se-á a organização das ações públicas na internet, mas o espaço urbano físico é para onde ela se dirigirá, atuando nesse interstício que há entre os espaços físicos e virtuais na atopia.

2.3 Direitos Humanos e o direito à comunicação

Quando se fala do net-ativismo, é necessário esmiuçar um pouco a questão dos Direitos Humanos, sobretudo no que tange ao direito de liberdade de expressão e de comunicação, para que se possa enxergar o direito que povos minoritários possuem de terem voz na esfera pública.

Antes de mais nada, é preciso contextualizar historicamente os Direitos Humanos. Eles se solidificam no pós-Segunda Guerra Mundial, num momento em que o mundo experienciava um trauma deixado pelas atrocidades que foram cometidas durante a guerra. Na tentativa de impedir que isso ocorresse novamente, a ONU (Organização das Nações Unidas), que também foi criada nesse contexto como um pacto entre os países, elabora a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948. Este documento assinado pelos países-membros vinha nessa prerrogativa de definir o que era o ser humano, quais os direitos invioláveis que ele possuía, dentro de uma perspectiva social, cultural e econômica. A título de exemplo, o direito à vida consta desta Carta, conferindo-lhe ainda mais seu caráter universal.

No entanto, é necessário ir um pouco mais a fundo na questão: em que medida os Direitos Humanos são universais? Afinal, as pessoas têm diferenças entre si, sobretudo quando falamos de várias sociedades de diferentes culturas. O direito à propriedade privada, por exemplo, não deve ter nenhum significado para tribos africanas. E, se não têm significado, não podemos chamar as pessoas pertencentes a essas tribos de pessoas? Há de se pesar a problemática da declaração da ONU, que foi feita por países vencedores da guerra sob a ótica capitalista e, portanto, assumiram que seus sujeitos eram universais, devido à hegemonia que possuíam na geopolítica global.

É interessante notar também a problemática que há na questão na formação dessa declaração por esses países-membros. Na medida em que eles impuseram no documento a sua ideia de homem (aqui no sentido de humanidade), eles também colocaram o seu ideal de sociedade, ou seja, a sociedade capitalista. Note-se que em 1948, a indústria cultural, a comunicação de massa, estavam a pleno vapor. As mídias perpassavam a ideia do consumismo de forma constante, fossem por meio das peças publicitárias (que ficaram muito mais arrojadas após as propagandas nazistas e soviéticas), fossem pelos produtos culturais do cinema, da música, do rádio etc. Era-

se alguém quando se consumia. Ao final, você era contemplado pelos Direitos Humanos quando você tinha poder de consumo.

É evidente que o poder das grandes mídias e das grandes empresas não foi embora de forma definitiva com o advento da internet. Na verdade, a internet e as redes sociais possibilitaram que essas grandes empresas obtivessem dados sensíveis e particulares dos seus consumidores e dos seus potenciais consumidores, permitindo-as que obtivessem uma comunicação muito mais assertiva e customizada para incentivar o consumo de seu público-alvo. Existem banco de dados que armazenam e analisam esses dados segundo a segundo, conforme os sujeitos existem na esfera virtual.

Este “malestar de la dualidad” debe ser planteado desde la perspectiva del derecho a la comunicación. Es habitual que el derecho a la comunicación esté en el debate político; de hecho, en muchas de las ocasiones en los que nos encontramos discusiones en los medios de comunicación de masas, las conversaciones se dirigen en torno a la libertad de expresión, contra elementos sancionadores de los estados a la libertad de empresa, de opinión. Pocas de las veces se dedican espacios en los medios privados a tratar cuestiones relacionadas con temas como la diversidad, la democratización de los espectros radioeléctricos, la manipulación de la información por intereses empresariales, la concentración de medios, las posibilidades de profundización democrática a través de proyectos culturales comunicacionales. El derecho a la comunicación es tratado como un derecho privado, del individuo, a ser informado y a informar, pero no como derecho colectivo de desarrollar procesos de luchas por la dignidad para alcanzar sociedades más justas e igualitarias, por tanto, como un derecho humano transformador, de acción, que debe ser garantizado como derecho fundamental. (BARRAGÁN y ABELLÁN. *In*: CABALLERO *et al.*, 2018, p. 100).

Barragán e Abellán trazem para discussão justamente a ideia de que por mais que a internet e as redes sociais arrefeceram a penetração das práticas capitalistas e a transformação da internet também para uma lógica de consumo, o net-ativismo deve quebrar essa lógica e possuir em seu seio a diversidade e a politização da esfera pública. Inclusive, eles falam do direito à comunicação, o que consta na Declaração, de uma forma de um sujeito da indústria de massa: totalmente passivo e com o direito a ser informado, mas não de informar, não de instruir, não de debater de forma que leve à construção de uma nova sociedade.

Para fazer uma crítica a este modelo neoliberal de concentração das mídias em prol do consumo e pensar o direito à liberdade de expressão de uma perspectiva emancipadora, Barragán e Abellán continuam:

Todas estas continuas declaraciones ponen el acento en la libertad de expresión no como de hecho estamos acostumbrados desde la óptica liberal de libertad de empresa, y sus atropellos sobre dicha libertad de expresión, sino en dar voz a los que tradicionalmente han estado excluidos, ofrecen la posibilidad de marcos normativos donde se proteja la diversidad cultural y no solamente a las corporaciones que han estado disfrutando de la concentración y monopolio de los medios de comunicación, reservándose el derecho a la libertad de expresión, muchas veces confundido con la libertad de empresa en el neoliberalismo (Sierra, 2013). (BARRAGÁN y ABELLÁN. *In: CABALLERO et al.*, 2018, p. 111).

É necessário pensar o direito à liberdade de expressão, o direito à comunicação desde esta perspectiva crítica à perspectiva neoliberal de mercado, ou seja, o direito de ser informado pelas grandes mídias em prol do ideal burguês e da manutenção do *status quo*. Principalmente, neste novo contexto em que as novas mídias propõem uma articulação mais democrática das vozes, o empoderamento de grupos minoritários se faz possível, já que estas narrativas não-hegemônicas conseguem se fazer ouvir e reverberar na esfera pública atópica.

Para que os grupos excluídos e marginalizados participem da sociedade de forma ativa, o diálogo é essencial. O debate das diferenças e a pluralidade e diversidade das vozes é vital para a educação popular. Neste sentido, a comunicação vem como uma ferramenta emancipatória da condição de marginalidade que estas pessoas estão sujeitas.

Dentro de uma esfera estatal e quando concebemos um Estado Democrático de Direito, o direito à informação e à transparência dos dados é essencial, mas não basta por si só. Para que haja políticas públicas afirmativas e crítica a um Estado que não olha para questões de exclusão social, o direito das minorias de vociferar e reverberar as suas críticas deve ser garantido. Afinal, a democracia exige participação política de todos os seus cidadãos e, na medida em que as mídias se democratizam com a internet, a possibilidade de participação popular se expande e precisa ser garantida.

Partiendo de una concepción ampliada de los conceptos de cultura y comunicación en el marco de la sociedad de la información, el papel de estas en los procesos de desarrollo no es otro que el de expandir y equilibrar el acceso y la participación de la gente, tanto en un nivel macro (transformaciones en el sistema mundial de información y en las políticas nacionales de comunicación) como micro (experiencias de comunicación popular donde los actores sociales participan en la construcción de espacios alternativos), con el fin de asegurar, además de beneficio materiales, la justicia social, la libertad para todos y el gobierno de la mayoría. (GÁLVEZ In: CABALLERO *et al.*, 2018, p. 127).

Em prol de garantir esses direitos participativos da população excluída dentro do seu relacionamento com o governo e sua capacidade de associação para construção de espaços alternativos de militância e ativismo, é imprescindível que: o Estado garanta que todos tenham acesso aos recursos, ou seja, computadores, *smartphones*, internet etc.; que haja uma educação para o uso destas novas tecnologias, sempre pensando em meios de tornar a comunicação neste ambiente mais criativa; e uma prática de coordenação e cooperação em rede em prol do desenvolvimento da comunidade. Como Sierra (2019) diz:

Así, «el e-government (o gobierno electrónico) y las redes electrónicas comunitarias parecen ubicarse en los extremos de la tensión existente entre dos tendencias. En la primera de las prácticas, se enfatiza la profusión de canales de comunicación entre el gobierno y los ciudadanos bajo la impronta de la eficacia y eficiencia de la gestión estatal. Se fortalece así la visión del ciudadano en tanto beneficiario y consumidor de servicios públicos. En la segunda, los canales de comunicación entre ciudadanos y gobierno están orientados a fomentar la deliberación pública como fundamento de la participación política, y a maximizar las posibilidades de satisfacción de las demandas. O sea que, mientras la primera tiende a racionalizar la política, esto es, llevarla al terreno de la sociedad civil, asimilándole al mercado, la segunda tiende a politizar a la sociedad, recuperando el sentido de la acción» (Rueda, 2006: 28). (SIERRA, 2019, p.183).

Neste excerto, o autor explicita bem o caráter neoliberal que o próprio Estado tem quando informa suas ações e faz políticas públicas: os seus cidadãos são consumidores. Mesmo dentro da dinâmica das redes, o Estado permanece numa postura hegemônica e de que seus cidadãos são meros consumidores dos seus serviços, sem direito à voz (ou *feedback*). As redes, no entanto, nos permitem operar

numa outra lógica, uma lógica mais participativa e colaborativa. É crucial, para tanto, que haja acesso aos recursos e à educação de como agir na rede de forma comunitária para gerar movimentos e participação popular. O diálogo é emancipatório e a comunicação é a esfera que o permite acontecer, logo uma comunicação dialógica é emancipatória das minorias e essencial em qualquer democracia.

O poder individual que as redes sociais e a internet conferem torna muito fácil para que ela faça a digestão do individualismo e de deglutição dos discursos neoliberais a favor da lógica de mercado. No entanto, elas também podem ser usadas para o inverso, para que haja mais participação popular e que todos tenham o direito e poder de existir na esfera pública, corroborando com a democracia e ajudando a construir uma sociedade mais crítica e emancipatória. Para tanto, a problematização da Declaração Universal dos Direitos Humanos é fundamental, na medida que se pensa estes direitos desde uma perspectiva crítica e os ressignifique em prol da luta das minorias, adequando-os também à nova realidade de rede comunicacional.

Capítulo 3 – Comunicação Pública

3.1 Cidadania e capital social

Antes de analisar a questão da comunicação pública, é necessário passar pelos conceitos de **cidadania** e **capital social**, que são essenciais para entender como a comunicação pública opera, especialmente nos dias de hoje e com as minorias. De acordo com Kunsch (2012):

É importante lembrar que cidadania se refere aos direitos e às obrigações nas relações entre o Estado e cidadão. Falar em cidadania implica recorrer a aspectos ligados a justiça, direitos, inclusão social, vida digna para as pessoas, respeito aos outros, coletividade e causa pública no âmbito de um Estado-nação. Ela pressupõe, conforme um dos autores clássicos dos primeiros estudos de cidadania, Tomas H. Marshall (1967), conquistas e usos dos direitos civis (“liberdade pessoal, liberdade de expressão, pensamento e crença, o direito de propriedade e de firmar contratos válidos e o direito à justiça”); políticos (“como o do voto e do acesso ao cargo público”); e sociais (“que vão desde o direito a um mínimo de segurança e bem-estar econômico, até o direito de participar plenamente da herança social e de viver a vida de um ser civilizado, de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade”) (Kunsch, 2007). (KUNSCH *In*: MATOS *et al.*, 2012, p. 16).

É interessante salientar aqui que Kunsch traz um aspecto fundamental da cidadania que diz respeito à conquista de direitos. Ela traz que a cidadania é um processo de conquista e isso vale muito no que diz respeito às populações minoritárias. Destaca também um caráter institucional, como se a cidadania fosse outorgada pelo Estado para que a pessoa tenha o direito civil de pertencer à sociedade, de existir nela, de ter direitos e de ter voz. Lembrando também que existem obrigações a cumprir, numa relação bitonal entre Estado e cidadãos, onde cada um possui a sua carga de direitos e deveres a cumprir. É essencial, portanto, que esta pecha de cidadão seja conferida a toda a população, de forma que ela participe ativamente da vida pública.

Para o capital social, a seguinte definição se apresenta:

De uma maneira geral capital social pode ser compreendido como relações sociais que são influenciadas por valores considerados intangíveis e subjetivos, tais como: a solidariedade, a cooperação, o respeito, o fortalecimento dos laços sociais e a confiança recíproca, fatores que

promovem aos envolvidos se perceberem como iguais politicamente. Diante deste contexto os indivíduos tendem a direcionar suas ações em benefício de causas coletivas. (FINO, *In: MATOS et al.*, 2012, p. 365).

O capital social prescinde de uma relação dos indivíduos dentro da sociedade. Esta relação confere um conjunto de valores que são compartilhados em torno dos quais se vale a luta coletiva em prol de certas causas. Para que esta relação ocorra, é necessário que os indivíduos pertencentes à esta sociedade se vejam como iguais, ou seja, cidadãos. Uma questão que possui grande capital social, à título de exemplo, é a causa da pedofilia e como a sociedade realmente se solidariza e se projeta contra a causa do abuso infantil. Outras causas não possuem tanto apelo ao capital social, como a causa das pessoas trans que, *a priori*, nem são vistas como pessoas.

O capital social também traz uma questão muito importante a ser levantada: apesar da rede permitir a interação e reverberação de várias vozes na esfera pública, nem todas as vozes reverberam na mesma potência e, portanto, são ouvidas de forma equânime. Há grupos, principalmente institucionais (empresas, Estado, intelectuais, especialistas etc.) que são dotados de mais recursos e possuem um poder de influência muito maior para fazer suas narrativas ecoarem na sociedade. Isto significa dizer que seus capitais social e cultural são muito maiores do que aqueles grupos de fora do corpo institucional e, portanto, possuem maiores chances de influenciar o comportamento e o pensamento da sociedade dentro da esfera pública devido à esta hegemonia.

Os grandes produtores de informação impõem-se na esfera pública política através de seu profissionalismo, qualidade técnica e apresentação pessoal, ao passo que os atores coletivos e movimentos sociais, que operam fora do sistema político e de organizações e associações formais, têm normalmente menos chances de influência conteúdos e tomadas de posição quanto às políticas públicas de comunicação. A sociedade civil e a esferas públicas possibilitam uma muito para movimentos políticos e sociais não margem de ação limitada institucionalizados, pois a formação de uma sociedade “dinâmica” de pessoas privadas só seria possível em um contexto de cultura política livre e de uma esfera privada intacta, baseada num mundo da vida racionalizado (Habermas, 2003, p.104). (NOGUEIRA, *In: MATOS et al.*, 2012, p. 317).

É necessário que haja, portanto, ações por parte do Estado que coíbam essa concentração de capital social e de influência na população, equalizando-a e permitindo que ela tenha poder de participação na política e na esfera pública como um todo.

O conceito de capital social puxa um outro conceito que é o de *advocacy*. Para a literatura, *advocacy* significa “uma ação de comunicação e, mais especificamente, de *comunicação pública*. Trata-se de uma prática de convocação e de construção de propósitos comuns em busca da formação de sentidos compartilhados relativos a assuntos de interesse coletivo.” (KOÇOUSKI, *In*: MATOS *et al.*, 2012, p. 81). É necessário, portanto, que a causa possua um grande capital social para que a sociedade se mobilize e requeira da administração pública a solução em forma de política pública para ela. Isto é diferente de *lobby/lobbying* que é quando se requer da administração pública a concessão de interesses particulares. Advogar por uma causa é, necessariamente, uma causa de interesse público.

3.2 Características da comunicação pública

Quando se pensa em comunicação pública, pensa-se muito no Estado e no seu papel de garantidor de uma comunicação dialógica com a sociedade para manter a cidadania da população ativa e operante. Esta noção vem do Estado de Bem-Estar Social, que é uma evolução do conceito de Estado de Direito.

O Estado de Direito vem de uma premissa liberal, onde o Estado não intervém na economia e que o mercado iria, por si só, se autorregular. Ao Estado, cabia tão somente a tarefa de conceder, sob lei, a liberdade civil. No entanto, no decorrer dos anos, a não intervenção do Estado nas relações privadas, especialmente no que concerne à relação empregado-empregador, fez com que se insurgisse vários movimentos sociais que estavam insatisfeitos com este *establishment*, isto é, com a ideia proposta; afinal, o mercado aprofundou as desigualdades e direitos mínimos não eram assegurados, privilegiando a camada burguesa, detentora dos meios de produção.

É neste contexto que surge o Estado de Bem-Estar Social, para apaziguar os ânimos dos insurgentes contra a ordem capitalista vigente. Neste contexto, o Estado iria intervir nas relações privadas, nas relações de burguês-proletário, a fim de

conceder direitos sociais mínimos e uma maior justiça social, para que a estrutura capitalista não fosse tão declaradamente desigual e uma insurgência maior contra o sistema não prevalecesse. Ao Estado, então, coube o papel de manter a ordem capitalista, com uma maior justiça social, entendendo que ele deveria olhar para os mais oprimidos do sistema e lhes garantir direitos básicos para que exercessem a sua cidadania.

Dentro do contexto de Estado de Bem-Estar Social, é possível falar de *accountability*. Este conceito, que antes era denominado como transparência, na verdade se trata de “uma concepção que envolve “a necessidade de proteger os cidadãos da má conduta burocrática” e que guarda relação com os direitos do cidadão, conforme Anna Maria Campos”. *Accountability*, termo que vem do inglês, significa tomar responsabilidade sobre as ações e ter uma boa razão para isso, cumpri-las de forma satisfatória. É notório que o Estado, dentro dessa perspectiva de garantidor de direitos sociais, seja *accountable* de proteger os seus cidadãos de processos e ações que visam a tomada dos seus direitos. Então, é lógico concluir que quanto maior a *accountability* que um Estado possui dentro do seu território, mais fortalecida é a sua democracia, pois os processos que impediriam a participação popular desta democracia são mitigados por esse próprio Estado de forma orgânica.

É nesta esteira também que se fala da falta de transparência que o Estado e o governo podem assumir, ainda que haja a prerrogativa moral de transparência. Inclusive, as novas tecnologias corroboraram para que houvesse uma maior participação popular, sobretudo um maior acesso aos dados que são públicos, e uma maior demanda desta população para que os dados do governo ficassem disponíveis.

Porém, verificamos que, para a comunicação estatal/governamental, tecnologia é um valor relativo porque a abertura desses canais dependerá de vontades políticas sazonais, se não estiver contemplada em algum dispositivo legal. Assim, mesmo o portal mais perfeito de governo, poderá omitir informações, permanecer desatualizado por meses, não retornar as mensagens deixadas nos campos apropriados (fale conosco, ouvidoria etc.): a tecnologia estará lá, presente, avançada, mas sem os conteúdos e a atenção que lhes dariam vida. (HASWANI, 2010, p.108).

A *accountability* tem tudo a ver com isto. Um Estado que deixa a transparência dos dados governamentais para a população ao sabor dos governos de ocasião é um

Estado que possui uma fraca democracia, portanto uma fraca *accountability*. O que é ainda pior, é ele possuir os recursos de informática para informar a população e deixá-la a par do que acontece no governo, usa os canais digitais para aparentar que é um Estado compromissado, mas sua essência não é esta. É vital que haja dispositivos legais que forcem quaisquer governos a sempre manter este canal de comunicação aberto para a população.

É também no Estado de Bem-Estar Social, que assiste as classes que são minoritárias na população, que é possível problematizar o conceito de representatividade na esfera pública, a saber:

A representação apenas pode ocorrer na esfera da publicidade. Não existe nenhuma representação que se desenvolva em segredo ou a portas fechadas [...]. Um parlamento tem um caráter representativo apenas enquanto se acredita que sua atividade própria seja pública. Sessões secretas, acordos e decisões secretas de qualquer comitê podem ser muito significativos e importantes, mas não podem jamais ter um caráter representativo. [...] Representar significa tornar visível e tornar presente um ser invisível mediante um ser publicamente presente. A dialética do conceito repousa do fato de que o invisível é pressuposto como ausente e ao mesmo tempo tornado presente (SCHMITT, 1928, p. 208 *apud* BOBBIO, 2000, p. 101 *In*: HASWANI, 2010, p. 47).

Esta representatividade popular que Schmitt fala remonta um pouco ao período da esfera pública medieval, onde somente quem era importante (corte real, nobreza) era representado. Em tempos mais contemporâneos, este conceito de importância é expandido, ao menos em teoria, para toda a população e a prova cabal disso é que existe esta demanda popular por representatividade nas instâncias de poder, até mesmo no mercado. Nos dias de hoje, grupos de net-ativistas demandam cada vez mais das grandes empresas a representação de pessoas negras, pessoas LGBTQIA, pessoas com deficiência, mulheres etc., para aparecerem nas suas peças publicitárias e no seu corpo da alta liderança executiva. Contudo, somente o Estado é oficialmente *accountable* de realizar essa representatividade de maneira tal que confira a estas pessoas a pecha de cidadãos, sob o jugo da lei. No entanto, a lógica permanece: somente aquilo que possui importância que é digno o suficiente de aparecer, ou seja, de ter publicidade, pois somente os assuntos e as pessoas com importância que são matéria de interesse público. Se você não é representado por essas instâncias de

poder, seja ela privada ou estatal, você não é tão importante assim que mereça a atenção de toda a sociedade.

Apesar do modelo de Estado de Bem-Estar Social ter entrado em crise nos anos 1970 e 1980, sendo substituído pelo Estado neoliberal que visa a manutenção do capitalismo financeiro, é importante entender sobre quais preceitos se construíram os conceitos de comunicação pública que serão analisados a seguir. Para Mariângela Haswani (2010), a comunicação pública

compreende processos diversos e faz interagir atores públicos e privados na perspectiva de ativar a relação entre o Estado e os cidadãos, com o intuito de promover um processo de crescimento civil e social. Seu objeto são temas de interesse geral e sua finalidade é contribuir para a realização desse interesse. Os atores que promovem esta modalidade de comunicação são, em primeira instância, os sujeitos institucionais – o ente Estado, abstrato, e suas administrações, braço concreto e executivo – no sentido de implementar a transparência e a maior eficácia da ação dos poderes públicos, mas também de sensibilizar os cidadãos sobre problemas de particular interesse e significado para o desenvolvimento civil da sociedade. (HASWANI, 2010, págs. 124 e 125).

É notório que esta noção sobre comunicação pública bebe muito da fonte da teoria de ação comunicativa de Habermas. Dando um breve parecer, esta teoria habermasiana diz que as pessoas agem na intenção de estabelecer consenso, utilizando-se de linguagem, e partindo de um contexto *a priori*; ou seja, a comunicação, o tornar comum, é o objetivo final das ações humanas. Cabe ressaltar que a Comunicação Pública tem esse objetivo de formação política e de transparência, o que converge muito com os preceitos básicos do Estado de Bem-Estar Social já discutidos anteriormente.

Para Pierre Zémor, autor que balizou a discussão de comunicação pública no Brasil, ela é definida “pela legitimidade do interesse geral e estende-se para além do domínio público segundo o estrito senso jurídico. Ela acompanha a aplicação de uma regra, o desenvolvimento de um procedimento e a elaboração de uma decisão. As mensagens são, por princípio moral, emitidas, recebidas e tratadas por instituições públicas “em nome do povo”” (KOÇOUSKI *In*: MATOS, 2012, p. 75). É visível que para o autor, a comunicação pública passa por uma esfera mais processual, onde prevê a

participação política dos cidadãos na construção das tomadas de decisão do poder público.

O Brasil possui características particulares na sua comunicação pública. Muito disso vem em virtude da própria formação do povo brasileiro, desde os períodos coloniais até os dias de hoje. Desde a colonização portuguesa, houve uma relação muito voluptuosa entre o que era público e o que era privado: era comum que grandes oligarcas, latifundiários, nobres, coronéis etc. usufríssem de recursos públicos ao seu bel-prazer; a população local, predominantemente feita por escravos, pequenos comerciantes, analfabetos, enfim, todos aqueles que não pertenciam às elites, não tinham possibilidade de se organizar: o processo de independência não teve participação popular e mesmo quando a República foi instaurada, o voto de cabresto (voto que era cerceado pelos coronéis, obrigando a população a votar em seu candidato) era um fenômeno real. Junte isso ao fato de que as estruturas de poder não circulavam no país, uma vez que as elites mantinham seu status tendo acesso a cursos de bacharel no exterior e repassando a herança de pai para filho, constrói-se um Estado totalmente patrimonialista e paternalista. De fato, Faoro vai fazer que:

A comunidade política conduz, comanda, supervisiona os negócios, como negócios privados seus, na origem, como negócios públicos depois, em linhas que se demarcam gradualmente. O súdito, a sociedade, se compreendem no âmbito de um aparelhamento a explorar, a manipular, a tosquiar nos casos extremos. Dessa realidade se projeta, em florescimento natural, a forma de poder, institucionaliza um tipo de domínio: o patrimonialismo, cuja legitimidade assenta no tradicionalismo – assim é, porque sempre foi. (FAORO, 1998, p. 363 *apud* HASWANI, 2010, p. 178).

De fato, a sociedade no Brasil é tão desigual, de forma tão profunda, que a população vê poucas alternativas, mesmo em vias institucionais, de agir em prol de reais mudanças na sua realidade. Simplesmente porque o distanciamento social e cultural que há entre as elites e a população é de forma tamanha que a sua redução não se vê alcançável por vias institucionais. E, mesmo quando se consegue essa mobilização, ela é mitigada e silenciada pelas forças hegemônicas e seculares do país. Obviamente, a comunicação governamental seguirá o caráter paternalista e patrimonialista do Estado e não se preocupará com a formação cidadã do povo.

Mesmo após a redemocratização, o Brasil ainda persiste nesse ideal de Estado “todo-poderoso”, onde ele emana as decisões para a população e ela simplesmente acata. A comunicação do Estado para a população é feita num caráter unilateral, ou seja, tradicional, publicitário e, muitas vezes, personalista. O governo da ocasião só fala com a população para divulgar as suas ações (que não foram feitas em diálogo com a sociedade), elevar o chefe de governo e, ainda, vê os cidadãos como “consumidores” do governo e suas políticas, numa ótica puramente de eleitorado e não de participantes ativos da governabilidade.

Os meios de comunicação de massa constituem, ao que tudo indica, a instituição que elaborou uma lógica própria de interpretação dos acontecimentos e cuja postura é de competição no processo de construção social da realidade, com as lógicas das outras instituições, em particular com aquelas do sistema político e, dentro deste, com os partidos. [...] Faccioli observa que a comunicação política se volta ao cidadão na sua veste de eleitor e se move na dimensão da polarização entre disputas e temas com posições contrapostas. O caráter de controvérsia oferecido pela mídia é, ainda mais, solicitado pela representação do sistema político: o conflito faz notícia muito mais que o acordo e constitui um dos aspectos de espetacularização da arena política (HASWANI, 2010, p. 144)

A mídia de massa possui esse papel fundamental de construção da narrativa no país, principalmente porque, ainda hoje, a TV é o aparelho mais democrático no Brasil, onde ele possui maior alcance. No entanto, os grandes conglomerados de mídia possuem interesses, interesses estes do capital financeiro e da ideologia neoliberal. A relação promíscua destas mídias com o Estado faz com que somente uma narrativa impere na sociedade brasileira: a narrativa neoliberal, que é antagônica aos anseios dos grupos oprimidos. As novas tecnologias de rede vêm mudando isso, na medida em que permitem àqueles que têm acesso, uma maior gama de debates e outras narrativas para terem contato e forjarem a sua opinião.

O problema está na tentação de usar as mídias sociais, por exemplo, para fazer a ligação direta com a população, deixando que um misto de impulsividade e superficialidade domine o processo. É a ilusão de governar por meio das mídias digitais, sem planejamento estratégico ou compromisso com a informação. Em geral, essa linha de ação gera muito mais ruído do que esclarecimento. É também um ambiente em que paixões ideológicas afloram e a objetividade se perde. Tende a abrigar uma visão polarizada e muitas vezes

autoritária das dinâmicas social e política. (GREENLEES *In*: NASSAR *et al.*, 2019, p. 21).

Mesmo nas mídias digitais, um recurso que propicia a participação política, o Estado brasileiro é inepto a aplicar estratégias que proponham a participação. Isto se deve muito mais ao fato de que, no seio da governança, não existe o interesse de fazer com que a população tenha uma relação dialógica com o governo, que não se eduque e que a distância entre cidadãos e Estado seja mantida, com o Estado sendo hegemônico e sobrepujante aos cidadãos. Mesmo quando o Brasil experienciou governos de esquerda, de 2003 a 2016, a participação popular aumentou de forma considerável na construção das políticas públicas, mas as mudanças na realidade propriamente ditas não foram feitas.

Salienta-se também que o interesse da comunicação pública governamental é, sumariamente, angariar votos eleitorais para o próximo pleito. A espetacularização e o uso de técnicas artísticas, simbólicas e linguísticas servem justamente para engajar o cidadão naquele partido ou mesmo naquela pessoa: quanto mais visível for, quanto mais aparecer na mídia, quanto maior a publicidade, maior será a chance de vencer o próximo pleito e conseguir valer a sua visão de mundo. É interessante notar que o Estado brasileiro encara os brasileiros da mesma maneira que as empresas privadas encaram: passivo, sem possibilidade de reflexão e/ou retorno da informação que recebe das mídias.

Vale destacar que, para conseguir vender o seu partido na sua próxima eleição, a comunicação pública não deve se valer de polêmicas populares. Por exemplo: devido ao caráter religioso da população brasileira, a pauta de legalização do aborto é um tabu na sociedade; no entanto, a pauta de corrupção sempre foi exigida pela população. Falar sobre combate à corrupção, ter histórico de combate à corrupção, participar como parte denunciante de CPIs (comissões parlamentar de inquérito) sempre chamou a atenção da população. A mídia, sabendo disso, passa um tempo considerável noticiando estes assuntos. Para se chegar ao poder, ou permanecer nele, os partidos entendem que é necessário estabelecer uma comunicação que aparente para a sociedade uma certa preocupação com os temas que lhes são caros, mas não mexem em temas mais profundos, ainda que estes sirvam para beneficiar parcelas marginalizadas da população; entretanto, a venda da ideia de que “vou governar para todos” persiste.

3.3 Repensar as estratégias de comunicação pública brasileira

Dado este contexto brasileiro, é importante repensar as estratégias de comunicação pública para o Estado. Faz-se necessário, porque ela vai de encontro aos preceitos teorizados pela academia que conversam com as ideias de Bem-Estar Social, Direitos Humanos e emancipação política e social das minorias que são subjugadas pela estrutura sistêmica e global.

Margarida Kunsch, teórica de Relações Públicas e autora do conceito de comunicação integrada, traz importantes contribuições à comunicação pública com base em seu conceito, a saber:

Quando uso a terminologia “comunicação organizacional integrada” minha preocupação é mostrar como as organizações estabelecem relações confiantes, por meio de suas manifestações, que podem ser com fins internos, fins institucionais e fins mercadológicos. Se pensarmos a comunicação nas organizações de forma abrangente e holística, temos de nos preocupar com uma sinergia de propósitos e ações. As ações comunicativas precisam ser guiadas por uma filosofia e uma política de comunicação integrada que levem em conta as demandas, os interesses e as expectativas dos públicos e da sociedade. E a comunicação pública certamente tem muito a ver com tudo isso (KUNSCH, *In*: MATOS *et al.*, 2012, p. 22).

O conceito de comunicação integrada possui como prerrogativa uma relação de dialógica, bilateral, entre públicos e organizações. Os anseios deste público devem ser ouvidos por essa organização e serem respondidas à altura. Apesar de este conceito ser levado muito mais em consideração no ambiente das empresas e do mercado, é mister que ele seja levado mais em conta dentro da esfera governamental e estatal, na medida que ele recupera uma filosofia de gestão que promove a participação cidadã da população nas tomadas de decisão do governo. E este governo, em contrapartida, consegue atender a população de forma muito mais assertiva e mais equânime em termos de garantir a justiça social.

A fim de que haja essa comunicação mais participativa entre todos, não basta informar, a comunicação deve ser imbuída de significado capaz de afetar as pessoas impactadas por ela. Conforme Haswani (2010):

A comunicação implica uma relação social na qual, em seu curso, os sujeitos interessados compartilhem determinados significados: “a comunicação é uma

relação social e um processo sociotécnico: relação dentro da qual e processo através do qual é produzida, transformada e transmitida a informação (CERI, 2000, p. 75). (HASWANI, 2010, p. 124).

Este processo de atribuição de significado é importante que esteja na estratégia de comunicação do governo. Isso porque a atribuição de significado aos signos, aos discursos, é o que faz com que a realidade seja tangível e inteligível. Neste sentido, a comunicação do governo deverá estar partilhada com a realidade população, em oposição à construção de uma realidade fictícia que favorece alguns grupos ou a interesses privados, sejam de partidos ou empresas.

Afinal, a comunicação organizacional, no contexto atual, demanda integração com a comunicação pública, de forma a estabelecer uma política de comunicação global que entrelace os interesses das organizações com os da sociedade.

[...]

A base da interface entre comunicação organizacional e pública existe quando a comunicação organizacional inclui a comunicação pública como conceito voltado ao interesse público, ao exercício democrático e de cidadania, o que permite o reconhecimento dos *stakeholders*, profissionais da comunicação e da sociedade. (OLIVEIRA *In*: MATOS *et al.*, 2012, págs. 33 e 34).

É somente com esta interação e diálogo estabelecido com a sociedade por meio da comunicação pública que o exercício da cidadania é possível. Se o Estado é esta entidade que tem, dentro dos seus pressupostos, a defesa e manutenção do bem comum, é essencial que cumpra com essas prerrogativas. Aliás, as novas tecnologias de rede permitem esse diálogo mais próximo com os cidadãos, mas é necessário que haja estratégia, e que se estabeleça sempre um fluxo comunicativo constante de caráter emancipador, dialógico e participativo.

É importante ressaltar que o controle sobre os fluxos de comunicação nas redes sociais digitais não deve ser objetivo das organizações. Por outro lado, o monitoramento sobre as conversações nas mídias sociais é almejado, principalmente porque auxilia na retroalimentação da comunicação, ajuda na percepção de possíveis crises e direciona para a solução de conflitos ou busca do entendimento. (NASCIMENTO *In*: MATOS *et al.*, 2012, págs. 304 e 305).

O destaque do excerto acima é que a estratégia de comunicação do governo brasileiro deve quebrar com esse paradigma paternalista, tradicional e personalista que só considera como alvo o cidadão-eleitor. Dentro do contexto das novas mídias digitais e da atuação dos cidadãos nesta esfera pública atópica, a abordagem deve ser mais de monitoramento do que controle. É neste monitoramento que o governo conseguirá identificar as crises pelas quais a sociedade passa, seus anseios, suas dúvidas com relação à administração pública, e que assim possam resolver seus problemas de forma mais assertiva, mas sobretudo estabelecer essa ponte de diálogo constante com a população, politizando-a e fazendo-a se sentir parte das tomadas de decisões que constituem os rumos para o futuro do país.

Nesse contexto, a comunicação pública é o cenário e o instrumento que permite aos diversos atores que intervêm na esfera pública relacionar-se, confrontar pontos de vistas e valores para concorrer ao objetivo comum de realizar o interesse da coletividade. Esta comunicação é, então, constituída por um conjunto de processos que contribuem para valorizar a esfera pública, levando à interação seus diversos atores, ativando relações e trocas. Essa dimensão ocupa-se, finalmente, de ativar a relação entre o Estado e os cidadãos, implementando um processo de interação e de troca, prevendo a criação de espaços capazes de ouvir os cidadãos e solicitar sua participação nas escolhas que orientam as políticas públicas. (HASWANI, 2010, p. 157).

Este excerto de Haswani nos traz que a manutenção deste fluxo comunicacional deve ser constante a fim de que se crie este espaço na esfera pública de real participação cidadã, na criação e compartilhamento de significados com o Estado, de forma a repensar a realidade e transformá-la de acordo com os anseios sociais, sobretudo na mitigação dos flagelos que assolam as minorias. É neste espaço, inclusive, que a transparência deve imperar, para que não haja a propagação de *fake news* (do inglês, “notícias falsas”) e a *accountability* seja efetivada de forma tal que estabeleça uma relação de confiança e relativa isonomia entre os atores sociais e o Estado.

Por fim, o investimento do Estado na educação do povo é essencial para que esta comunicação pública, dentro desta nova perspectiva seja, de fato, eficaz. E não é uma educação escolástica clássica, mas, sobretudo, uma educação no uso destas novas mídias, de como absorver este novo universo, como existir nele sem que você seja bombardeado por grupos de interesse escusos que querem mitigar ações que

envolvam qualquer elevação da cidadania e da democracia. Além disso, é fundamental que haja uma formação cidadão, uma verdadeira politização da sociedade, de modo que estes fluxos comunicacionais com o Estado sejam permeados pela razão, levando a um debate rico e construção de novas realidades com base no senso crítico, este que, por definição, prega pela luta emancipatória dos oprimidos e marginalizados na sociedade.

Capítulo 4 – Gênero e Movimento LGBT

Este capítulo visa elucidar de forma superficial a respeito da teoria que ronda o público que é atendido pelo programa Transcidadania, ou seja, as pessoas trans da cidade de São Paulo. Portanto, este capítulo será breve e com caráter apenas descritivo, não entrando na análise da pesquisa. Feita esta observação, o trabalho segue.

4.1 Identidade de gênero

Pode-se entender gênero como um disposto que é social, cultural, biológico e psicológico no qual as pessoas se reconhecem e se conhecem numa relação de identificação e adaptando-os conforme a sua vivência e vontade. Isto, claro, dentro de teorias mais recentes sobre gênero. O caso é que o conceito de gênero passou bastante pela literatura desde meados do século XX muito em virtude do movimento feminista, que passou a pensar gênero numa perspectiva do ser mulher, o significado que isso carregava, e as relações de opressão que desencadeavam para este grupo.

Uma das autoras expoentes nesse assunto foi Gayle Rubin, antropóloga americana. Para ela, no início de seus pensamentos sobre gênero, este era um sistema de uma relação intrincada entre sexo/gênero. Por sexo, significa dizer a genitália masculina e feminina. Como a própria autora diz:

A falta de um termo mais elegante, nomeio este aspecto da vida social de “sistema sexo/gênero”. Adoto como definição preliminar de um “sistema sexo/gênero”: um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas. (RUBIN, 1986, p. 97 *apud* MIRANDA, 2018, p. 34).

Neste excerto, Rubin deixa claro que sua teoria é a de que gênero é socialmente imposto a partir do nascimento. E, neste sentido, ele é imposto para oprimir mulheres. Entende-se, portanto, que uma pessoa que nasce com vagina é socialmente obrigada a ser pensada e se pensar como reprodutora, em casar-se, cuidar do lar e estar vulnerável e subserviente à vontade do homem, que nasce com pênis obrigatoriamente. Importante destacar que, a partir do momento que se coloca o gênero estritamente conectado a uma condição biológica e do nascimento, ele

adquire a característica de imutável. Mais ainda, ele adquire a característica de natural, ou seja, é pensado a partir de uma perspectiva naturalista pela sociedade e não de um construto social.

Após certo tempo, Rubin deixa se influenciar por Michel Foucault e seus pensamentos sobre poder e dispositivos de poder, de forma que ela agora reconhece a diversidade sexual e seu controle como parte da estrutura e das manutenções de opressão. É importante trazer Foucault e o pensamento que influenciou a autora:

Não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras, mas ter bem presente que o poder – desde que não seja considerado de muito longe – não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui e ali, nunca está em mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder, e de sofrer sua ação; nunca são alvos inertes ou consentidos do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (FOUCAULT, 1989, p. 183 *apud* MIRANDA, 2018, p. 36).

Foucault pensa poder sob uma ótica reticular em cadeia, onde os indivíduos são afetados por ele e afetam outros de forma simultânea. Logo, o poder não é algo restrito, monolítico e que pertence a um só grupo, mas ao contrário, ele é dinâmico e circular. Quando Rubin pensa isso aplicado ao gênero, ela reconhece uma maior diversidade sexual e que as dissidências que existem com relação ao gênero ocorrem neste formato dinâmico das relações de poder, fazendo parte de um sistema que os produz e reproduz, embora existam grupos que controlam mais esse sistema por possuírem dispositivos de poder. O cerceamento moral sobre a sexualidade decorre daí, quando a Igreja, por exemplo, cria aparatos de opressão de todos aqueles que desviam da heterossexualidade reprodutora. A própria ciência, quando a homossexualidade era caracterizada como doença, sendo chamada de “homossexualismo” (*sic*), balizava e reiterava essa dinâmica de poder, colocando quem não se enquadrava na norma como pária, doente, não pertencente à sociedade, à margem.

É importante destacar que a leitura de Foucault faz uma grande mudança na perspectiva de Rubin. Quando ela aplica a ideia foucaultiana de poder para a questão do gênero, ela retira o caráter restrito e imutável do natural para um caráter de relações sociais de poder. Ela também entende que as dissidências da norma que ocorrem acontecem dentro dessa lógica do poder, num sistema que de pessoas que se conformam e que não se conformam com as leituras que se fazem do sexo.

Outra autora expoente no ramo de gênero foi Linda Nicholson. Ela atribui ao conceito algo importante para se entender as pessoas trans, especialmente as travestis e transexuais de que este trabalho se trata. Sobre o assunto, ela diz:

Quero sugerir que pensemos no sentido de “mulher” do mesmo jeito que Wittgenstein sugeriu pensarmos o sentido de “jogo”, como uma palavra cujo sentido não é encontrado através da elucidação de uma característica específica, mas através da elaboração de uma complexa rede de características.

[...]

Assim, essa postura não refuta a ideia de que o corpo bissexuado teve seu importante papel na estruturação da distinção masculino/feminino, e, portanto, no sentido de mulher, ao longo de uma parte da história humana. Entretanto ela exige que sejamos claros sobre qual foi exatamente essa parte, e até mesmo dentro dela, sobre os contextos nos quais essa distinção não se aplica. Mais do que isso, por assumir que o sentido de mulher se alterou ao longo do tempo, essa postura assume também que aquelas/es que atualmente defendem formas não tradicionais de compreendê-lo, como os transexuais por exemplo, não podem ser deixados de lado sob a simples alegação de que suas interpretações contradizem os padrões usuais. (NICHOLSON, 2000, págs. 35 e 36 *apud* MIRANDA, 2018, p. 40).

A autora traz a esfera da historicidade e da cultura na análise do conceito de gênero. Ela diz claramente que gênero é um conceito que muda através do tempo e entre sociedade e que o contexto em que ele se insere é tão complexo que não podemos analisá-lo de forma monolítica e imutável. Isto permite entender por que as pessoas travestis e transexuais, que questionam os padrões vigentes de gênero com seus próprios corpos, ao romperem com estes padrões normativos acabam sendo marginalizadas.

Importante destacar que: se gênero faz parte de uma determinada cultura num determinado contexto histórico, as características de formação desse gênero são construídas socialmente, mas também são subjetivas, de modo que a diversidade nesta esfera é um fenômeno que é corolário desta afirmação, ainda que dentro das categorias que são padrões (homens e mulheres) que não são fixas. A tentativa de tolher, reger, normatizar o gênero dentro de padrões estanques, seja esses padrões comportamentais ou biológicos (“homem tem pênis/mulher tem vagina”) é colonialista em sua própria ontologia e própria de grupos que sempre detiveram os dispositivos de poder nas sociedades.

Para finalizar, Judith Butler contribui com o pensamento de Nicholson quando ela adiciona a variável discursiva ao quesito histórico e cultural de gênero. Para a autora, gênero também é construído no devir dos discursos, na linguagem, além da variável social e cultural. É nessa perspectiva linguística que ela entende que, se o gênero é histórico e cultural e os sujeitos o constroem através da linguagem, então gênero é materializado na performatividade. É nesta performance que gênero pode ser construído, reconstruído ou destruído a depender de como se questiona os gêneros, como se pensa os gêneros através do tempo. Butler é a autora que vai mais dar cabo aos movimentos trans de questionar a sexualidade e o binarismo de gênero.

A performance, entretanto, entra em contato com o corpo de forma muito mais próxima. E é aqui que entra a questão do corpo como uma questão social, histórica, cultural e discursiva, mais do que biológica, ou melhor, tão somente biológica. É dentro desta ótica que o discurso precisa construir os corpos “normais” e “perfeitos” dos cisgêneros e heterossexuais, para poder construir e contrastá-los com os “outros” corpos, os corpos “abjetos”, os corpos “indesejáveis”, os “párias”. É por isso que a teoria de Butler é conhecida como teoria *queer*, vocábulo do inglês que significa “esquisito” em tradução livre, fazendo referência aos corpos dissidentes.

4.2 Travestis e transexuais

Antes de falar sobre as travestis e transsexuais, convém discernir alguns termos básicos primeiro. Identidade de gênero e orientação sexual são campos totalmente diferentes. Identidade de gênero tem a ver com o gênero com o qual você se identifica, como você se enxerga no mundo; orientação sexual tem a ver com o gênero com o qual você se atrai afetuosamente e/ou sexualmente, podendo ser: homossexual, heterossexual, bissexual etc.

Sobre as identidades de gênero, as possibilidades são:

- Cisgênero: pessoa que se identifica com o gênero ao qual foi designada ao nascer.
- Transgênero: pessoa que não se identifica com o gênero ao qual foi designada ao nascer.

Com isso, podemos ter homem trans gay, como mulher cis hétero e várias possibilidades. Ser trans não significa que a pessoa é necessariamente homossexual e vice-versa.

Falando sobre a identidade das travestis, elas são um fenômeno identitário brasileiro delimitado. Isso porque a construção da identidade delas foi dada pelo movimento gay brasileiro. No início, a palavra travesti era designada para homossexuais que se travestiam, que se vestiam e performavam dentro do espectro feminino. Nessa performance mais feminina, elas eram chamadas de “bichas”, “pintosas”, “afeminadas”, “as que se travestem” etc. Inclusive, o próprio movimento homossexual considerava aqueles “gays que se travestem” de forma diferente dos simplesmente “gays” que performavam mais próximos ao masculino e gostavam de outros homens dentro dessa categoria. Esta distinção começou a atribuir às travestis uma carga identitária e começaram a ser relegadas ao mundo das drogas e da prostituição, uma vez que essa distinção era feita de forma pejorativa por divergirem da norma. Quando a AIDS estourou nos anos 1980, isso se agravou ainda mais, já que elas estavam, por conta das opressões, relegadas à prostituição.

De acordo com Leite (2008), a medicina também colocava as travestis dentro de um quadro de patologia clínica, como perversão sexual, que poderia ser corrigida com a cirurgia de redesignação sexual. Segundo o mesmo autor,

a travesti é conhecida no Brasil como uma pessoa que foi identificada como homem ao nascer e socializada como tal através das performances que se entende atualmente como masculina. Porém, passou a viver performatizando (*sic*) como o que é caracterizado na sociedade como o ser mulher/feminino, realizando mudanças corporais (hormônio-terapia, implante de silicone), até mesmo a cirurgia transgenitalizadora. (MIRANDA, 2018, p. 43).

É importante salientar que nem toda travesti gostaria de realizar a cirurgia de redesignação sexual, convivendo bem com os seus pênis sem apresentar disforia corporal. Isto não as faz menos travestis pois, como foi exposto, o conceito de gênero é feito de um emaranhado de relações e contextos em que o biológico é um dos seus componentes. Existe também as que procuram avidamente o “corpo perfeito” que seria o mais próximo possível da forma feminina, o que justifica as superproduções pelas quais são famosas.

Existem autores que definem a travestilidade como um não-gênero, ou mesmo um terceiro gênero, que atua dentro do espectro feminino, ou seja, entendendo que travesti não é homem, nem mulher, mas está dentro dessa perspectiva binária de gênero. Há outros autores, todavia, que consideram a travesti esse próprio devir de gênero, que não há necessidade de ser delimitada ou definida para que caiba numa política pública. Por fim, existem autores que teorizam que a travesti é construída dentro de uma visão exacerbada e glamourizada do feminino, baseada nas noites urbanas e na estética e valores dos grandes centros.

A ideia de transexual já foi abordada no início desta seção. São pessoas que não se identificam com o gênero que lhes fora atribuído ao nascer, sendo este gênero atribuído baseado na sua genitália (vagina para mulheres, pênis para homens). É importante, contudo, evidenciar que homens e mulheres trans vivenciam seu gênero a partir da sua subjetividade, assim como os demais indivíduos; e que é necessário quebrar a ideia de senso comum de que estas pessoas nasceram nos corpos errados. Esta ideia parte do pressuposto de um componente predominantemente natural/biológico no gênero e que esses corpos precisam ser consertados. É mais do que necessário entender que os corpos se adequam dentro das perspectivas dos sujeitos que estes corpos pertencem.

4.3 Movimento LGBT brasileiro

Para entender como o movimento LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e mais) se relaciona com suas pautas e demandas com o Estado, é pertinente realizar um passeio sobre a história do movimento LGBT no Brasil. De acordo com Facchini (2005), o movimento é dividido em três ondas, a saber:

- Primeira onda (1978 – 1983): Ela é caracterizada por uma luta do movimento contra a ditadura junto à politização da classe. Interessante notar que mesmo entre a esquerda, a luta dos homossexuais era uma luta menor que não deveria tomar a frente da luta anticapitalista. Havia também muita partilha e solidariedade entre as pessoas da época, em que se compartilhava as mazelas que tinham em comum por conta de sua “opção sexual” (*sic*). É aqui que nascem o Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), composto pelo Somos (SP) e o jornal Lampião da Esquina; o primeiro grupo de lésbicas formado a partir do Somos (SP); e o Grupo Gay da Bahia (GGB), primeira ONG (organização não-governamental) no Brasil que fala pela causa.
- Segunda onda (1984 – 1992): Esta onda é fortemente demarcada pelo surgimento da pandemia HIV/AIDS e como ela marcou a comunidade, muito por ter sido vista como o “câncer gay”. Tendo em vista este cenário, muitos grupos diminuíram de tamanho, como também começou a ver uma perda do caráter revolucionário do movimento no geral com a queda da ditadura e o momento de redemocratização. O Grupo Gay da Bahia fez uma tentativa de colocar na Constituição Federal de 1988 um artigo que coibia a prática de homofobia, porém sem sucesso. Aqui muda o termo de “opção sexual” para orientação sexual, pois considera-se que não é uma escolha. O grande mote desta onda foi passar a imagem de que gays e lésbicas eram decentes. Começa aqui também a luta pela despatologização no Brasil.
- Terceira onda (1992 – 2005): Esta onda é marcada por um aumento expressivo das ONGs que cuidam da pauta LGBT. Aqui também começa uma relação mais próxima com o governo federal demandando por políticas públicas, *a priori* pela questão da saúde e prevenção da HIV/AIDS nos anos 1990, mas a partir do governo Lula (2003 – 2010), a demanda foi em prol de outras esferas, muito mais no âmbito da conquista de direitos e de cidadania. Os outros grupos que pertencem à sigla, mas eram apagados ganharam mais destaque: lésbicas,

bissexuais, travestis e transexuais. Começa também um maior destaque na mídia e na sociedade em geral, muito em virtude das Paradas do Orgulho LGBT que começam a despontar no país.

Há quem diga que se vive hoje uma quarta onda do movimento que consiste em:

o ressurgimento de grupos não institucionalizados focados em ações de cunho lúdico-culturais; a ampliação de grupos LGBT universitários – a primeira edição do Encontro Universitário de Diversidade Sexual, o ENUDS, data de 2003 – atuando no interior das universidades brasileiras; a organização e atuação mais intensa das outras “letrinhas” (L, B e T); o aumento de núcleos, observatórios, disciplinas e grupos de pesquisa que tem difundido e produzido conhecimentos; e ativismos nas universidades e consequentemente a maior quantidade de eventos científicos com temas relativos à Gênero e Sexualidade.(PEREIRA, 2016, p. 124).

A partir de 2005, o fenômeno das redes sociais e da internet surge de maneira tal que é possível perceber como a internet influenciou e influência até os dias de hoje a movimentação e a articulação das pessoas LGBT em prol de uma sociedade mais igualitária, livre de preconceitos e da luta pelos seus direitos.

De acordo com Jesus (2014) apud Silva, (2016 p. 63) “a internet é o canal por excelência de produção, difusão e crítica de informações sobre o pensamento-ação trans-feminista”. E atualmente é, principalmente, através da internet que diversas trans-ativistas compartilham suas pautas de lutas as quais as populações cisgênero e trans* conseguem ter contato, e suas opiniões quanto às movimentações jurídicas, legislativas e sobre políticas públicas voltadas para pessoas trans*. O que não significa que outras ferramentas de comunicação e organização do movimento tenham sido abandonadas. (MIRANDA, 2018, p. 50).

No que tange às políticas públicas em prol de cidadania e o que acontece até hoje é que, apesar do Brasil ter tido governos mais progressistas que fizeram várias políticas públicas em prol da população LGBT, com destaque ao projeto Brasil Sem Homofobia do governo Lula e as três Conferências Nacionais sobre o tema em Brasília (DF) realizadas entre 2008 e 2016, elas não foram muito efetivas para que houvesse uma quebra dos padrões culturais que endossam o preconceito. Sob uma perspectiva crítica,

o Movimento LGBT atua enfaticamente na conquista de marcos legais como a do matrimônio igualitário, leis antidiscriminação (com caráter punitivo) e de identidade de gênero (aquelas que permitem a mudança de nome civil de pessoas travestis e transexuais). O autor critica essa ênfase aos marcos legais, pois para ele os preconceitos nascem na cultura e por isso seria mais interessante atuar estrategicamente por meio de políticas e produtos culturais, uma vez que as leis modificam timidamente práticas preconceituosas (COLLING, 2015). (PEREIRA, 2016, 118).

Vale destacar que o movimento LGBT possui esse anseio por marcos legais muito em virtude da contínua e avassaladora opressão que sofrem na sociedade brasileira, especialmente a população trans. Estes marcos legais são o mínimo que se é requerido para atingir o que é tido por cidadania institucional. Muitos destes marcos foram inclusive alcançados, mas, de fato, amparar o movimento em prol destes marcos legais enfraquece o lado cultural sobre a educação no país.

Há também de se ter conta que muitos destas políticas públicas, ainda que fracas por estarem somente sob o âmbito do Judiciário e nunca do Legislativo, deixando a cidadania LGBT ao sabor dos governos de ocasião, existe todo um aparato do Estado brasileiro que dificulta a articulação destas políticas de forma mais enfática, sobretudo para garantir a sua eficácia e perenidade.

É importante também ressaltar que a trajetória das políticas acima ilustrada não foi isenta de contradições, tensões e acidentes de percurso. Destacamos entre seus principais desafios: o pouco impacto, pelo menos sentido, que estas políticas tiveram/tem exercido no cotidiano da vida de milhões de LGBT em permanente luta e resistência nas suas localidades (que, muitas vezes, sequer conhece os mecanismos criados) e os limites e retrocessos que os governos progressistas tiveram no que diz respeito à implementação de algumas políticas em face da coalizão partidária com setores antagonistas ao Movimento LGBT e da correlação de forças desfavorável, num sistema político, em que as minorias não são consideradas na composição dos governos ou não detém capital eleitoral atraente. (PEREIRA, 2016, p. 127).

[...]

Em texto intitulado “Questões LGBT em debate: sobre desafios e conquistas”, as políticas LGBT são percebidas como frágeis institucionalmente e deficientes estruturalmente em face: (I) de precariedades jurídicas que as tornam políticas de governo e não de Estado, o que as deixam ao sabor das conjunturas e conveniências políticas; (II) das dificuldades em gerir as

políticas de maneira transversal e em diálogo com a sociedade civil; (III) do pouco ou nenhum recurso previsto em peças legislativas orçamentárias como o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA); e (IV) do baixo número de servidores/as permanentes especializados/as responsáveis pela elaboração, implementação, monitoramento e avaliação (MELLO, et al., 2012a). (PEREIRA, 2016, págs. 128 e 129).

É interessante que o autor acima traz o caráter eleitoreiro do Estado brasileiro, ou seja, como a sua comunicação pública e seu *modus operandi* de pensar as políticas públicas é sempre em virtude do capital eleitoral que ela possuirá. A dificuldade do diálogo com a sociedade civil também é um fator importante a ser levado em consideração e a dificuldade que se tem de gerir políticas públicas para as minorias num Estado que possui bancadas no Legislativo, como a bancada “da Bíblia” (a ala cristã-conservadora), que impede o avanço destas pautas no Congresso Nacional, o que traduz o caráter ainda profundamente religioso da própria sociedade brasileira.

Como foi dito anteriormente, este capítulo não propõe se estender sobre o assunto de forma mais profunda. No entanto, o que foi exposto aqui já dá para ter um bom panorama das origens da população trans, o que ela enfrenta e como ela se articula com as políticas públicas. Há ainda um longo caminho a ser percorrido.

Capítulo 5 – Pesquisa e Análise

5.1 Metodologia

Conforme já foi dito, este trabalho visa investigar as influências que o net-ativismo teve na construção e manutenção de políticas públicas, especialmente do projeto Transcidadania da Prefeitura de São Paulo. Para tanto, foi necessário ir a campo e realizar uma pesquisa qualitativa para averiguar a materialidade do pressuposto de que o papel desempenhado pelo net-ativismo na internet foi preponderante para tal política em suas mais variadas formas.

Dentro da pesquisa qualitativa, optou-se por realizar entrevistas em profundidade, considerando que o trabalho pretendia explorar a fundo como se dava o diálogo entre o ativismo pela internet e as instâncias governamentais. Como denota Lopes (2011):

A maneira como os dados serão coletados deverá ser planejada com base em três fatores prioritários: metodologia da pesquisa, orçamento disponível e tempo para a realização. Quando se opta pela metodologia qualitativa, recomenda-se que a pesquisa seja feita por entrevista pessoal (seja entrevista em profundidade ou DG), para que a característica principal da pesquisa, o aprofundamento, possa ser garantida. (LOPES *et al.*, 2011, p. 294 *In*: FARIAS *et al.*, 2011, p. 294).

As discussões em grupo, ou DG, não foi uma abordagem possível por vários fatores: primeiro, porque os participantes da amostra coletada não teriam agendas disponíveis em comum; segundo, que a própria amostra foi setorizada, a fim de perceber a relação entre funcionários do governo e net-ativistas de forma mais singular, colocando-se no ponto de vista de cada um dos dois grupos; por fim, a amostra da qualitativa não foi randômica, justamente para garantir a qualidade e aprofundamento dos dados, portanto, a amostra foi seletiva e foram elegidas de forma que os entrevistados tivessem alguma relação com o Transcidadania de forma direta ou indireta. Inclusive, Lopes (2011) suporta a escolha do trabalho para o método da coleta de dados quando diz que as entrevistas em profundidade são:

- indicadas quando não for viável a aplicação dos grupos de discussão, muitas vezes em razão da dificuldade em reunir ao mesmo tempo determinado público;

- formato: entrevistador, respondente, gravadores, roteiro; um número pequeno de entrevistas em profundidade (às vezes inferior a dez) pode ser suficiente para concluir uma pesquisa. Daí a importância de definir quem deverá ser pesquisado, ou seja, quem agregará valor maior ao objetivo da pesquisa. (LOPES *et al.*, 2011, p. 294 *In*: FARIAS *et al.*, 2011, p. 292).

Como foi dito, a amostra coletada, ou seja, os entrevistados, não foram escolhidos de forma aleatória. O critério escolhido para cada um deles foi feito com base em sua relação com o projeto Transcidadania de forma direta ou indireta (por exemplo, sendo ativista trans); eles também tinham que ser ou ativistas com certo alcance, ou funcionários do governo que participaram ou participam do projeto Transcidadania em alguma medida. Segue abaixo a lista de cada um deles que foi entrevistado:

Nome	Grupo	Motivo
Rogério Sottili	Governo	Secretário de Direitos Humanos da Prefeitura de São Paulo no ano do lançamento do projeto Transcidadania.
Symmy Larrat	Governo	Coordenadora do projeto Transcidadania na época de sua inauguração.
Ricardo Luiz Dias	Governo	Atual (2020) Coordenador de Políticas LGBTI na Prefeitura de São Paulo
Érica Malunguinho	Governo	Deputada Estadual de São Paulo pelo PSOL, autora da PL de expansão do programa para o Estado de São Paulo

Daniela Andrade	Ativista	Net-ativista trans com boa visibilidade na internet e na mídia.
Márcia Rocha	Ativista	Co-fundadora da ONG Transempregos que ajuda pessoas trans a se alocarem no mercado de trabalho formal.
Tryanda Verenna	Ativista	Dono da página @HomemTransBR no Instagram, ex-participante do <i>reality show</i> Masterchef Brasil da TV Bandeirantes.

A ideia original era ter 4 entrevistados do governo e 4 entrevistados do grupo dos ativistas. Tentou-se realizar uma entrevista com Bruna Benevides, Secretária de Articulação Política da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), mas sem sucesso, mesmo após inúmeras tentativas em diferentes canais. Como não foi possível realizar com ela, optou-se por encerrar a entrevista com 7.

Sobre o roteiro da pesquisa, decidiu-se, para ter uma visão mais profunda da visão de cada lado da relação avaliada, a elaboração de roteiros diferentes para cada grupo pesquisado. Segue abaixo o roteiro que foi elaborado para o grupo de governo e o roteiro que foi elaborado para o grupo de ativistas:

5.1.1 Roteiro de pesquisa para grupo “ativistas”

1. Sobre a questão do movimento trans, discorra sobre:
 - a. Sua visão sobre a articulação de ativistas trans no movimento.
 - b. Sua visão sobre a cidadania trans, o que faz uma pessoa trans ser um sujeito social pleno.
 - c. Sua visão sobre os direitos conquistados até os dias de hoje e como operou essa luta.
 - d. Sua visão sobre o papel educacional e conscientizador que o movimento tem para a população trans que ele abarca.

- e. Os pontos fortes e os pontos a melhorar que você identifica no ativismo trans.
- 2. Sobre a questão do governo, discorra sobre:
 - a. Sua visão sobre a relação que há entre os ativistas/movimentos trans e os órgãos públicos.
 - b. Como você enxerga o quadro evolutivo do governo na questão trans de 2015 para cá?
 - c. E a questão do projeto Transcidadania?
 - 3. Sobre a questão comunicacional, discorra sobre:
 - a. Sua visão sobre o ativismo trans na internet e como isso impacta no diálogo com a sociedade.
 - b. Sua visão sobre o ativismo trans na internet e como isso impacta no diálogo com o governo.
 - c. Como você considera a internet para a luta ativista, sobretudo para angariar militantes, requerer políticas públicas, conquistar cidadania etc.
 - 4. O que você tem a dizer sobre o programa Transcidadania da Prefeitura de São Paulo e seu potencial de expansão para o Estado de São Paulo? Discorra livremente.

5.1.2 Roteiro de pesquisa para grupo “governo”

- 1. Sobre a questão da pauta e do movimento trans, discorra sobre:
 - a. A sua visão do quadro evolutivo do governo com ações afirmativas para a população trans de 2015 para cá.
 - b. A sua do quadro evolutivo da relação com o movimento trans e suas associações, ativistas, de 2015 para cá.
 - c. Os pontos fortes e os pontos fracos do governo para com a causa trans.
 - d. A sua visão sobre a população trans enquanto cidadãs, ou seja, se aos olhos do governo podemos considerá-la cidadã com plenos direitos.
- 2. Sobre a questão comunicacional, discorra sobre:

- a. Os pontos fortes e os pontos fracos sobre a comunicação governamental para a sociedade.
- b. A sua visão no que concerne as estratégias de comunicação governamental sobre as pautas de direitos humanos e políticas afirmativas para a diversidade.
- c. Como você enxerga a demanda sobre diversidade proveniente da sociedade como um todo.
- d. Quais são os impactos da internet e das redes sociais no tocante à construção das políticas públicas?
- e. O que você acha que o processo democrático tem a ganhar e a perder com o ativismo pela internet?

3. Sobre o projeto Transcidadania da Prefeitura de São Paulo, discorra sobre:

- a. A sua visão sobre o que ele agregou para a população trans e o que ele ainda pode agregar.
- b. A sua visão sobre as estratégias de comunicação que foram feitas e que estão sendo feitas sobre o projeto por parte do governo.

A única entrevistada que não foi submetida ao questionário que está descrito acima foi a deputada estadual pelo PSOL/SP (Partido Socialismo e Liberdade/São Paulo), Érica Malunguinho. Isto porque a agenda da deputada estava lotada por conta do período eleitoral e possuía uma grande demanda de pesquisadores acadêmicos querendo realizar pesquisas de diversos temas com ela; para conseguir atender aos pesquisadores, ela montou uma reunião com todos via Zoom (plataforma online de videoconferência) e disponibilizou para cada um apenas uma pergunta. Portanto, no caso específico dela, as perguntas do roteiro para o grupo “governo” foram condensadas numa só pergunta, garantindo que os dados mais importantes para os propósitos deste trabalho não fossem perdidos.

Desconsiderando o caso de Érica (PSOL), todas as entrevistas foram feitas via Google Meet (plataforma online de videoconferência). As entrevistas foram gravadas, tanto pela própria plataforma quanto pelo celular, e transcritas no Amazon Transcribe (serviço de *Machine Learning* da Amazon Web Services), revisadas e se encontram nos apêndices deste trabalho.

5.2 Objeto de pesquisa: Projeto Transcidadania

O objeto de pesquisa, analisado a título de estudo de caso, é o projeto Transcidadania da Prefeitura de São Paulo. Este projeto foi inaugurado na gestão do prefeito Fernando Haddad do Partido dos Trabalhadores (PT) no dia 29 de janeiro de 2015, Dia Nacional da Visibilidade Trans. O projeto foi instituído na legislação municipal de São Paulo pelo Decreto nº 55.784/15 que previa

em seu escopo atividades de formação e capacitação para o mercado de trabalho junto a uma rede de parceiros como a Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Educação, Secretaria de Trabalho, Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, Secretaria de Saúde, Secretaria de Política para Mulheres, designando a transferência de renda através de um auxílio financeiro às pessoas participantes do programa por meio do Programa Operação Trabalho (POT), visando não apenas auxiliar a formação educacional e profissional das pessoas participantes, mas também suas necessidades psicossociais. (MIRANDA, 2018, p. 25).

É verificável que, pelo texto, o programa contém a transversalidade de vários órgãos da Prefeitura atuando em conjunto em prol de construir a cidadania das pessoas trans da cidade de São Paulo em todas as suas esferas. O intuito final, claro, era tirar essa população da marginalidade, principalmente do trabalho sexual nas ruas da cidade e conferir-lhes dignidade por meio de educação e capacitação para o trabalho formal, além de assisti-las e ampará-las em caso de violência, drogas e situação de rua.

A gestão de Fernando Haddad (PT) durou de 2013 a 2016. Após veio a gestão de João Dória (Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB) de 2017 a 2018, seguido pelo seu vice, Bruno Covas (PSDB), que assumiu a Prefeitura em 2018 e permanece até hoje (2020). Bruno Covas (PSDB) revogou o Decreto elaborado por Haddad (PT) e elaborou um outro, de nº 58.227/18, que legisla sobre o Projeto Transcidadania. No texto legal, ele permanece com os mesmos princípios básicos da gestão Haddad (PT): transversalidade das secretarias, formação para a cidadania das populações trans e capacitação dos funcionários públicos para lidar com o público.

Segundo o site oficial da Prefeitura de São Paulo, acessado em 19 de novembro de 2020, o histórico de vagas disponibilizadas e da bolsa-auxílio conferidas aos participantes do programa é o demonstrado abaixo.

O Programa Transcidadania, iniciado como POT – Programa Operação Trabalho LGBT em 2008. Em janeiro de 2015 contava com 100 vagas. Em 2016, o valor do auxílio mensal aumentou de R\$827,40 para R\$983,34. No ano de 2017 houve o aumento da bolsa para R\$1001,70. No ano de 2017 o Transcidadania foi descentralizado passando a ser realizado nos 4 Centros de Cidadania LGBTI, antes era somente atendido na região central da cidade. Com a descentralização o serviço se tornou mais democrático, humano e próximo das pessoas. Em 2019, o valor da bolsa foi para R\$ 1047,90 e atualmente é de R\$ 1.097,25. São ofertadas 240 vagas. (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2020).

É interessante observar a evolução das bolsas: de 2015 a 2016, ela cresceu 19,2%; de 2016 a 2017, ela cresceu 1,9%; de 2017 a 2018, não houve crescimento nem decréscimo; de 2018 a 2019, ela cresceu 4,6%; e de 2019 a 2020, ela cresceu 4,7%. A observação que se faz aqui não se calca num padrão das porcentagens de crescimento do valor da bolsa, mas sim em como a taxa de crescimento caiu drasticamente desde o ano de inauguração do programa, quando Fernando Haddad (PT) ainda era prefeito, e não voltou mais ao patamar inicial de crescimento de aproximadamente 20%. Isso demonstra um relativo sucesso do programa, já que não foi desfeito e as bolsas continuam a ser ofertadas e atualizadas, mas demonstra também que não faz parte da agenda prioritária do governo de captação e direcionamento de recursos.

Outro ponto de interesse é o número de vagas ofertadas: de 100 em 2015 para 240 em 2020. Apesar de ter mais que dobrado o número, ele ainda está muito aquém da realidade paulistana no que diz respeito à quantidade de travestis e transexuais da região. Afinal, conforme Miranda (2018, p. 87), “no início de 2015, o Transcidadania recebeu 100 beneficiárias/os e, de acordo com dados do programa, a fila de espera para uma possível vaga chegava ao número de um mil (1000)”. Ainda que a fila se mantivesse deste tamanho até hoje, o número de vagas ofertadas no programa não chega a 25% do tamanho da fila de espera, o que também mostra a dificuldade do programa de abranger as necessidades de São Paulo.

Neste sentido, a Prefeitura tenta mitigar essa falta de cobertura ao descentralizar os centros de cidadania do programa, um para cada zona da cidade (Zona Sul, Zona Norte, Zona Oeste e Zona Leste):

- Centro de Cidadania LGBTI Claudia Wonder (Zona Oeste)
- Centro de Cidadania LGBTI Laura Vermont (Zona Leste)
- Centro de Cidadania LGBTI Luana Barbosa dos Reis (Zona Norte)
- Centro de Cidadania LGBTI Edson Neris (Zona Sul)

Para finalizar, à guisa de informação adicional, o site da Prefeitura também fala do Programa Operação Trabalho (POT) como o projeto base de onde se originou o Transcidadania. Sobre o projeto, o site discorre:

Instituído pela lei nº.13.178 de 17/09/2001, com nova redação na lei 13.689 de 19 de dezembro de 2003, o **Programa Operação Trabalho (POT)** tem como objetivo conceder atenção especial ao trabalhador desempregado, residente no município de São Paulo, pertencente a (sic) família de baixa renda, visando estimulá-lo à busca de ocupação, bem como à sua reinserção no mercado de trabalho. Em 2017, o POT atendeu pouco mais de 1950 pessoas, em 2018, até o momento foram atendidas 431 pessoas. (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2020).

O site também dispõe dos requisitos legais, como ter mais 18 anos, residir em São Paulo, e não receber nenhum tipo de auxílio ou renda. A bolsa para seis horas diárias (30 horas semanais) é de R\$1.097,25, a mesma do Transcidadania; para quatro horas diárias (20 horas semanais) é de R\$731,46. O programa Transcidadania está contemplado pelo POT, assim como vários outros de assistência e desenvolvimento social da cidade.

5.3 Análise das entrevistas

Durante as entrevistas, muitos pontos foram levantados, sob diferentes perspectivas. Esse trabalho pretende analisar os pontos mais importantes que foram enunciados pelos entrevistados, dividindo as falas entre os públicos que foram abordados e sobre os temas que eles compartilham em comum.

5.3.1 Ativistas

5.3.1.1 Cidadania e ativismo trans

Sobre a questão da cidadania, muitos ativistas entendem que a cidadania não é plena, mas sob diferentes aspectos. Para Márcia Rocha, cofundadora da ONG Transempregos e ativista, ela inicia o diálogo com o aspecto legal e cível da cidadania, como neste trecho:

Tecnicamente, eu falar como advogada, tecnicamente, é cidadão quem vota, sabe? Título e votar. Muitas não têm título, muitas não têm título porque sai de casa muito cedo. [...] . Tudo isso, então se você não tem, não é cidadão. Se você não vota, você não tem direito a nada disso, nem Passaporte, nem carteira de motorista. Nada. Então a primeira coisa teoricamente, ter título de eleitor. (APÊNDICE C).

Para Daniela Andrade, ativista trans, a cidadania somente no âmbito legal não é suficiente para garantir a cidadania plena.,

Olha, é a Berenice Bento que é uma pesquisadora e de gênero que você deve conhecer bastante. Ela usava um termo que era a cidadania gambiarra para se referir à população trans. Que a gente que a gente está falando, de uma população que, de fato não tem cidadania né, porque eu acredito que a cidadania não é algo que existe na escrita, por meio de como acabei de falar, a questão da garantia judicial não basta. (APÊNDICE A).

Para Tryanda Verenna, ativista trans, ele traz a questão da hormonização e transição corporal propriamente dita como fator componente da cidadania das pessoas trans:

Eu acho que isso um é diferente ser trans e ser cidadão de direitos. Ele tem direitos e deveres como cidadão enquanto pessoa. E a gente tem muitos deveres enquanto pessoas trans e poucos direitos. Quando você é lido como uma mulher trans ou quando você de como uma mulher trans com um homem trans, eu acho que os não trans deixam a desejar, mas eu sempre bato muito nessa pauta. (APÊNDICE G).

Para as pessoas entrevistadas, é interessante notar que, apesar de terem começado o discurso sob diferentes pontos de vista, o ponto em que elas concordaram foi que a cidadania das pessoas trans não é plena. De fato, Daniela Andrade ainda traz um conceito de uma autora chamado “cidadania-gambiarra” para embasar melhor como ela enxerga a cidadania das pessoas trans.

Dentro desta perspectiva, Márcia Rocha e Tryanda Verenna reforçam a ideia de que existe um grande ativismo jurídico dentro do movimento trans, ou seja, que a maior parte das conquistas que existem para esta população está dentro da seara do Judiciário e não do Legislativo como, por exemplo, o reconhecimento do nome social que foi uma chancela do Supremo Tribunal Federal, mas não há nenhuma lei que ampare esta medida e a institucionalize no decorrer do tempo. De fato, Daniela Andrade afirma que:

Acho que poderia ficar falando horas aqui sobre como o que eu vejo, mas tentando fazer um resumo bem a grosso modo, eu acredito que os movimentos sociais têm se articulado muito bem, a gente tem tido algumas vitórias judiciais aí nos últimos anos. Infelizmente, as vitórias que têm havido para a Comunidade Trans no Brasil vem pela eu falo infelizmente, porque o ideal seria que vê se pela via do Legislativo né, que a gente conseguisse ter leis que garantissem explicitamente direitos para essa comunidade. O que a gente tem visto é que, se não tivesse o Judiciário, provavelmente a gente não teria nada por que as garantias que aconteceram para a comunidade LGBT de um modo geral vieram do Judiciário por pressão dos movimentos sociais que entraram com ações judiciais que garantiram, por exemplo, o casamento igualitário. Enfim, que se criminalizou a Homotransfobia recentemente, mas em matéria de eles legislativo a gente tem contrário. Tanto que a recente decisão do Judiciário para criminalizar a homotransfobia determinou que o Legislativo continuava em falta com a comunidade LGBT. (APÉNDICE A).

Isto traz a ideia da instabilidade destas conquistas, na medida em que elas não são leis institucionalizadas. Para além disso, não é discutida em Parlamento com os representantes da nação, já que os cargos do Judiciário não são eleitos diretamente pelo povo e não tem a força da lei, ou seja, são meros arremedos de direitos baseados tão somente em jurisprudência da última instância judiciária do país. Isso faz com que o Poder Judiciário seja visto como a grande salvaguarda dos direitos desta população, ainda que seja uma proteção frágil e que pode ser derrubada com algo superior, como a promulgação de uma lei, por exemplo, ficando sempre ao cargo da pessoa trans basear sempre os seus direitos nesta mera jurisprudência, ou seja, a responsabilidade de cumprir esta determinação fica ao cargo do órgão público em questão.

Há que se pesar também que Tryanda trouxe uma contribuição interessante no que diz respeito à cidadania, que é a capacidade da pessoa trans de existir em plenitude, conforme a sua demanda. Ele baseia nas possibilidades que essas pessoas

têm de se harmonizarem como basilar para se entender que existe esta questão na construção do ser trans no país, que passa pela modificação corporal, para além dos direitos civis. Tryanda é único entrevistado que traz a liberdade de expressão de subjetividade como componente da cidadania plena.

Outra contribuição que Tryanda traz para esta pesquisa é a participação maior de mulheres trans no movimento e no ativismo que a de homens trans:

Então eu acho que a participação dos homens trans é ainda muito pequena. Ela é bem irrisória, gente tem poucos homens trans que são ativos como ativista, ao contrário das mulheres trans que a gente sabe que elas têm uma força totalmente diferente. Até porque a luta delas já vem muito antes da nossa, mas elas acabam sendo mais plausíveis e acabam tendo uma participação maior que a nossa. (APÊNDICE G).

Dentro do senso comum, quando se diz “transgêneros”, a imagem que se forma é a da travesti, quase nunca do homem trans. Isto é interessante de pensar na própria existência e representatividade dos homens trans na esfera pública. Como Habermas trouxe no primeiro capítulo deste trabalho, a ideia de representatividade medieval, ou seja, somente se representa aquilo que é importante (naquela época, a corte medieval), aplica-se neste caso: ainda que dentro das discussões e da existência de pessoas trans na sociedade e na esfera pública, algo que por si já é marginalizado, homens trans ficam ainda mais à margem: já que eles não são importantes, não discutimos sobre eles nem pautamos suas demandas, portanto é como se não existissem.

Sobre o movimento LGBT no geral, houve duas grandes críticas: a primeira é que o movimento LGBT foi muito cooptado pelos partidos políticos de esquerda, principalmente o PT, durante a época de seu governo; a segunda seria a dificuldade do movimento trans de alcançar as pessoas mais periféricas do movimento, do debate ficar preso a uma bolha social.

Dentro do sentido de cooptação, houve duas perspectivas: a primeira, dada por Daniela Andrade, é que quando o PT estava no poder, tinha-se a sensação de que “tudo estava garantido” e que “eles estão do nosso lado”. A luta por esses direitos dentro do movimento então fica cada vez mais minguante, principalmente quando o próprio Governo Federal lança mão de eventos, conferências e políticas públicas que visavam garantir o amparo das pessoas LGBT, como o Brasil Sem Homofobia por

exemplo. Daniela critica essa postura ao falar que, mesmo tendo este cuidado mais próximo do Governo com relação à população LGBT, os direitos não estavam garantidos, principalmente porque a população trans continuava sendo assassinada, continuava tendo que se prostituir para sobreviver. A crítica que ela faz, portanto, é uma crítica de que os direitos às pessoas marginalizadas nunca estão garantidos e o papel dos movimentos sociais é este: denunciar e mobilizar a sociedade para que eles sejam efetivados cotidianamente e continuamente.

Por outro lado, Marcia Rocha traz a ideia de cooptação por um caminho mais de oportunismo. Aproveitando-se de que eram partidos de esquerda que estavam no poder, os movimentos sociais queriam sempre um cargo ou um favor do governo. Conforme ela diz:

Depois acabei me afastando um pouco, embora ainda tenha contato do movimento, mas assim afasta porque não via nenhum caminho muito eficaz para realmente mudar as coisas, porque ouvia pessoas nas reuniões, sempre as mesmas pessoas eram pessoas já bem conhecidas, todas a maioria, grande maioria envolvida com a política e preocupadas muitas vezes, dentro do discurso de tentar de reclamada dos problemas de apontar os problemas e tudo muitas vezes uma preocupação grande com autopromoção para vantagem junto a uma prefeitura ou governo.

[...]

Você fica chovendo no molhado porque são sempre as mesmas pessoas falando para as mesmas pessoas.

[...]

Então, desanimou muito de movimento social, tenho amigas lá dentro. Mesmo assim, sempre então precisam de um carro no campo de uma a uma coisa, uma secretaria. (APÊNDICE C)

Pelos dois pontos de vista, percebe-se que os movimentos sociais foram aglutinados pelo governo numa época em que ele era mais aberto a escutá-los, contudo esta relação não era dialógica, na medida em que isso não se transformava de forma efetiva em mudanças palpáveis nas realidades destas pessoas.

Para finalizar, Daniela, Tryanda e Márcia afirmam que os movimentos sociais não chegam nas pessoas de periferia, dando a entender que permanecem numa bolha social, falando com pessoas da mesma classe que possuem acesso à internet.

Com isto também, ele perdeu seu caráter politizador e educador das pessoas que eles abarcam, ou pelo menos visam abarcar, que são as pessoas que mais dependem de assistencialismo e não possuem um exercício pleno da cidadania.

Teve sua importância lá atrás, quando não tinha visibilidade nenhuma mas com a Parada isso acabou, a Parada foi a maior visibilidade que a gente podia ter. Tenho minhas críticas à Parada também, mas tem seu a sua função de visibilidade inacreditável, pô bota três milhões de pessoas na rua onde faz isso? Nenhum lugar do mundo. Agora, educar as meninas que estão lá sobre política? Ah deixei pra lá, não há nem vão ser mais reunião. Vai reunião de qualquer associação de trans tem três quatro, tenha o mesmo grupinho de sempre, não chega a vinte pessoas vai educar quem isso, política, não vai, já teve ao tentar fazer, eu fui, “ ah precisa pegar mais gente, ampliar e trazer as meninas” Não vão. Não vão. Não tem dinheiro nem para o ônibus, não vão, se não dá nem o dinheiro do ônibus elas não vão.

[...]

Eu acho que de certa forma, ensina alguma coisa, como andar de salto alto, como se maquiar, mas ensinar uma política, uma coisa, tem que ter consciência, veja, pode até existir, mas eu não vejo isso acontecendo.
(APÊNDICE C)

Evidentemente há nuances nos discursos de cada entrevista, mas o questionamento sobre a materialidade e efetividade da educação para a política emancipadora e para a cidadania dentro do movimento permanece, ainda mais quando se fala das pessoas de periferia, muito em virtude também da realidade brasileira de quem possui acesso a uma internet de boa qualidade no país.

Então, assim eu acredito que muitas vezes a esquerda, o movimento social que estão na academia, que são privilegiados, que estão na universidade algumas vezes, vem de uma forma muito míope que essa questão de avançar dos direitos LGBT. Porque, para mim, a avançar os direitos de defesa é a práxis, é a prática cotidiana e não é a questão no papel escrito, porque, até porque, se a gente for pegar papéis, pega a Constituição de mil novecentos e oitenta e oito, a gente tá em dois mil e vinte. Se a gente pegar esse texto constitucional de oitenta e oito, quanto daquilo que está no papel escrito, está acontecendo na prática? Então assim, se a gente falar que direitos, LGBTs avançaram por conta de decisões judiciais, a gente esquece. Ou a gente resume a cidadania a uma mera formalidade burocrática, escrita, um papel, é eu pegar um papel, escrever na hora. LGBTs têm direito gays têm direito a

se casar. De fato, agora, teoricamente, um casal homoafetivo pode ir até um cartório e se casar. E depois? será que os direitos se resumem a um papel que você assina no cartório? E o respeito do dia a dia? Será que um casal LGBT, dois homens podem andar de mãos dadas despreocupadamente em qualquer ponto do Brasil? (APÊNDICE A)

Pelas palavras de Daniela acima, fica claro dizer que a cidadania, os avanços no direito das pessoas LGBT é notado e percebido quando os direitos estão ocorrendo na prática cotidiana, muito mais do que a formalização institucional desse direito. A cidadania plena, portanto, passa além da lei, reside na convivência social e na relevância que certos sujeitos têm dentro da esfera pública, se esses sujeitos, de fato, pertencem e participam dela.

5.3.1.2 Relação com o governo

A relação do ativismo com o governo é descrita durante as entrevistas como uma relação frágil em várias circunstâncias. Destacam-se aqui a falta de vontade política do destes governos, o que gera políticas públicas inócuas, e o caráter eleitoreiro destes governos, ou seja, uma administração que é voltada para a contagem de votos.

Na visão de Daniela Andrade, a política brasileira possui um caráter messiânico que vai contra os princípios da participação democrática baseada no diálogo racional.

Olha, as LGBT estão no governo quantas vezes eu não escutei? “Olha lá, Dilma e Lula estão com a bandeira das LGBT, as gays estão tudo lá na Secretaria” você cria uma coisa que eu acho assim muito curiosa, que o movimento LGBT no Brasil é que, quando você vai fazer críticas e assim fazer, é saudável, a crítica dentro da democracia. Eu acredito que se você impede ainda mais, quando a gente está falando de funcionários eleitos pelo governo, pelo povo, pelo poder popular, sabe pelo povo você não pode criticar sabe? Eu acho que você já no Brasil, você tem messianismo, sabe tipo “Ah, você não pode criticar Bolsonaro, porque eu sou Bolsonarista roxo. Hoje você não pode criticar o Lula porque sou Lulista roxo. Você não pode criticar fulano, vira uma religião.

[...]

Você estava pautado de novo e no outro ano a mesma coisa. E sabe chega uma hora que você está há dez anos dizendo que é preciso, por exemplo, combater se aí a questão do assassinato de LGBTs, de travestis e

transexuais. Você está há vinte anos falando a mesma coisa e não muda, sabe? Não muda. Você percebe que não é uma questão de ser esquerda, direita, centro é uma questão de vontade política. É uma questão de você considerar essas pessoas sujeitos de direitos. E assim eu percebo durante os governos petistas, não só no governo, no poder federal como no governo municipal. Se se deixou assim muito para lá, entendeu? (APÊNDICE A).

E ela ainda complementa sobre a questão do caráter eleitoral de se fazer política no Brasil:

Então assim, algumas vezes eu acho até que uma política eleitoreira. Sabe por que eu acho que se vende-se a ideia de que olha, só temos o Transcidadania e, novamente, é uma política que eu acho importante, mas que não é suficiente. Isso a gente chegar ao militante, que transforma o partido, prefeito Haddad em Deus, dizem religiões. A gente não pode criticar porque parece que se a gente critica, e eu já ouvi isso, se a gente critica, se a gente aponta o que não funciona, vão acabar com isso. Ainda não é melhor não ter, ter, pelo menos isso do que não ter nada, não. Eu acho que é melhor ter todos os direitos. Eu acho que a política pública ela melhora quando a gente aponta o que nela não funciona, o que ela deveria ser diferente. (APÊNDICE A).

Daniela traz essa questão de forma muito marcada que as instâncias governamentais devem dar o exemplo para que as pessoas trans possam existir na esfera pública enquanto sujeitos de direitos, terem a sua cidadania plena. Para ela, isso não acontece como deveria pela falta de vontade política. Esta fala da entrevistada relaciona-se bem com os conceitos de *accountability* e de comunicação integrada trazidos anteriormente nesta tese, no terceiro capítulo. O Estado surge como essa entidade responsável por dar o exemplo, ser transparente e aberto ao diálogo; no seio de sua estratégia, deve imperar a participação política, o diálogo, e não uma visão que vem de cima, de forma soberana, sobre os cidadãos que se encontram dentro de seus domínios. Inclusive, quando a estratégia de comunicação é voltada para verem cidadãos como apenas eleitores, as políticas públicas se tornam ineficazes no sentido de assistir, de fato, a população. Fica uma ação vazia, porque ela não muda a realidade de forma substancial. Os movimentos sociais devem ser integrados, portanto, não de maneira “oportunista” e sem poder de crítica, ao contrário, a crítica é fundamental no exercício pleno da democracia e da cidadania.

Márcia Rocha traz ainda uma outra crítica que tem muito a ver com a crítica trazida por Daniela.

Acho que a relação vem melhorando, mas, um dos partidos que mais fez por nós na cidade de São Paulo. Para ser honesta, eu não quero... não gosto deles, mas o PSDB fez muita coisa, não era, não resolveu nada. Nunca quis resolver nada, mas assim criou muita coisa. Fez alguma coisa, vai, só não fez propaganda, porque propaganda que está ajudando a travesti uma tragédia, pro PSDB é uma tragédia porque não é uma eleitorado deles não, então eu acho assim tinha POT LGBT, tinha alguns eventos que a gente participamos, tenho amiga no PSDB que é lésbica, ah tem duas, então, e são ativistas e sempre fizeram as coisas agora, mas as duas são do Estado não do município, mas são PSDB. (APÊNDICE C).

Existe uma nuance neste excerto de Márcia que é importante destacar. Ela traz a questão do fato do PSDB, apesar de fazer algumas políticas públicas voltadas para a população LGBT no Estado de São Paulo, não faz “propaganda” delas, porque não é o seu “público-alvo”. Esta é uma outra maneira de enxergar a questão da estratégia de comunicação pública no Brasil ser *top-down* e pouco dialógica. Afinal, se o PSDB está há tanto tempo no governo do Estado de São Paulo, o público-alvo de sua comunicação não deveria ser toda a sociedade paulista? As pessoas abraçadas por estas políticas públicas, no caso a comunidade LGBT, não deveria ser informada que ela possui direitos? Esta fala de Márcia serve de questionamento para se entender como se é montada e objetivada as estratégias de comunicação dos partidos e das ações de governo. Afinal, se um partido possui pessoas que, em sua maioria, não são adeptas de políticas afirmativas para minorias, este partido não vai fazer uma comunicação destas políticas, ainda que elas tenham passado pelo seu respectivo parlamento. E isto por uma razão muito simples, conforme já foi demonstrado neste trabalho no terceiro capítulo: isto não vai engajar o eleitor a votar ou seguir votando na legenda nas próximas eleições. O projeto político é ganhar as próximas eleições, não formar cidadãos e fazer evoluir a democracia; a comunicação só vai operar de modo a permitir que este projeto eleitoral aconteça.

Apesar de ter reconhecido os avanços do governo do PSDB, Márcia faz uma crítica com a gestão de João Dória (2018 – Presente) no Estado de São Paulo, no tocante às políticas afirmativas para LGBTs.

Foi um retrocesso também. A gestão Dória, aí andou pra atrás na equipe para tentar até desfazer algumas coisas não conseguiram. Porque aí ativismo, vai para cima, grita e berra, não deixa, inclusive o ativismo judiciário. Nós.

[...]

Mas então, assim, a uma tentativa de retrocesso que a gente faz, um papel importante, também de não deixar. Mas eu não vejo uma saída, uma melhora para LGBT, por conta da política, nenhuma instância, nenhum desfalque estadual e federal a gente. Quando tem é pouco, quando dão é esmola, eu falo para as minhas amigas ativistas quando um encontro para o câncer de esmola para político aqui também para você. “Vou fazer um programinha para fingir que eu tô preocupado” quem deu apoio foi o judiciário sempre, sim, a gente está precisa conseguir no Legislativo, o Executivo um dá, outro tira do governo, aí entra, entrou, entrou. (APÊNDICE C).

Ela traz a questão que houve muito retrocessos na gestão Dória, e que haveria mais, se o ativismo judiciário, sendo muito concentrado na figura da OAB (Ordem de Advogados do Brasil) não agisse em prol de barrar esses retrocessos. Mais uma vez, este ativismo jurídico se prova essencial para esta população, na medida que se entende que no Legislativo esta disputa é mais difícil.

Inclusive, esta visão é compartilhada por Tryanda, que entende também que não há diálogo do ativismo LGBT com o governo e que a OAB fez e faz mais pela população trans do que as políticas públicas governamentais.

Não, não, não existe, não existe, porque não tem espaço para que eles possam trabalhar, não tem. A gente tem aí, por exemplo, a ANTRA que ela, apesar de ser uma organização que trazem muitas informações e as pessoas de uma maneira geral, seguem, vem, o trabalho que eles fazem, não tem o reconhecimento estatal e talvez eles trabalhem muito, entraram informações que são tão relevantes, mas não, não vai passar disso.

[...]

Eu faço parte da OAB da diversidade da sede de São Paulo, faz parte da queda de Santana. Também eu acho que às vezes até uma OAB regional, por exemplo, a falar, por exemplo, a existe uma OAB na Região dos Lagos, por exemplo, ou existe uma OAB Itapetinga aqui interior de São Paulo? Eles fazem um mutirão para repetir a retificação de nome tem muito mais, está muito mais serviço do que o Transcidadania. (APÊNDICE G).

Tryanda descredita de forma contundente a participação política e o diálogo com o governo para garantir o exercício de cidadania plena para pessoas trans. Ele ainda afirma que o ativismo jurídico da OAB fez mais pelas populações trans do que o próprio Transcidadania. Apesar de Tryanda falar algo que já foi dito anteriormente por Daniela e Márcia de outra forma, é importante ver como estas falas se alinham na coluna vertebral de seu raciocínio, que é falta de diálogo com os movimentos. Daí, os movimentos partem a atuar em outras instâncias, como no ativismo judiciário, para conseguir direitos básicos.

Para finalizar a questão de como a comunicação do governo é estruturada, Tryanda ainda fala sobre sua percepção da evolução do governo com a pauta trans:

Então vou ser bem sincero, pra você, eu não. Acompanhei o processo de dois mil e quinze para cá, mas eu não comprei não, não acompanhei. Talvez por falta de informação essa informação, ela não chegou a mim. E se ela não chegou a mim, que sou uma pessoa de classe média alta que tem um pouco mais informação, ela não chegou para quem tá na periferia, então eu vou assim você bem que sincero. Eu não consigo dizer com a sua evolução, porque não acompanhei porque não vi. (APÊNDICE G).

A falta de informação de Tryanda é sintomática dos raciocínios e opiniões emitidas por Daniela e Márcia, de que a comunicação é feita num caráter eleitoral e que ele não vai para toda a sociedade, não alcança todas as pessoas, principalmente aquelas que seriam as mais interessadas a ter o acesso à esta informação.

5.3.1.3 Net-ativismo

Sobre o net-ativismo, Daniela partilha da ideia de que ele é muito importante na articulação política dos militantes e que faz esse papel politizador fora do período eleitoral. Para ela, a internet possibilita essa mobilização e engajamento a partir de encontros e debates que de outra forma não aconteceriam. Ainda, que ele é importante para se manter um fluxo constante de denúncia e fiscalização do Estado.

Eu acredito que é importantíssimo. Eu conheço muitas pessoas que foram diretamente tocadas pelo ativismo trans na internet que mudaram a forma como entendiam a população trans, muitas pessoas que nunca tinham ouvido falar sobre o assunto. Muitas pessoas que chegaram para mim e disseram que não tinha ideia do que essa população sofria e que passaram a conhecer mais a saber mais por conta do ativista trans na internet e a internet a gente

vive na era da informação digital, então a gente não pode, aliás, eu acredito que um dos grandes problemas da esquerda no Brasil foi achar que militância só se faz lá indo lá na, no corpo a corpo. A gente tem que lá na favela a gente tem que lá no corpo a corpo, lá na periferia isso é importante. Isso é muito importante, mas não basta. A gente está numa época da sociedade em que todo mundo que tem um celular tem um mundo a sua mão, sabe.

[...]

Eu penso muitas pessoas falarem “Ah, você tem de fazer ativismo de sofá, não é? Olha a ativista trans internet”, eu ouvi isso durante muito durante muitas por muitos anos como se fosse algo menor, como se fosse algo que as pessoas deveriam se vergonhar. Porque o ativismo de verdade aquele que você não online. (APÊNDICE A).

Esta fala dela é muito importante de ser analisada enquanto se pensa na própria existência das pessoas em termos da esfera pública habermasiana trazida no primeiro capítulo e no conceito de atopia, trazido no segundo. É crucial que, hoje em dia, as pessoas trans participem e interajam na sociedade dentro deste novo habitar atópico, que é um entrelaçamento do mundo físico e do mundo virtual. É a partir destas relações, é a partir desta representatividade, que as pessoas trans vão sendo, cada vez mais, reconhecidas como pessoas de direito pois afinal, nos dias de hoje, é muito mais difícil ser reconhecido como um ser político se você mesmo não existe neste espaço, não se movimenta neste espaço. É, inclusive, nestes novos espaços de interações que os sujeitos também estão sendo moldados e construídos de forma não-institucional e num caráter reticular.

É nesta pluralidade de vozes que se torna possível que as pessoas conheçam umas às outras e se reconheçam. Daniela traz também como as redes sociais propiciaram que ela se conhecesse como transexual.

Acredito que ativismo trans é fundamental para que a gente como sociedade, para que a gente pautas as nossas ignorâncias. Porque muitas vezes a gente é ignorante, eu não nasci sabendo tudo. Eu nem sabia o que era ser transexual não sabia que existe uma palavra para o que eu era, então eu aprendi muito com a internet. Eu acredito que, inclusive hoje em dia, essas as gayzinhos novinhas, as bichinhas da geração internet, meu Deus, elas estão! Olha com a faca e o queijo na mão! Na minha época, nossa olha, a gente sofreu, viu a gente não tinha esse poder que as novinhas de hoje em dia têm, meu Deus hoje em dia eu vejo essas bichinhas treze, doze anos,

toda serelepe na internet e falo o meu Deus. Olha queria eu ter os acessos, que é ela tem hoje em dia. (APÊNDICE A).

Daniela traz aqui como a internet e as redes sociais permitem que a pessoa tenha acesso a uma informação que é capaz de construí-la de forma substancial a sua própria visão do eu subjetivo. Isso só é possível quando se entende o caráter atópico do novo habitar, do novo existir. É entender que neste espaço que não possui limites, não possui uma contagem de tempo, e há trocas de informações simultâneas e contatos com culturas e conhecimentos de forma instantânea, que sem a internet não seria possível, o seu “eu” também existe, tão quanto ele existe no seu mundo físico. Por isso que a atopia não é um simulacro, não é somente um espelho, ela é a própria realidade, ela é onde os sujeitos existem, coexistem, se relacionam, e se constroem. Uma realidade que outrora era delegada numa esfera pública necessariamente física e manipulada pelas grandes mídias, grupos econômicos e o Estado.

Porque quando a gente falou o governo ele não existe descolado da sociedade, não há governo sem a sociedade que o elegeu. Aliás, novamente eu acredito que uma das tarefas, ainda que muitas pessoas acreditem, que democracia é só na hora do voto. A gente vai para uma eleição, agora a pessoa acha que ele exerce o direito dela de eleitora e hoje o seu direito democrático apenas quando ela vota, mas não, o voto é uma das, talvez até uma das menores, porque eu acredito que, inclusive estando na situação ou na oposição, o papel da sociedade civil é cobrar o governo. Se você, quem foi eleito é a pessoa que você votou o seu papel e exigir que aquele programa de governo que foi colocado na eleição seja cumprido e se foi eleito, quem você não votou, o seu papel de fiscalizar, o que esse governo está fazendo de dia ruim para poder se pressionar aos outros órgãos aí do governo é o Judiciário, Legislativo a frear esse governo que está aí. Então, eu acredito que, uma vez que a gente tenha um movimento trans articulado na internet, em que a gente eduque a sociedade olha o que está acontecendo agora, (...). (APÊNDICE A).

Aqui, Daniela traz este assunto que é crucial sobre a formação política cidadã e como ela é possível pela internet. Uma vez que a internet opera de uma maneira mais reticular, onde cada pessoa é capaz de construir sua própria narrativa, é aí que entram os movimentos sociais de forma a ensinar as pessoas sobre seus direitos perante o Estado. Aqui, Daniela quebra também com a esfera pública moderna ao

dizer que a população não depende das informações que o Estado repassa de forma voluntária, informação essa que sempre tem o cálculo eleitoral levado em seu cerne. Nesta nova realidade, a internet permite que as pessoas vão além disso, e que entendam que seu fazer político vai além do período eleitoral (como a comunicação pública deixa entender). O fazer político delas se faz, sobretudo, na manutenção e denúncias das irregularidades dos governantes e de outras pessoas civis que cometem atitudes de preconceito ou algum tipo de violência. Principalmente para as pessoas marginalizadas, é nesta esfera digital que suas vozes podem ser ouvidas e assim, fazer com que a manutenção dos seus direitos, que são frágeis, não caiam. A luta na esfera digital permanece constante.

A gente está no meio de uma pandemia em que as pessoas têm de enormes dificuldades ou é impossível elas estarem presencialmente, combinando manifestações, combinando encontros, mas a gente tem internet, está aí à disposição para poder fazer isso. A gente inclusive tem manifestações que só ocorrem na internet, porque no momento de pandemia que a gente vive, é impossível acontecer presencialmente. Então, para mim, é uma ferramenta que a gente simplesmente não pode mais ignorar. (APÊNDICE A).

Pode-se finalizar as contribuições de Daniela neste tópico quando ela traz a questão da pandemia da COVID-19, que explodiu no início do ano de 2020. Para fazer o controle de transmissão do novo coronavírus, a OMS (Organização Mundial da Saúde) recomendou que as pessoas ficassem em isolamento social, saindo de casa apenas para o estritamente necessário, como fazer compras de supermercado. Com as pessoas em casa, o acesso à internet ficou cada vez mais vital para a sociabilidade humana, inclusive, para fazer ativismo e mobilizações para que o governo cumpra com as recomendações sanitárias. Desde antes da pandemia, várias manifestações já ocorriam ou começavam pela internet, mas este ano a internet teve ainda mais espaço neste sentido, como o caso ilustre do movimento *Black Lives Matter*, que tinha como pauta o fim da violência policial contra a população negra nos EUA e que tomou o mundo, denunciando o racismo estrutural que impera em vários países ocidentais.

Márcia Rocha também acredita que a internet é uma grande facilitadora do ativismo, da mobilização e dos encontros. Segundo ela, a sua própria ONG Transempregos, que divulga vagas em empresas que aceitam pessoas trans, não seria possível sem a internet e as redes sociais.

O Transemprego surgiu com o site e foi através desse site que a mídia tomou ciência e aí deu visibilidade. Eu conseguia chegar às empresas e aí conseguiu ter contato com diretoria, com CEO, etc. A coisa começou acontecer dois mil e quinze e nunca mais parou. Para mim, depois o depois a gente começou a usar muito, o Facebook, que é uma ferramenta que a gente mais usa hoje, porque trans seguem a gente tem que anuncia a vaga, todas as trans ficam sabendo milhares de pessoas, ficou muito ágil. E agora nós estamos com uma ideia recente, até, de fazer um aplicativo de celular porque tem, muitas trans não tem computador. Não tendo acesso e por celular muito, muito fazer acesso a um aplicativo para facilitar o acesso mesmo das empresas também.

[...]

A velocidade de informação para o seu acesso à informação é muito mais rápida, mais fácil. Sem o site do dos Transemprego ele não existiria, ele é virtual, não tem uma sede. Eu acho que é que mudou grande parte disso tudo que vem, desses avanços. (APÊNDICE C).

A ONG de Márcia pensa em realizar um aplicativo para as pessoas trans que buscam vagas, não possui sede e é graças à internet que ela consegue ter acesso aos CEO (*Chief Executive Officer*) das empresas para conseguir articular com eles políticas de diversidade que, com o aval desta liderança máxima, cascadearão para o restante da organização. Nada disso seria possível sem a internet e a ONG de Márcia, que nem sede física tem, é mais uma amostra de como os movimentos sociais estão se articulando neste novo habitar atópico e como sua presença lá é fundamental para fazer mudanças na sociedade.

Ela, porém, faz um levantamento interessante quando se pensa no net-ativismo e seu diálogo com as instituições.

Então assim a tecnologia ajuda a comunicação. Comunicação de um modo geral. Agiliza, fascina, não resolve a questão porque se o cara não quiser ouvir, ele não vai ouvir, pode usar megafone, internet, metralhadora na cabeça não tem como se a pessoa tá impermeável não vai entrar. Então eu acho que é uma ferramenta.

[...]

Hoje tem o site da Secretaria de Justiça. Você pode entrar você fazer uma denúncia de discriminação, então, facilitou o diálogo com o governo, pode entrar lá e fazer a denúncia. Quanto tempo vai levar para alguém ver tomar

uma providência, te chamar lá, são outros 500, mas de qualquer de forma melhorou, antes nem isso? Mutirão? Existem algumas pousadas o governo tem que querer. O governo tem que abrir a possibilidade. Senão, não tem acesso. Então eu acho que é o que eu falei são ferramentas que podem ser usadas ou não. Depende do governo tá permeável querendo ouvir.

[...]

Então existem limites até onde a tecnologia, a internet consegue te levar. Eu acho que como falei é uma ferramenta maravilhosa, de milhões de possibilidades, entra nos sites de governo. Eles põem ali o que eles querem que você ler. Você usa a internet para você rastrear encomenda, para pagar impostos, acusa um monte de coisa. Eu acho que é fundamental, agilizou muito, mas termos de políticas públicas. Talvez até tenha alguma coisa, eu esteja velha e atrasada, mas eu realmente não vejo assim muita possibilidade de influenciar a política pública de aplicativo, não, eu acho que tem que ser no voto e no gogó. (APÊNDICE C).

Márcia traz um ponto que Daniela não trouxe em sua fala que é o da “permeabilidade política”, ou seja, da vontade e da predisposição que o governo possui de abrir as portas para os movimentos sociais e de estabelecer um diálogo. Não adianta ter a internet, existir nesta nova esfera pública, se a instituição não se abre para escutar e dialogar. Estando na internet ou não, o governo tem que permitir este acesso. Inclusive, sua visão é de que não é possível fazer políticas públicas através da internet, o caráter eleitoral para ela pesa muito, na medida em que se tem que votar em alguém que esteja aberto ao diálogo para estar no poder e, aí sim, estabelecer essas pontes. No entanto, ela reforça o caráter de denúncia que a internet e as redes sociais possibilitam.

Já para Tryanda, ele sente falta da representatividade de homens trans nos movimentos digitais.

Gostaria que tivessem mais páginas como o homem trans, onde eu, onde as pessoas podem ver várias informações e pesquisar informações. Algumas informações já estejam prontas para as pessoas que estão chegando, poderem olhar e entender isso, falando de pessoas em geral. A gente não tem esse tipo de página no Brasil, a gente tem página, tem a ANTRA aquela página informativa, mas que é muito voltada para mulheres trans. Não existe não mais e não existe tão cedo números sobre homens trans em número. Primeiro, porque homem trans não apanha na rua, começa mais por aí. (APÊNDICE G).

A representatividade de homens trans para Tryanda é muito importante, já que ele próprio é um. Ele pauta muito essa questão que existe pouquíssima representação da masculinidade trans na internet, o que dá a entender que é como se essas pessoas não existissem. O que, mais uma vez, dialoga com a esfera pública representativa medieval: só se representa aquilo que é importante. A ideia de que homens trans não são importantes o suficiente para serem lembrados pelos movimentos digitais, e fora deles, vêm da sua violência ter um caráter diferente das mulheres trans. “Homem trans não apanha na rua”, como diz Tryanda. O protagonismo é, portanto, conferido para as mulheres trans quando se fala em transexualidade, mas é importante frisar que as mazelas da transfobia também passam pelos homens trans e eles também merecem e necessitam da atenção dos movimentos para que suas demandas sejam articuladas, debatidas e levadas aos órgãos estatais competentes.

5.3.1.4 Transcidadania

Para as três pessoas ativistas entrevistadas nesta pesquisa, todas elas se preocupam se o programa Transcidadania será efetivo, mesmo se for ampliado para o Estado de São Paulo.

E assim eu acredito que é uma política pública que novamente, como quando eu coloquei o eu acho que é uma política pública que é muito importante, mas é insuficiente para a própria cidade de São Paulo. Então eu acho que sim, tem que ampliar. Eu acho que tem muita coisa a ser feita em dentro dos limites da cidade de São Paulo. Então eu vejo que é muito insipiente ainda.

[...]

No Estado de São Paulo, as meninas que se prostituem, além da Avenida Industrial, em Santo André, por exemplo. Então assim, no aspecto legal e jurídico eu acredito que é muito importante. Mas a gente não pode só achar que se a gente colocar aí na lei estadual tudo se resolveu. (APÊNDICE A).

Para Daniela Andrade, como pode ser visto acima, ela acredita na importância que tem esta política ser expandida, sobretudo no aspecto jurídico, já que ela faz parte do projeto de lei 491/19. Ela, no entanto, se preocupa na efetividade desta expansão, uma vez que na própria cidade de São Paulo, esta política é insipiente no suprimento da demanda. Ela ainda reafirma o que disse anteriormente em outras situações que,

mesmo que seja ampliada e passe pela ALESP (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo), a luta e a mobilização pela cidadania não podem deixar de existir.

A ideia de Marcia Rocha sobre o assunto é outra. Ela se preocupa na efetividade desta expansão no tocante aos recursos financeiros que serão destinados e o como isso irá ser feito.

Eu acho ótimo, veja, eu acho que tudo o que for feito, toda a ideia e tudo que for feito para minorias para trans é válido, importantíssimo o problema é o que, é o como, a ideia é ter uma ideia chave, puxa vamos pegar o projeto Transcidadania, todas as grandes cidades começar com as grandes cidades do estado de São Paulo, mas é uma série de cada lugar. Ou aproveitar algum órgão da prefeitura local para não gastar. O que eu falei, vai gastar quanto? Milhão, bilhão e botam o negócio atender mil pessoas? Não adianta, não é? Então assim desde o, como é que é o problema, não, a ideia ótima. Como que nós vamos fazer? Vai ser uma coisa faraônica para todo mundo ver o como sou legal? Vai ser uma coisa de verdade? Vão botar o dinheiro lá, onde precisam, da precisa, fazer uma coisa nós a pagar trezentos das pessoas para atender dez. (APÊNDICE C).

A sua preocupação com os recursos financeiros do Estado é sintomática de uma prática recorrente de um Estado que não é claro na comunicação para com a sociedade da disponibilização dos recursos que faz para as políticas públicas. Ainda, é sintomática também de um Estado que faz comunicações para ganhar voto, mas que a política pública, em si, é vazia e insipiente. É evidente aqui a necessidade de uma comunicação feita pelo Estado de forma mais transparente e de formação cidadã, com mais *accountability*.

Isso também é perceptível fala de Tryanda quando ele diz que:

Então, se esse para somar, se for para de fato ser, porque sou só para ser mais um projeto que não vá pra lugar nenhum, mas se for efetivo se ajude pessoas, eu acho excelente. Eu acho que tem que expandir mesmo agora, se você eu falo para você com toda certeza, se você procurar uma página, você não vai ter uma página divulgar a Transcidadnia porque as pessoas não conhecem, não sabemos por ninguém. (APÊNDICE G).

Sua desconfiança com relação à expansão da política e seu desejo de uma melhor comunicação sobre ela correlaciona-se com a fala anterior de Márcia quando ele fala da comunicação do Estado sobre este projeto de expansão e como o caráter

eleitoreiro e tradicional da comunicação pública brasileira ainda impera, sem levar em consideração a formação cidadã da população e da sociedade.

5.3.2 Governo

5.3.2.1 Movimento trans e cidadania

Pelo lado do governo, quem faz parte dele ou fez em algum momento, partem da ideia de que a relação com o ativismo trans melhorou, mas que ainda há muito a ser construído ainda. Na verdade, principalmente para quem fez parte do governo na época de inauguração do Transcidadania, o relato é de que o governo possuía um certo preconceito com a população transexual e suas demandas.

Tinha como uma das principais preocupações da organização da parada LGBT de São Paulo e para a população de travestis, transsexuais, não tinha absolutamente nada! A partir de dois mil e treze, você tem no governo um olhar preocupado com isso, mas também não existia. Não tínhamos ideia um pouco do que era embora nós não entendemos essa forma era um pouco de preconceito, um desconhecimento total sobre essa população, mas você começa a estabelecer um diálogo com o ativismo do movimento LGBT e muito mais próximo, até porque há uma das características da secretaria que eu dirigia era a participação da sociedade. (APÊNDICE E).

A fala de Rogério Sottili acima ilustra bem que o governo, apesar de estar mais aberto à pauta de diversidade, tinha um desconhecimento profundo sobre a população LGBT. Esta abertura é muito ligada à sua gestão à frente da Secretaria de Direitos Humanos, que se abria ao diálogo junto aos movimentos LGBTs da cidade mas, sobretudo, à figura do prefeito Fernando Haddad (PT) que se simpatizou pela causa e que foi o estopim para que a Prefeitura pensasse numa política pública para a população trans.

É importante que se diga de que o prefeito teve um papel importante nessa questão de uma forma até meio avessa. Ele ele vivia falando, que devia pensar alguma política pública para as travestis e transsexuais e tal porque lembra de que ele ia almoçar no domingo, na casa da mãe dele, na Avenida Indianópolis, e aí lá para as três horas da tarde encontrava aquelas pessoas expostas à violência, expostas. Fisicamente. Ele falava assim, nuas, na rua, aquela coisa “pô será que a gente não pode fazer alguma coisa”? (APÊNDICE E).

A figura do próprio prefeito estimulando a criação desta política pública é emblemática e conversa muito com o que foi dito sobre “vontade política” anteriormente pelas ativistas entrevistadas neste trabalho. O envolvimento da liderança da organização, no caso a Prefeitura de São Paulo, para construir o Transcidadania também é explicitado por Symmy Larrat, coordenadora da pauta na época.

Eu acho que o primeiro momento, o Transcidadania, foi a prova de que o governo, quando ele quer enfrentar o DNA excludente do Estado, ele pode, que tudo que as pessoas falam, que não pode fazer uma pra gente, difícil. Aquilo na verdade, é uma falta de vontade política. Então, aqui, no momento do lançamento da cidadania, o governo mostra que é possível, sim, incluir essas pessoas na lógica do Estado, com vontade política, se tiver vontade política, faz isso. (APÊNDICE F).

Para Ricardo Dias, atual coordenador da pasta LGBTI na Prefeitura de São Paulo, os ganhos para com o movimento trans são muito ilustrados por dados materiais que ele apresenta durante a sua fala.

Então há um ganho que eu vejo com o passar dos anos. Foi a quantidade de bolsas que foram sendo disponibilizadas, algumas alterações que estão sendo feitas implementadas no programa justamente que visa garantir que a empregabilidade, a melhoria de nível escolar, das meninas e meninos que participam do programa, que esse é o nosso grande problema e a gente criar um empreendedorismo nelas e neles, para que eles não fiquem só após o programa, sem uma perspectiva e uma melhora na grade curricular no seu currículo, entendeu? Então, esse é o grande foco do projeto. (APÊNDICE D).

Para ele, o grande foco do projeto é o aumento da empregabilidade e do valor da bolsa que é concedida às pessoas transexuais que são acolhidas pelo projeto. Inclusive, ele reconhece que muito foi feito na gestão anterior, mas também fala que na atual gestão o projeto cresceu dentro dessa perspectiva de concessão de bolsas e emprego. No entanto, será que isso coloca as pessoas trans, de fato, na posição de cidadãos? Para Symmy Larrat, não. Inclusive, ela reforça a ideia de que a gestão atual se desvirtuou do foco original do programa.

Acho que hoje tem o governo que se pudesse dava só dinheiro pra trio elétrico e pronto, que não quer lidar, que se incomoda em lidar com essas pessoas em que essas pessoas incomodam. Fazer um programa que empodera pessoas e essas pessoas sim se empoderam. Elas vão questionar

esse próprio Estado. Então tem uma questão que a basilar: a gente não quer, a gente pras pessoas hoje só as pessoas hoje acham que dar bolsa. Se conseguir um trabalho qualquer, essa pessoa, mesmo que seja precarizado, tira essa pessoa que eu não quero ela com poder de questionamento. O meu foco não é a cidadania que aí estão tá o nome, não é a cidadania. Meu foco não é o empoderamento. Meu foco é ter essas pessoas agradecidas pouco da empresa, uma outra lógica e é muito distante da originária do programa. (APÊNDICE F).

Ela traz uma questão chave que norteia este trabalho que é a formação cidadã, a capacidade das pessoas terem um olhar crítico e conseguirem articular e exigir seus direitos perante o Estado. Mais ainda, que elas sejam vistas como iguais pela população e a convivência seja cada vez mais pacífica, diminuindo a violência. Ela complementa ao dizer que:

O programa de direitos humanos é incomensurável, não dá para falar, falar em números, mas você olha com os números, eles não refletem em impacto. Nós não temos um dos indicadores que consigam mensurar esse impacto hoje na política pública. Não, eu não estou falando só do Estado, tô falando do mundo não tem esses os indicadores no campo de direitos do mundo. Então esse impacto de não conseguir gerado. O que tô querendo dizer com isso, é que a prefeitura hoje que ela quer foi o que gera número, então, que gera número para mim, quantas pessoas mando pro mercado trabalho, quanto mais pessoas estiverem rotativas, melhor. (...) Essa coisa de gestão pela gestão, ela foi só quer o número, ela não humaniza a relação, a mania do número ela não humaniza o processo e se não humanizar política no espaço da cidadania, ele é deixado em segundo plano. (APÊNDICE F).

Symmy denuncia uma concepção de governo da lógica de resultados, quando, na verdade, o Estado não deve ser pensado sob esse prisma, com o perigo de relegar a cidadania das pessoas a segundo plano. O Estado deve conferir às pessoas a possibilidade de serem cidadãs de forma plena e que isto é, segundo a própria Symmy, algo da esfera da formação política e que é impossível de mensurar por números. Inclusive, a própria ideia da metrificação numérica das ações estatais entra muito nesta ideia do Estado que só se comunica para eleições (“fiz X número de hospitais, inaugurei Y número de creches”), para que as pessoas tenham essa noção do resultado e votem neste governo para ele permanecer no poder.

Para Rogério e Ricardo, o diálogo com os movimentos são cruciais para o projeto Transcidadania. Segundo Rogério,

Eu comecei a organizar a atividades, discutem de conversas, rodas de conversa com a população, com todas as populações segmentadas por setor mesmo e eu lembro de que a primeira conversa que eu fiz com a população LGBT, nós tínhamos mais de duzentos, trezentas pessoas né e era aberto para todo mundo, todo mundo chegava lá, eu aí eu ouvia as pessoas, era microfone aberto, todo mundo falava sobre o qual era o problema. (APÊNDICE E).

Rogério parte da ideia de abrir para o diálogo e para o debate com o movimento, para que suas demandas fossem ouvidas e projetos de política pública fossem elaborados. Desta conversa saiu a revitalização do Largo do Arouche e atenção para a população transexual.

Ricardo Dias também diz que, atualmente, ele atua na base do diálogo, como mostra o excerto abaixo:

Um dos pedidos era justamente que a gente implementasse uma política de acolhimento de todos os militantes independentes de bandeira partidária, independente de qual seja a entidade. Então, foi uma das coisas que eu procurei fazer foi justamente isso. É receber toda a sociedade civil possível dentro da secretaria e a gente deixar a Secretaria de portas abertas para que a gente junto pudesse receber ideias, implementar políticas a gente fazer consultas políticas voltadas para a população trans, voltadas para a população LGBT. (APÊNDICE D).

É visível que ele também opera na base do diálogo com o movimento e a sua visão é de que esta maneira de fazer relacionamento com diversos movimentos, independentemente da filiação partidária, persiste. Curioso notar que, para ambos, existe esta noção comum de relacionamento dialógico com os movimentos, a sociedade civil e o Estado, conforme a teoria preconiza.

No entanto, para Symmy Larrat, com a troca de gestão, o debate se esvaziou e o diálogo com o movimento se perdeu.

Olha para mim eu acho que zerou debate, porque a gente tem um governo com um candidato que não quer falar com os movimentos sociais, na época do Transcidadania, o governo já tinha dificuldade de falar com o movimento. (...) Mas eu acho que ele também pecou nesse sentido agora eu acho que

tem hoje uma completa ausência do diálogo. Assim, não tem também uma pressão, movimentos sociais, movimentos sociais que não pressionam, que quando faziam movimento em São Paulo não pressionou quando esvaziou o Transcidadania. (APÊNDICE F).

Symmy já é da visão que o governo atual da prefeitura não possui abertura para o debate com os movimentos sociais. Sobre a questão desta relação entre Estado e o ativismo social e como ela deve ser dialógica, ela já foi bastante esmiuçada por este trabalho, de modo que não é objetivo aqui descobrir se é Symmy ou Ricardo que está falando a verdade sobre a abertura que o governo confere aos movimentos sociais. No entanto, é importante destacar que Symmy também confere responsabilidade ao movimento social, que não pressiona mais o governo para fazer com que o Transcidadania volte a ser como era na gestão Fernando Haddad (PT).

Já no quesito de cidadania das pessoas trans, este público diverge muito nas respostas. Tanto para Rogério quanto para Ricardo, a resposta é sim, por motivos que serão elencados em breve. Para Érica Malunguinho (PSOL) e Symmy Larrat, a resposta é não, por motivos que também serão elencados.

Começando por Rogério, para ele, as pessoas trans são pessoas cidadãs plenas hoje, porque

Os beneficiários do programa diminuíram não passou a ser a única forma de sobrevivência. A prática de prostituição então diminuiu muito isso. Algumas até voltaram. E se você a grande, a grande maioria não queria a exercer a prostituição como um como trabalho faziam porque, não existe outra alternativa. Algumas até achavam que iriam gostavam, isso era garantido a ela também, mas mesmo gostava. Mas a maioria elas não queriam, mas que a provavelmente é única, era o rendimento dela como trabalho. Então assim eu acho que vendo na população travesti trans faz uma população de direitos que o governo tinha a obrigação de construir políticas públicas que garantam os direitos dela. (APÊNDICE E).

No início da pergunta, ele comenta que as pessoas trans são sim cidadãs hoje, embora a prefeitura não entendesse isso no início. É curioso pensar que, para ele, a cidadania é algo pré-concebido, como se fosse uma ideia platônica, e que as pessoas são cidadãs na medida que você as vê como cidadãs, em outras palavras, na medida em que você as encaixa dentro desta ideia de cidadania que está acima de nós. É um raciocínio que é totalmente diferente do que foi trabalhado nesta tese, na medida em

que foi visto que a cidadania plena é feita em exercício contínuo, numa prática cotidiana e material dos sujeitos políticos na esfera pública.

Ele continua, porém, falando da materialidade desta cidadania, quando ele explicita que o número de pessoas que foram beneficiadas pelo programa foram diminuindo e que muitas saíram da prostituição para sobreviver. Apesar desta perspectiva trazer resultados palpáveis sobre a eficácia do programa, entra em confronto com que Symmy elucidou antes de não ser possível quantificar se uma política pública de direitos humanos foi eficaz em tornar as pessoas cidadãos ou não.

Ricardo Dias segue quase na mesma linha de Rogério, quando responde o que segue:

Eu acho que pode sim, inclusive até uma das coisas que a gente implementou, a gente colocou para o ano que vem uma dotação orçamentária que garanta o pagamento de custas para que a população trans possa fazer a retificação de nome e gênero nos cartórios, porque hoje a gente sabe que não é possível a gratuidade. (...) Outra coisa que também a gente está viabilizando, está tentando articular é de que próprias meninas do Transcidadania possam vir a fazer estágio dentro das repartições públicas. (...) Não basta só a gente fazer políticas públicas assistenciais. Eu acho que a gente tem que pensar também de uma forma maior, como inseridas no mercado de trabalho, garantir os seus direitos, dar amparo para elas. Eu acho que isso faz parte de um contexto geral. (APÊNDICE D).

Ricardo confere a adoção de um orçamento que financie o custeio da retificação do nome social para pessoas trans em cartório e as cotas para trabalharem em repartições públicas (por estágio, ele não diz nada sobre cotas em concursos públicos). Apesar da retificação do nome ser algo imprescindível para pessoas trans, isto ainda está muito na área do ativismo jurídico, em outras palavras, está dizendo que as pessoas trans são cidadãos a partir do momento que tem um documento oficial que refletem a sua identidade. Esta questão foi trabalhada muito quando foi discutido o ativismo jurídico de Márcia anteriormente. Apesar de ser uma grande medida e um grande passo na existência das pessoas trans na sociedade civil, afinal direito ao nome é básico para você existir em sociedade, em que medida isto irá construir a formação política destes sujeitos? Em que medida isto os auxiliará para que consigam reclamar com o Estado de suas mazelas? Em que medida terão poder crítico de questionamento?

Para Symmy Larrat, num excerto que foi trabalhado aqui sob outra perspectiva, as pessoas trans não podem ser consideradas cidadãs com direitos, pois o governo possui uma gestão voltada para números e resultados, e não é possível mensurar o quanto alguém é cidadão com base em números. Como este assunto foi trabalhado há pouco, não é interessante percorrê-lo novamente.

Para Érica Malunguinho (PSOL), autora da PL 491/19 de expansão do projeto Transcidadania para o Estado de São Paulo, as pessoas trans não são cidadãs plenas, e o papel que o Estado faz é de apenas mitigar estes danos destas pessoas que vivem à margem, mas não de resolver a situação de forma completa, não porque seja irrelevante ou impossível, mas sim porque são de ordem estrutural.

O que a gente, a batalha contra a cidadania? É tentar diminuir, reduzir em redução de danos leves, a redução dos processos de vulnerabilidade, no sentido de que, se você tiver a escolarização, é mais possível que você consegue um emprego. (...) Então, assim eu preciso ressaltar a importância do Transcidadania ressaltar a importância da bolsa do acesso ao sistema de saúde e a garantia das terapias hormonais, o próprio processo de escolarização de acesso, as diversas culturas na cidade, do processo de formação cultural, vacina, uma informação, cultura mais nesse sentido, mas que ainda assim é insuficiente. Não. O programa é insuficiente em termos de um movimento maior, que é necessário para garantia da normalidade das presenças trans no mundo. (APÊNDICE B).

Ela traz que o programa é muito importante, que ele é necessário, mas que ele ainda é insuficiente para trazer a existência das pessoas trans no mundo no patamar de normalidade, porque isto demanda uma mudança de ordem estrutural na sociedade, fazendo referência à questão da dialética marxista, de macroestrutura e luta de classes. No entanto, ela afirma que, mesmo sendo insuficiente, dentro da estrutura vigente, é o que é possível ser feito e é necessário que seja feito para garantir direitos básicos para esta população. No entanto, o projeto de cidadania plena é algo mais ambicioso e requer um outro *modus operandi* que não passa por articulações dentro de um Estado capitalista.

5.3.2.2 Comunicação pública

Existem algumas divergências no que tange a este público quando se fala em comunicação pública, sendo dentro ou fora da internet.

No que concerne à prática e à gestão da comunicação com relação ao Transcidadania, Ricardo Dias, que é o atual coordenador LGBTI da prefeitura, e Rogério Sottili, o secretário de Direitos Humanos da época de Fernando Haddad (PT), há divergências mais latentes.

O que a gente, onde comitê interssecretarial, o que seria isso seria cada secretaria indicam membro para que pudesse, junto com a coordenação, a gente, saber, de todas as ações de políticas públicas voltadas à população LGBT que estejam sendo realizadas ou que irão ser realizadas na cidade. (APÊNDICE D).

Ricardo destaca o trabalho entre secretarias, um trabalho multidisciplinar para articular as políticas públicas de formação para as pessoas LGBTI e fazer com que a pasta consiga implementá-las. Essa prática tem uma relação com a teoria de Margarida Kunsch e seu conceito de comunicação integrada, que foi trabalhado nesta monografia, quando se entende que a comunicação deve passar por todas as partes da organização, envolver todos os times, para que seja estratégica e isso também implica na comunicação do governo. É importante que, para articular esta pauta, exista uma boa comunicação e engajamento com outras secretarias para que ela seja implementada.

Rogério também sabe disso, por isso ele critica muito a posição da SECOM (Secretaria de Comunicação) da Prefeitura na época por centralizar a comunicação da Prefeitura em si mesma, além de ter uma estratégia voltada para grandes veículos de imprensa tradicionais, ou seja, uma assessoria de imprensa, e ter uma estratégia também voltada para o cálculo eleitoral, em outras palavras, o que angariaria mais votos para a próxima eleição. Não por acaso, ele relata que, para fazer suas políticas e ações para a sua pasta, ele frequentemente desobedecia às diretrizes da SECOM, mantendo um trabalho ativo nas redes sociais e chamando ativistas para encontros presenciais na prefeitura.

Eu acho que essa é uma condição importante, não ouvir muito as orientações que vem do governo, especialmente da comunicação, porque a questão da comunicação é uma blindagem com um cálculo eleitoral. Então, você primeiro a você faz, que ouve, mas não ouve, sabe, tem que ter uma certa desobediência aí que eu acho que precisa necessária. A segunda coisa é você ter uma comunicação. Eu não abri mão as outras secretarias abriram mão, não tinha comunicação. Eu tinha uma puta de uma equipe de

comunicação que funcionava em que trabalhava, que repercutiu. Eu valorizei muito as mídias sociais tá? Então, essa outra agora eu acho que talvez a questão mais importante e mais interessantes pela participação social, que é uma forma de quebrar, que furar. Porque quando a gente fazer o diálogo com as populações você ganhava conta quando você fazer um diálogo. (APÊNDICE E).

Este pressuposto da comunicação pública voltada para um cálculo eleitoral também é expresso por Symmy Larrat quando ela diz que:

A comunicação que o governo faz com a cidade, de uma comunicação de prestação de contas pragmático eleitoral. Assim, eu quero dizer que as pessoas que tá tudo bem, tudo o que eu fiz tá bem, não é uma comunicação para o empoderamento, é uma comunicação, informação é uma comunicação para não essa comunicação. É para uma prestação de conta com vias eleitorais. (APÊNDICE F).

Como essa comunicação pública voltada para a eleição e não para a formação política já foi bem exaurida neste trabalho, este tema não será abordado de forma mais contundente. No entanto, é importante destacar que quando acontece o encontro entre pessoas engajadas na causa e uma comunicação voltada para o “mercado eleitoreiro”, estas pessoas costumam burlar regras e fazer com que as pautas caminhem utilizando-se de um diálogo com os movimentos e comunicação com a sociedade. Acontece uma atmosfera mais de confronto do que de diálogo no âmbito interno da organização.

No que tange à comunicação como acesso à informação, para que a população esteja ciente dos seus direitos e, portanto, exerça sua cidadania e participando das construções de políticas públicas pelo debate, Ricardo Dias traz como isso está operando hoje e como, também, a internet está ajudando neste processo.

Eu acho que a gente ainda pode melhorar assim, entendeu, acho que quanto mais a gente divulgar as ações que estão sendo feitas, políticas públicas, afirmativas a gente tem no município. Isso a gente mostra para a sociedade que a gente tem. Como a gente tem políticas públicas sendo feitas porque eu já, já ouvi, tem pessoas que falam “Ah, imagina, dá dinheiro para uma travesti” só que não conhece a fundo. O programa não sabe qual é a finalidade da cidadania, então isso é ruim. Isso acaba causando impacto negativo porque as pessoas acham que está pagando por pagar.

[...]

Mas a gente sabe por que a gente tem o nosso Instagram da coordenação. A gente tem o nosso Facebook e lá a gente mais divulgação em massa onde as unidades móveis estão, o que os centros de cidadania, de programação e inscrições, quando vai estar aberta, inscrição para o conselho. Além dos sites que a gente tem, da Secretaria de Direitos Humanos, o site da prefeitura, então, isso ajuda muito na divulgação é muito importante e também tem seu lado positivo. (APÊNDICE D).

É interessante como ele traz que a questão do acesso à informação para a população é uma *accountability* do Estado para que as pessoas tenham a ciência do que está sendo ofertado, como também para mitigar o preconceito que existe na sociedade para com a população trans. Ainda, ele mostra como as redes sociais têm sido fundamentais para que ele cumpra esse papel, disponibilizando os dados de forma constante e atualizada sobre as ofertas e ações do programa. Isso dá uma outra visão sobre a comunicação pública, na medida que o Estado possui essa capacidade de ter uma audiência maior, mais dinâmica, atuando de forma para que seja mais transparente, uma corrente que veio com a internet, como foi visto nos capítulos dois e três deste trabalho.

Sobre o ativismo na internet e a comunicação como forma de normalizar a existência dando maior visibilidade para travestis e transexuais na sociedade, Rogério e Érica concordam na medida em que falam que as políticas públicas e o ativismo se relacionam para permitir que esta visibilidade na esfera pública aconteça. Para Sottili:

Sobre essa questão da diversidade, eu acho que as políticas públicas de cidadania acabaram fortalecendo essa visão cidadã dessa população travestis e transexuais. Então, eu acho que a agregou valores importantes. Eu acho que a parada LGBT um puta de um movimento importantíssimo de visibilidade da população. A gente que começa a olhar de forma diferente. Ela traz à tona o negócio que provoca uma reação violenta, porque é um momento de explosão. (APÊNDICE E).

Para Rogério, essa disputa de valores na sociedade, em outras palavras, estes valores que são debatidos na esfera pública sobre a cidadania das travestis e transexuais, o aumento do seu capital social é permitido quando existem estas políticas públicas afirmativas e o ativismo LGBT operam nesse sentido. Sottili, inclusive, dá crédito à Parada LGBT como um ápice desta visibilidade.

Para Érica Malunguinho (PSOL), esta rede ativista opera de uma outra maneira:

E aí nesse sentido, o programa é Transcidadania importante, quando você tem uma rede de proteção e de luta. E aí que vai para a questão que se estava falando do ativismo digital uma rede de proteção e de luta que caminha junto a potencializar a naturalização desses corpos, ao mesmo tempo que faz diversas inquisições questionamentos sobre a ausência dos nossos corpos em espaços de sociabilidade saudável que estão o ativismo digital, que está lá fiscalizando ações diversas, porque, por exemplo, eu não tenho um braço. A gente não tem braço no mandato para saber o que está no TSE, que a gente precisa de uma rede mesmo, uma rede de solidariedade, de afeto, de proteção, para garantir com que nossas emergências têm um destino que devem que devem ter. (APÊNDICE B).

Érica (PSOL) entra numa outra perspectiva da importância do net-ativismo, que é essa configuração da rede de apoio para pessoas trans. Ela coloca estes ativistas digitais como parceiros do governo, na medida que formam uma rede de solidariedade para conseguir ter ações que o Estado não consegue cumprir. Ainda, ela confere ao movimento digital o papel de fiscal, de inquisidor, na medida em que ele questione a existência destes corpos trans na esfera pública. Esta dinâmica que ela traz só é possível, inclusive, com este novo habitar atópico e a quebra da concepção de espaço-tempo cartesiana que existia antes da atopia e do *aiôn* de Deleuze. Essa possibilidade de conexão com o diferente de forma instantânea, a relação simbiótica que há entre o físico e o virtual, ou seja, trazer do físico para o virtual e vice-versa, processar as informações e construir contextos e debates em uma destas esferas ou nas duas simultaneamente, tudo isto só é possível de se pensar quando se entende a atopia e estas possibilidades de ação sociotécnica e contexto reticular que a sociedade se insere hoje.

Symmy Larrat, no entanto, discorda um pouco desta visão do ativismo como parceiro do governo e das reais potencialidades que as redes sociais oferecem no fazer político. Para ela:

Olha, eu não acho que a gente impacta o governo. Eu acho que hoje tem uma coisa que é o seguinte os governos estamos conservadores. E aí eu acho que hoje não sentimos confortáveis. Quando você não vê um terreno fértil, você foca em outra coisa. Acho que hoje o movimento está mais focado em fazer por si, porque não acredita que vai sair, mas nada do governo. (...) Hoje é um espaço só de cobrança, entendeu? “Morreu alguém aí vou lá e pá” não tem mais espaço de um que pautar um sonho de construir projetos. Eu acho

que essa pegada não é a pegada do momento por conta da conjuntura que nós estamos vivendo, nacional, que se reflete nos Estados e que em São Paulo tem um impacto maior do que em outro lugar.

[...]

Eu acho que a internet é um *locus* da mobilização, é o *locus* não engajamento, mas não é o *locus* da formação. Eu não soube informar só com internet, à minha atuação, não pode ser só internet. Eu acho que a gente passa acabar acreditando que esse lugar é o todo e ele não é. Ele não se coloca no lugar, ele facilita. Posso chegar até uma pessoa na internet e eu posso achar uma pessoa pela internet, mas o meu cuidado com essa pessoa, ele não se dá só pela internet, ele não vai ocupar esse lugar eu quero dizer as pessoas precisam, estar umas com as outras. (APÊNDICE F).

Symmy discorda dos impactos que o net-ativismo faz no governo, na medida em que o governo virou um espaço de confronto mais do que de diálogo pela conjuntura que se é posta hoje, ou seja, de um governo mais conservador e resistente às pautas de diversidade. Não há como se construir projetos, porque não há relação: o lado do governo não quer conversar e o lado dos ativistas entende o recado, por isso parte para uma veia mais de cobrança.

Fazendo uma leitura crítica desta visão que, de fato, se confere na materialidade, há sim maneiras de o ativismo ter uma penetração, ainda que simplória, em governos conservadores para promover este debate. No âmbito da federação, isso se torna mais complicado, mas quando se pensa no Município e no Estado, esta penetração se faz de maneira um pouco mais presente via representantes do Legislativo, pois afinal, a votação do parlamento no Brasil, independentemente da União, do Estado, ou do Município, é feita por voto proporcional. Se há parlamentares que estão mais propensos a ouvir e se há parlamentares que são ativistas, é justamente aí que existem as possibilidades de existência do confronto e do debate sobre as pautas LGBT nas instâncias de poder. Claro que isso não é a mesma coisa que quando o Poder Executivo é aliado dos ativistas, mas isso não significa que o diálogo morre com a alternância de viés político-ideológico de governo. É, sobretudo, nas potencialidades destes confrontos que se consegue articular com a sociedade civil e denunciar as possíveis negligências que o Estado comete para com a sociedade, principalmente para com as pessoas que estão às margens. Em todo o

caso, o diálogo pode não ser amplo e ser preponderante, mas ele existe em certas instâncias e potencialidades que reverberam na esfera pública.

No tocante à fala sobre a internet, Symmy traz a questão do corpo-a-corpo e da necessidade que o ativismo possui somente de conectar, mas não de formar politicamente alguém. Que o contato físico permanece imprescindível para a formação, que ele é seu local legítimo. Esta monografia discorda desta linha de pensamento, quando trouxe, no segundo capítulo, as possibilidades que existem de movimentos na internet que tiveram caráter politizador e formador na internet. Os e-movimentos são claros quando eles demonstram um fluxo comunicacional que começa com formação política na internet, tendo como casos emblemáticos de *Black Lives Matter* (2020) e Primavera Árabe (2013). Os e-movimentos são, por excelência, a prova concreta de como a internet pode mobilizar e formar pessoas em prol de uma emancipação política e contra o *status quo* (evidentemente que o contrário também acontece). No mais, a própria Daniela Andrade trouxe em entrevista que foi a internet que proporcionou o seu descobrimento enquanto transexual e ativista, e Tyandra também trouxe que ele necessitaria que houvesse mais debates na internet sobre homens trans, para que a existência destes corpos também fosse reconhecida tanto quanto a de mulheres trans.

Para finalizar a questão da comunicação públicas e internet, o que Ricardo Dias e Érica Malunguinho (PSOL) convergem é que: o net-ativismo é grande facilitador de denúncias, funciona como esse canal direto para que se possa denunciar para o Estado ações violentas e preconceituosas contra a população LGBT. A atuação do Estado, inclusive, se torna mais rápida por conta disso. Isso é muito importante quando se pensa na manutenção dos direitos das populações trans e na efetividade das políticas públicas. Este *modus operandi* da internet de ser ágil, veloz, móvel, e dinâmica confere uma facilidade muito grande e, portanto, um engajamento maior destes ativistas para ficarem sempre vigilantes a quaisquer maus-tratos que pessoas trans possam sofrer na sociedade civil. Como Daniela Andrade falou anteriormente também, em contexto de pandemia, a internet se torna mais crucial ainda por isso.

5.3.2.3 *Transcidadania*

Existem aqui também diferentes visões acerca do Transcidadania. No que concerne aos benefícios que o programa trouxe para a população transexual, Rogério Sottili, Ricardo Dias e Symmy Larrat concordam que o programa trouxe uma grande elevação da moral das travestis e transexuais que faziam parte do programa. Rogério, por exemplo, acredita que o projeto não só agregou nesta questão da mudança de vida, como também na questão de outra visão que confere à sociedade sobre esta população e a possibilidade de o programa ser replicado para outras localidades.

Pensa nisso, cara! Quando uma mulher diz isso, sabe que é isso, essa cidadania pura, essa mulher ganhou vida, ela ganhou outra dimensão para a vida dela, sabe? Então, eu posso dizer para você que agregou informação, educação, trabalho, sabe, agregou, perspectiva de vida, agregou cidadania. Sabe? Com resto poderia dizer também que agregou que uma visão diferente sobre travestis e transexuais da Sociedade de São Paulo, da sociedade brasileira de modo geral, porque não tu tem ideia quando era secretário eu recebi em audiência a visita de mais de dez, quinze estados, cidades, Porto Alegre, Curitiba, sabe, Salvador pessoas que queriam conhecer o Transcidadania que queriam levar para a cidade dela eu já te falei Veio gente do Obama para conhecer. Sabe? Então agregou isso também. Uma mega, uma experiência para ser levado para outros lugares? Agregou. (APÊNDICE E).

Já para Ricardo Dias, ele traz mais este caráter subjetivo da moral reconquistada, que a travesti pode ser o que quiser, inclusive prostituta. Ele, inclusive, conta que se emocionou com um relato de uma travesti idosa que aprendeu a ler por conta do projeto. As possibilidades de vida agora são outras, como ele diz no excerto abaixo:

Mas o que a gente busca é mostrar o que é que essa pessoa ela pode ter um resgate moral melhorado, ela pode emocionalmente ter um crescimento que ela pode ter um ganho de vida. Mostrar para ela que não é só da prostituição que a pessoa pode sobreviver, ela pode começar a fazer artesanato, ela pode, através do estudo seguinte, houve meninas que conseguiram batalharam. Então, fazendo faculdade como outras que a gente viu, que largou no meio do caminho não teve jeito, mas acontece. (APÊNDICE D).

Symmy Larrat corrobora com esta assertiva de empoderamento que as travestis e transexuais tiveram com o projeto, mas também fala de como ele é simbólico de que as conquistas dos espaços no poder público são possíveis. Contudo,

ela lamenta que a diminuição do projeto para apenas a oferta de uma bolsa tirou o caráter do Estado de ser provocador de uma política pública em prol da cidadania.

O que eu acho que agregou, eu acho que ele havia uma aposta para que essas pessoas entendam que esse lugar tem que ser disputado no poder público, ele tem que ser disputado e acho que abriu uma porta para a gente arrancar o que a gente tem como reparação desse lugar. Eu acho que ele promoveu um *match* de algumas pessoas trans com o seu, fazer cidadão, de ocupar esse lugar, disputar isso. Eu acho que ele tem um ganho muito maior que isso, que é o de inspirar as pessoas, a possibilidade de recomeço. (...) Quando a gente tira o Transcidadania transforma em uma bolsa, reduz o programa. Isso um prejuízo tremendo para a vida das pessoas. O Estado para a renovação do Estado. Ela vai ser punido com isso. Para mim é uma perda, atraindo o que não tem mais, você não ouve mais falar do Transcidadania das ações que o Transcidadania pode promover, pra isso tem se falado de outras iniciativas, que são respostas comunitárias. Para isso, são abrigos, que estão surgindo, outros empregos. São os projetos que são expostas comunitários. O Estado não aparece mais como provocador. (APÊNDICE F).

É notório, portanto, que o caráter de elevação de uma moral, seja ela subjetiva e individual, ou mesmo política, aparece em todas as respostas desta pesquisa. Isso pode significar em como a população trans é tolhida de se enxergar como este ser potente e político, com possibilidades. Vivem tão às margens que, mesmo que a política pública não venha trazer uma mudança de ordem estrutural, como disse Érica Malunguinho (PSOL) acima, elas são vitais, no uso literal da palavra, para garantir a própria sobrevivência das pessoas, afinal, não existe cidadania de gente morta.

Na questão da comunicação do projeto, Sottili e Larrat concordam em que houve grande participação do próprio prefeito à época, Fernando Haddad (PT), no projeto. A sua vontade política foi preponderante para fazer com que ele fosse viabilizado. Rogério ainda salienta a disputa na Câmara dos Vereadores, mesmo com os partidos de esquerda, devido ao preconceito que se tinha; Symmy, por outro lado, salienta que o projeto fazia parte da agenda oficial do gabinete do prefeito, conferindo o tom de importância que o projeto merecia. Esses relatos deixam claro que o envolvimento da alta liderança é vital em qualquer organização para a viabilidade das ações e propostas que existem, sejam elas quais forem.

Ainda na questão da comunicação do Transcidadania tal como existe hoje, Ricardo traz os desafios que ele enfrenta, principalmente no cenário de pandemia e do ano eleitoral.

Porque todas as redes de comunicação que a gente tinha da Prefeitura, tudo por conta da pandemia. A gente passou a não fazer divulgação mais nenhuma do Transcidadania. Então, era, foi no boca-a-boca mesmo. A gente teve que trabalhar muito no boca-a-boca e a elas as que já estavam frequentando o Centro de Cidadania, que buscavam elas mesmo, levavam outras amigas para fazer inscrições. Foi um único mecanismo que a gente conseguiu para fazer com que elas fizessem as inscrições na fila de espera entendeu? Não, não tivemos uma divulgação ativa. (APÊNDICE D).

Dias traz a questão do cenário de pandemia, onde ele teve que recorrer ao boca-a-boca e mensagens instantâneas pelo celular, para conseguir ter contato com as pessoas que são abarcadas pelo projeto. Não houve também uma divulgação ativa das atividades, por conta do período eleitoral e isso poderia incorrer em crime eleitoral, conforme ele diz. O que mais impactou, contudo, foi a pandemia e repensar em toda a dinâmica de comunicação com as pessoas assistidas pelo projeto, uma vez que nem sempre possuíam celulares *smartphones* ou acesso a uma internet de qualidade. É aí que se faz o esforço de se manter na oralidade. Não é tanto da alçada desta pesquisa, mas vale pensar em quais contextos essa comunicação digital não poderia ser feita na internet (a sociedade paulistana não poderia saber das ações?), em que termos foi feito este trabalho presencial, que cuidados foram tomados para evitar a contaminação de coronavírus, entre uma série de outros questionamentos que não cabem fazer aqui. Só poderia adicionar que, mais para a frente, será difícil manter o histórico disto, a mensuração destas atividades feitas e qual a situação em que o projeto se encontra para a prestação de contas e numa eventual mudança de gestão.

Para finalizar, sobre a criação da PL 491/19 de expansão do projeto Transcidadania para o Estado de São Paulo, Érica Malunguinho (PSOL) diz que o net-ativismo não teve relação direta com a sua ideia de elaborar a PL, mas ele tem sim a ver com as potencialidades que promove para ela.

Olha só, em relação ao Transcidadania especificamente, não foi necessário esse ativismo digital era uma coisa que já estava no horizonte. Já fazia parte da discussão de pensar e elaborar por ter vivido a experiência de saber como o projeto foi exitoso no município etc. E tal, especificamente, mas o ativismo

digital ela é super importante, como falei para diversas outras para apontar diversas outras coisas que nós não conseguimos chegar por uma limitação óbvia. Então assim é fundamental. Ativismo não foi fundamental na questão do Transcidadania, para a criação do PL, mas para a potencialização do projeto de lei sim, importantíssimo, porque tensiona a sociedade civil. (APÊNDICE B).

Érica é categórica ao expor que o net-ativismo não teve papel preponderante na construção da PL, que ela é fruto do trabalho de base e de sua sensibilidade, já que se intitula travesti. Porém, ela também é categórica ao afirmar que o net-ativismo potencializa o projeto de lei, que ele amplifica as suas possibilidades e dá voz para que ele possa, talvez, correr de forma mais célere na ALESP (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo). Isto porque o net-ativismo é capaz de tensionar a sociedade civil, ou seja, provocar o debate, a discussão, mobilizá-la para que ela exija do poder público a configuração deste projeto de lei em lei estadual. Isto faz parte, como foi visto nos capítulos dois e três desta tese, dos pressupostos dos e-movimentos e da e-cidadania, pressupostos estes de mobilização política através do digital que podem não necessariamente construir a política pública do lado interno do Estado, mas pode, como falou Érica Malunguinho (PSOL) acima, mobilizar a sociedade para que debata na esfera pública (digital e/ou física) e interagir para fazer mudanças dentro deste poder público.

Considerações Finais

Este trabalho passou por grandes conceitos, dos mais variados teóricos e diversas áreas do conhecimento de modo que fosse possível perceber o quanto que a comunicação e a cidadania são complexas em sua epistemologia. Com o advento das novas TICs, a internet e as redes sociais, estes conceitos ficaram ainda mais complexos e passaram a requerer um olhar mais atento à maneira com a qual são entrelaçados e analisados, principalmente no tocante às novas formas de exercer cidadania que se fazem possíveis.

Como este trabalho pode averiguar em pesquisa, o ativismo digital não causou de forma direta a construção do projeto Transcidadania da Prefeitura de São Paulo em 2015. Este projeto foi muito vislumbrado pelo prefeito Fernando Haddad (PT) na época. Porém, esta vontade política da alta liderança é, como foi visto, essencial para que se faça políticas públicas que possam mitigar os danos e melhorar de forma substancial a vida das pessoas que estão à margem da sociedade, no caso, travesti e transexuais.

Os movimentos digitais entram em outra medida na forma de diálogo com o governo. Eles têm um caráter de denúncia do poder público e perante o poder público, para que este atue de forma mais rápida contra violências que ocorrem para com travestis e transexuais. Esta relação é mais direta e até mesmo informal, de maneira que consegue estabelecer uma ponte de diálogo mais efetiva com o Estado para que ele atue na manutenção dos direitos e na proteção das pessoas marginalizadas.

O net-ativismo pode não ter contribuído com a criação do Transcidadania, mas ele colabora não só na sua manutenção, mas sobretudo na formação política e cidadã das pessoas trans e travestis. As redes sociais e a internet conseguem, de maneira mais abrangente, democratizar o acesso ao conhecimento e à formação política e cidadã, pois proporciona o contato com várias outras pessoas, culturas e valores, e ainda, permite que as pessoas se conheçam e se identifiquem de maneira que as empodere para lutar pelas causas que elas abraçam. Esta é, sem dúvida, a contribuição mais valiosa dos e-movimentos: a potencialidade deles dialogarem com os seres humanos, ajudando em sua construção, tanto no que concerne à

subjetividade quanto à política, o que vai formando este cidadão que é ciente de si e de seus direitos.

A transcidadania, e aqui refere-se à cidadania das pessoas trans e não ao projeto, ocorre, portanto, nessa esfera da mobilização e da autopercepção. Estas dinâmicas não seriam possíveis dentro da esfera pública moderna, preconizada por Habermas, onde o Estado e a grande mídia capitalista operam os valores e manobram os debates dentro das suas visões de mundo. A pluralidade de visões de mundo que existem no átomo e seu contexto reticular e não *top-down* (de cima para baixo) permitem que a internet leve os seres humanos a um habitar mais emancipador, ainda que forças contrárias atuem nesta mesma esfera.

A emancipação real de corpos dissidentes (pessoas trans), ou mesmo de quaisquer corpos que habitam a esfera pública atópica, pode não vir da construção de políticas públicas vindas do Estado, conforme Érica Malunginho (PSOL) disse em entrevista. Mas, é notável, pela própria entrevista dela e das teorias elencadas aqui, o potencial que a internet permite de, não só exercer a cidadania dos sujeitos através de denúncias e diálogo com o governo, o que por si só já empodera os cidadãos, mas também de realizar esse trabalho de conscientização para que sejam feitas mudanças de ordem estrutural para o povo em direção à sua libertação.

Referências

ACCOUNTABILITY. *In*: CAMBRIDGE DICTIONARY. Cambridge – Reino Unido: Cambridge University Press, 2020. Disponível em: <
<https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/accountability>>. Acesso em: 16 de novembro de 2020.

ASSASSINATOS de pessoas trans voltam a subir em 2020. **ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais**, 2020. Disponível em:
<https://antrabrasil.org/category/violencia/>. Acesso em: 20 de novembro de 2020.

BARBOSA, Bruno Cesar. **Nomes e Diferenças: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual**. 2010. 130 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BORTONI, Larissa. Expectativa e vida de transexuais é de 35 anos, metade da média nacional. **Senado Notícias**, 20 de junho de 2017. Especial Cidadania. Disponível em:
<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional>. Acesso em: 20 de novembro de 2020.

BRANDÃO, Elizabeth. **Comunicação Pública**. *In*: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, nº 21, 1998, Recife. Paper. Recife: Intercom, 1998, p 1 - 17.

CABALLERO, Francisco Sierra. Movimientos urbanos y comunicación transformadora: elementos de análisis del nuevo activismo digital. **Perspectivas de la Comunicación**. Universidad de la Frontera – Chile, vol. 12, p. 195 – 219, outubro de 2019.

CABALLERO, Francisco Sierra. Tecnopolítica y nuevo “sensorium”: notas para una teoría de la cibercultura y la acción colectiva. **Index.Comunicación**. Madri – Espanha, n. 9, p. 173-193, janeiro/dezembro de 2019.

CABALLERO, Francisco Sierra; GRAVANTE, Tommaso. Cidadania digital y acción colectiva en América Latina: una crítica de la mediación y apropiación social. **Revista NuestrAmérica**, Concepción, Chile, vol. 6, p. 79-100, maio de 2018.

CABALLERO, Francisco Sierra; ROBLES, Vicente Barragán; GÁLVEZ, Javier Francisco Moreno (orgs.). **Derechos Humanos, comunicación y luchas por la dignidad**. Quito: Ediciones CIESPAL, 2018.

CIDADE DE SÃO PAULO. **Decreto nº 55.874**, de 29 de janeiro de 2015. Institui o Programa TransCidadania, destinado à promoção da cidadania de travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade social; altera disposições dos Decretos nº 44.484, de 10 de março de 2004, e nº 40.232, de 2 de janeiro de 2001. Diário Oficial da Cidade de São Paulo, São Paulo, SP, ano 60, n. 20, 30 de janeiro de 2015.

CIDADE DE SÃO PAULO. **Decreto nº 58.227**, de 16 de maio de 2018. Confere nova regulamentação ao Programa TransCidadania, instituído pelo Decreto nº 55.874, de 29 de janeiro de 2015, bem como institui e inclui, no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo, o “Mês da Visibilidade Trans”. Diário Oficial da Cidade de São Paulo, São Paulo, SP, ano 63, n. 91, 17 de maio de 2018.

CUNHA, Taís. Brasil lidera ranking mundial de assassinatos de transexuais. **Correio Braziliense**, Brasília. Luta por diversidade. Disponível em: <http://especiais.correiobraziliense.com.br/brasil-lidera-ranking-mundial-de-assassinatos-de-transexuais>. Acesso em: 20 de novembro de 2020.

DI FELICE, Massimo; PEREIRA, Eliete; ROZA, Erick (orgs.). **Net-ativismo: Redes digitais e novas práticas de participação**. 1ª edição. Campinas: Papirus, 2017.

FACCHINI, Regina; LINS FRANÇA, Isadora. De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro. **Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana**. Rio de Janeiro, n. 3, p. 54-81, 2009.

FARIAS, Luiz Alberto de (org.). **Relações públicas estratégicas: Técnicas, conceitos e instrumentos**. São Paulo: Summus Editorial, 2011.

FEITOSA, Cleyton. Mapeando demandas por participação política da população LGBT no Brasil. **Revista Bagoas – Estudos Gays: gênero e sexualidades**, Natal, n. 17, p. 282-317, 2017.

FERREIRA, Guilherme Gomes; AGUINSKY, Beatriz Gershenson. Movimentos sociais de sexualidade e gênero: análise do acesso às políticas públicas. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 16, p. 223-232, julho/dezembro de 2013.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. 1ª edição. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

HASWANI, Mariângela Furlan. **A comunicação estatal como garantia de direitos: foco no Brasil, na Colômbia e na Venezuela**. 2010. 220 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (Prolam/USP) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MATOS, Heloiza (org.). **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA/USP, 2012.

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno de; MAROJA, Daniela. Por onde andam as Políticas Públicas para a População LGBT no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília, v. 27, n. 2, p. 289-312, maio/agosto de 2012.

MENDES, Maria Goretti Soares; HARTMANN, Rebeca Spencer; COSTA, Regina Alice Rodrigues Araujo (orgs.). **Debates e reflexões sobre direitos da diversidade sexual e de gênero**. 1ª edição. Recife: FASA, 2019.

MIRANDA, Michelle Borges. **Mais do que rua, camisinha e gel: TransCidadania, a experiência de um programa para travestis e transexuais na cidade de São Paulo**. 2018. 186 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

NASSAR, Paulo; Santos, Hamilton dos (orgs.). **Comunicação pública: por uma prática mais republicana**. São Paulo: Aberje, 2019.

PEREIRA, Cleyton Feitosa. Notas sobre a trajetória das políticas públicas de direitos humanos LGBT no Brasil. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**. Bauru, v. 4, n.1, p. 115-137, janeiro/junho de 2016.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Programa Operação Trabalho**, 2020. Instituído pela lei nº.13.178 de 17/09/2001, com nova redação na lei 13.689 de 19 de dezembro de 2003, o **Programa Operação Trabalho (POT)** tem como objetivo conceder atenção especial ao trabalhador desempregado, residente no município de São Paulo, pertencente a família de baixa renda, visando estimulá-lo à busca de ocupação, bem como à sua reinserção no mercado de trabalho. Em 2017, o POT atendeu pouco mais de 1950 pessoas, em 2018, até o momento foram atendidas 431 pessoas. Disponível em: <

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento/cursos/operacao_trabalho/index.php?p=610>. Acesso em: 18 de novembro de 2020.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Transcidadania**, 2020. O Programa promove a reintegração social e o resgate da cidadania para travestis, mulheres transexuais e homens trans em situação de vulnerabilidade. Atualmente o programa possui 240 vagas. Disponível em: <

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/lgbti/programas_e_projetos/index.php?p=150965>. Acesso em: 18 de novembro de 2020.

QUEER. *In*: CAMBRIDGE DICTIONARY. Cambridge – Reino Unido: Cambridge University Press, 2020. Disponível em: <
<https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/queer>>. Acesso em: 16 de novembro de 2020.

SANTOS, Émerson Silva; PEREIRA, Cleyton Feitosa. Políticas públicas LGBT: uma análise do programa Transcidadania da prefeitura de São Paulo. **Cadernos do Tempo Presente**, São Cristóvão – SE, n. 28, p. 54-63, abril/junho de 2017.

Apêndices

Apêndice A – Entrevista Daniela Andrade

GABRIEL: Agora que você conhece apresentasse um pouquinho, Dani antes da gente começar.

DANIELA: Eu sou Daniela Andrade, eu sou uma mulher transexual eu participei aí durante alguns anos, diria que mais de uma década do movimento de travestis transexuais no Brasil e atualmente estou no Canadá. Mas esse envolvimento com os temas relacionados à comunidade trans é algo que evidentemente vai me acompanhar pelo resto da vida, porque eu vou morrer sendo trans né, não tem, você não deixa de ser trans por conta de qualquer outro fator. A menos que você sofre uma lavagem cerebral como a gente vê em alguns casos com a tal cura trans, que também tem a cura gay mas enfim, isso são outros quinhentos, e é isso, continuo envolvida apesar de não estar mais no Brasil. Mas eu tenho muitos amigos e amigas no Brasil, pessoas trans, muito queridas, pessoas LGBT. Pessoas que estão aí lutando todos os dias estão na batalha para que o Brasil seja um lugar um pouco mais seguro para as pessoas trans e o mundo né, até porque o Brasil tem uma enorme importância e na América Latina, o país, quando a gente pensa a América Latina automaticamente, primeiro país que a gente vai pensar, vai ser o Brasil pelo seu tamanho, pela sua importância no cenário internacional.

GABRIEL: Exatamente! Bom, então, para começar, a pesquisa está dividida em três esferas. Vou começar pela questão do movimento Trans. E aí ativismo Trans tá? No geral, e eu queria que você me discorresse um pouco sobre a sua visão, da articulação de ativistas trans dentro do movimento.

DANIELA: A minha visão sobre a articulação de ativistas trans dentro do movimento?

GABRIEL: Isso!

DANIELA: Bem complicado e bem abrangente essa pergunta, hein? (risos) Bom, Enfim! Acho que poderia ficar falando horas aqui sobre como o que eu vejo, mas tentando fazer um resumo bem a grosso modo, eu acredito que os movimentos sociais têm se articulado muito bem, a gente tem tido algumas vitórias judiciais aí nos últimos anos. Infelizmente, as vitórias que têm havido para a Comunidade Trans no Brasil vem pela eu falo infelizmente, porque o ideal seria que vê se pela via do Legislativo né, que

a gente conseguisse ter leis que garantissem explicitamente direitos para essa comunidade. O que a gente tem visto é que, se não tivesse o Judiciário, provavelmente a gente não teria nada porque as garantias que aconteceram para a comunidade LGBT de um modo geral vieram do Judiciário por pressão dos movimentos sociais que entraram com ações judiciais que garantiram, por exemplo, o casamento igualitário. Enfim, que se criminalizou a Homotransfobia recentemente, mas em matéria de eles legislativo a gente tem contrário. Tanto que a recente decisão do Judiciário para criminalizar a Homotransfobia determinou que o Legislativo continuava em falta com a comunidade LGBT. Então eu acredito que os movimentos trans né, eu falo os movimentos porque são vários, de um modo geral, eu percebo que eles estão se articulando melhor para que a gente consiga ter algumas garantias constitucionais. Porque garantias de fato acho que depende muito mais do que apenas ter uma lei. Não basta ter uma lei. A gente tem muitos exemplos no Brasil de que leis não pegam. Então não adianta só ter escrito aquilo, ter uma decisão judicial, se aquilo não está sendo fiscalizado e cumprido. Eu acho que uma das tarefas do movimento ação é a fiscalização, é a denúncia, e ainda que existam, vê ainda que eu vejo que tem muita fragmentação dentro do movimento. É um movimento, historicamente, é muito fragmentado a própria definição, aí a distinção entre travestis e transexuais já é uma enorme fragmentação, porque você, de uma parte, você vê uma parcela dizendo que a gente está falando, de movimentos de travestis, da outra movimento de transexuais da outra, a gente tá falando de ambos, então do que a gente está falando? Então eu acho que a própria definição da identidade travesti/transexual já é por si só um fator que convoca a este movimento a debater o que que é o movimento. Então existem algumas cisões aí dentro do movimento do ponto de vista sociológico, do ponto de vista legal. Inclusive né, porque a gente percebe que algumas pautas que são específicas de uma parte da comunidade trans, por exemplo, o direito à cirurgia de transgenitalização, a outra parte não vai precisar né, então até que ponto essa parte da comunidade trans, que não precisa dessa cirurgia, está envolvida para se garantir que a outra parte, que precisa, tenha este direito, né? A gente vê que na prática, muitas vezes essas pautas são colocadas para baixo do tapete, como se elas não se for como se não fossem pautas essenciais para uma parcela da comunidade trans. Então existem o fragmento ações dentro do movimento. Se a gente for olhar mais com uma lupa mais a grosso modo, eu vejo que

também existem uniões em torno de algumas pautas comuns que possibilitaram algumas vitórias judiciais.

GABRIEL: Perfeito gostei muito, mas eu não posso gostar nem desgostar dessa resposta porque sou pesquisador, mas legal, bacana. E qual é a sua visão sobre a cidadania Trans, assim que eu quero o dizer com isso, na sua visão, o que faz uma pessoa trans ser um sujeito social pleno de direitos do cidadão?

DANIELA: Olha, é a Berenice Bento que é uma pesquisadora e de gênero que você deve conhecer bastante. Ela usava um termo que era a cidadania gambiarra para se referir à população trans. Que a gente que a gente está falando, de uma população que, de fato não tem cidadania né, porque eu acredito que a cidadania não é algo que que existe na escrita, por meio de como acabei de falar, a questão da garantia judicial não basta. A gente tem uma lei nessa gente, né, se ler a Constituição Federal do Brasil é uma Constituição extraordinária, eu choro. Lendo a Constituição Federal é um texto lindo! Se a gente só se pautar pela Constituição Federal, parece que o Brasil é o melhor país que existe no planeta, mas a gente sabe que não basta ter o texto escrito. Não basta ter a garantia, é importante ter a garantia do Legislativo. É importante ter um diploma legal? Sim! Porque sem o diploma legal, como é que você vai reivindicar perante o Estado? Um direito que o Estado não pautou? Né, não está escrito, não está positivado na lei, porém não é só isso. Isso é uma parte do que a gente pode considerar uma cidadania plena, mas não é um todo a cidadania para o meu entendimento, ela se faz no dia a dia, no exercício do que a gente pode chamar a sociedade. O quanto esta sociedade te respeita o quanto à questão dos direitos e deveres são colocados de maneira igual. Então, assim não é só ter deveres, a gente sabe que a população trans no Brasil tem o dever de pagar impostos como qualquer outra população e os direitos dessa população né? Porque à medida que eu contribuo para o Estado na forma de impostos e não só em impostos, porque impostos, é só uma das formas que a gente contribui para o Estado, mas a gente também contribui para o Estado não praticando crimes. Infelizmente a gente fala de uma população que estigmatizada como criminosa e isso não existe qualquer estudo que comprove, que a população seja mais criminosa que as outras que as outras populações que as outras comunidades e que ser trans transforma uma pessoa em criminosa. Mas enfim, eu acredito que há muitas formas de você contribuir para a sociedade e manter o bom funcionamento da sociedade que não seja apenas pagar impostos. Apesar de que

pagar impostos é uma das formas que a gente contribui para a sociedade e no Brasil, especificamente, é uma das formas mais injustas e desigualitárias, que a gente tem uma carga de impostos altíssima e que penaliza muito mais os mais pobres. E uma vez que a gente fala da população trans, a gente está com uma população que majoritariamente, é muito pobre, logo, que é muito penalizada pela carga de impostos brasileira e um Estado que não devolve os direitos que essa população deveria ter, e que estão garantidos. Inclusive, por exemplo, a saúde é um direito de todos, está garantido na Constituição Federal, mas a gente sabe que a população trans não tem direito à saúde, em que pese as exceções. Por exemplo, na cidade de São Paulo a gente tem ambulatorios de travestis e transexuais, a gente tem as UBS, que inclusive outra cidadania e que é uma intersecção entre várias políticas públicas tenta de alguma forma segura para essa população e que, ao meu ver, tenta assegurar de uma forma ainda extremamente incipiente, embrionária, porque a gente está falando de uma cidade que tem onze milhões de habitantes. Então, a gente está falando de uma política pública que estabelece que você vai ter direito à saúde. Mas você vai ter direito à saúde, em alguns aparelhos específicos, na cidade de São Paulo, que você conta nos dedos de uma mão. Eu não sei como ele está hoje, mas a última vez que eu vi você tinha, há uma UBS no bairro da Santa Cecília. Eram quatro UBS ao todo e assim, no meu entendimento, você deveria ter o direito, independente da sua identidade de gênero, de ter um atendimento médico e de qualidade, do lado da sua casa. Se não, precisaria ter que se deslocar até o centro de São Paulo, lá na Santa Cecília, para poder se consultar com o médico. Então, assim, você vê que é extremamente precário o exercício e a prática dessa cidadania. O que a Berenice chama aí de cidadania Gambiarra, você não tem uma cidadania de fato, porque você tem são alguns arremedos de cidadania, para que, por exemplo, a gente está agora, em época de eleição. O prefeito diga que existe Sim, aí a saúde para a população ela está disponível, mas ela está disponível. De que forma? Para que? O qual o esforço que você tem que fazer para poder chegar numa UBS que atenda uma travesti que não seja preconceituosa, através de não ser não seja atendido de uma forma preconceituosa?

GABRIEL: Não sei se assim, quando você achar que uma resposta, pode ser repetitiva, você pode falar tá? Porque como é uma entrevista de profundidade pode ser que algumas respostas das perguntas encaixem em outras, então se você sentir

que já deu a resposta a gente pode pular tá? Só avisando. Qual é a sua visão sobre os direitos conquistados até os dias de hoje? Como operou essa luta, como operou essa luta dentro do movimento?

DANIELA: A minha visão sobre como operou a luta até os dias de hoje?

GABRIEL: É, dos direitos conquistados para população trans.

DANIELA: Bom, eu acho assim uma coisa que eu percebo não só no movimento trans, mas o movimento LGBT, de modo geral, é que é um movimento que fragmentado por natureza e extremamente cooptado pelos partidos políticos brasileiros. Então, você vê o começo da história desse movimento no que toca. No que diz respeito às pautas de políticas públicas, você vê que é um movimento que inicialmente foi absorvido por partidos políticos. Aí, no caso especificamente que começa a se gerar, eu estou falando especificamente da questão, eu sei que o movimento social é uma coisa muito mais ampla, que não é apenas aquele movimento institucionalizado que foi lá no cartório, registro, sua ONG, registrou sua associação. No meu entendimento, o movimento social é uma coisa que a gente faz no dia a dia. Eu preciso estar filiado a uma, ONG, um partido político, uma associação, órgão de classe, para fazer compor esse movimento social, ainda que muitas pessoas acreditem isso. Tem gente, eu cansei de encontrar pessoas que acreditam que se você não tiver em uma ONG LGBT você não tá no movimento LGBT, e aí eu me pergunto se a gente pensar, por exemplo, na marcha de stonewall, todas pessoas ali na marcha, elas estavam filiados alguma ONG? Porque uma coisa assim muito institucionalizada, e institucionalizada, num um péssimo sentido, de que parece que, se você não tiver uma carteirinha de ONGs, da Associação de instituição, você não é ninguém. Você não luta, como se no caso das travestis das mulheres transexuais que, por exemplo, estão na pista se prostituindo e que muitas delas nem sabe o que é uma ONG. Nunca nem ouviram falar numa ANTRA, Associação Nacional de Travestis e Transexuais, como se elas estivessem lutando por direitos, para o direito de estar viva, pelo direito de mostrar para a sociedade que aquele corpo é um corpo sujeito de direitos e que tem tanto direito de ocupar aquele espaço como qualquer outro. Enfim, eu percebo que a gente tem um movimento que foi extremamente cooptado por partidos políticos no Brasil. E isso para mim, o auge foi quando o PT chegou ao poder. Você vê um movimento trans muito aderente a esta esquerda petista quando Lula e

Dilma estava no poder. E quando você percebe que foram treze anos de PT no poder. E aí eu sempre me pergunto eu estou falando do PT, porque é o partido que se diz a esquerda que isso subiu ao cargo máximo da República, aí alcançaram o cargo de presidente da República e que foram treze anos. Então me pergunto o que mudou em questões de políticas públicas para travestis e transexuais no Brasil. Porque a gente tem uma população que nesses governos continuou às margens da sociedade. Obrigada a se prostituir, noventa por cento, continuou obrigada a se prostituir. Continuou sendo assassinada. Então eu percebo que essa época de PT no poder foi uma época em que a gente já tem um partido que está do nosso lado no poder. Então, é quase como se os direitos já estivessem dados. A gente não precisa se lutar tanto assim por eles. Eu percebia o nome de todos esses anos, enquanto muitas pessoas dentro desses movimentos foram caladas por conta disso. “A gente não pode criticar os governos do PT porque eles estão do nosso lado”. “A gente está apontando a arma para o lugar errado, a apontar a arma para a direita” e o quanto as políticas públicas não simplesmente não andaram. Então, eu acredito que, uma vez que o PT saiu do poder e aí chegou Temer e hoje em dia, esse projeto genocida do governo Bolsonaro, eu acho que muita gente caiu na real. Caiu a ficha para muita gente, não só para a população trans, porque a população trans ela já sofria o que hoje o resto da população está sofrendo. A população trans não tinha direito a nada. O nome social é uma coisa muito recente, essa conquista de conseguir ir a um cartório, mudar seu nome. É algo muito pra ontem eu mesma tive que lutar judicialmente para ter direito a ser respeitada como Daniela. Então eu acredito que, nos últimos anos, uma vez que o restante da sociedade sentiu que o seu supostos direitos, porque, se a gente for falar em direitos humanos no Brasil, para mim, o que a gente teve até então foram, como diz a Berenice Bento, puxadinhos de cidadania. Será que a população negra pode dizer que durante os governos do PT estava tudo bem para eles? É onde o que hoje em dia, agora, no Bolsonaro é algo surreal que está acontecendo em matéria de ataque, destruição de direitos. Mas será à população indígena, eu sei que se bateu recordes de assassinato, genocídio de indígenas no Brasil? Nos governos do PT, muitas pessoas têm o hábito de acreditar que nos governos de esquerda, no Brasil, tudo estava bem. Tínhamos políticas públicas e a partir do momento que os governos de esquerda deixam poder essas políticas públicas deixam de existir. Eu não concordo com isso. Eu acredito que no caso da população trans, a gente sempre esteve na luta.

Eu acho que os direitos que a gente conquistou via Judiciário ultimamente, é, eu acredito que ele se deve muito ao fato de que não se comprou essa ideia de que agora não. “Agora, a gente tem um partido político que está do nosso lado. Então, a gente olha, podemos ficar aqui de boa”. Eu acredito que não, que esse partido e que este governo tenha sido um inimigo explícito, mas a gente tem fatos que aconteceram nos governos petistas, como por exemplo a ascensão de Marco Feliciano na Comissão de Direitos Humanos e Cidadania na Câmara dos Deputados que chegou lá porque o PT simplesmente deu as costas para essa comissão. A gente tem Dilma dizendo que ela não ia falar pautar a questão LGBT, porque o governo dela não ia fazer propaganda de opção sexual, mesmo o PL que iria criminalizar a Homotransfobia no Brasil, mesmo quando o PT tinha maioria no Congresso Nacional, que a maioria eram seus aliados, isso não andou, e não andou porque também o PT não estava nem aí para isso, inclusive, teve a volta do PT para enterrar esse PL, eu sei que o senador Lindbergh Farias, do PT votou contra esse PL, então, assim eu vejo que se por um lado a gente tem um movimento institucionalizado, cooptado por parte de partidos políticos dizendo que olha este partido aqui, o nosso amigo, aquele ali é o nosso inimigo por outro a gente tem um movimento começou a ficar ainda maior, mais volumoso que desde sempre acreditou que os direitos nunca estiveram dados. A gente sempre teve que lutar por eles, porque, no final das contas entre esquerda direita e centro, continuamos sendo corpos marginalizados dentro de um país hipocritamente cristão conservador, a maioria conservadora, tanto que elegeram este presidente que aí está e que desde sempre nos perseguiu, nos apontam. Desde sempre fomos vítimas de chacotas, de linchamentos verbais, de linchamentos físicos. Um país que desde sempre, foi campeão mundial de assassinatos de LGBTs, um país que desde sempre discriminou as LGBTs das piores formas possíveis. Eu desconheço qualquer LGBT no Brasil, pelo menos as do meu círculo de amizades que não tenham uma história horrível, que a contagem discriminação que sofreu no Brasil.

GABRIEL: Sim, eu como LGBT como sei bem o que se está falando, é realmente doloroso, viver nesse país Assim, não só não só pela gente, mais pelos nossos pares, assim lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, enfim, eu me sensibilizo muito por essa pauta e é uma das razões pelas quais estou fazendo um TCC sobre isso, porque, enfim muito doloroso viver numa sociedade que é tão violenta para a gente, terrível.

Qual a sua visão sobre o papel educacional e conscientizador que o movimento tem para a população trans que abarca?

DANIELA: O papel conscientizador?

GABRIEL: É, educacional, conscientizador, de formação? Vamos dizer assim, formação política do movimento, seja ele qual o movimento for ou pode ser até institucional, não institucional, mas qual o papel que você vê que esse ativismo trans tem de formação política para a população Trans no geral.

DANIELA: Eu acredito que é um papel fundamental, sabe? Perceba a diferença com que as pessoas falando especificamente da própria população trans a forma como as pessoas quando eu comecei lá, há dez, quinze anos atrás, a forma, a própria forma como se as pessoas trans eram referidas, a própria, a forma como as próprias pessoas trans sem viam. Eu percebo uma mudança muito radical para mim. Vejo essas trans novinhas hoje em dia de treze catorze, quinze anos, umas trans militantes, inclusive que eu não via esta consciência das novinhas e mesmo quando você conversa com travestis e transexuais, que são ainda mais velhas que vieram de uma outra geração. Quando não se nem se falava sobre identidade de gênero, quando a diferença é, eu lembro de ter participado de um evento em que tudo era bicha alguma coisa, bicha operada, bicha montada, a bicha isso a bicha aquilo. Hoje em dia a gente fala sobre não binários, por exemplo. É uma discussão muito recente. Não que não binários nunca tenha existido, mas quando que isso foi pautado e porque está sendo pautado né, a gente sabe que é pelo movimento social. Não fosse o movimento social, quem estaria pautando isso? Quem estaria, por exemplo falando sobre olha, tem que falar sobre direitos de travestis e transexuais é um movimento social, o que é o que são os direitos dos travestis, transexuais. Quando a gente fala na questão da saúde, por exemplo, que é uma pauta a questão do emprego e renda, que é uma pauta muito central em outra cidadania, porque a populações travestis, transexuais, não consegue um trabalho formal? Porque que quando a gente tem cem travestis e transexuais automaticamente vem na nossa cabeça prostituição, porque quando a gente fala de prostituição automaticamente vem a nossa cabeça, criminalidade. Então eu acho que ainda é algo muito embrionário. Eu acredito que muitas vezes a gente fala para nossa bolha. A gente entende que quando a gente fala para nossa bolha, a gente tende acreditar que parece que tudo está mudando “Olha os direitos LGBTs estão

mudando”, e aí eu me questiono bastante. O que será que será que as pessoas estão querendo dizer com os direitos com os direitos LGBTs estão avançando no Brasil, por exemplo, porque a gente tem uma decisão do Supremo Tribunal Federal que sequer é respeitada pelo próprio órgão do Estado. A gente vê aí a AGU que recentemente protocolou ação judicial para tentar derrubar a decisão do Supremo Tribunal Federal para quem que chegar essa decisão do Supremo Tribunal Federal, será que essa gente formar na ponta, lá na favela, no morro, lá na pista de prostituição e falar assim pra travesti “Olha, querida o Supremo Tribunal Federal criminalizou Homotransfobia”, Ela não sabe nem o que é sobre. Imagina ela chegar a uma delegacia de polícia e falar “Olha, querido o Supremo Tribunal Federal criminalizou”, ela sai de lá presa. Então, assim eu acredito que muitas vezes a esquerda, o movimento social que estão na academia, que são privilegiados, que estão na universidade algumas vezes, vem de uma forma muito míope que essa questão de avançar dos direitos LGBT. Porque, para mim, a avançar os direitos de defesa é a práxis, é a prática cotidiana e não é a questão no papel escrito, porque, até porque, se a gente for pegar papéis, pega a Constituição de mil novecentos e oitenta e oito, a gente tá em dois mil e vinte. Se a gente pegar esse texto constitucional de oitenta e oito, quanto daquilo que está no papel escrito, está acontecendo na prática? Então assim, se a gente falar que direitos, LGBTs avançaram por conta de decisões judiciais, a gente esquece. Ou a gente resume a cidadania a uma mera formalidade burocrática, escrita, um papel, é eu pegar um papel, escrever na hora. LGBTs têm direito gays têm direito a se casar. De fato, agora, teoricamente, um casal homoafetivo pode ir até um cartório e se casar. E depois? será que os direitos se resumem a um papel que você assina no cartório? E o respeito do dia a dia? Será que um casal LGBT, dois homens podem andar de mãos dadas despreocupadamente em qualquer ponto do Brasil? Porque olha que essa decisão aí do casamento, não é de ontem. Não é da semana passada e não é do ano passado. Ela já tem algum tempo. E por conta dessa decisão, um casal de homens pode andar de mãos dadas, dar uma bitoca na rua, como qualquer casal hétero cis faria, despreocupadamente? Então, o que significa isso, de direitos LGBTs, estarem avançando do que a gente está falando exatamente, então? Eu acho que o movimento ação, ele tem um papel fundamental nisso tudo porque eu acho eu acredito que, inclusive, um dos papéis do movimento social é lembrar as pessoas LGBTs que olha “olha querida, não é porque o Supremo Tribunal Federal decidiu que agora as bi

podem se casar que a gente já pode cruzar os braços e ó. Ótimo. Tudo se resolveu.” E não estou falando das pessoas LGB e olha que eu não tô falando nem da população trans, porque essa decisão e do casamento ela é muito mais antiga. Se eu não me engano ela é de dois mil e onze, eu não lembro, mas é muito antiga.

GABRIEL: É de dois mil e treze.

DANIELA: Dois mil e treze, quantos anos se afastaram né. Então, se nem para esta população os direitos estão garantidos, quiçá pra população trans que, praticamente ontem, né. A gente começou a se falar sobre direitos trans de forma institucional, pautando-se aí, por exemplo, na do órgão supremo do Judiciário.

GABRIEL: Para fechar essa parte de ativismo na verdade, do movimento social trans, eu queria saber quais são os pontos fortes e os pontos a melhorar que você identifica no movimento trans.

DANIELA: Eu acredito que um dos pontos a se melhorar é, eu acho que muitas vezes a gente fica deram voltas em torno do rabo para poder debater a questão do que é o que. Quem é através de quem é transexual, qual a diferença entre travesti transexual, quem? A transgênero, quem não binário? Quem é isso? Quem aquilo? A gente se desgasta, inclusive internamente, dentro deste movimento com essa questão. Porque se você, quando você começa a perceber mais a fundo, dentro desse movimento, você percebe que a guetos dentro do movimento, assim como a guetos, dentro de outros movimentos, eu sei que aprender do movimento gay quem está de fora parece que existe o movimento gay, mas quando a gente vai observar o movimento gay mais aprofundadamente a gente percebe que tem o direito das afeminadas. Tem um gueto da bicha Barbie, o gay urso, enfim, cada um faz o seu grupinho e cada um luta pelo seu umbigo porque, olha, não sou afeminada, então as afeminadas que lutem por elas. E o mesmo acontece no movimento trans. Eu sou travesti, eu vou lutar pelas travestis. Eu sou uma mulher transexual que fez a cirurgia. Eu sou redesignada então aqui, o meu movimento ao movimento das redesignadas, ah eu sou binário. Então, aqui com o meu movimento é um movimento que a gente vai falar, sobre não binariedade, que parem de falar ele/Ela que a gente fala elo! E enfim, você percebe uma fragmentação muito grande. Eu acredito que não, que não seja válido. Eu acho que é muito válido que a gente fale o que é a travestilidade, quais o, que significa ser travesti no Brasil? O que é a cirurgia de transgenitalização? O que significa ser uma

mulher transexual, um homem trans que passou por essa cirurgia, quais os direitos essa pessoa tem ou não tem? O que que é ser? Eu acho que é muito válido tudo isso, mas se percebe que às vezes, ao invés de a gente tenta achar aquilo que une todo mundo, a gente achar as nossas semelhanças. A gente fica muito preocupado em achar as nossas diferenças. A gente fica muito preocupada em achar o que nos separa “a não eu não luto por não binário.” Eu cansei de ver isso no movimento trans “a não, não binário é uma população que luta, eu estou aqui, a gente está aqui lutando para que as travestis tenham o que comer e o pessoal não binário lutando por causa de mudar a língua portuguesa”, sabe são as coisas que você ouve. Então, assim você percebe que as pessoas estão tentando achar que tem que separa elas e não o que as une. E assim eu acho que a gente chegou aonde a gente chegou no Brasil, porque se você pegar a própria cidade de São Paulo, você tem candidatos à prefeitura e bons concorrendo pelo campo da esquerda. O PSOL está concorrendo com o candidato PT tá correndo com outro candidato, o PSTU tá concorrendo com outro candidato. Será que a gente, no momento que a gente está vivendo neste país com uma destruição de direitos da população LGBT e trans e da população negra, da população indígena e da população de um modo geral, com a velocidade que está acontecendo, será que realmente é o momento da gente ficar procurando diferenças para poder compor em grupos diferentes, para concorrer à prefeitura de São Paulo? Eu não sei eu acredito que não, mas você sabe, o movimento social é um retrato do que é a política partidária, que por sua vez é um retrato do que a sociedade, cê percebe, que dentro da sociedade as pessoas estão o tempo inteiro, formando seus guetos e ao invés, de sabe? Até dentro de toda a comunidade LGBT sabe. Parece que na comunidade LGBT é cada um por si. Salve se quem puder aqui o meu grupinho das bichas afeminadas, ah ali é o grupinho, “a você é uma bicha barbies o seu grupinho é ali”, sabe? “não vem aqui” e sabe a gente chegou em um momento da história deste país. Eu acredito que esse momento aconteceu por conta de um projeto político que vem de muito tempo, de destruição da educação e de umbiguismo que as pessoas, elas não conseguem mais se conectaram, mas elas não conseguem mais encontrar os seus pontos em comum. Cada um quer formar o seu movimento e lutar, por si sabe, eu lembro de uma um evento que participei da Djamila Ribeiro que você deve conhecer, em que ela falava que o movimento negro ela só era negra e no movimento de mulheres ela era só mulher. Ela não podia pautar a questão de negritude no movimento de mulheres e não

podia pautar a questão de racismo de gênero no movimento negro, sabe se foi você é tudo muito compartimentado. Entendeu tudo muito isso é tudo departamentalizado. Você não é uma pessoa total. Eu não sou a Daniela Andrade mulher, por ser mulher, eu vou no movimento feminista. Se eu sou trans vou no movimento trans, ah então tem uma questão LGBT. Eu sou lésbica, então vou lá no movimento LGBT sabe. Você é partes, você não ser humano total. Isso é uma crítica que eu faço ao movimento trans. Eu acho que se estende aos demais movimentos sociais também. Você acaba lutando por pedaços de humanidade e não por um ser humano total. Aqui a gente luta pela pelo hormônio, tá as pessoas trans, que não vão precisar de hormônio? “a não a elas não, é outro grupo”. Sabe aqui no Transcidadania. A gente, por exemplo, aqui Transcidadania a gente vai inserir as pessoas. A gente vai falar das pessoas trans, que estão marginalizadas, que estão, que é algo extremamente importante, que é para ontem você é uma mulher transexual, que fez faculdade, tem pós graduação, Então aí não é Transcidadania, vai procurar sua turma.

GABRIEL: Bom, aí fecha um pouco esse arco de movimentos, a gente fala um pouco de governo agora. E aí eu queria que você me discorresse um pouco sobre a sua visão, da relação que tem entre os movimentos sociais, o ativismo trans, que a gente está focando o ativismo trans, e o governo, o estado, e os órgãos públicos, Enfim.

DANIELA: Então eu a como eu tinha dito na outra questão eu acredito que, quando a gente fala de um movimento social, a gente teve um período de enorme cooptação pelo partido que estava no poder. Eu acho que muitas pessoas cruzaram os braços, sabe? Ficou porque parece que tudo já estava dado. Olha, as LGBT estão no governo quantas vezes eu não escutei? “Olha lá, Dilma e Lula estão com a bandeira das LGBT, as gays estão tudo lá na Secretaria” você cria uma coisa que eu acho assim muito curiosa, que o movimento LGBT no Brasil é que, quando você vai fazer críticas e assim fazer, é saudável, a crítica dentro da democracia. Eu acredito que se você impede ainda mais, quando a gente está falando de funcionários eleitos pelo governo, pelo povo, pelo poder popular, sabe pelo povo você não pode criticar sabe? Eu acho que você já no Brasil, você tem messianismo, sabe tipo “Ah, você não pode criticar Bolsonaro, porque eu sou Bolsonarista roxo. Hoje você não pode criticar o Lula porque sou Lulista roxo. Você não pode criticar fulano, vira uma religião. E aí você percebe que isso também aconteceu com os movimentos LGBTs e assim eu acho curiosa. Quando você vai ver olha, a história dos movimentos LGBTs No Brasil, na data X,

aconteceu a Conferência LGBT, do governo do PT ao governo do PT. Fez a outra conferência milhões e milhões de conferências. E gente ok, é muito importante ter a conferência olhar, temos a Conferência da Saúde, conferência de tudo o que se imagina, Conferência da LGBT na saúde, conferência da LGBT na moradia, Conferência da LGBT no emprego, mas e na prática, ok a gente foi lá, porque chegou uma hora que eu me cansei, porque a que a gente ia lá para a conferência, e aí tinha toda aquela aquelas pautas que eram colocadas, de que era preciso criar essa política pública. “Olha, está faltando. Vamos ver a questão do HIV Aids. Das ISTs “A gente não está focando na travestilidade e da transexualidade. Vamo ver a questão da moradia” o movimento social, a sociedade civil e a lá para a conferência. E olha, eu não sei se você, participou de conferência, mais gente é uma coisa desgastante, porque você tem que pensar em muitas coisas para poder, é um TCC na prática, não é uma coisa só escrita, mas você tem que dialogar com muita gente, compor, enfim, e aí, no final das contas, chegava em outro ano se outra conferência e a gente a se debruçar sobre a conferência do ano anterior e o que o governo fez em relação àquilo um por cento, dois por cento tinha que pegar tudo aquilo que foi pautada e debatida na conferência anterior. Você estava pautado de novo e no outro ano a mesma coisa. E sabe chega uma hora que você está há dez anos dizendo que é preciso, por exemplo, combater se aí a questão do assassinato de LGBTs, de travestis e transexuais. Você está há vinte anos falando a mesma coisa e não muda, sabe? Não muda. Você percebe que não é uma questão de ser esquerda, direita, centro é uma questão de vontade política. É uma questão de você considerar essas pessoas sujeitos de direitos. E assim eu percebo durante os governos petistas, não só no governo, no poder federal como no governo municipal. Se se deixou assim muito para lá, entendeu? Se passava se a ideia de que olha, relaxa a esquerda, está no poder. Você não precisa se preocupar tanto assim, os direitos LGBTs eles já estão garantidos. E aí a gente, segundo a gente, chegou com direitos que, na prática, são extremamente frágeis mesmo, porque se você tem um, veja o mesmo essa questão aí do judiciário, do STF, que criminalizou Homotransfobia .Na verdade, se você pegar a decisão do Supremo, diz que o Congresso está em falta com a população LGBT. O Congresso deveria legislar, mas já que o Congresso não está legislando, então eu vou dar aqui o meu jeitinho brasileiro. Eu faço um puxadinho aqui eu puxo uma perninha aqui que é a perninha do Judiciário e falou “olha, não pode discriminar

LGBT”, mas ao mesmo tempo, esse mesmo disse para o Congresso “olhas e lá na frente você mudar isso então aqui, porque a bola agora está com você.” Ou seja, a qualquer momento, o Congresso Nacional pode simplesmente dizer que aquela decisão do Supremo não vale mais. E aí? Porque foi isso que o Supremo decidiu. O Supremo decidiu que a Homotransfobia tá criminalizada, mas o Congresso Nacional pode vir lá na frente e legislar, que é a tarefa precípua do Congresso Nacional e o Supremo está fazendo uma tarefa atípica. Inclusive uma das coisas que a sociedade reclama que o Supremo legislou. Então, assim você tem decisões super frágeis. Na verdade, você, o que você não tem direitos, de fato, você tem na verdade, muletas, foi uma muleta judicial em que a população LGBT se apoiou e o que o movimento, o movimento social que, parece-me que agora, com este genocida no poder, acordou. Mas será que será que acordou tarde? Será que acordou? será que deveria ter acordado lá atrás? Porque veja a gente está falando isso. As travestis e as transexuais, elas não estão reclamando que elas não têm emprego. Como não foi com um primeiro de janeiro de dois mil e dezoito, quando Bolsonaro chegou ao poder que a gente passou a reclamar que não há emprego para travestis e transexuais, não foi com Michel Temer no poder que a gente passou a fazer essa reclamação. É uma reclamação antiga. O que foi feito? O que falta?

GABRIEL: A relação que você vê que ela é inócua. É relação inócua entre os movimentos sociais e as instâncias governamentais. Uma coisa meio que estéril.

DANIELA: Eu acho que não, eu acho que meu, na minha opinião tá? Aí cada um tem a sua opinião, eu percebo que durante os governos do PT houve uma desmobilização da população e dos movimentos sociais. Eu falo isso do movimento Trans, mas eu percebo que aconteceu com outros movimentos também. Mas ficou parecendo que a gente “olha, galera, relaxa a que a gente não conseguiu a lei de identidade, de gênero agora. Daqui a pouco a gente consegue a esquerda que está no poder. Relaxa,” então se desmobilizou-se o movimento social, quando a esquerda estava no poder e quando essa esquerda deixou o poder. E Michel Temer e Bolsonaro estão com o poder as pessoas. Parece que acordaram entendeu? “Olha, a gente olha, os direitos estão sendo atacados, estão sendo destruídos,” mas com a população trans, esses direitos não existiriam. Eles já não estavam aí? Entendeu. Então assim eu percebo que existe uma relação entre o movimento social e governo que durante os governos esquerdistas os governos do PT. Foi uma relação de desmobilização da população

tá? Ficou parecendo que a gente poderia andar a passos de tartaruga porque estava tudo bem ou a gente poderia deixar para lá porque tudo seria resolvido como num passe de mágica. Bastaria a gente ter a esquerda no poder que isso já seria resolvido. E a partir do momento que esses que se troca o governo a direita chegou ao poder, os movimentos sociais passaram a reclamar destruição de direitos que já para, no meu entendimento, já estavam destruídos. O que a gente tem hoje em dia para mim, no Brasil são fachadas de direitos, é uma fachada, porque os direitos de fato eles não estão dados, isso para mim, inclusive para desmobilizar algumas pessoas, “porque olha agora já posso lá no cartório mudar o meu nome. Então, olha, temos direitos trans”.

GABRIEL: Olha eu ia te perguntar, a segunda pergunta da esfera governamental além dos que já explorou bastante nas últimas tópicos, ia te perguntar a sua visão do quadro evolutivo do governo na questão trans de dois mil e quinze para cá, ou seja, dos pós Transcidadania. Mas como a gente já explorou bastante essa questão, a sua visão sobre a visão do governo com a população trans até de antes de dois mil e quinze para cá. Vou pular essa questão E aí queria falar sobre a questão do projeto transcidadania, enfim, qual é a sua, que que você tem a dizer sobre o programa Transcidadania, levando em conta claro que a gente falou até agora.

DANIELA: Olha, eu acho que assim o Transcidadania. Ele é uma política pública importante, mas insuficiente. Inclusive, eu acredito que com quando Haddad que estava na prefeitura de São Paulo novamente o PT tinha maioria na Câmara dos Vereadores. No primeiro momento, ele podia transformar isso numa política pública, poderia ter sido transformado em lei municipal. Isso deveria ter sido passado pela Câmara dos Vereadores, votado e sancionado. Não ter sido instituído da forma como foi porque, novamente, passa ter uma política pública que é frágil. Se amanhã Celso Russomanno e a Igreja Universal ganharem a prefeitura de São Paulo, eu tenho quase certeza absoluta que isso será destruído. Estou falando quase certeza absoluta porque as coisas são tão malucas que a gente vê um governo como Bolsonaro, que passou todo o seu mandato, se os seus mandatos e a sua campanha atacando Bolsa Família e veja só veja só o que aconteceu agora. Então olha, em se falando de política brasileira tudo é possível. (risos) Acontecem coisas do arco da velha, mas enfim, eu acredito que é uma política pública que é importante, mas é insuficiente a medida que, para mim, ser cidade da na cidade de São Paulo, significa ter direito a qualquer outro

cidadão na cidade de São Paulo, eu não deveria ser obrigada a se deslocar a uma UBS Z-Y-X, para tratar uma coisa que não é específica da comunidade trans, por exemplo, porque eu, sim, eu acredito que tem que ter um equipamento de saúde específica no que diz respeito às especificidades da saúde de travestis e transexuais. Mas eu acredito que o primeiro o próprio poder público deveria dar a sua parcela de contribuição. Treina, e olha que não tem nem falamos de coisas do arco da velha aqui estou falando, por exemplo, de treinamento, capacitação, porque a Prefeitura de São Paulo não capacita todo seu corpo de funcionários, por exemplo, não capacita os seus professores a sua rede de educação para que a travesti e transexual que vai se matricular na sua escola, em Parelheiros, lá em Cidade Tiradentes, ela ter o seu nome social respeitado? Política pública para o professorado aí na cidade de São Paulo. Porque tudo o que eu sei até agora que não, eu desconheço que a Prefeitura de São Paulo tenha treinado todo o seu corpo de professores para respeitar essa população. Eu desconheço que a Prefeitura de São Paulo tenha treinado todo o seu corpo de funcionários da área da saúde para que a travesti que acesse a UBS, o posto de saúde lá em Guaianazes ela seja tratada com respeito, que é cabido devido. Eu estou falando de coisas que já estão na legislação, está na legislação municipal, que é respeitar o nome social tá na legislação estadual está na legislação federal. O que você vê na prática, é que você chega no órgão público, que não é específico, olha a Transcidadania está falando que essa daqui, a UBS que você pode ser atendida, essa que a escola que você pode estudar, você chegar em qualquer um desses outros órgãos que não sejam os que estão, foram treinados pela transcidadania. E você não tem a cidadania sendo exercida de fato a questão do emprego, porque veja o Transcidadania foi instituído, eu sei que ele já vem de antes, já vem desde do POT, quando era ainda um do PSDB o Programa Operação Trabalho. Ainda era o Kassab, não, era de antes do Kassab, não, o Serra era o prefeito e aí foi transformado no texto da Transcidadania. Se transformou numa política pública maior, mas assim mesmo, quando Haddad instituiu o Transcidadania, ele tinha maioria na Câmara dos Vereadores, por que não se passou uma lei municipal para se garantir cotas para travestis e transexuais, dentro dos órgãos públicos para trabalharem? Olha, para você trabalhar nos órgãos públicos da prefeitura de São Paulo, tem uma cota que um por cento, zero ponto cinco por cento, que é para travestis, transexuais porque se a gente pensar que originalmente esse programa esse programa ele começa, porque a gente

está diante de uma realidade escandalosa, que é que não há emprego para travestis transsexuais por conta da transfobia, que é violenta e que essa população é obrigada a se prostituir. Porque é que a prefeitura de São Paulo, no governo de Fernando Haddad, por exemplo, não seguiu o exemplo da Argentina, que acabou de aprovar cota para travestis e transexuais? Porque, para mim, o poder público deveria dar o exemplo, se o poder público quer que a população de travestis e transexuais seja incluída de fato, estou falando de emprego e renda porque veja se você tem infelizmente, essa realidade numa sociedade capitalista. Se você não tiver emprego, quem você é? O que você vai fazer da sua vida? Se não faz nada, você não vai conseguir morar, você não vai conseguir comprar seu remédio, nada, então assim porque a prefeitura de São Paulo não deu o seu exemplo. Então assim, algumas vezes eu acho até que uma política eleitoreira. Sabe porque eu acho que se vende-se a ideia de que olha, só temos o Transcidadania e, novamente, é uma política que eu acho importante, mas que não é suficiente. Isso a gente chegar ao militante, que transforma o partido, prefeito Haddad em Deus, dizem religiões. A gente não pode criticar porque parece que se a gente crítica, e eu já ouvi isso, se a gente crítica, se a gente aponta o que não funciona, vão acabar com isso. Ainda não é melhor não ter, ter, pelo menos isso do que não ter nada, não. Eu acho que é melhor ter todos os direitos. Eu acho que a política pública ela melhora quando a gente aponta o que nela não funciona, o que ela deveria ser diferente. Então, essa minha visão eu acho que é um projeto importante para que a gente precisa falar de inclusão de fato de cidadania, de fato de travestis e transexuais, Mas ela não era, não basta, sobretudo quando a gente fala numa cidade que é um país, a cidade de São Paulo tem mais gente do que Estados do Brasil. Você pega a região Sul do Brasil, não tem a cidade de São Paulo, estados da região Sul do Brasil. Então, assim, algo que tem que ser ampliado e que, novamente, para mim falta vontade política. Mas a gente vai falar isso, a não mais olha a governabilidade, e que tem uma desculpa, entendeu?

GABRIEL: Vai ser bem bacana. Quando eu for todas as entrevistas e analisar o conteúdo porque as respostas estão sendo bem interessante. Eu vou dar só uma pausa aqui como eu te falei. Estou gravando do celular também em casa, tinha achado com o Google, porque tenho entrevista também gravada em outro device, porque a internet não é tão confiável, só botar para gravar de novo aí, bom, aí eu vou entrar na última seara da pesquisa, que é a esfera como comunicacional tá. Eu queria que você

desconhece um pouco sobre a sua visão sobre o ativismo trans na internet e como esse impacto no diálogo com a sociedade e a sociedade em geral.

DANIELA: Eu acredito que é importantíssimo. Eu conheço muitas pessoas que foram diretamente tocadas pelo ativismo trans na internet que mudaram a forma como entendiam a população trans, muitas pessoas que nunca tinham ouvido falar sobre o assunto. Muitas pessoas que chegaram para mim e disseram que não tinha ideia do que essa população sofria e que passaram a conhecer mais a saber mais por conta do ativista trans na internet e a internet a gente vive na era da informação digital, então a gente não pode, aliás, eu acredito que um dos grandes problemas da esquerda no Brasil foi achar que militância só se faz lá indo lá na, no corpo a corpo. A gente tem que lá na favela a gente tem que lá no corpo a corpo, lá na periferia isso é importante. Isso é muito importante, mas não basta. A gente está numa época da sociedade em que todo mundo que tem um celular tem um mundo a sua mão, sabe. A gente tem um presidente da República que chegou ao poder, que não tinham horário de televisão e rádio para poder fazer, só acompanha a política que não apareceu nos debates, que praticamente foi eleito pela internet, foi eleito por conta do que foi difundido divulgado pela internet. Então, assim a gente não pode. Eu penso muitas pessoas falarem “Ah, você tem de fazer ativismo de sofá, não é? Olha a ativista trans internet”, eu ouvi isso durante muito durante muitas por muitos anos como se fosse algo menor, como se fosse algo que as pessoas deveriam se vergonhar. Porque o ativismo de verdade aquele que você não online. O que você faz lá no corpo a corpo, eu acho que uma coisa soma a outra, novamente, a gente está criando aqui muros, a gente em vez de encontrar o que nos une, a gente encontra o que nos separa. A gente vai criar muros dentro do nosso grupo. A gente cria um muro, “Olha você é a trans da internet, faz ativismo de internet. Eu sou a trans que vai nas convenções. Eu sou a Trans do enudes, que vai no enudes. Eu sou a trans da ONG”, sabe foda-se entendeu? Eu acho eu acho que a gente poderia encontrar os pontos em comuns, acho que com o objetivo de todo mundo, independente de se tá na internet, fazendo corpo a corpo, o objetivo de todas aquelas pessoas, muito do preconceito que a gente tem, é porque as pessoas simplesmente ignoram. Entendeu? As pessoas não sabem, nunca trabalharam com uma travesti na vida delas. Elas não sabem que uma travesti pode exercer muitas funções que não apenas à prostituição. Veja dentro do próprio grupo LGBT eu lembro no meu comezinho de gayzinha pintosa, o que eu ouvia era que as

travestis andavam com gilete na boca. Eram todas escandalosos, andavam com gilete na boca e que a gente tinha que se afastar delas. Isso nós gays falando. Então, se no próprio grupo LGBT a gente tem conhecimento sobre o que é travestilidade, o que é que a transexualidade, inclusive muitas LGBTs acham que ser Drag é a ser trans, sabe uma bicha muito pintosa, automaticamente é uma trans, uma gayzinha muito afeminada, que se monta, Pablo Vittar, transexual. Então a gente tem desconhecimento no nosso próprio grupo. Acredito que ativismo trans é fundamental para que a gente como sociedade, para que a gente paute as nossas ignorâncias. Porque muitas vezes a gente é ignorante, eu não nasci sabendo tudo. Eu nem sabia o que era ser transexual não sabia que existe uma palavra para o que eu era, então eu aprendi muito com a internet. Eu acredito que, inclusive hoje em dia, essas as gayzinhos novinhas, as bichinhas da geração internet, Meu Deus, elas estão! Olha com a faca e o queijo na mão! Na minha época, nossa olha, a gente sofreu, viu a gente não tinha esse poder que as novinhas de hoje em dia têm, meu Deus hoje em dia eu vejo essas bichinhas treze, doze anos, toda serelepe na internet e falo o meu Deus. Olha queria eu ter os acessos, que é ela tem hoje em dia.

GABRIEL: Sua época é quando mesmo? Desculpa perguntar.

DANIELA: Eu nasci em mil novecentos e oitenta.

GABRIEL: Nossa tá (risos) quando eu nasci você já tinha dezesseis anos.

DANIELA: Então você me entende completamente né. (risos)

GABRIEL: Entendo!! Eu entendo, quando eu nasci o Google não existia ainda, pra você ver

DANIELA: Não tinha internet, não existia internet

GABRIEL: Tinha internet em noventa e seis, mas não tinha o Google ainda a internet para uso pessoal já existia, acho que já existia desde noventa.

DANIELA: Mas a conexão discada né?

GABRIEL: É. banda larga e noventa e seis não existia, páginas HTML, aquelas páginas de www que já existiam, porque o Google é de noventa e oito então, já existia. Mas aquelas páginas fixas sabe? Enfio, isso quando eu nasci né, em noventa e seis.

DANIELA: Pois é, imagina.

GABRIEL: Enfim, sobre ativismo através da internet ainda. Como é que você acha que isso impacta O diálogo com o governo? Porque, a gente acabou de falar com o diálogo com a sociedade mas e com o governo? Como é que funciona?

DANIELA: Eu acredito o ativismo na internet. Porque quando a gente falou o governo ele não existe descolado da sociedade, não há governo sem a sociedade que o elegeu. Aliás, novamente eu acredito que uma das tarefas, ainda que muitas pessoas acreditem, que democracia é só na hora do voto. A gente vai para uma eleição, agora a pessoa acha que ele exerce o direito dela de eleitora e hoje o seu direito democrático apenas quando ela vota, mas não, o voto é uma das, talvez até uma uma das menores, porque eu acredito que, inclusive estando na situação ou na oposição, o papel da sociedade civil é cobrar o governo. Se você, quem foi eleito é a pessoa que você votou o seu papel e exigir que aquele programa de governo que foi colocado na eleição seja cumprido e se foi eleito, quem você não votou, o seu papel de fiscalizar, o que esse governo está fazendo de dia ruim para poder se pressionar aos outros órgãos aí do governo é o Judiciário, Legislativo a frear esse governo que está aí. Então, eu acredito que, uma vez que a gente tenha um movimento trans articulado na internet, em que a gente eduque a sociedade olha o que está acontecendo agora, por exemplo, o governo federal, ele entrou por meio da AGU com uma ação judicial para poder destruir o que o Supremo decidiu para se derrubar aí a a decisão do Supremo olha O que você decidiu Tá errado. Eu sou religioso. Eu sou cristão sei lá o que, macumbeiro sei lá o que eu sou, então eu tenho sim o direito de discriminar LGBT. Até porque essa liberdade religiosa, então uma das funções do ativismo na internet é pautar a social[...] olha, você está sabendo que isso que está acontecendo. Por que tanta coisa acontecendo? Ao mesmo tempo que quando as pessoas vão estar o tempo inteiro lendo no Diário Oficial, que é que le o Diário Oficial gente? Quem é que sabe o que está acontecendo nos bastidores da política? Quem e por que informação é poder. Então acredito que é essencial a gente ter um ativismo na internet, que esteja pautando isso para que a sociedade civil abra seus olhos, sabe o tipo para que a sociedade civil para que cai a ficha “Olha você tem que saber sabe esse seu direito à ir no cartório mudar o seu nome? Isso do dia para a noite, pode acabar, querida, *hello*, acorda para a vida, não existe direito sem luta por esses direitos e os direitos, eles nunca estão garantidos” não existe isso de garantia de direitos. Eles estão em constante ameaça. Então, para mim, a função do ativismo na internet, a pautar a

sociedade para cobrar o governo e, ao mesmo tempo, apontar o dedo para esse governo. “Olha só o que você está fazendo. Não, não é desse jeito”, entendeu? Então, assim é mostrar para esse governo que não. nós não estamos contentes com o que está a acontecer. Não é isso que você está fazendo, não está de acordo com o que está determinado pela Constituição Federal. Pelo que está determinado, pelas instâncias do poder nacionais e internacionais, pela pauta de direitos humanos internacionais,

GABRIEL: Olha se for repetido a resposta você pode falar tá? Como você considera a Internet, a internet para a luta ativista, sobretudo para angariar militantes requerer políticas públicas conquistar cidadania e etc. E aí assim, eu acho, acho não nem, que eu criei a pergunta, eu queria perguntar a lógica que estou focando na ferramenta, na internet, internet para o uso dela. Então, assim como é que você acha que como a sua visão sobre o papel da internet para ativismo cumprir o seu papel? Não sei se não ficou claro.

DANIELA: Eu acredito que a internet é importantíssima. Hoje em dia ela é indispensável. Veja estou no Canadá, estou falando com você que está no Brasil. Isso só está sendo possível porque a gente está usando a internet. Então, hoje em dia, na sociedade do conhecimento da era digital em que nós vivemos, você pode atingir pessoas que você não conseguiria atingir sem internet, ou que seria extremamente difícil sem a internet. Então, nesse sentido, você pode estar em qualquer parte do planeta e você pode falar com uma pessoa numa outra parte do mundo e abrir os olhos dessa pessoa, mobilizar movimentos, quantos e quantos? Quando as manifestações que a gente tem hoje em dia que foram mobilizadas por conta da internet, que não existiriam, se a gente não tivesse internet, esse movimento *Black Lives Matter* nos Estados Unidos, por exemplo, quantas e quantas manifestações foram combinadas pela internet? A gente está no meio de uma pandemia em que as pessoas têm de enormes dificuldades ou é impossível elas estarem presencialmente, combinando manifestações, combinando encontros, mas a gente tem internet, está aí à disposição para poder fazer isso. A gente inclusive tem manifestações que só ocorrem na internet, porque no momento de pandemia que a gente vive, é impossível acontecer presencialmente. Então, para mim, é uma ferramenta que a gente simplesmente não pode mais ignorar. Entendeu quem acha hoje em dia, que o movimento social se faz ignorando ou menosprezando a internet já está no passado.

Sabe? Essa pessoa tem que acordar para ontem, a gente tem um presidente da República que foi eleito com amplo maciço a ajuda da internet.

GABRIEL: Vou entrar na última pergunta que já saiu das três esferas. Queria falar um pouco do Projeto Transcidadania. Eu não sei se você sabe, deve saber porque você é bem antenada, a deputada estadual Erika Malonguinho, do PSOL de São Paulo, fez uma PL no passado para expandir o projeto transcidadania para o estado de São Paulo. Pelo que pesquisei, essa PL ainda está no trâmite. Está correndo na ALESP com muitas ressalvas por parte da bancada da direita. Mas assim, eu queria saber o que você acha desse movimento, da expansão do Transcidadania para o estado de São Paulo, discorra livremente sobre o que você acredita sobre a expansão do transcidadania para fora da cidade e atingindo uma esfera estadual.

DANIELA: Eu acho extremamente importante, acho que deveria ser federal. Inclusive. Eu acredito que uma das críticas que eu faço ao PT. Foi porque a gente não teve um Transcidadania durante os governos petistas. Eu sou completamente de acordo com a defesa da deputada Erica Malonguinho, primeira deputada trans e negra, do Estado de São Paulo e, sei todos os trâmites, a deputada Janaina Pascoal intervindo, tentando proibir ao a hormonioterapia de crianças e adolescentes, que na verdade um projeto maior para se proibir a hormonioterapia completamente e que para mim é um ataque aos direitos e garantias para essa população. E assim eu acredito que é uma política pública que novamente, como quando eu coloquei o eu acho que é uma política pública que é muito importante, mas é insuficiente para a própria cidade de São Paulo. Então eu acho que sim, tem que ampliar. Eu acho que tem muita coisa a ser feita em dentro dos limites da cidade de São Paulo. Então eu vejo que é muito incipiente ainda. Eu acredito que uma política pública que a gente tem bastante propaganda política do PT “Ah o PT, o Haddad fez Transcidadania”, mas na prática do cotidiano, quantas pessoas quantas travestis e mulheres transexuais estão se prostituindo? Ali na Indianópolis, em São Paulo, que estão sendo diretamente impactadas pelo Transcidadania, por exemplo, tem muito a ser feito na própria cidade de São Paulo. então entende tão assim. Eu percebo que uma coisa é a lei novamente. Tem coisas que estão escritas na lei que é muito importante. A gente tem que ter o texto positivado, mas, novamente o que está sendo feito na prática cotidiana, no dia a dia, estamos cobrando a efetivação dessa política pública. Quem está cobrando ou será que a gente está contando com os nossos pares LGBT que fazem a propaganda

política e eleitoreira, porque estão no poder público e aí sabe eu vejo a travesti transexual que faz propaganda do deste programa ou de outros programas que têm cargo público e obvio se eu fosse funcionária pública, se tivesse um cargo público faria o mesmo porque eu preciso manter meu emprego, meu salário. Mas quem não está com o seu cargo comprometido, porque imagina se eu sou funcionária da Prefeitura de São Paulo, vou meter o pau no Transcidadania? Não né, não, vou falar só bem do programa porque eu quero manter meu emprego, mas quem está fora do governo será que existe um movimento para apontar o que nessa política pública precisa ser melhorado as meninas. Quando a gente vai para o Estado de São Paulo, a gente aumentaria o entorno de travestis e transexuais, o grupo conjunto de travestis e transexuais que não tem qualquer direito na cidade. No Estado de São Paulo, as meninas que se prostituem, além da Avenida Industrial, em Santo André, por exemplo. Então assim, no aspecto legal e jurídico eu acredito que é muito importante. Mas a gente não pode só achar que se a gente colocar aí na lei estadual tudo se resolveu.

Apêndice B - Entrevista Érica Malunguinho

GABRIEL: Primeiro queria agradecer a você tá, ainda é Erica, vou tentar não me alongar muito, tem um roteiro aqui preparado, mas enfim queria te perguntar, Érica, sobre uma sobre algumas questões sobre o ativismo, trans, a questão comunicacional do governo. Enquanto na relação desse ativismo trans com o governo, então queria que você me explicasse um pouco sobre o quadro evolutivo que você vê do movimento trans. Se você acha que essas pessoas que estão no movimento, que são pessoas trans e travestis, homens trans, pessoas transexuais, são pessoas com cidadania plena e aí entra uma questão comunicacional como você está vendo as estratégias de comunicação do governo para a sociedade, para as pessoas trans, como você via internet, e as redes sociais, agindo na construção de políticas públicas da construção desse diálogo com a sociedade e particularmente falando do projeto Transcidadania que eu sei que você autora da PL que pretende expandir para a esfera estadual?

ÉRICA: Gabriel, você cortou para mim. Eu só conseguia entender até o transcidadania ser uma cidadania plena

GABRIEL: Isso, vou recapitular, minhas perguntas ativismo trans, se você, qual a sua visão do quadro evolutivo sobre as conquistas de direitos das pessoas trans de dois mil e quinze para cá. Não fala dois mil e quinze, que foi o ano da inauguração do projeto transcidadania do Haddad, que é meu objeto de estudo. Como você vê o quadro evolutivo da conquista desses direitos, dessas pessoas trans agora já são cidadãs plenamente ou não para promover o governo como está sendo feito. Como você chega a estratégia de comunicação governamental para a sociedade e para também a população trans contemplar essa demanda sobre diversidade, na questão de construir políticas públicas. Como você vê essa internet? E aí falando da internet, internet, redes sociais, agindo do diálogo do governo com a sociedade, com a população trans especificamente

ÉRICA: Conselho você fala federal, estadual?

GABRIEL: Estadual, agora, principalmente como você autora da PL que vai expandir sua cidadania para o Estado, estadual, como a internet, agindo nesse diálogo do governo com a sociedade e na construção de políticas públicas. E aí queria que você falasse um pouco também do Transcidadania das estratégias, das estratégias de comunicação para a cidadania. Mas a questão da expansão. Sobretudo, quais foram os seus motivadores. Assim, se o movimento terá o diálogo do movimento trans com o governo, obviamente você que é travesti mas esse diálogo do governo com o movimento trans meio que te fortaleceu, ou te levou também a levar o transcidadania levando para o resto do Estado de São Paulo.

ÉRICA: Cortou a última pergunta. A última.

GABRIEL: A estratégia do governo de comunicação basta para atender a comunicação para o Transcidadania e se o fato de você ter feito o PL da expansão da cidadania para o Estado. Se o diálogo do governo com o movimento trans pode ser por vias de rede digital ou não de net ativismo, se isso se fortaleceu em alguma medida a promulgar a PL ou se enfim, não tem nada a ver.

ÉRICA: Se o ativismo digital foi importante nesse processo?

GABRIEL: Isso isso

ÉRICA: Olha só Gabriel. Primeira coisa cidadania trans, plenitude na cidadania trans isso é um sonho ainda, são sonhos, inclusive para pessoas trans que não estão em

condição de extrema vulnerabilidade, por exemplo eu, mas eu não tenho uma cidadania plena. Quando eu transito tenho uns inúmeros problemas de ordem estrutural, então se comigo que tem um cargo político e sou de uma certa forma reconhecida, etc. E tal imagine para quem conseguiu finalizar o ensino médio há algum tempo atrás que estava se prostituindo, que terminou o ensino médio assim, muito longe, na conquista da cidadania plena, mas muito longe mesmo. O que a gente, a batalha contra a cidadania? É tentar diminuir, reduzir em redução de danos leves, a redução dos processos de vulnerabilidade, no sentido de que, se você tiver a escolarização, é mais possível que você consegue um emprego. Se você está dentro de um programa de inclusão no mercado de trabalho, você tem uma equipe e toda uma gestão para que se torne viável. Então, a questão do programa e de ter programas como esse é exatamente essa, porque, espontaneamente, a sociedade nem vai garantir, nem vai permitir nossa presença nos espaços de estudo, uma presença saudável que a gente possa estudar sem grandes perturbações. Tão pouco o mercado de trabalho irá fazer uma absorção, desse público dessas pessoas. Se não houver uma política afirmativa para tal, é muito parecido com o que aconteceu. Acontece com a população negra, política afirmativa é importantíssimo quase assim, na verdade, política, impositiva. Assim vai sim. Tem que ir! Não quer deixar? Tem que ir! Quero deixar bem ou por mal, enfim. Então, assim eu preciso ressaltar a importância do Transcidadania ressaltar a importância da bolsa do acesso ao sistema de saúde e a garantia das terapias hormonais, o próprio processo de escolarização de acesso, as diversas culturas na cidade, do processo de formação cultural, vacina, uma informação, cultura mais nesse sentido, mas que ainda assim é insuficiente. Não. O programa é insuficiente em termos de um movimento maior, que é necessário para garantia da normalidade das presenças trans no mundo. E aí nesse sentido, o programa é Transcidadania importante, quando você tem uma rede de proteção e de luta. E aí que vai para a questão que se estava falando do ativismo digital uma rede de proteção e de luta que caminha junto a potencializar a naturalização desses corpos, ao mesmo tempo que faz diversas inquisições questionamentos sobre a ausência dos nossos corpos em espaços de sociabilidade saudável que estão o ativismo digital, que está lá fiscalizando ações diversas, porque, por exemplo, eu não tenho um braço. A gente não tem braço no mandato para saber o que está no TSE, que a gente precisa de uma rede mesmo, uma rede de solidariedade, de afeto, de proteção, para garantir

com que nossas emergências têm um destino que devem que devem ter. Então a gente não consegue acompanhar todo então, mas se a gente tem uma ANTRA, por exemplo, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais, que está de olho nas políticas públicas que está de olho em cada ação do TSE está junto com a gente nesse processo. Quando alguém a travessia violentada, acontece situação, a gente tem meios de usar a institucionalidade, eu acionar a institucionalidade e fazer determinadas cobranças. Por exemplo, quando... qual o nome dela gente...., veio na mulher, eu não vou conseguir lembrar o nome de todo mundo infelizmente. Mas quando a rapidinho... A Mayara, a Mayara, que é uma mulher trans, que está dentro do sistema prisional, ela parou de receber os remédios, retrovirais HIV e assim, a partir do momento que se tem uma denúncia que você terá que fez a denúncia foi a ponte Jornalismo, à ponte Jornalismo. E aí a gente é acionada ou a gente vê a matéria etc, acontece os canais de denúncia. Então a gente vai lá e conversa com a Secretaria de Assuntos Penitenciários. Quer saber porque a parou de distribuir o medicamento. Eles deram a desculpa de que era quando ela estava sendo transferida de unidade, mas isso não é desculpa. Então eu, como fiscalizadora do Estado, posso agir. Então, quando se fala do ativismo digital, vão pensar que uma rede de solidariedade de proteção, não só uma rede virtual, é um conjunto de pessoas que estão comprometidas com a garantia, com a evolução da cidadania das pessoas trans e travestis. Então, acho que é esse o papel. Assim, eu acho que é esse a importância do ativismo digital, mas que isso não é só a rede digital, que está funcionando. São pessoas que estão em outros lugares também próprio Jornalismo, é nosso mandato, não aceitem diversas atrizes e atores aí fazendo tentando fazer com que essa redução de danos. Então isso para o processo do Transcidadania, ele é um projeto que ele tem muita dificuldade de se encontrar espaço dentro da ALESP. Embora eu tenha conversado com o secretário de Cidadania e Justiça, ele tem um setor de diversidade de gênero sexual e a gente ficou. Nós ficamos e comprometidas. Eles ficarão comprometidos de fazer certos experimentos em algumas cidades. Em alguns, como é que eles sejam mesorregiões em algumas regiões do Estado eles se comprometeram em fazer isso. Não sei como isso vai se dar ainda, porque se você faz um programa desse uma legislação e aí, no processo em que o Estado disse que está quebrado, se torna inviável de acontecer. Tipo “com tantos problemas Estado quebrado a saúde ruim, vocês vão usar o dinheiro para a cidadania de travesti?” A gente sabe que esse absurdo, porque, primeiro, o

recurso é muito baixo. A nossa população transexual e travestis não, não demanda esse contingente de dinheiro.

GABRIEL: Então eu só queria entender. Você falou bem da questão do diálogo, do negativismo com o governo. Mas eu queria entender essa questão do Transcidadania. Se desse diálogo que existe, essa rede que você falou que existe digital entre o ativismo trans, o net ativismo o, cyber ativismo, como quiser chamar e o governo se isso te fortaleceu em alguma medida. Se isso te influenciou, enfim, qualquer verbo que queira usar para fazer a PL de expansão da cidadania do Estado de São Paulo.

ÉRICA: Ah, não. O que me estimulou a fazer o Transcidadania foi exatamente entender nossas demandas. É uma questão de base, não há discussão, é uma discussão de base. É uma discussão que nós, pessoas, ativistas, transexuais e travestis a gente sabe do processo de precarização que acompanhou o programa e a gente tem um desejo para que se amplie isso se potencialize políticas públicas, afirmativas e propostas para essa população então, não tem a ver com ativismo digital. Isso é uma pesquisa. É uma pesquisa que vem de uma vivência oriunda do trabalho de base. Então, foi daí que o projeto veio. Ele emerge dessa sensibilidade em relação ao que está acontecendo a no trabalho de base. A própria discussão do Transcidadania, não tendo com as redes sociais o ativismo digital tem a ver com o trabalho de base mesmo de outra ordem.

THAYNA: Obrigada, Érica, a maneira.

GABRIEL: Muito obrigado, Erica, obrigado!

ÉRICA: Imagina! Mais alguma coisa?

GABRIEL: Não, não, eu só queria entender mesmo como funcionava essa questão do diálogo entre o ativismo digital e o governo para a pauta de diversidade.

Pera que eu estou um pouco confusa com isso, você está me chamando de governo. Ou você está falando do governo do governador?

GABRIEL: Ah, não, não do governador, tô falando em relação a você Erica Malunguinho.

ÉRICA: Aaaah então eu sou o governo, melhorou.

GABRIEL: Exato!

ÉRICA: Olha só, em relação ao Transcidadania especificamente, não foi necessário esse ativismo digital era uma coisa que já estava no horizonte. Já fazia parte da discussão de pensar e elaborar por ter vivido a experiência de saber como o projeto foi exitoso no município etc. E tal, especificamente, mas o ativismo digital ela é super importante, como falei para diversas outras para apontar diversas outras coisas que nós não conseguimos chegar por uma limitação óbvia. Então assim é fundamental. Ativismo não foi fundamental na questão do Transcidadania, para a criação do PL, mas para a potencialização do projeto de lei sim, importantíssimo, porque tensiona a sociedade civil. Faz aí o debate, colocou a coisa em outras. Eles no debate cada vez mais público. Bom.

GABRIEL: Muito obrigado, Erica obrigado. Obrigado também Thayna pela oportunidade.

Apêndice C – Entrevista Márcia Rocha

GABRIEL: Sobre a questão do movimento Trans, está falando do ativismo trans do Transcidadania queria que você me contasse um pouco sobre a sua visão sobre a articulação do movimento trans. Das ativistas né.

MARCIA: Isto, eu tô no movimento desde dois mil e sete e tenho muitas e muitas amigas que participam do movimento social. Só entrei meio pra tentar entender pra conhecer. Depois acabei me afastando um pouco, embora ainda tenha contato do movimento, mas assim afasta porque não via nenhum caminho muito eficaz para realmente mudar as coisas, porque ouvia pessoas nas reuniões, sempre as mesmas pessoas eram pessoas já bem conhecidas, todas a maioria, grande maioria envolvida com a política e preocupadas muitas vezes, dentro do discurso de tentar de reclamada dos problemas de apontar os problemas e tudo muitas vezes uma preocupação grande com autopromoção para vantagem junto a uma prefeitura ou governo. Coisas não só, mas grande realmente ali, porque esta, só que você fica chovendo no molhado a maioria vai lá porque quer realmente unir, fala. Você fica chovendo no molhado porque são sempre as mesmas pessoas falando para as mesmas pessoas. Então pouco muda você tem algum órgão a mais aqui e ali, que diferente local está fazendo, as vezes de uma assembleia legislativa, numa prefeitura. Mas eu não via ali eu como

realmente que aquilo fosse levar algum um lugar pouco. Eu acho que o lá atrás quando eu era ainda adolescente. Há poucas trans que eu via participando um pouco mais política, seja movimento social, é uma coisa assim. São poucas. E essas foram umas guerreiras, morreram, enfrentaram muita coisa, conforme o regime militar foi tendo abertura, houve uma os partidos políticos, e isso acontece até hoje. Eu vou te falar uma visão geral do como eu vejo tudo isso os partidos políticos. Eles começaram a entre ter vários setores da sociedade, e começaram a ter LGBT também alguns grupos de LGBT, principalmente de esquerda e tal, mas é importante. Eu faço parte de um partido hoje agora. Mas o partido de centro, bem centro esquerda, bem sério, Cidadania e realmente é sério senão não estaria lá sondei muito antes de resolver se filiar. Mas acontece o seguinte à esquerda, principalmente, começou a ter muitas dessas pessoas trans LGBT participando desses partidos e tal. Só que em grande parte as pessoas ali dentro, que querem se aproveitar no seu disco “ah concordo com você e tal”, mas Na hora do vamos ver o que faz muito pouco. Então, desanimou muito de movimento social, tenho amigas lá dentro. Mesmo assim, sempre então precisam de um carro no campo de uma a uma coisa, uma secretaria. Então aí aconteceu uma já bem. Mais recentemente, o PT no governo, eu comecei para se ter uma outra coisa que acontecia. O Governo Federal de Ministério da Saúde, fazer eventos evento, chamaram a gente na movimentação, a gente ia, tinha hotel, comida, em outro Estado, avião, pagavam tudo. A gente ala, discutia tal. Ficávamos três dias discutindo o assunto. E acabou, acontecia nada, então, para dar um exemplo, estou falando que aconteceu, daí fomos pra Brasília, entre o Ministério da Saúde do governo do PT convidou todas as lideranças trans pessoas do Brasil inteiro para e nada discutiram a sua relação à inclusão a questão da saúde para trans, LGBT na saúde, tem na saúde em geral e aí vamos discutir três dias e no final a chegar a uma conclusão. Precisava ser feito uma pesquisa dentro de todos os hospitais da Rede do SUS do Brasil inteiro para se avaliar se eles tinham conhecimento que já existe uma portaria, que nós lutamos muito para ter isso aí realmente movimento social. Foi esforço de expressão por ser a portaria de saúde integral para travestis e transexuais que era o quê? Qualquer travesti transexual pode ser atendido em qualquer lugar do então, lógico, mas não era. Não era o que acontecia para evitar que nós lutamos, para que fosse nós mais um momento social, outro muito para conseguir isso. E teve dois mil e onze participei que não sabe uma portaria de dizendo que toda transexual pode ser

atendida. Todas redes, redes do SUS, teve uma dor de ouvido por ir lá, mas não é o que acontece em até hoje. Não é o que acontece. A pessoa vai lá e fala. “Não não travesti tem que lá no CRT, ao centro de referência transexual,” mas tô com dor de ouvido, não quero fazer mudança de redesignação sexual lá, a redesignação sexual hormonização. Eu tô com dor de ouvido. Então está acontecendo nosso Brasília-. Nós nesse congresso, nessa reunião, nós tínhamos de ser feito. Isso foi discutido. Foi aprovada uma verba, mas fazer essa pesquisa em todos os hospitais da rede do SUS estavam sabendo ou não e para divulgar eles tinham que atender e ficou marcado para dali um ano. Nós nos reunimos de novo para ter o resultado, nunca teve, eu cobre escutando, ia ter outra reunião, “não a gente tá vendo. A pesquisa não foi feita” e que fizeram com a verba destinado, que adiantou todo o dinheiro gasto, estadia, passagem e a alimentação de duzentos pessoas de treze dias em Brasília, isso aconteceu mais de dez vezes em São Paulo, têm uma coisa em São Paulo é uma coisa e outra vez em Brasília. E aí eu comecei a ver, mas comecei a ser chata, começar e fazer a pergunta onde é que está a licitação? Não tinha, não foi de viagens três vezes. “Ah não, foi, foi de emergência, não deu tempo de fazer essa licitação.” Então, o hotel terça dia, passagem aérea, tudo sem licitação, não comecei a meter a boca, mas para deixar a fala enfim, aí deixaram de me chamar, porque estamos falando isso não é para denunciar nada de ninguém. Tô te falando isso pra para você entender a minha visão, eu tenho, disso, e aí vamos falar de Transcidadania que é para amarrar com isso que se está dando apoio pra te deixar fazer a pergunta, mas deixou a bola nesse assunto, o que ainda foi? Você sabe a história do Transcidadania?

GABRIEL: Eu conheço, pesquisei do que eu conversei com o Rogério Sottili, vou começar com Symmy Larrat também na quarta feira e Rogério conversei esta semana e foi base pelo que ele me conta. Foi uma decisão do próprio Haddad por ele ter se comovido. Vamos dizer, assim como as pessoas com as travestis que estavam e que ficam até hoje em situação de prostituição de rua na Avenida Indianápolis, onde acho que a mãe dele mora. Morei até perto da essa época, de noite de agora bem complicado e era uma discussão dele também de propriedade da gestão, do Haddad de querer cumprir algumas metas dos direitos humanos.

MARCIA: Então, vamos, vamos não deixa eu falar. O que acontece o PSDB tinha um programa que era o POT lhe dava trezentos reais. Duzentos essa quanto cem na época. Em uma da outra, todo mundo existe um programa como se fosse no renda

mínima dava para quem se cadastrava eles, ela davam um dinheiro pra um monte de gente. Ai Haddad quando entrou, extinguiu o POT. E um monte de gente que eu conheço, que tinha ficou “Ah Marcia, cortaram tudo não tenho mais duzentos reais pra viver cortaram tudo” E eu, tenho muitos amigos dentro do PT, ativistas e falei “escuta” que não nós extinguiu que nós vamos fazer negócio muito melhor. E aí me chamaram. Na secretaria eu fui sentei com o coordenador, Ele falou para mim. olhou no meu olho e falou “Marcia nós vamos fazer um negócio muito mais legal. Nós vamos fazer um negócio muito mais fundo”, então tá, “quando a gente estiver com isso pronta, te chama aqui para a gente conversar” realmente, passou um ano, passam mais um ano, dois anos e terminar no terceiro ano. A prefeitura Haddad me chamou de lá, aliás, a eles brigaram internamente. Esse menino que tinha me chamado, caiu fora, veio esse outro chamou lá, eu fui lá, me chamou lá, sentei com ele e ele falou “Estamos lançando o Transcidadania É um projeto assim, assim nós vamos pegar pessoas não mudam de uma bolsa para que ela estude que não adianta ficar dando dinheiro do POT para pessoa, o dinheiro que é muito pouco e vamos dar o dinheiro para a pessoa. Mas vamos cobrar que ela estude” eu fiquei nossa é uma ideia maravilhosa, muito boa. Eu gostei, fiquei super feliz, disse a nossa. Não há dois anos sem, mas tudo bem, aí marcaram o lançamento. Um evento na USP, não estava em um evento na USP, de homens trans, a primeira reunião de homens trans assim do Brasil. Conheci muitos homens trans lá. E aí foi esse rapaz da prefeitura, foi lá, falou do Transcidadania, “está lançando Transcidadania. Prefeitura colocou dois milhões de reais. Faz tempo muito mais. Dinheiro. Hoje é corrigido planos ou dar bom. No primeiro ano nós vamos atender cem pessoas. No segundo ano vão ser duzentos. Vão ser em quatro anos, eles atender trezentos pessoas.” Então, então, você ia no Transcidadania inclusive como você pode ir e tinha um monte de gente trabalhando inclusive amigas minhas trabalhando lá, então foi. Foi uma forma de fazer uma coisa, um programa muito bonito, muito bem feito muito bem dizer que funciona muito bonito pra onde de gente ver e de gente lá de dentro falando real. Aí, eu fui lá três vezes fui fazer palestra para as meninas e os meninos e meninas estão lá participando do programa. Tinham que ir lá para mostrar que estavam estudando. Continuavam mostrar que estavam fazendo a conversar eu fui duas ou três vezes. E uma das vezes que foi uma, uma pessoa de lá, me “Marcia Se vamos fazer o que eu tenho, um projeto que ajuda pessoas. Segurança seria no mercado, Trabalho gasto trezentos reais por ano, o projeto das

empresas em agosto passar. Agora nós colocamos cinquenta e uma pessoas para trabalhar como um emprego, para cinquenta e um mês de setembro um pedacinho do futuro de comendo, do meio de setembro, até agora foram setenta e quatro, mas, ou seja, neste ano a gente vai fazer levantamento integral. A gente não fez ainda mais a gente. Primeiras duzentas pessoas arrumaram trabalho através nós” através de vamos lá, trezentos, e eu não vai ter trabalhado, filmar lá, a menina me chamou lá. “Não, porque queremos fazer uma parceria com o trans emprego”, falei maravilha, lógico, “porque as meninas aqui se formam as meninas se forma e aí não tem emprego que se forma, às vezes é primeiro grau, exame supletivo, que a pessoa faz. Termina o curso o programa que depois de um de dois anos não tenho de trabalhar, não a queria saber se ele não tem lá fazer. Então a gente pode fazer um contrato, pode trabalhar” e que bom que feliz então o do seu jeito ficou de fazer o contrato, de mandar passar ambos de anos. Chegou formou-se o moço me ligou e falou “Marcia, posso mandar o contrato? Vamo assinar o contrato?” Aí falei pode mas vocês põe uma cláusula que vocês não pode, o PT não pode usar politicamente o nome do trans emprego. Nunca mais me ligaram, nunca mais me procuraram. Então eu não tenho nada contra a ideia do programa Transcidadania, eu acho a ideia muito boa. Só que eu acho que foi dinheiro demais, gastos demais para pouca gente. E aí eles termino isso que eu vou te dizer, uma coisa que você você, você falou “ah porque, porque a ideia era tirar as meninas as meninas ali que tão na prostituição na condição de vulnerabilidade na avenida Indianapolis”, também chegue ali na avenida Indianapolis e conversa com elas porque eu fui mais de trinta. A conversa chega pra elas e pergunta “Você quer trabalhar?” “Eu não. Eu gosto da noite agora. Eu não tenho chefe, não tem horário, não tem que pegar ônibus, eu venho para cá fácil, ganho mais do que em qualquer emprego que vou arrumar. Não quero que não.” Ou “eu já tenho um emprego, ganho super bem. Eu venho aqui porque eu gosto” ou “eu emprego quero sim. Não aguento mais essa vida.” “Quer sair e se eu te arrumar um emprego de faxineira?” “Ah não faxineira não”, “mas até você tem escolaridade?” “lá na Paraíba fiz até a quarta série” aí quer você não vai ter muita qualificação. Acabou rumando para que se possa ter uma arrumadora de prateleiras. Mercado faxineira, empregada doméstica? “Ah não. Quero não. Não, fico aqui então!” querer tirar as coitadinhas da prostituição é preconceito é achar que elas são coitadinhas? Quando não são. Tem umas que são? Tem, tem algumas estão lá, passam fome, não têm onde morar. Tem

a casa de acolhimento, casa florescer, que agora já está na segunda casa. Acompanhei desde o início da formação daquilo, aquilo é sério embarcando legal mesmo, tira as meninas das ruas, deixa elas se prostituírem se quiserem. Dão menino, dão um estudo, cursos, pega o dinheiro do Transcidadania e abre dez Casa florescer, vão fazer muito mais bem para as coitadinhas que estão em vulnerabilidade porque você não vai estar fazendo alguma coisa que uma sociedade possa mostrar uma sociedade hipócrita, como que você é legal? Você quer tirar minha coitadinha da rua? Você vai estar fazendo pelas coitadinhas de verdade porque você vai tirar elas da rua, tem uma que tinha cara toda deformada, não pode se prostituir, a outra tá em uma cadeira de rodas, então é essas quem fez, não foi prefeitura nenhuma. Quem fez foi o diretor da casa florescer, teve a ideia. Eu tive no evento ele falou “Marcia tô com uma ideia maravilhosa”, conseguiu verba prefeitura da, a prefeitura que dá verba, mas a ideia foi dele, ele que tocou o que fez ele que aconteceu hoje, aquilo é coisa séria. A menina de lá já tem uma mínima que estava lá em casa de acolhimento, estava lá assim sem nada, por estar em situação de extrema vulnerabilidade, mas ela tinha uma já segundo grau, uma linhagem. Então arrumamos um estágio numa multinacional estava paga, mora sozinha, está pagando seu próprio aluguel e estudando, pago pela empresa e ainda tem salário dela. Então, veja, a gente não faz propaganda da gente porque a gente não tem interesse político, então a questão toda é você conseguir separar o que é, não você fazer alguma coisa, porque você quer realmente resolver alguma coisa ou você faz uma coisa pra mostrar pra uma sociedade hipócrita que você vai tirar as meninas da Indianápolis. Nunca. Porque não são elas que vão no Transcidadania. Eu tive uma amiga que foi no Transcidadania, amiga minha, foi no Transcidadania falaram pra ela, “Não, veja, você já trabalhou, não pode participar, só pode participar do programa que nunca trabalhou na vida.” Você então vai eliminando as pessoas. Então chega no fim, é tudo duzentas pessoas, trezentas, quatrocentas. Agora, em dois anos é uma gota no oceano. Isso na região de Higienópolis tem mais que isso aí brincando ali, então fora que, vai pro Centro. Vai pro Arouche, vai para toda a região do centro da República, meu quer dizer não, elas não querem, não é para elas essas meninas na rua, mas não é. Deveria ser pra uma pessoa que já está mais velha, que não consegue se prostituir, que tem problema físico. E aí é muito melhor se colocar no programa, título, Casa florescer que tem onde dormir. Tem uma pessoa, enfermeira cuidando delas, que tem gente olhando em ver a gente

acompanhando, que têm cursos na sua escola, ou seja, talvez seja mais caro. Não tenho ideia de valor da Casa Florescer, mas botam milhões no projeto da Transcidadania pra atender duzentas pessoas onde foi esse dinheiro? Para ela não foi, então, sabe de desilusão, desilusão. Então cara estou fora. Eu, se me chamar para conversar... Esses dias eu estive falando com o Boulos, ele falou do Transcidadania. “Falam muito bem do projeto,” falei pra ele “Filho se você entrar, a gente conversa” contava pra ele a mesma coisa que tô te contando. Aí a gente fala se queremos fazer uma coisa que eu quero junto. Se quer continuar na mesma? Eu tô fora. Entendi então a questão. A questão é a forma. PT está pagando o preço, não queria falar de política, mas eles tão pagando o preço daquilo que fez nesses anos todos. Cabide de emprego, a botar amiguinho, botar gente pra continua com o partido para isso. É uma coisa que não é isso que faz a diferença e vai ter uma hora que muitos lá não ter talento. Não é por aí. A gente, se você pensa, diz que é de esquerda. Eu me considero centro esquerda na esquerda, mas eu acho que você pensar em ser de esquerda, tem que ser alguma coisa pensando no outro, meu caro, não numa seita religiosa pelo PT. Vale tudo pelo Partido do Trabalho, rouba pelo partido eu vejo eu vi. Possa posso até ser questionada, pode até ter uma questão de série de comunista falamos do Estado, tem que ser tudo fica como se fosse um estado, sei lá, dá para discutir, mas não é a minha visão. Eu não vejo assim. Desculpa, mas eu já tinha planejado te contar tudo isso antes das perguntas. Mas agora já foi (risos), mas tudo bem.

GABRIEL: Na verdade, como e aqui me coloco como papel de pesquisador, como estou fazendo uma entrevista de uma pesquisa qualitativa, uma entrevista de profundidade, eu nem devo te interromper os seus pensamentos. Entendeu bem posso, porque isso acaba com o meu, com a qualidade da minha pesquisa, então, sinta se livre para falar, estou ouvindo e é isso, pode interagir comigo. Não tem problema, porque, se fosse qualitativa, só mandava as perguntas pra você.

MARCIA: Eu só quero, eu não me apresentei, você quer que me apresente?

GABRIEL: Pode ser.

MARCIA: Meu nome é Marcia Rocha, sou trans sou empresaria, advogada e integrante da Comissão da Diversidade Sexual da OAB seção São Paulo tenho um assento no Comitê de Direitos Sexuais da Association for Transgender Health pela Associação Mundial Estudos Sexualidade apresenta trabalhos acadêmicos no

mundo inteiro em Congresso Mundiais, sou pós-graduada em educação sexual e coordenadora do projeto Mais Empregos.

GABRIEL: Uma honra estar com você, de verdade, repito isso porque eu acompanho seu trabalho dos três anos, então realmente, para mim é um prazer enorme estar com você, tenha certeza disso. Eu quero falar com você um pouco a sua visão sobre cidadania, trans, sua opinião, o que faz uma pessoa trans ser um sujeito social pleno de direitos? Sabe ser um cidadão pleno, o cidadão pleno, o que torna a pessoa trans dentro dessa condição.

MARCIA: Tecnicamente, eu falar como advogada, tecnicamente, é cidadão quem vota, sabe? Título e votar. Muitas não têm título, muitas não têm título porque sai de casa muito cedo. Às vezes não tem nem a RG, então não tem o título de eleitor porque pra título de eleitor você tem que ser reservista militar. Isso para você tirar a muitas mulheres trans nem vão se alistar, muitos homens trans fazem a mudança de nome e daí precisam ir atrás, porque se tornam homens no documento e a precisão e atrás de tirar o certificado militar, ai consegue vai lá eles dão. Mas pra poder ter título pra poder votar para poder ser cidadão você pode tirar título com dezesseis anos, mas depois se tem de novo, vai acabar tendo que ter certificado militar para tirar passaportes, para tirar a carta do motorista. Tudo isso, então se você não tem, não é cidadão. Se você não vota, você não tem direito a nada disso, nem Passaporte, nem carteira de motorista. Nada. Então a primeira coisa teoricamente, ter título de eleitor. Muitas não têm, mesmo porque realmente não têm o documento. Então a pessoa não tem que a pessoa agora. Isso assim, falando tecnicamente agora, ser cidadão a se aprofundar um pouco mais, no que significaria isso. Eu acho que se há uma pessoa trans ela ter, eu, a minha palestra da OAB se chama “o direito de existir”, eu faço essa pergunta “será que eu tenho direito de existir sendo o que sou”. Então, eu trabalho, tenho família, tenho uma filha, tenho empresas, contribuo, eu voto. Eu não faço mal a ninguém, não tem, ninguém fala mal de mim, nunca sacaneie ninguém, então, eu tenho também direito a existir? Muita gente acha que não. Muita gente no Congresso, inclusive, acha que não tem direito a existir que não tinha direito necessidade de ter uma vida igual todo mundo, de ter família, de ter emprego, trabalho, muita gente acha que não tenho sentimento, pergunta pro Silas Malafaia, Então essas pessoas como essas pessoas têm direito de pensar como elas quiserem. Nós vivemos numa democracia. A gente tem que respeitar. Mas eles também têm que respeitar o meu

direito. Existe então, até que não seja mais uma democracia como eles queriam fazer, mas se deixar de ser uma democracia. Aí eu vou realmente ou que sair daqui ou deixar de existir, vai ser minha escolha, ou eu vou embora ou deixa de existir. Então, muita gente foi embora recentemente, que conheço, pessoas trans que podiam foram, eu não. Então é isso. Eu acho que essas pessoas que estão na marginalidade muitas estão a prostituição, trabalham, mora com a mãe, vai lá e conversa com elas, que se realmente sabe como eu não tinha, na verdade, porque quer se prostituir, afim de curtir, ganhar uma graninha, falam “já vou mesmo de graça, porque não cobrar?” entende, um amigo de uma amiga que uma amiga quer era cabeleireira e saia do salão, ela falava entre o salão minha casa, eu vou sempre de maquiagem e salto alto e se um cara passar e perguntar quanto é eu vou. Então uma grana a mais de repente eu vou a com cara do cara e eu vou. Então há muito havia já entra parte da sexualidade conhecida em sexualidade, tem muita moral envolvida num discurso moralista, “ah temo que tira a coitadinha da rua.” Coitada nada, ela está muito mais empoderada ali na rua fazendo o que ela acha que ela quer porque ela quer do que muita patricinha, filha de papais em casa, seguindo as regras da família da família tradicional brasileira. Então que é um mau cérebro do sistema. Então eu acho que você precisa, eu acho que se precisa apontar essas coisas, principalmente na academia. Eu, eu não perdoei. Na academia, dou entrevista para mestrado, doutorado ou pós graduada, pós graduações, graduações como você tem outras questões, eu acho que a gente tem que falar a real. Ficar sendo conivente com um discurso, que não, não é real, eu acho que não por ai, porque a gente tem maturidade, tem profundidade, porque nós temos, tem gente que não consegue ler um livro, não tem condições. Eu acho que a gente tem que ser honesto, sincero, claro. Sabe honestidade intelectual é o que está faltando muito nesse país, hoje, de honestidade intelectual. Então está faltando dos dois lados, de muitos lados. Nós que temos um compromisso com a ciência e a gente tem que ter.

GABRIEL: A sua visão sobre os direitos conquistados até os dias de hoje, assim como operou essa luta e qual é a sua visão sobre isso? E aqui estou falando Márcia, do ativismo tá, porque assim só pra esclarecer um pouco melhor. Eu tenho um roteiro diferente porque também tô entrevistando pessoas do governo então têm um roteiro diferente para eles. Então, para ativismo, trans aí eu estou falando de Transempregos, tô falando da ANTRA.

MARCIA: ANTRA vamos deixar mais para mais para frente, que não é muito a questão do que você tá falando. Vou falar da OAB, eu faço parte da Comissão da Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil desde dois mil e treze. Então, sete anos, já tô na Quarta Gestão, era um outro presidente, foi renomeada agora recentemente pelo presidente atual de São Paulo. Na OAB, nós fizemos muita coisa. Eu fui a primeira trans, que conseguiu o uso do nome social dentro da Ordem dos Advogados do Brasil, uma briga três anos, uma demanda de três anos, foi aprovado pelo Conselho Federal da OAB por unanimidade. Eu tenho dois nomes no documento federal, sou a primeira pessoa do Brasil que teve dois nomes no documento, uma das primeiras do mundo a ter dois nomes diferentes no mesmo documento federal. Provavelmente fui a primeira no mundo, você tem algumas prefeituras, faz uma carteirinha social, mas é diferente de um documento federal que vale para qualquer coisa. Eu posso em cartório assinada a escritura com documento da OAB, que tem dois nomes, a gente isso conseguiu em dois mil e dezessete, mas desde dois mil e catorze que estava demandando, isso eu entrei no ativismo trans não tinha direito a nome, não tinha direito ao uso de banheiro, não existiam nem a união homoafetiva reconhecida. Então vamo lá, crianças então nem pensar. Então, o que acontece? A adoção, o Ministério Público, tinha uma determinação interna para não permitir que homossexuais adotassem, isso quando eu entrei, em dois mil e sete, de lá para cá. No Legislativo, a gente não consegue nada por causa da bancada fundamentalista, e dos outros covardes que estão lá. Também tem coragem frente então, o que vem acontecendo a gente tem que se virar ativista jurídico São Paulo, Paulo Iotti, Salles, Maria Berenice Dias, Raquel Rocha, Heloísa Alves Gama, Adriana Galvão, e por aí vai. A presidente atual da minha comissão, também maravilhosa, Ganzarolli, essas pessoas, admite. Paulo Iotti foi quem conseguiu a criminalização da homofobia no Supremo. Meu partido, Cidadania, entrou com ação, o Paulo Iotti com a ANTRA, como advogado, ele foi advogado no meu partido também. A ANTRA também entrou na associação nacional para registrar como *amicus curiae*, ou seja, uma entidade que vai apoiar a causa e várias outras entidades apoiaram. A criminalização da homofobia foi uma das mais recentes, mas nesse meio tempo teve decisão sobre nome social, logo depois da minha OAB, o Supremo deu o direito da pessoa trazendo cartório mudar nome. Já existiam portarias sobre crianças, pois o MEC Educação Cultura também fez uma portaria dizendo que pessoas, crianças e

adolescentes trans têm direito ao nome social e banheiros. São Paulo tem lei estadual a muito tempo. São Paulo Tem a lei dez nove quatro oito, de dois mil e um, dizendo que qualquer pessoa trans LGBT em geral pode frequentar qualquer ambiente público, não pode ser discriminada, sob pena de multa, multa, multa e, na quarta que reincidir fechar o estabelecimento. Então eu posso ir em qualquer restaurante. Ninguém pode dizer ao que se quer aqui em dois mil e oito. Se a lei existe em quase todos os estados de São Paulo não funciona. A gente vem funcionando em parceria com a minha comissão, da Ordem. Nós somos ativistas judiciais, a gente vai partir para cima mesmo. A gente leva até o Supremo. Nós acabamos, eu e Paulo Iotti, acabamos de ganhar a semana passada no Supremo. Na última instância, entramos com a execução. Semana passada, uma ação da Laerte, que é minha amiga, Laerte Coutinho, cartunista contra Reinaldo Azevedo e a Jovem Pan, duzentos e oitenta mil reais, ganhamos em última instância e estamos entrando com a execução, e coisa e vai tudo pro Mães da Diversidade, que é uma entidade, uma ONG, a Laerte fez questão desde inicial de dizer o que ganhar, vai pro Mães. Já vai para o Mães agora. Então, isso é Ativismo também, ativismo judicial. Foi todas as nossas conquistas, todas as nossas conquistas nos últimos anos, a lei dois mil e um o movimento social participou muito injusta, mas, nos últimos anos, todos foi como mudou mesmo, foi tudo mesmo foi OAB e os advogados, gays, lésbicas e trans que estão ali na guerra, mudando pelo sim pelo Legislativo. Oposição consegue eleger ninguém. A gente não se entende. A gente não consegue bater um papo todo mundo, sai briga, gay com lésbica, lesbica com trans, feminista radical com trans, trans com gay, enfim, você sabe, é uma loucura, aí então é difícil conseguir um candidato decente, é um outro. Agora tem um senador, graças a Deus, então eu acho que assim a gente, esse ativismo dentro do Judiciário é importante é o que tem dado conquistas e eles não conseguem fazer oposição a isso do outro lado, tô colocando como se fosse um grupo particular. Não é um. Eles que não quer, não conseguem se articular. Tem juízes terrível vezes. Decisões, recentemente uma amiga minha teve uma decisão horrorosa, uma ordem do juiz pastor que tem três livros publicados e é juiz, juiz de primeira instância, agora recorre ao Tribunal, Tribunal geralmente reverte, então eu acho que dentro do Judiciário é muito mais, mais fácil de a gente realmente ter as conquistas, mas tá errado, eu acho que a gente tinha que conseguir no Legislativo também tinha que começar, conseguir colocar pessoas que mais conscientes, eu sei é difícil, porque

a estrutura partidária no Brasil só dão o dinheiro pra quem eles querem que seja eleito para manter o mesmo grupo lá, os mesmos partidos temos que manter a esperança para mais para frente.

GABRIEL: Gostei da sua resposta, na verdade não posso gostar ou desgostar, porque meu papel aqui é de pesquisador assim. Sobre ainda sobre o movimento trans, qual a sua visão sobre o papel educacional e conscientizador que os movimentos trans tem sobre a população trans que ele abarca.

MARCIA: Não abarca. não chega lá. Você vai conversar com a travesti de rua? Pergunta para ela o que ela acha do movimento social? “Movimento? Nunca fez nada por mim. Quero que se dane!” Eu escutei de um monte vezes, “ah elas querem fazer para elas. Não querem fazer pra nós” não é todo mundo conheço muita gente. Superbacana a Nique em Minas Gerais, que super respeitada. Fernanda de Moraes, uma das pessoas que eu conheci no movimento, realmente querem fazer que realmente tentam, mas assim, papel educacional ensina o que? A ir pra rua para levantar a bandeira, num vai, ensina a ir falar com o prefeito, não vai, no máximo, que se consegue fazer é juntar um grupo que faz uma baderna na porta de um órgão público. Isso não resolve nada. Teve sua importância lá atrás, quando não tinha visibilidade nenhuma mas com a Parada isso acabou, a Parada foi a maior visibilidade que a gente podia ter. Tenho minhas críticas à Parada também, mas tem seu a sua função de visibilidade inacreditável, pô bota três milhões de pessoas na rua onde faz isso? Nenhum lugar do mundo. Agora, educar as meninas que estão lá sobre política? Ah deixei pra lá, não há nem vão ser mais reunião. Vai reunião de qualquer associação de trans tem três quatro, tenha o mesmo grupinho de sempre, não chega a vinte pessoas vai educar quem isso, política, não vai, já teve ao tentar fazer, eu fui, “ ah precisa pegar mais gente, ampliar e trazer as meninas” Não vão. Não vão. Não tem dinheiro nem para o ônibus, não vão, se não dá nem o dinheiro do ônibus elas não vão. São problemas do Transempregos também, a empresa fala nós queremos fazer a seleção aqui. Juntar um grupo e fala se der passagem eu vou, muitas não. Então, chamou pra entrevista, pessoa não tem dinheiro pra busão, não vai. Então, a gente precisa ter uma uma visão mais realista das coisas, movimento social foi finalmente lá de uma vez que a a ANTRA, reuniu o Nacional Identidade, Travestis, Transsexuais e lá assim tinha bastante gente. Tinha cento e trinta, cento e quarenta pessoas e todas eram lideranças políticas da região desta cidade, então não tinha a menina da rua,

muitas fazem programa desse grupo, mas não tinha as meninas lá, não havia as de dezoito anos. Aí você fala bom, então tudo bem, cada uma da sua região pode fazer. Eu acho que de certa forma, ensina alguma coisa, como andar de salto alto, como se maquiar, mas ensinar uma política, uma coisa, tem que ter consciência, veja, pode até existir, mas eu não vejo isso acontecendo.

GABRIEL: Não sei se vai ser repetitivo, você me fala se for, e aí a gente pode pular para o próximo tópico. Tá. Mas para encerrar o meu roteiro sobre o movimento trans, eu queria perguntar quais são os pontos fortes dos pontos fracos que você identifica no ativismo.

MARCIA: Eu acho que o ponto forte, por exemplo, foram criar o CRP. Eu não participei, não foi. Foi antes da minha época, mas foram criar o CRP. Vai criar um programa qualquer, como fizeram comigo da Transcidadania, chamaram lá e chamam pessoas, e eles ouvem, isso eu acho que é uma parte importante do movimento social ir lá em dizer que pro governo, amplo senso, quais são as demandas, o que precisa, eu acho que isso é dizer poder poder ter um grupo que diga para o governo e que é que precisa, acho que esse é o papel mais importante. Eu fiz de uma capacitação para controle social, pelo SUS naquela época, pagaram tudo também, fiquei quatro dias onde tinha bastante gente pra aprender como fazer o controle social, controle social é ir reclamar. Eu reclamei dos mais de mil vezes no SUS e nunca fui ouvida, uma vez eu briguei falei, eu quero a gravação, tenho prova, tenho prova do que tô falando. Nunca consegui. Eu vou tentar na Justiça para obrigar o governo a me fornecer uma gravação de uma... Vai nada. Então eu acho que o papel do movimento social principal é servir como uma certa interlocução de uma categoria com o governo. Embora, dependendo do governo, você gosta mais. Você gosta mesmo, não chama mais umas que são mais do partido, mais alinhada ou menos. E eu acho que a principal forte assim do ativismo e manifestações de rua também são importantes. Eu acho que, às vezes, eu às vezes eu acho que algumas circunstâncias cabe, quando o consulado americano não, o consulado russo, que foi fez uma ideia absurda no trans no dia, de que trans não podia mais dirigir, nós fomos chamamos a imprensa, fizemos um “bazé”. Eu acho que isso é legal. fazendo reclamação. manifestações, eu já tive no consulado britânico por causa do trans empregos já chamaram convidaram para ir lá. Já estive no consulado americano também três vezes. Eu acho que essa relação aí tô falando de governos estrangeiros, mas acho essa relação de formar. Diziam que a gente está

fazendo o que é legal. Se eles não querem fazer lá fora, também um diálogo legal com o nosso momento em que o governo de outros países, quem chamar? Eu acho que é importante você, o movimento social ter esse papel, é o mais importante dele. Você perguntou o lado ruim também. Mas acho que já falei tudo, o lado bom não tinha falado. Eu acho que é importante.

GABRIEL: Agora sim um pouco a pouco sobre a questão, ativista porque, afinal, meu papel aqui é perguntar do ativismo. Eu só vou. Estou gravando aqui no celular também. Caso perca, pelo menos eu tenho do celular. Ai, vou falar sobre a questão do governo agora. Então, falamos de governo Márcia. Qual é a sua visão sobre a relação que há entre os ativistas, movimentos trans e os órgãos públicos, e assim, acho que dá pra emendar uma pergunta na outra, como você enxerga o quadro evolutivo do governo na questão trans de dois mil e quinze para cá, que foi quando começou o Transcidadania em São Paulo.

Só falando a prefeitura e o governo municipal né?

GABRIEL: Mas pode falar o governo geral.

MARCIA: Ah que aí varia muito né, agora federal teve retrocesso e aí varia muito, eu tenho uma amiga trans no ministério, no Ministério da Dignidade Humana, tem uma amiga trans no Ministério da Saúde, mas sim ou houve um retrocesso, mas vamo de prefeituras que é o Transcidadania. E mais, a ver com o que você está falando qual é a pergunta mesmo?

GABRIEL: Pergunta é, qual a sua visão sobre a relação entre os ativistas e movimentos trans com o governo e com esse quadro evolutivo pós Transcidadania? Desde dois mil e quinze para cá.

MARCIA: Mudou nada! Tá vamo lá, era muito ruim lá atrás. Assim, na verdade, município prefeitura tem pouco poder fazer quem tem mais poder Estado e União, o programa de saúde de educação estão geralmente, quem tem mais programas assim são Estado e União, prefeitura na área de saúde, poderia fazê-lo mais um pouco, talvez escolas municipais terem um trabalho, mas isso não é um movimento social, uma demanda isso, já que de terminar. Eu já acredito e vou atrás disso. Acabando a pandemia esse já assim é o foco aí, questão de casa, mas segurança é mais Estado. Então, o que a gente a gente faz na segurança, nós, OAB e outras entidades, que

esse tipo de gente faz palestra para a polícia a gente faz cursos, existem cursos para hoje, por causa da legislação estadual, em São Paulo, muito existe curso, então às vezes o cartório de cartório, um delegado, um alguém que trabalha no fórum tem medo de discriminar porque em São Paulo é crime e também fazer vai fazer um curso de, de comunidades como o que é aprende que o nome social. Por isso é legal também. Mas aí é uma questão municipal, eu não vejo muito isso, o mesmo que isso está, mesmo em São Paulo não tenho visto. Acho que a relação vem melhorando, mas, um dos partidos que mais fez por nós na cidade de São Paulo. Para ser honesta, eu não quero... não gosto deles, mas o PSDB fez muita coisa, não era, não resolveu nada. Nunca quis resolver nada, mas assim criou muita coisa. Fez alguma coisa, vai, só não fez propaganda, porque propaganda que está ajudando a travesti uma tragédia, pro PSDB é uma tragédia porque não é uma eleição deles não, então eu acho assim tinha POT LGBT, tinha alguns eventos que a gente participamos, tenho amiga no PSDB que é lésbica, ah tem duas, então, e são ativistas e sempre fizeram as coisas agora, mas as duas são do Estado não do município, mas são PSDB. O estado de São Paulo sempre fez muito por nós, muito lei do Brasil é daqui, e foi, foi durante a gestão PSDB, bom, mas PSDB não sai do governo. Então, tudo o que tenha governo é PSDB... Leis estaduais, conscientização de polícia, de cartório, nós darmos esses cursos, a parceria da Secretaria de Justiça sai São Paulo caminha junto a comissão da OAB para receber denúncias de discriminação. Isso antes, disse que já este sistema muito, desde que tenha lá na comissão de dois mil e catorze, tinha a parceria da Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo com a Comissão da OAB pelo Estado de São Paulo para receber denúncias de discriminação, violência contra LGBT, eu participei, isso é real, funciona, tem essa lei no Brasil inteiro, mas não funciona porque não tem essa parceria, muito da vontade política da Secretaria de Justiça do governo, que por alguém da Justiça e o governo de São Paulo sempre teve. Então, a gente tem que ser honesto com as coisas agora fizeram pouco podiam ter feito muito mais, tem lei estadual pra trans para usar o nome social na escola, desde o Jardim primário, não usa banheiro, tem isso, isso é o que tem, o que existe vendem, vinha tendo avanços assim não muito, nessa gestão que acabou. Foi um retrocesso também. A gestão Dória, aí andou pra atrás na equipe para tentar até desfazer algumas coisas não conseguiram. Porque aí ativismo, vai para cima, grita e berra, não deixa, inclusive o ativismo judiciário. Nós. Tentaram extinguir o CRB que tem um

trabalho legal com as meninas de vulnerabilidade também caímos de pau em cima cara, fui da comissão e falei vão fechar o CRB para cima e aí pela comissão tem gente tanto na Assembleia Legislativa, no governo, prefeitura, um monte de advogados. Desistiram de uma semana, não fecharam. Mas então, assim, a uma tentativa de retrocesso que a gente faz, um papel importante, também de não deixar. Mas eu não vejo uma saída, uma melhora para LGBT, por conta da política, nenhuma instância, nenhum desfalque estadual e federal a gente. Quando tem é pouco, quando dão é esmola, eu falo para as minhas amigas ativistas quando um encontro para o câncer de esmola para político aqui também para você. “Vou fazer um programinha para fingir que eu tô preocupado” quem deu apoio foi o judiciário sempre, sim, a gente está precisa conseguir no Legislativo, o Executivo um dá, outro tira do governo, aí entra, entrou, entrou. Dória na prefeitura, desfez, Transcidadania esparramou pela cidade de São Paulo inteira, para as regionais. Descentralizou uma coisa que muita gente que eu conheço “acabou Transcidadania” e muita gente fala, “não, tá funcionando, mas é mais regional.” Eu realmente, depois do Dória na Prefeitura não tive mais contato com a Transcidadania. sei como está hoje é de falar muito, mas as informações que eu tenho assim, de falar, que centralizou as regionais, algumas extinguiram, outros. Mas que ela funciona, que continua dando dinheiro para as meninas que têm alguma coisa continua fazendo. É que, na minha opinião nunca foi muito eficaz então não faz tanta diferença, eu vou ficar feliz do dia que um prefeito chegar na televisão falar “escuta não bota teu filho pra fora de casa é gay, porque eu acho que as famílias não deviam, bater na lésbica, porque ela precisa arrumar marido”. Eu acho que as trans precisam ter direito de amar, de estudar, de ir na igreja, então, o dia em que um prefeito fizer isso, vou falar puxa esse é um cara comprometido com o grupo comunitário LGBT, sabe quando isso vai acontecer? Nunca na vida, então...

GABRIEL: A gente tá entrando na última seara de perguntas. Quero abordar, eu quero falar da questão de comunicação, afinal meu curso, então eu quero falar um pouco sobre o ativismo trans na internet. Eu queria que você me dissesse sobre sua visão sobre ativismo trans da internet e como ele está impactando o diálogo com a sociedade.

MARCIA: Então eu agora vou falar de Transemprego. O Transemprego surgiu com o site e foi através desse site que a mídia tomou ciência e aí deu visibilidade. Eu

conseguia chegar às empresas e aí conseguiu ter contato com diretoria, com CEO, etc. A coisa começou acontecer dois mil e quinze e nunca mais parou. Para mim, depois o depois a gente começou a usar muito, o Facebook, que é uma ferramenta que a gente mais usa hoje, porque trans seguem a gente tem que anuncia a vaga, todas as trans ficam sabendo milhares de pessoas, ficou muito ágil. E agora nós estamos com uma ideia recente, até, de fazer um aplicativo de celular porque tem, muitas trans não tem computador. Não tendo acesso e por celular muito, muito fazer acesso a um aplicativo para facilitar o acesso mesmo das empresas também. Eu acho que essa coisa de digitalização, de de velocidade, de informações, eu sou da época do papel, sou da época do papel carbono para bater a marca, petição batida à máquina com dois papel carbono, que é para ter cópia, de lá para cá, primeiro computador de que tivemos no Brasil eu tive, e eu mexia com sistema DOS né, então é assim eu sou, eu tento acompanhar as mas é hoje as coisas vão muito mais depressa do que eu. É hoje um monte de coisa que você mexeu, o Google, fez um curso no Transempregos que é um curso gratuito para qualquer pessoa trans que quiser, e não trans também queira saber gratuito, de empregabilidade. Tem vinte e nove obras com advogados dando aula, pela pessoa psicólogo, dando aula como se comportar à empresa como se arrumar. O que é uma empresa? Que quais são seus direitos dentro da empresa? Quais são os direitos da empresa? Então, negócio gigante pago pelo Google, eles contrataram todos os professores, nos contratou, para gerenciar. Nós contratamos professores, tá tudo lá, tudo de graça, chama transformação, no Transemprego, é só entrar e fazer o curso. E tem certificado no final, em parceria com o Google, o Google queria R e têm aulas sobre como usar ferramentas no Google todas as ferramentas de nuvem e etc. Eu não sei usar, eu não fiz o curso. (risos) Comecei e parei, então, assim é útil aquilo para mim, eu não tenho tempo, mas para mim, não, eu sou velha. Mas eu acho que essa tecnologia lá deve ajudar muitas, muito. A velocidade de informação para o seu acesso à informação é muito mais rápida, mais fácil. Sem o site do dos Transemprego ele não existiria, ele é virtual, não tem uma sede. Eu acho que é que mudou grande parte disso tudo que vem, desses avanços. Todos que nós tivemos no Judiciário, de conscientização de sociedade, com novela, com livros, uma academia, com trabalhos acadêmicos que há dez anos atrás não aprovavam a tese de mestrado sobre gay, não tinha, tinha duas ou três no Brasil, sem conseguir aprovar, de aprovar. “O assunto não interessa a

academia". Hoje ainda tem um pouco disso. Uma melhor uma hoje está na tese de mestrado e doutorado sobre travesti se você der um Google vai achar mil então isso tudo é muito recente. Se avanço quando essa evolução toda. É muito recente, de cinco anos para cá, muito de cinco anos para quase seis e coincidiu com o nosso ativismo do Transempregos com a nossa militância, dentro da OAB, também com a nossa, dentro do Judiciário. Eu chamo de militância, mas não é militância, é luta por direitos. Mas é uma luta por direitos dentro da OAB, do Judiciário, e de modo geral, a sociedade não vê lá. Agora está passando A Força do Querer, que é um homem trans, que foi feito pesquisa para fazer novela que o livro do João Nery, era meu amigo, morreu em dois mil e dezoito, aparece, no final da novela, são questões que são recentes, tudo muito recente, mas muito importante. Eu acho que a internet como ferramenta para aproximar as pessoas, eu consigo conversar. Agora, na hora que eu quiser, pego no WhatsApp e converso com trans na Bahia. Está lá na Bahia, e tá no grupo de WhatsApp, por isso o evento para o grupo, mando uma mensagem atinjo o Brasil inteiro. Isso é inviável sem internet. Então isso ajudou. Facilitou bastante para o bem do mal, tem coisas ruins também tem, mas eu acho que numa democracia é bom que tenha pros dois lados. A gente fala e tem que escutar, eu tenho amigos no PT e tenho amigos no PSL pra você tem de ter uma ideia. Não é para este ano a gente que gosta de conhecer amigo, tenho amigos na extrema direita também. Tenho amigos que são que defendem Bolsonaro até não poder mais. Então eu consigo conversar, tento manter a amizade, então eu acho que é importante essa essa questão de internet. Fez uma mudança muito grande, agilizou e facilitou para que esses avanços acontecessem a tecnologia de um modo geral.

GABRIEL: E aí você acha que teve a internet o ativismo trans da internet? Teve algum impacto no diálogo com o governo, que a gente falou da sociedade agora, mas e com governo?

MARCIA: Deixa pensar... facilita algumas coisas. Você ainda hoje tem reunião virtual, não havia como ter isso antes. Fácil no máximo. Então assim a tecnologia ajuda a comunicação. Comunicação de um modo geral. Agiliza, fascina, não resolve a questão porque se o cara não quiser ouvir, ele não vai ouvir, pode usar megafone, internet, metralhadora na cabeça não tem como se a pessoa tá impermeável não vai entrar. Então eu acho que é uma ferramenta. É um instrumento muito útil, agilizou uma única. Eu tenho amigos. Como falei na Secretaria de Justiça, tinha para sair, mas eu tinha

amigos nas últimas três gestões, eram amigos meus que estavam lá cuidando dos assuntos LGBT do estado de São Paulo. Então tem um problema, manda um WhatsApp pro cara, ó tô com um problema aqui 5 minutos dá polícia. Lógico que eu sou eu né, então, tenho meus privilégios. Não é a menina na rua ter acesso, mas de qualquer forma, se têm sites. Hoje tem o site da Secretaria de Justiça. Você pode entrar você fazer uma denúncia de discriminação, então, facilitou o diálogo com o governo, pode entrar lá e fazer a denúncia. Quanto tempo vai levar para alguém ver tomar uma providência, te chamar lá, são outros 500, mas de qualquer de forma melhorou, antes nem isso? Mutirão? Existem algumas pousadas o governo tem que querer. O governo tem que abrir a possibilidade. Senão, não tem acesso. Então eu acho que é o que eu falei são ferramentas que podem ser usadas ou não. Depende do governo tá permeável querendo ouvir. De querer te dar a oportunidade de você chegar, mas não vou dizer que temos de governo em relação à população. O governo mudou muita coisa que os governos, não há tucano. Quer saber a verdade? O grupo de WhatsApp, cê acha que Bolsonaro ele vai e olha, não, é de toda quinta feira, sexta feira, que vai lá e faz showzinho dele no grupo dele, divulga e tal? Facilitou, mas será que ele escuta também? Só fala quer aparecer, ouvir o que eu acho que pelo que a gente vê na mídia, eu acho que pessoa meter a boca, pessoas grupo do grupo de WhatsApp dele, vai lá, reclama e ele vai lá e se justificar, alguma interlocução ouve.

GABRIEL: Então está para fazer a parte da comunicação que depois disso, só tem mais uma pergunta, eu prometo que é só mais uma. Você acha que esse ativismo na internet ele é capaz, quando falo de ativismo na internet Márcia, acho engraçado que você tem o mesmo nome da minha mãe (risos), quando falo, ativismo na internet Márcia, estou falando de ativismo, do ativismo jurídico por exemplo, do Transempregos. É um grande ativismo. Por isso solicitei essa entrevista. Enfim, existem várias searas de como você pode fazer ativismo de como pode-se agir, e se a gente pensar esse ativismo na internet. Você acha que assim, para rematar isso que você acabou de falar, ele é capaz de promover a conquista de direitos, de promover uma política pública, requerer a cidadania e aí para pessoas trans, específico, que é objeto do meu caso de estudo.

MARCIA: Na verdade, o Transemprego tem nada da política pública, mas, então, são duas questões uma ferramenta, então a internet sem ela... com ela foi muito melhor, abriu muita coisa. Um monte de possibilidade que abriu, a finalidade de possibilidades.

Agora, a relação com falei em relação com o governo, depende do governo, está. Não vejo muita disposição dos governantes, dos governos, de ouvir. De querer saber muito. Na verdade, eles querem mostrar que estão fazendo, falar, tô fazendo. Então, você tem hoje tem, você tem a possibilidade de fiscalizar conta pública, através da internet, a possibilidade de verificar as contas, de ver o que estão fazendo, com a ação, mas muita coisa não aparece, muita coisa, muita coisa, não consegue também dizer, não consegue chegar ao ministério do direitos humanos hoje pela internet e falar “Olha, escuta, filha, tá loca? Este menino veste assim, menina veste assim porque a sociedade convencionou assim, em meninas, vestem rosa” isso não é uma índia ianomâmi brasileira não veste nem azul nem rosa. Aliás, algumas vezes ela não veste é nada e é mulher, então de onde tirou isso vai fazer menina vestir rosa? Então! Fazer entender, mostrar dialogar não consegue, na verdade, prontas o que interessa para o grupo deles para quem elegendo, mantém nisso. Então existem limites até onde a tecnologia, a internet consegue te levar. Eu acho que como falei é uma ferramenta maravilhosa, de milhões de possibilidades, entra nos sites de governo. Eles põem ali o que eles querem que você ler. Você usa a internet para você rastrear encomenda, para pagar impostos, acusa um monte de coisa. Eu acho que é fundamental, agilizou muito, mas termos de políticas públicas. Talvez até tenha alguma coisa, eu esteja velha e atrasada, mas eu realmente não vejo assim muita possibilidade de influenciar a política pública de aplicativo, não, eu acho que que tem que ser no voto e no gogó.

GABRIEL: Tudo bem. E aí, na última pergunta, na verdade, ela vai ser cortada pela metade. Porque boa tarde você falou no início. Não sei se você está ciente, deve estar que é deputado estadual, Erica Malonguinho. Ela promoveu uma PL no ano passado para expandir o projeto transcidadania para o estado de São Paulo. Nessa cidade, para o estado. O que você acha sobre isso?

MARCIA: Eu acho ótimo, veja, eu acho que tudo o que for feito, toda a ideia e tudo que for feito para minorias para trans é válido, importantíssimo o problema é o que, é o como, a ideia é ter uma ideia chave, puxa vamos pegar o projeto Transcidadania, todas as grandes cidades começar com as grandes cidades do estado de São Paulo, mas é uma série de cada lugar. Ou aproveitar algum órgão da prefeitura local para não gastar. O que eu falei, vai gastar quanto? Milhão, bilhão e botam o negócio atender mil pessoas? Não adianta, não é? Então assim desde o, como é que é o

problema, não, a ideia ótima. Como que nós vamos fazer? Vai ser uma coisa faraônica para todo mundo ver o como sou legal? Vai ser uma coisa de verdade? Vão botar o dinheiro lá, onde precisam, da precisa, fazer uma coisa nós a pagar trezentos das pessoas para atender dez. No Estado o dinheiro não acaba. Como diz o Boulos, dinheiro, tem para qualquer coisa, vamo construir uma pirâmide do Egito. Dinheiro têm. Não é assim. A gente tem que ter bom senso ao usar o dinheiro público. E eu acho que exige uma parcela muito grande da esquerda que não tem essa noção. Isso me preocupa muito na esquerda radical. Mas na esquerda, mais que fala que não tira dos ricos para dar aos pobres, se tirar o rico acaba tudo, como aconteceu na Rússia, na China, tudo ficando a miséria não funciona, socialismo, único funcionalismo que eu apoio admirando é o escandinavo mas a esquerda não quer, quer golpe, vamos erradicar. Tem uns amigos assim. Quem querem ter poder absoluto, tirar a liberdade das pessoas. Não funciona porque a pessoa acomodada em casa não faz mais nada. E aí não tem criatividade, você corta as perninhas dela, tira a criatividade dela? Não tem motivo para trabalhar dez horas, quinze horas por dia. Porque ela vai ganhar a mesma coisa. Isso foi o que aconteceu na Rússia, na União Soviética. Tava conversando com uma amiga minha que é comunista e falei, “falei pra escuta, é tão bom assim como você fala, porque quando a URSS acabou em nenhum país nenhum quis continuar comunista? Nenhum da União Soviética inteira” Polônia, Iugoslávia, lá, nem a Rússia que era a líder da história, não quis, abriu o mercado, China abriu o mercado, então China é meio termo. Mas Cuba... então, eu e a minha visão é que, assim, você precisa ter as duas coisas, iniciativa, iniciativa privada, liberdade individual, de liberdade, não tem gay! É uma perseguição desgraçada o problema Castro matou um monte de gay. Mariela Castro, que eu conheço, tentou fazer mudanças. Já estão proibir parada lá de novo, uma dificuldade, muito menos liberdade individual se têm menos direitos de minorias, então perdi um pouco do que tava falando, o que eu tava falando mesmo?

GABRIEL: Sobre a expansão do Projeto transcidadania pro estado de São Paulo todo.

MARCIA: Eu acho que eu acho que é uma ideia muito boa. Eles vão fazer direitos, vai exercer alguma coisa. Então, outro governo, mais adiante tiver alguém que seja um pouco mais comprometido realmente com minorias, com diversidades com LGBT, eu acho que precisa ver o custo disso e o benefício seria fazer pesquisa trabalha

pesquisa mesmo nesses municípios, onde teria algum voto Campinas em alguns lugares à beça, mandando fazer o negócio. Não adianta fazer um negócio, gastar um dinheiro pra fazer um negócio que não vai ninguém, precisa haver fazer uma pesquisa de quantas pessoas teria naquele município para avaliar como vão fazer. Faz uma parceria com universidades e faculdades, bota alunos como você para lá acompanhar as meninas nessa mudança hormonal, importante para elas é o dinheiro, então pras meninas, invés de gastar bolos enormes de dinheiro para o emprego que um monte de pessoas que vão ficar controlando a vida de um monte de pessoas, as pessoas pega esse dinheiro pra pra gente que precisa, e pega dois ou três faz parceria por dois ou três para coordenar o grupo que de voluntários, que a ideia a gente desenvolve. A gente pensa sobre. Mas eu acho que a forma de fazer a ideia pode ser maravilhosa, de atenção ao como, então eu não conheço a Érica pessoalmente, já vi umas falas dela e acho a ideia muito boa, só que também tem o seguinte. Não adianta fazer uma lei dizendo que trans que ter emprego de mestre, tem que ter vaga de mestre de mestrado, doutorado tanto a não adianta fazer uma coisa que é impossível, não adianta fazer uma lei falando que toda trans tem que ganhar um milhão de dólares por mês, então a gente já tem um pouco de pé no chão, e porque enquanto legisladora, tem que criar o projeto de lei tem que convencer as pessoas que é viável, vai ser legal, que é uma coisa positiva com uma parcela da sociedade que já é difícil falar de trans, se a gente conseguir barrar a doida lá, a que tirou a Dilma, advogada, conseguiu impedir elas de acabar com o projeto, já foi, já conseguiram, a princípio, ela já mudou, lutou bravamente, para acabar dentro do hospital das clinicas o projeto de trans, que tem, um projeto que foi feito pelo governo federal. Ela quis acabar com isso, fazer decreto proibindo, que não existe crianças trans, e existe. Eu fui uma, existe criança trans. Então, isso é outra guerra também. Outra briga também. Então a gente tem que ver os dois lados. Não deixar lado ruim e ver o lado bom, bom, tem que ter bom senso, fazer um negócio errado, surge uma Marcia Rocha que não acredita mais, né, pra quem tá de fora olhando “ ah que bonito que fizeram” mas quem acompanhou de perto eu me desiludi terrivelmente, então é isso.

Apêndice D – Entrevista Ricardo Dias

GABRIEL: Primeiro, quero agradecer essa disponibilidade de poder contribuir comigo para minha pesquisa do TCC, que se resume a pesquisar os impactos do ativismo na

construção de políticas públicas, de estabelecer um diálogo com o governo. E aí o meu objeto de estudo é o projeto Transcidadania que foi da gestão Haddad, que foi elaborado em dois mil e quinze. Mas obviamente, quando no decorrer do processo democrático, com o decorrer do tempo a gestão mudou e o projeto continua com o mesmo nome. Então estou analisando o projeto em si só todo terminar a graduação de Relações Públicas da Universidade de São Paulo. Meu nome é Gabriel, acho que isso você já sabe (risos), pouco antes, Ricardo, eu queria que você se apresentasse para a gente continuar a entrevista.

RICARDO: Vamos lá, eu sou Ricardo Dias, estou como coordenador de políticas LGBT da Secretaria de Direitos Humanos. Então, eu coordeno as políticas públicas da pauta LGBT na cidade de São Paulo. E sou advogado de formação, pós graduado em Direito Médico e agora todo militando já. Desde que eu comecei a trabalhar como advogado de um dos centros de cidadania, depois assumi a coordenação, estão já estou há alguns anos aí a frente dessa política.

GABRIEL: Perfeito. Qual para começar a nossa entrevista, eu queria que a gente começasse abordando sobre a pauta do movimento Trans. Eu queria que você me discorresse um pouco sobre a sua visão do quadro evolutivo do governo com ações afirmativas para a população trans de dois mil e quinze para cá. Ou seja, desde a inauguração do Transcidadania pelo Haddad até hoje, com esse quadro evolutivo do governo, no tocante as políticas afirmativas.

RICARDO: Então vamos lá de dois mil e quinze para cá, eu acho que já teve uma grande evolução, apesar de que a gente ainda vê que temos muito o que caminhar. Por quê? Por que iniciou na gestão do Haddad? O que a gente chamava de POT que a programação, o Programa Operação Trabalho e depois, com as mudanças de governo, eles foram, se desvinculando desse nome e passou a se chamar efetivamente Transcidadania. Então há um ganho que eu vejo com o passar dos anos. Foi a quantidade de bolsas que foram sendo disponibilizadas, algumas alterações que estão sendo feitas implementadas no programa justamente que visa garantir que a empregabilidade, a melhoria de nível escolar, das meninas e meninos que participam do programa, que esse é o nosso grande problema e a gente criar um empreendedorismo nelas e neles, para que eles não fiquem só após o programa, sem uma perspectiva e uma melhora na grade curricular no seu currículo, entendeu?

Então, esse é o grande foco do projeto. Então, a melhora que eu vejo é que, além da quantidade de vagas, são as políticas públicas que a gente tenta implementar para a população trans. Na cidade de São Paulo, os desafios são grandes. A gente sabe que o número de pessoas em situações de vulnerabilidade também aumenta. Então a gente tem que olhar para todos os aspectos, seja no assistencial quais são os centros de acolhida, como que a gente vai fazer o acolhimento dessas pessoas que estão em situações de vulnerabilidade de rua, como que a gente vai fazer esses encaminhamentos? Então é todo um trabalho que a gente tem que fazer tanto para implementar as políticas públicas, como para preparar também servidor público, para acolher essa população,

GABRIEL: Beleza e da relação com o movimento? Trans e as associações, seus ativistas qual é o quadro evolutivo do governo, da relação com esse público de dois mil e quinze para cá.

RICARDO: Eu vou falar mais da minha gestão para cá porque eu não cheguei a acompanhar em dois mil e quinze, então, eu posso até cometer alguma injustiça. Desde que eu assumi a coordenação, que foi no início de dois mil e dezanove, eu trabalhei em dois mil e dezessete, dois mil e dezesseis como advogado no Centro de Cidadania e assumi a coordenação em dois mil e dezoito, uma das preocupações da secretaria. Um dos pedidos era justamente que a gente implementasse uma política de acolhimento de todos os militantes independentes de bandeira partidária, independente de qual seja a entidade. Então, foi uma das coisas que eu procurei fazer foi justamente isso. É receber toda a sociedade civil possível dentro da secretaria e a gente deixar a Secretaria de portas abertas para que a gente junto pudesse receber ideias, implementar políticas a gente fazer consultas políticas voltadas para a população trans, voltadas para a população LGBT. Então, era unir mesma sociedade civil, junto com o ente público, para que a gente pudesse ter sugestões e assim a gente junto, poder construir políticas públicas na cidade.

GABRIEL: Quais são os pontos fortes e os pontos a melhorar do governo com a causa trans?

RICARDO: Os pontos fortes. Eu acho que foi a manutenção do Transcidadania. Eu acho que isso é super importante. Foi a abertura da segunda casa de acolhimento para mulheres trans que é a Casa Florescer dois, já tinha a um. Foi também a abertura

de edital para abertura de repúblicas voltadas à população de LGBT. Já está em andamento edital para uma república para gays, uma lésbica, uma para trans e uma para homens trans, além de também tem um edital aberto, apesar de que ele vai sofrer algumas pequenas alterações, que seria para também implementar vagas de acolhimento para homens trans. Então acho que para nessa gestão a gente procurou implementar bastante políticas para a população trans. As seleções até questionam por que só trans, mas é que a gente sabe que historicamente, a população trans é uma população que sofre uma maior vulnerabilidade perante a sociedade no contexto geral. Então, não é que a gente foque somente políticas para a população trans. Mas é que a gente sabe que historicamente tem todo esse retrocesso toda essa transfobia. Então, além disso, a gente também teve um ponto positivo, que eu acho, foram a criação de vagas de emprego. A gente em parceria com a Secretaria do Trabalho, a gente, desde que assumiu também a coordenação, a gente conseguiu implementar parcerias para viabilizar vagas de emprego. Ano passado a gente teve um crescente encaminhamento através do CATE e Sampa. Esse ano, em janeiro a gente conseguiu no Dia da Visibilidade Trans e fez um evento eu acho que tinha umas trezentas vagas de emprego, também voltadas para a população trans e recentemente também o CATE disponibilizou quatrocentos e trinta vagas para a população trans e a gente teve mais de mil inscritos. Foram três dias de seleção que o CATE faz uma pré seleção e já encaminha aquela pessoa, com aquele perfil diretamente para aquela vaga que eles acham que vai ser mais fácil de manter, fixar o emprego. Eu acho que esses foram os pontos positivos. Além também da lei que foi promulgada este ano a dezessete trezentos e um, que é uma lei de combate à homofobia e transfobia na cidade de São Paulo. Ela é um pouco parecida com a Lei estadual dez nove quatro oito, que já estava vigente. Então, também isso, acho um ponto muito positivo. É, a manutenção dos centros de Cidadania, que faz o acolhimento também de toda a população trans. E isso a gente manteve os quatro centros de cidadania, o CRD de que é um equipamento da assistência social que está vindo para a nossa secretaria, agora está sendo transferido, Então esses equipamentos sendo mantidos, eu acho isso que por isso positivo, os aumentos que a gente teve em números de investimento, tanto no número de vagas no Transcidadania, número de ofertas, de emprego que a gente conseguiu em parceria, viabilizar. Eu acho que esses são os pontos fundamentais. Assim, os pontos, chaves, os pontos negativos. Claro, a gente sempre vê que ainda

existem questões a serem melhoradas. Sim! Eu acho que principalmente, o combate à transfobia homofobia que ainda continua sendo um grande problema em toda a sociedade. Não é nem só em São Paulo, no Brasil, toda a gente continua havendo a sociedade ainda preconceito. Isso acontece tanto com a população LGBT como a população da negra com os imigrantes. Então, a gente vê isso de perto lá na nossa Secretaria de Direitos Humanos.

GABRIEL: Para finalizar, parte do movimento trans eu queria saber, a sua visão sobre a população trans enquanto cidadão. Ou seja, seus olhos do governo, a gente pode considerar a gente faz considerar as pessoas trans como cidadãs, com plenos direitos.

RICARDO: Eu acho que pode sim, inclusive até uma das coisas que a gente implementou, a gente colocou para o ano que vem uma dotação orçamentária que garanta o pagamento de custas para que a população trans possa fazer a retificação de nome e gênero nos cartórios, porque hoje a gente sabe que não é possível a gratuidade. Então como parte da política pública a gente como a dotação orçamentária, onde o município possa garantir efetivamente o pagamento dessas custas para essa população, e porque eu acho que isso é que é super importante para que essa população possa ocupar os seus espaços, possa ter voz. Outra coisa que também a gente está viabilizando, está tentando articular é de que próprias meninas do Transcidadania possam vir a fazer estágio dentro das repartições públicas. Então, acho que isso é muito importante a gente colocar e incluir essa população trans. Não basta só a gente fazer políticas públicas assistenciais. Eu acho que a gente tem que pensar também de uma forma maior, como inseridas no mercado de trabalho, garantir os seus direitos, dar amparo para elas. Eu acho que isso faz parte de um contexto geral.

GABRIEL: Beleza! Agora. Ricardo, A gente vai entrar um pouco mais a questão comunicacional. Eu queria que você me dissesse quais são os pontos fortes e os pontos a melhorar sobre a comunicação governamental para a sociedade. E eu estou dizendo a sociedade como um todo, não só trans e LGBT, a comunicação governamental para a sociedade.

RICARDO: Eu acho que assim a gente já está tentando implementar. O que a gente, onde comitê inter-secretarial, o que seria isso seria cada secretaria indicam membro para que pudesse, junto com a coordenação, a gente, saber, de todas as ações de

políticas públicas voltadas à população LGBT que estejam sendo realizadas ou que irão ser realizadas na cidade. Eu acho que isso faz parte, além desses convênios que a gente tem com decriadi com diversos órgãos, agora com a um decreto regulamentar da lei dezessete, trezentos e um que vai por essa lei para funcionar. Então a gente sim, através da nossa secretaria, a gente já está idealizando, já está pensando nessas formas de divulgação. Quanto mais a gente divulgar essa lei que existe aqui na cidade de São Paulo, seja através de metrô, ou seja, através de outros veículos de comunicação, a gente vai conseguir mostrar que qualquer tipo de preconceito pode ser passível de penalidade sim aqui na cidade, como acontece com o racismo, como acontece com qualquer outro tipo de preconceito. Então, acho que isso a gente tem que viabilizar essa publicação, essa comunicação, e aí a gente vai ter que acionar os órgãos de comunicação da prefeitura para que a gente consiga jogar isso na mídia de forma ampla e, assim, garantir esses direitos para todo mundo.

GABRIEL: A sua visão sobre as estratégias de comunicação governamental e sobre a pauta de direitos humanos, políticas afirmativas para a diversidade, quais são as suas estratégias, qual sua visão sobre as estratégias de comunicação do governo com relação a esses assuntos?

RICARDO: Eu acho assim você diz no contexto de São Paulo, no geral?

GABRIEL: São Paulo, Prefeitura de São Paulo.

RICARDO: Eu acho que a gente ainda pode melhorar assim, entendeu, acho que quanto mais a gente divulgar as ações que estão sendo feitas, políticas públicas, afirmativas a gente tem no município. Isso a gente mostra para a sociedade que a gente tem. Como a gente tem políticas públicas sendo feitas porque eu já, já ouvi, tem pessoas que falam “Ah, imagina, dá dinheiro para uma travesti” só que não conhece a fundo. O programa não sabe qual é a finalidade da cidadania, então isso é ruim. Isso acaba causando impacto negativo porque as pessoas acham que está pagando por pagar. Não tem toda uma estrutura, tem todo um cronograma a ser cumprido no programa. Não é mudar uma bolsa auxílio, dar uma bolsa auxílio, mas em contrapartida, ela tem que estudar assim que fazer atividades em todo. Então acho que isso a gente tem que disponibilizar mais publicidade sim, que seria uma forma da gente, mostra que a cidade de São Paulo eu digo disponibilizar mais aqui para a própria população de São Paulo, porque o que eu vejo é outras cidades virem consulta

a gente e querem saber como que faz Transcidadania, como que é o programa até de outras cidades do mundo. Porque como São Paulo faz parte da rede Latino-americana de Cidades Arco Íris, Rainbow Citys, que é uma rede europeia, a gente discute muitas políticas públicas e nas viagens que eu fiz para fora do país, o povo fica meio que de boca aberta. Quando eu falo que a gente tem uma dotação orçamentária de mais de dois milhões de dólares da cidade para políticas públicas LGBT, as pessoas não acreditam, entendeu por que eles acham assim uma coisa. Entendeu? E aí, quando a gente fala aqui no Brasil que a gente tem essa dotação. A gente ainda vê que há pouco, então eu acho que assim fora, parece que as pessoas conhecem mais do que o próprio cidadão do que o próprio munícipe sabe dessas políticas e eu acho que, na política pública em geral, eu acho que quanto mais transparência, mais divulgação a gente faz dessas políticas públicas, seja assistencial, seja em direitos humanos para a população. Eu acho que as pessoas vão ter a noção e a ciência de realmente dos valores que estão sendo investidos. E quais são os programas que efetivamente estão dando certo.

GABRIEL: O que você acha sobre os impactos? A não desculpa, desculpa era outra outra pergunta. Como é que você enxerga a demanda sobre diversidade proveniente da sociedade como um todo?

RICARDO: A sociedade como um todo ainda é muito preconceituosa. A gente, eu acho engraçado, porque, assim a própria sociedade não sei quantos por cento da população da mulherada adora ir no cabeleireiro mais “bichinha” desculpa o termo né. Mas é assim. Todo mundo gosta de falar aqui tem mais. Quando a gente fala em direitos, muitas pessoas, já começa a ficar com um pé atrás. Então acho que a sociedade se ela é um pouco hipócrita com relação a isso, as pessoas, elas não querem, as vezes se indispor com outras pessoas e acabam não levando a, levantando a bandeira. Então, eu acho que é isso que a gente tem que mudar esse pensamento das pessoas com relação à diversidade, a gente mostrar o que independente da orientação sexual, independente da identidade de gênero, as pessoas têm o seu valor, das pessoas, tem o seu caráter, elas podem ter o seu trabalho, elas estudam, elas levam uma vida como qualquer outro ser humano da sociedade. Nós não temos diferença em nada. Então, eu acho que é isso que a gente precisa mostrar cada vez mais para a sociedade. Claro que a gente sabe que muitas, muitas, muitas falas, muitos crimes de ódio, que a gente vê que acontece na cidade,

na cidade, no país, é reflexo também de outros governantes em outros âmbitos que acabam fazendo comentários distorcidos. Às vezes a gente ouve determinadas frases assim de outros governantes, que é uma verdadeira aberração, uma verdadeira afronta, né? E aí a gente se pergunta nossa depois de tantos anos, a gente lutando pela identidade de gênero para explicar vem uma pessoa faz um comentário para, desmorona tudo isso, mas a gente é uma luta constante e isso a gente não é que a gente briga com a sociedade, a nossa briga de a gente mostrar para a sociedade as conquistas que a gente tem. O que a gente ainda precisa é uma luta diária, é para consumo falar.

GABRIEL: E aí agora, quais são os impactos da internet e das redes sociais no tocante à construção das políticas públicas?

RICARDO: Eu acho muito importante, a internet ajuda muito. Eu acho que em todos os sentidos ajuda. Até mesmo na divulgação, quando tem alguma transfobia, homofobia que às vezes chega até a nossa coordenação através de alguém que publicou que um amigo sofreu alguma coisa e chega na gente. E aí a gente corre, chama alguém do Centro de Cidadania, para a gente tentar localizar pela pessoa, porque não chega a denúncia para a gente. A pessoa não procura um equipamento público que tem disponível porque nos centros de cidadania. Tem advogado, assistente social, psicólogo, para justamente dar uma orientação para essa pessoa. Independente se teria sofrido alguma violência física, verbal ou qualquer outro tipo. Então, acho que a internet ajuda bastante sim e ajuda também na divulgação a gente com as nossas redes sociais da coordenação, que agora, no momento, elas estão suspensas porque a gente está em período eleitoral. Então, para evitar qualquer tipo de problema, essa gestão achou por bem suspender todas as redes sociais de todas as coordenações e secretarias, para que não qualquer coisa que a gente publicasse que tivesse acontecendo dentro dos nossos equipamentos, não configurasse um crime eleitoral. Então, por precaução, achou por bem suspender essas redes. Mas a gente sabe por que a gente tem o nosso, Instagram da coordenação. A gente tem o nosso Facebook e lá a gente mais divulgação em massa onde as unidades móveis estão, o que os centros de cidadania, de programação e inscrições, quando vai estar aberta, inscrição para o conselho. Além dos sites que a gente tem, da Secretaria de Direitos Humanos, o site da prefeitura, então, isso ajuda muito na divulgação é muito importante e também tem seu lado positivo. O lado negativo é só de que, às vezes,

infelizmente, a gente sabe nesses casos de agressão via internet e que chegam pela internet antes e também o fato de que às vezes, as pessoas eu acho que eu mesmo recebo vários as videozinhos de alguma travesti brigando com a outra na rua. Eu acho isso nosso é muito triste, mas é o tipo de coisa que a gente não tem, assim como buscar onde essas, mas é triste. A gente viralizar esses vídeos assim, expondo as pessoas, eu falo da travesti, mas, como qualquer outro, ser humano é chato. A gente ver isso nas redes sociais da mesma forma que alguma coisa pode viralizar positivamente também negativamente num piscar de olho. Mas para a gente, ajuda bastante a divulgação de leis, de eventos de essas coisas,

GABRIEL: Beleza! para fechar a seara comunicacional. O que você acha que o que você acha que o processo democrático tem a ganhar e a perder com ativismo pela internet?

RICARDO: Eu acho que assim pode ganhar. A gente que trabalha com política LGBT, a gente buscar apoiar os candidatos que efetivamente apoiam a causa LGBT, porque a gente vê que muitos dos candidatos eles na verdade eles colocam o seu plano de governo, uma vírgula com a sigla LGBT. E eles se acham militantes e apoiadores da causa LGBT e afunda. A gente vê que não, então acho que quanto maior representatividade a gente tiver, a gente vê esse ano, nas eleições municipais, o grande número de pessoas trans candidatas. Então eu acho que essas pessoas assim eu estou defendendo a nossa bandeira, nossa sigla. Não estou defendendo nem nenhum posicionamento partidário nem nem nomes, mas acho que a gente como LGBT, eu acho que a população LGBT, deveria encarar isso. Acho que nós LGBTs poderíamos votar em pessoas LGBT sim para a gente, conhece alguns políticos que são cis gêneros e levantam a bandeira. Assim, LGBT ferrenha que eu não posso falar o nome de uma pessoa que eu sei entendeu então é analisar isso com cautela, porque é muito fácil político agora é porque é a favor da diversidade. Você vai ver nada a favor da diversidade, é uma virgulazinha só para ganhar voto. Então é isso que a população vai ter, poderia e deveria enxergar. Voltar efetivamente aquelas pessoas que a gente sabe que seja trans, ou seja, cis, que levantam efetivamente a bandeira, porque isso ajudaria bastante, porque a gente vê isso acontecer com os evangélicos. Os evangélicos votam maciçamente dos pastores, na verdade. E aí, o que a gente acaba perdendo? Uma bancada conservadora de mais, seja na Câmara Municipal, seja na ALESP. E que isso acaba travando diversas políticas que sejam voltadas para

a população LGBT, porque a bancada evangélica muito maior e com certeza vai reprovar qualquer pauta nesse sentido.

GABRIEL: Beleza agora sobre o Projeto Transcidadania, na prefeitura de São Paulo, com essa visão sobre o que ele agregou para população, traz o que ele ainda pode agregar. Se você sentir que já respondeu, a gente pode pular tá?

RICARDO: Não, posso falar sim, eu como experiência, porque, como eu te, falei a trabalhar em dois anos com o advogado do Centro de Cidadania, então foi muito importante isso para mim, porque eu tive o lado onde eu atendia essa população LGBT e agora como gestor e eu lembro assim de casos de meninas, têm uma eu sempre fala, não fala o nome dela. Ela era do centro da região central que ela não sabia ler e escrever, então ela chegou, ela era muito tímida, ela era uma senhora, tinha quase sessenta anos tal e aí, em poucos meses ela aprendeu a assinar o nome dela. Eu lembro quando ela chegou no Centro de Cidadania e falou “Doutor, o senhor não sabe o que eu consegui agora? Fazer,” fazer o que foi, Ela “olha, aqui, eu já sei o meu nome”, mas uma alegria tão grande, então, uma coisa que a gente acha que é tão pequena para a gente, mas para a pessoa tem um ganho enorme e outras pessoas no sentido também de que houve mudanças de comportamento. Elas viviam de prostituição em poucos meses, largaram a prostituição. Então acho que esse projeto e o que a gente busca efetivamente isso, essa melhor é o que a gente fala, não significa que a pessoa que entrou no Transcidadania, ela tem que largar a prostituição, até mesmo porque a prostituição não é crime, não é tipificado no Código Penal. Mas o que a gente busca é mostrar o que é que essa pessoa ela pode ter um resgate moral melhorado, ela pode emocionalmente ter um crescimento que ela pode ter um ganho de vida. Mostrar para ela que não é só da prostituição que a pessoa pode sobreviver, ela pode começar a fazer artesanato, ela pode, através do estudo seguinte, houve meninas que conseguiram batalharam. Então, fazendo faculdade como outras que a gente viu, que largou no meio do caminho não teve jeito, mas acontece. Mas acho que o grande assim, a maior ganho que eu vejo de positivo nesse projeto é justamente isso. O resgate moral dessas pessoas, entendeu?

GABRIEL: E aí, para finalizar, a última pergunta a sua visão sobre as estratégias de comunicação que foram feitas e que estão sendo feitas sobre o projeto transcidadania por parte do governo?

RICARDO: Tá! O que aconteceu? Assim esse ano porque por conta dessa pandemia a gente teve que repensar todas as formas de trabalho. Então, a gente, nós somos pegos de surpresa inicialmente as próprias meninas do Transcidadania, porque algumas não conseguem acesso à internet pelo celular. É como que a gente vai passar atividade via celular para elas, como que a gente vai fazer alguma chamada virtual? A gente teve que repensar toda essa forma. Então a comunicação, inicialmente ela ficou um pouco afetada, porque a gente teve que criar mecanismos para a gente poder se comunicar com elas. A gente sabe que algumas perdem o número de celular. A gente teve quem assim tentar até presencialmente. Mesmo localizar elas. Seja através, a gente pedia para uma avisar a outra e a gente cresce os mecanismos de comunicação para que a gente pudesse fazer as tarefas para que a gente pudesse dar as orientações para que a gente pudesse divulgar, que estavam sendo distribuídas cestas básicas para as meninas do Transcidadania para outras pessoas que estavam em situação de vulnerabilidade, que era o público, que a gente queria atingir. A gente teve uma dificuldade inicial este ano por conta disso, mas que agora a gente já conseguiu a gente ver que elas estão indo buscar, algumas que não têm acesso à internet. Elas podem pegar as apostilas nas escolas para fazerem as atividades. Então não pararam as aulas. Estão normalmente as atividades nos centros de cidadania também foram repensadas, algumas presencial, mas mantendo o distanciamento, outras, a gente manteve virtual, essa comunicação que com pouco atingida por conta disso. E aí depois dessa pandemia, veio a suspensão das nossas redes sociais. Então a gente passou, tendo que trabalhar com o nosso celular mesmo, para a gente fazer divulgação entre elas. Para fazer chamamento de documentos, essas coisas todas que a gente precisava,

GABRIEL: Não, beleza, mas assim. Eu deixei você responder porque hoje é interessante o *input*. Mas a minha pergunta foi mais no sentido que as estratégias de comunicação do governo para a sociedade. Com relação ao programa Transcidadania não muito não com a trans, mas do governo para com a sociedade, essas estratégias.

RICARDO: O que acontece? Elas foram suspensas. Porque todas as redes de comunicação que a gente tinha da Prefeitura, tudo por conta da pandemia. A gente passou a não fazer divulgação mais nenhuma do Transcidadania. Então, era, foi no boca-a-boca mesmo. A gente teve que trabalhar muito no boca-a-boca e a elas as que já estavam frequentando o Centro de Cidadania, que buscavam elas mesmo, levavam

outras amigas para fazer inscrições. Foi um único mecanismo que a gente conseguiu para fazer com que elas fizessem as inscrições na fila de espera entendeu? Não, não tivemos uma divulgação ativa. O município não conseguiu fazer uma campanha específica para a população LGBT ou para a igualdade racial? Não, A gente teve que arregaçar as mangas e presencialmente mesmo, entendeu! A gente manteve os equipamentos abertos, então isso ajudou. A comunicação passou a ser assim. Não tivemos essa comunicação visual eletrônica de nenhuma forma.

GABRIEL: Beleza. Eu vou só momento, entrevista pronto, agora vou para gravar também.

Apêndice E – Entrevista Rogério Sottili

GABRIEL: Então, obrigado, mais uma vez pela sua disponibilidade Rogério. Começa aqui a entrevista, vamos começar conversando sobre a pauta e o movimento trans. Então vamos começar a conversar sobre com sua visão do quadro evolutivo do governo com ações afirmativas para a população trans. De dois mil e quinze pra cá.

ROGÉRIO: De dois mil e quinze pra cá, O governo federal você fala?

GABRIEL: Não não, como a gente fala do projeto Transcidadania, seria interessante falar da Prefeitura de São Paulo, vista o seu *background*, onde mais você esteja livre para falar, o que eu quero fazer aqui mesmo, estabelecer relação entre governo, é, entre governo e movimento ativista, então, quer saber qual o que você acha? Sua visão sobre as ações afirmativas do governo com a pauta trans de dois mil e quinze, que foi quando iniciou o Transcidadania para cá.

ROGÉRIO: Então, eu acho que a primeira coisa que deve ser considerada, que para essa agenda, a nossa população travestis e transexuais, ela é naturalmente vista, mas só de algum atendimento do ponto de vista da assistência social, mas não era específica, era de vida e as pessoas se enquadravam vivo nas políticas públicas, generalizadas, o que criava uma dificuldade essa para essa população. Porque os equipamentos, de acolhida na cidade de São Paulo. Ela é um dos equipamentos completamente inadequados para as populações de uma forma geral, imagina uma para a população de travestis e transsexuais, e do ponto de vista da saúde. Gravíssimo também. Porque você não tinha um atendimento adequado, tinha um

preconceito muito grande. Você tinha, sobretudo né, um não entendimento sobre essa realidade. O que acabava jogando tecnologias e atendimentos clandestinos o que causava grave dano à saúde das travestis e transsexuais, a partir de dois mil e quinze, com mais especificamente, a partir de dois mil e treze, começa a se ter um olhar fiscalizado sobre, e eu coordenava essa área do instituto, o corpo da secretaria, porque a área era sobre a responsabilidade dos direitos humanos e eu era secretário. E aí se começa uma construção do programa para dar uma ideia que seguia. Seria chamado Transcidadania, explica. E eu não tinha menor ideia do que iria sair desse processo para uma discussão muito importante, muito grande provocado até inicialmente pelo próprio prefeito. Mas que eu tenho certeza absoluta que ele tinha uma visão completamente diferente do que acabou tendo no final do programa. Quando ele foi lançado, todos nós acabamos aprendendo muito com essa realidade. A partir de dois mil e quinze muda completamente. Você tem um, uma política pública dirigida para essa população, você tem um entendimento sobre essa população muito mais adequada sobre a realidade dessa população que sobre o que originou essa condição de de risco. De certa forma, a forma como essa população vive viveu e vive da era de alto risco em todo o sentido, do ponto de vista da saúde de vista da segurança, como ponto de vista de trabalho. Então no sentido. Então nós começamos a lidar com essa situação e o programa Transcidadania passa a ser um programa inovador. Eu diria mais que não no Brasil, é inovador do mundo, porque quando a gente começa a discutir um programa sobre isso, nós vamos atrás diferenças do mundo inteiro. Nós encontramos nada parecido com que iria ser o Transcidadania, ser um problema totalmente inovador e não só para a cidadania, mas com outras políticas também de acolhimento, grupo o centro de atendimentos e os próprios. A gente começou a discutir com os equipamentos de acolhimento para a população em situação de rua, sem dizer que nós começamos a fazer uma discussão na área de educação, bem como uma discussão na questão da saúde também, então começa a ter a partir de final de dois mil e treze, dois mil e catorze, um olhar para sair em dois mil e quinze como um dos programas mais inovadores para a população que conhecimento no mundo, então acho que é pouco para começarmos a conversa.

GABRIEL: Obrigado pelo *input*, vamos começar também. Então, já, que você até enunciou um pouco dessa mudança, como é que você enxerga a evolução da relação do governo com o movimento trans pré e pós Transcidadania, por um movimento trans

falo do ativismo trans, falo das pessoas que estão lá que militam, requerem políticas públicas para essa população. Como vocês chega à relação do governo com esse público de antes e depois do transcidadania?

ROGÉRIO: Então eu posso falar mais com mais propriedade a partir do governo Haddad. A partir dois mil e treze antes de dois mil e treze, você tinha coordenação com LGBT do governo e, mas eu me inteirei um pouco do que era feito e era uma coordenação extremamente ineficaz. Tinha como uma das principais preocupações da organização da parada LGBT de São Paulo e para a população de travestis, transsexuais, não tinha absolutamente nada! A partir de dois mil e treze, você tem no governo um olhar preocupado com isso, mas também não existia. Não tínhamos ideia um pouco do que era embora nós não entendemos essa forma era um pouco de preconceito, um desconhecimento total sobre essa população, mas você começa a estabelecer um diálogo com o ativismo do movimento LGBT e muito mais próximo, até porque há uma das características da secretaria que eu dirigia era a participação da sociedade. Então assim, eu pautei para todos os temas que eu coordenava na secretaria, desde migrantes, população de rua, a criança e adolescente, cidades, LGBT. Então eu pautei por um processo discutem de participação social. Eu comecei a organizar a atividades, discutem de conversas, rodas de conversa com a população, com todas as populações segmentadas por setor mesmo e eu lembro de que a primeira conversa que eu fiz com a população LGBT, nós tínhamos mais de duzentos, trezentas pessoas né e era aberto para todo mundo, todo mundo chegava lá, eu aí eu ouvia as pessoas, era microfone aberto, todo mundo falava sobre o qual era o problema. Eu lembro que, nessa primeira conversa, até a Laerte estava a Laerte teve um papel importante. Ninguém convidou, ela foi, como tantas outras também. E assim eu lembro que algumas questões que apareceram muito era o largo do Arouche, como um lugar extremamente abandonado, vulnerável à violência e de que tem que ser repensado, adequado. E uma e outra questão era a situação das travestis, transexuais, de violência de morte, espancamento e que devia ter alguma política dirigida adequada para essa população. Então, tinha muitos esses feedbacks, algo que existe ao Conselho. Na secretaria só na nossa responsabilidade. Tinha mais de dez conselhos. Eles eram conselheiros e lá vinha muita discussão também, além do que a coordenação dessa área, ela era composta por pessoas tinham travestis e tinha vários de ativismo também para dentro da coordenação. Então você tem uma

sensibilidade na escuta muito forte, muito grande a relação a isso. É importante que se diga de que o prefeito teve um papel importante nessa questão de uma forma até meio avessa. Ele ele vivia falando, que devia pensar alguma política pública para as travestis e transexuais e tal porque lembra de que ele ia almoçar no domingo, na casa da mãe dele, na Avenida Indianápolis, e aí lá para as três horas da tarde encontrava aquelas pessoas expostas à violência, expostas. Fisicamente. Ele falava assim, nuas, na rua, aquela coisa “pô será que a gente não pode fazer alguma coisa”? A preocupação dele vinha sobre esse olhar essa ótica, mas ele também não tinha muito tempo, tanto que é que, a Secretaria de Direitos Humanos, para que a gente pensar em alguma coisa, dá para fazer em relação a isso, mas meio que delegou a Secretaria das Mulheres para fazer isso agora a frente lembra que eu fiquei até um pouco incomodado porque a política era da minha responsabilidade, mas não tem uma característica de não criar em funcionamento. Esta vamos trabalhar juntos, papapa, aquela coisa, mas estão muito nela, ele deu para ela começa a organizar a coisa. Não rolou, obviamente, porque a secretaria tinha outras prioridades, não têm dia, não sabia como lidar com isso também, está aí um dia, eu peguei disse. Agora nós, como fazer, sabes a vamos começar a organizar e tal. E nós, convidamos a Secretaria de Mulheres para participar, mas a Secretaria das Mulheres não teve incidência alguma do que nós fizemos porque, porque eles ficaram completamente à parte, mas uma nós fomos tendo muito problema nesse primeiro ano, porque não se sabia o que tinha que fazer, não sabia o que era para fazer. Então a gente tinha muito, escuta muita conversa. Nós começamos a fazer. Eu lembro que nós decidimos o seguinte, vão atrás do que existe de experiência internacional, alguma coisa no Uruguai, se tinha notícia, alguma coisa na Dinamarca, alguma coisa no Canadá, mas era uma coisa completamente diferente, mas por uma diretoria que a gente pegou a segunda coisa foi conhecer a realidade dessa população. Então nós começamos a fazer o levantamento, uma pesquisa científica de quem é essa população. Qual é a terceira questão? É ouvir muito. Eu ouvia muito, o coordenador da área, ouvia muito, pessoas ligadas ao movimento para tentar entender melhor. É importante que se diga que nesse primeiro ano, até o início do segundo ano, eu tive muito problema com o coordenador da área. Que era Julian, muito problema interno, gestão de tensionamento, ele tinha um perfil muito difícil de trabalhar, não tanto comigo, mas com a equipe mesmo, sabe? Criava muito tensionamento. Então assim foi feito alguns seminários. Começou com ele essa

discussão, mas ele acabou saindo. Depois eu pedi pra ele sair, ele acabou saindo. E aí, com a chegada do novo coordenador geral, Alex, e o Alessandro na outra mudou radicalmente. Alessandro é um cara que escutava mais, conversava melhor, aglutinava muito mais gente. Nós começamos a desenhar o Transcidadania aí, começamos a desenhar o Transcidadania, com a escuta, com a pesquisa e com o levantamento do que existia a experiência. O levantamento que existia de experiência praticamente não serviu para nada, porque não existia nada parecido. Mas o que era o mais importante era de que os dados, as conversas nos trouxeram alguns. Os elementos importantes foram essenciais para a construção do Transcidadania. Primeiro, ela era uma população quase majoritariamente, oitenta por cento, sem ensino fundamental, não tinha escolaridade. Segundo lugar, o fato de não ter escolaridade dificultava muito, conseguir um emprego e levava ela pra a única alternativa de sobrevivência: a prostituição. Terceiro lugar, o fato de viverem prostituição de não ter escolaridade, elas diziam uma vulnerabilidade muito grande de violência da doença, da violência, e o que tinha uma média de idade de vida de quarenta, quarenta e cinco anos de vida. Então era um horror isso, segundo nós, partimos um pressuposto, isso foi muito legal para mim porque eu não sou LGBTI, não é a minha experiência, então eu não conhecia muito, sempre militei, sempre tive ativistas de direitos humanos, estão me sentia muito próximo do movimento, mas eu desconhecia muitas coisas, também foi fundamental. Foi um pressuposto importante a partir do pressuposto de que ela tem total direito de se prostituírem. Como trabalho, querendo não querendo algo, tem que oferecer possibilidades de alternativas para quem não quer. Então, assim, a prostituição não era um problema. O problema era a situação de vulnerabilidade da que ela se encontrava e a falta de alternativa para quem não queria se prostituir, então o que levava a prostituição. Então, o ponto de partida para a construção do programa tava dado era o respeito total à prostituição, o respeito total ao direito de se prostituírem mas reconhecendo de que a grande maioria se prostituía por falta de alternativa de sobreviver. Então essa base total que nos deu o caldo para começar a trabalhar, a começar a trabalhar, o que deveria ser o nosso programa. Então nós entendemos que o nosso programa, a questão de fundo era a falta de educação, né, não tem educação, não dava condições de trabalho, não tendo trabalho, sem considerar uma porcentagem majoritária também das pessoas, eram pessoas que tinham sido expulsas, saído de casa, com treze e catorze anos, por sua

condição de LBGTI, então já sofreu uma violência a partir daí. Então, essa a questão foi uma sessão que deu origem ao programa, e aí a gente começa a trabalhar, discute se desenvolver envolvendo as outras áreas também.

GABRIEL: Perfeito, continuando a conversa mesmo que você falou, eu achei muito interessante da questão de dar a possibilidade de sair da prostituição e a questão da formação educacional para que elas com educação Participassem da sociedade de uma forma mais plena. Era isso que eu queria. Era um ponto que eu queria alcançar, que é a sua visão sobre a população, trans como cidadãs, ou seja, aos olhos do governo. Podemos considerá-las cidadãs com plenos direitos?

ROGÉRIO: Sim, totalmente no início do atendimento o ponto do governo não era isso, foi um aprendizado, disso apesar absoluta, já em novembro, essa questão, o próprio prefeito, eu acho que o prefeito tinha essa compreensão, sem sombra de dúvida. Mas é que tinha, por um lado, não era bem claro sobre nós, nós vamos aprendendo todos com esse processo. Primeiro, eu evidentemente que eu sou um ativista de direitos humanos há trinta anos, trabalhei com isso a vida inteira. Coordenei a política federal, a população, infelizmente o governo federal não vizinha com essa coisa. Quadros também, de que a população, a população de direito, ela tem direito, tem que ser. E o governo, a política tem que assegurar esse direito, que é o direito de cidadania é o direito de saúde, direito de segurança, direito de exercício. Então, trabalho para essa questão vai espalhando quarta- com essa questão de uma forma muito adequada, muito respeito rosa você começa a perceber de que o direito à prostituição também um direito, embora tivesse entendimento que a prostituição era um direito. O resultado foram cem por cento das pessoas. Os beneficiários do programa diminuíram não passou a ser a única forma de sobrevivência. A prática de prostituição então diminuiu muito isso. Algumas até voltaram. E se você a grande, a grande maioria não queria a exercer a prostituição como um como trabalho faziam porque, não existe outra alternativa. Algumas até achavam que iriam gostavam, isso era garantido a ela também, mas mesmo gostava. Mas a maioria elas não queriam, mas que a provavelmente é única, era o rendimento dela como trabalho. Então assim eu acho que vendo na população travesti trans faz uma população de direitos que o governo tinha a obrigação de construir políticas públicas que garantam os direitos dela. O Transcidadania foi a maior expressão disso. O mais legal é que o Transcidadania, na construção da cidadania, nós não restringimos a discussão e a construção dentro da

Secretaria de Direitos Humanos, elevou ou do governo. Quando a gente consegue discutir a cidadania, embora ela tinha coração nós alguns discursos tidos com assistência social, os equipamentos de acolhimento, que eles eram inadequados. Nós estamos discutindo com a Secretaria da Saúde, o atendimento dos profissionais da saúde. Que não tinham como entender que nós fazemos curso de qualificação para os profissionais? Estão nesse São Paulo causou uma revolução que todos nós aprendemos, falou muito. Então, foi um aprendizado incrível. Em dois mil e quinze começa na consolidação disso. Eu tenho certeza que até hoje está sendo um aprendizado.

GABRIEL: Imagino que sim, na verdade não faz o seguinte Rogério, como a sua conexão tão pouco ruim eu vou desligar a câmera, mas vou permanecer no áudio. Voce tá me ouvindo?

ROGÉRIO: Você está me ouvindo Gabriel? Gabriel melhor vou trocar para o celular ok?

GABRIEL: Ok

ROGÉRIO: Tá me ouvindo Gabriel?

GABRIEL: Bem melhor, bem melhor a qualidade do áudio.

ROGÉRIO: É que eu to na praia aqui então a conexão não é muito boa.

GABRIEL: A imagino, bom, qual só para finalizar a questão do ativismo trans especificamente. Eu queria saber o que é que você acha, quais pontos fortes e fracos do governo com a causa que você identifica.

ROGÉRIO: Eu acho que a pontos fracos é o preconceito. O desconhecimento total era sobre isso. Eu acho que esses dois pontos são e as condições, as condições de uma administração, que estava priorizando, outras outras questões, como a população mais abrangente você tem em São Paulo, por exemplo, você tem um uma população de travestis e transexuais. Ninguém sabe direito quanto é, mas que varia entre vinte e dois a três mil e duas a três mil pessoas. Agora você tem uma população em situação de rua de trinta mil pessoas. E assim vai. Você acaba tendo uma complexidade assim. A cidade de São Paulo é muito cheia de demanda social, política e a hora de uma população pelo desconhecimento pela pela importância política, você

estava pelo preconceito. Você acaba dificultando a produção de políticas públicas adequadas e entender eles como cidadãos de direitos. Eu acho que essa seria os pontos fracos da administração como um todo. Os pontos fortes de fato de que eu estou falando da nossa gestão não é agora, uma na gestão de Fernando Haddad. Os pontos fortes tinham que um prefeito com uma sensibilidade muito grande para as questões políticas uma visão extremamente moderna sobre o que a cidade sobre o que é o transcidadania. E você teve o secretário que teve uma que levar em conta que não havia uma experiência grande. Não tem uma mega de uma equipe. Eu não pensava duas vezes para fazer alguma coisa que achava que tinha que fazer, fazia mesmo acontecer. Montei uma mega, então quando a equipe não conseguia, quando foi o caso do o menino foi que coordenava a área, estava tendo muito problema como é. Então tive que trocar, tive que trocar, porque as coisas assim sabe? Eu sabia que a o nosso papel não era só fazer disputa política, sabe? O nosso papel era conseguir política pública para devolver à cidade o que tinha que ser melhor, o que tinha de melhor. E eu acho que o outro ponto forte é a sensibilidade na escuta. Sabe a cem cidades você colhendo a sociedade? Não só a Copa onde está o maior problema? A escolha da sociedade, as saídas também sabe quando a gente faz uma roda de conversa com trezentos pessoas, que são travestis, transexuais, gays, lésbicas, enfim, você ouve deles que assim ela que você ouve, se eu sair de casa com treze anos no país debater, ouvir para a cidade grande. Tive que me prostituir. Eu acordo de manhã às oito horas da manhã e faça um programa para tomar café, Sabe? Não sei fazer outra coisa, levou porrada, então você começa a colher nessa escuta. O primeiro problema é isso que você tem uma sensibilidade de identificar puta porque essa menina, essa menina não, não estuda, entendeu a segunda porque ela precisa trabalhar para comer. Então, você que apoiava, então é isso. Então, quando você começa a construir o programa Transcidadania, nós percebemos o que nós não podemos dar estudo para elas. Não adianta como sabe como é que vai comer, sabe? Porque ela não vai estudar porque ela ela precisa comer antes. E aí que veio a ideia da bolsa bom, então está. Então nós vamos dar uma bolsa para ela, uma bolsa para ela e ela. Com essa bolsa ela já tem garantido um dinheiro para correr para morar. Então ela já começa substituir, ela começa a estudar. Você percebe que ela quer muito estudar, muito estudar. A maioria quer sair dessa condição, sabe, então, ela precisava disso. Então a gente começa a perceber que o programa passava por aí e ela, a partir

do momento que se qualifica, estuda ela vai conseguir outro trabalho sabe. Cabeleireira, ela vai conseguir o trabalho do instituto de beleza. Ela vai ser trabalho um atendimento de secretaria. Ela vai buscar outros trabalhos, vai estudar engenharia? Vai estudar medicina, vai estudar o que quer que seja. Entendeu? Ela vai buscar essas alternativas. Então essa coisa eu acho que o ponto fraco destacaria é o preconceito, sabe o preconceito da sociedade, não só do governo, mas assim da sociedade terrível, a disputa política, porque as pessoas na disputa política não conseguem perceber a importância daquilo que está fazendo. Então, virou o bolsa traveco, tira dinheiro dos pobres para dar para para se prostituir. Sabe aquela coisa? Então, assim fazer essa disputa política é terrível, o preconceito e a ignorância total.

GABRIEL: É eu imagino... aí achei interessante você ter falado da sociedade e dessa disputa. Porque basicamente, no próximo tópico da nossa conversa sobre a questão comunicacional e aí sobre comunicação, eu queria que você me discorresse um pouco sobre quais são os pontos, os pontos fortes e fracos que você identifica da comunicação governamental. Eu estou falando da comunicação da gestão Haddad para com o público está sendo procurado da esfera do trans para falar dessa questão comunicacional.

ROGÉRIO: Então, eu assim, Gabriel, eu acho que a comunicação do governo Haddad foi um desastre, foi ruim pra caralho. Primeiro lugar que achava que a comunicação era só Estadão, Folha de São Paulo, Globo, etc, A comunicação como geral, para mim foi muito ruim, como todo então, assim não entender o que estava acontecendo no mundo, do ponto de vista das novas linguagens de comunicação e assim por diante. Primeiro lugar a isso, o segundo lugar, o cálculo político equivocado, que não consegue assim ó: Então não vamos, não vamos falar muito disso, porque isso pega mal, entendeu? Então! E ao não falar muito, disso, você não faz a disputa política para enfrentar o preconceito. Então, assim eu banquei muita coisa porque existia na prefeitura. A comunicação era centralizada na SECOM, a Secretaria de Comunicação era centralizada em *a priori* eu não podia fazer nenhuma nota pública, não podia fazer nada de comunicação. Podia dar uma entrevista no pódio qualquer, se não passasse pela SECOM, mas eu fazia passava por cima de todo mundo. Eu dava coletiva, fazia artigo, eu vivia falando de rádio. A gente tinha os nossas mídias sociais que bombavam? E aí, a partir do momento que o prefeito começa a gostar cada vez mais no programa, o prefeito não tinha essa visão. Cê sabe que em todo governo tem um

cara que é mais realista que o Rei. Então, assim, o prefeito ajudava muito enfrentar esse debate. Mas eu acho que eu destacaria esse problema da comunicação como um todo. Aquele cálculo político e convocado que “não Isso pega mal. Não vou falar muito, pega mal, tira votos,” sabe? a comunicação centralizada, que já era ruim e a comunicação focada numa ideia de que chega dos grandes jornalões. Mas eu acho que outra cidadania extrapolou quando quando Barack Obama entre em contato que quer mandar um assessor dele para conhecer o Transcidadania, tu fala “po caralho meu”, aí as pessoas começam a olhar diferente. Esse programa pode ser, entende, então isso vai quebrando. Uma real é muito legal. E o que a gente começa a assistir nas áreas de educação, por exemplo, é um negócio revolucionário. Você, assim que foi muito cuidadosa construção da quando a gente começa a oferecer o ensino fundamental para as pessoas trabalharem no programa, o que a gente faz primeiro lugar o seguinte essas pessoas que trabalham na prostituição, aonde no Centro, esta as escolas, estão espalhadas por toda a cidade. Então, você não adianta colocar um programa Transcidadania numa escola da zona Leste que as pessoas não vão, elas tão morando e tem o trabalho no Centro. Elas se prostituem no centro não na zona a leste. Então, quando você põe no centro das escolas, são poucas. Então, você não adianta chegar numa escola e voltassem para transexuais, que viram uma revolução negativa. Sabe? Não é boa, porque o preconceito, a violência vai para a escola. Então, você tem que promover uma integração, sabe que não fosse, seria violenta, de alguma forma culturalmente falando para importação, estupro entende. Então, assim nós tínhamos que dividir. Então, tinha que ter vinte e uma escola. Vinte e outra escola sabe. E para fazer essa integração? E foi maravilhoso, isso sabe. E os indicadores da escola são incríveis, porque melhorou o ensino, aprendizado das pessoas não trans também. Melhorou o nível ambiente escolar melhorou, sabe aquelas pessoas que receberam os travestis e transexuais começar a respeitar? Começaram a gostar delas. “puts é gente muito legal, como a gente” sabe, e a ter uma. As escolas passaram a ser muito mais alegre. Estava ser muito mais felizes e melhoram o aprendizado. Melhorou a integração na escola como um todo. Então, melhorou a escola com toda. Não foi só para só pras transsexuais, então eu não gosto muito, muito, muito legal o que estava acontecendo e isso aí começa a reverberar. Então, quando você pega alguém do programa que depois, mais tarde, passa, no vestibular, é uma festa, sabe é um negócio incrível!

GABRIEL: Realmente você falou que passava por cima da secom, eu achei isso até interessante e conta um pouco do que o que você acha das estratégias, sua visão sobre as estratégias de comunicação governamental sobre as pautas de direitos humanos e políticas afirmativas para a diversidade. Então, qual foi a estratégia de comunicação nessa seara da prefeitura, da gestão Haddad, já que você era o secretário desta pasta?

ROGÉRIO: Não ouvir muito. Eu acho que essa é uma condição importante, não ouvir muito as orientações que vem do governo, especialmente da comunicação, porque a questão da comunicação é uma blindagem com um cálculo eleitoral. Então, você primeiro a você faz, que ouve, mas não ouve, sabe, tem que ter uma certa desobediência aí que eu acho que precisa necessária. A segunda coisa é você ter uma comunicação. Eu não abri mão as outras secretarias abriram mão, não tinha comunicação. Eu tinha uma puta de uma equipe de comunicação que funcionava em que trabalhava, que repercutiu. Eu valorizei muito as mídias sociais tá? Então, essa outra agora eu acho que talvez a questão mais importante e mais interessantes pela participação social, que é uma forma de quebrar, que furar. Porque quando a gente fazer o diálogo com as populações você ganhava conta quando você fazer um diálogo. Trinta teria com trezentos pessoas LGBT? Sabe? Você tinha trezentos pessoas falando na ponta sobre aquilo, sabe defendendo aquilo e aquilo que ia reproduzindo também. Então eu acho que isso é um negócio incrível e eu também. A gente acabava muito usando uma estratégia de de buscar alguns contatos internacionais. Então às vezes era muito mais importante você botar com cara da UOL, mas que cobria em Genebra repercutia aqui dentro e aí acabava saindo ou você procurar alguém do El país, então a gente tinha conseguido algumas estratégias sobre isso, mas não tinha muito mais do que isso, não era isso, eu tinha uma equipe aguerrida e que na desobediência ouvia falava muito da população.

GABRIEL: O que é também é interessante que você enxerga, perdão, como você enxerga a demanda sobre diversidade proveniente da sociedade como um todo, a demanda sobre diversidade vinda da sociedade em geral existia esta demanda, não existia...

ROGÉRIO: Seja que assim mudou muito, mas eu a gente tinha. Quer dizer, o Brasil mudou muito de dois mil e quinze, dois mil e dezesseis para cá que o fascismo saiu

do armário não é, que mudou. Estava represado mais o que eu acho que com as políticas que a gente desenvolveu, elas não foram em vão? Não. Eu acho que hoje existe por conta do Transcidadania, por exemplo, sem sombra de dúvida, um olhar diferente sobre essa população de parcela da população. Mesmo que o fascismo tenha saído do armário, existe, mas não tem uma disputa de valores aí. Sobre essa questão da diversidade, eu acho que as políticas públicas de cidadania acabaram fortalecendo essa visão cidadã dessa população travestis e transexuais. Então, eu acho que agregou valores importantes. Eu acho que a parada LGBT um puta de um movimento importantíssimo de visibilidade da população. A gente que começa a olhar de forma diferente. Ela traz à tona o negócio que provoca uma reação violenta, porque é um momento de explosão. Tanto a repressão que é explosão de visibilidade e você acaba provocando uma reação forte contrária a isso. O que eu acho que é completamente normal, faz parte do processo, sabe? Eu poderia dizer o seguinte ó, a população de travestis e transexuais hoje elas estão muito mais visíveis visibilizadas como pessoas cidadãs do que estavam antes. Eu acho que as políticas públicas construídas, em particular o Transcidadania, teve uma parcela importante da responsabilidade sobre isso. Não acho que foi só isso. Eu acho que a luta do movimento, a denúncia, tudo isso ajuda o próprio movimento, o ativismo na posição junto. Mas eu acho que a política pública, ela é, ela é, sobretudo, ela tem um elemento fundamental. É o seguinte eu tô dando política pública por alguém é porque ela merecia, porque ela é cidadã, ela tem direitos quando você faz isso, se despertar um olhar diferente sobre aquela população, as pessoas. O que é legal também. Porque assim ó, qual é a diferença da assistência social e dos direitos humanos, é de que os direitos humanos olham a população com uma população de direito. Ela olha a população com uma cidadã. A assistência social não é um, ela está mal. Ela precisa de ajuda de um apoio, vai dar da casa, da comida, da roupa. Sabe? Mas ela não vê lá como uma pessoa de direito, essa é uma diferença fundamental. Então, quando a gente estabelece uma política como Transcidadania, como centros de acolhida ou aqueles outros centros que nós construímos em vários, vários lugares da cidade, dentro da perspectiva dos direitos humanos, nós estamos. Nós estamos naturalizando a cidadania de uma população que era invisibilizada nós estamos visibilizando uma população. Sabe isso? É isso. É uma revolução cultural que não se faz um dia para o outro, mas eu acho que nós tivemos um papel importante nisso, realmente.

GABRIEL: Quais são os impactos da internet das redes sociais no tocante à construção das políticas públicas?

ROGÉRIO: É grande, a primeira é grande. Eu acho que tem um problema de que a internet ela é um instrumento de comunicação, mas ela reflete a disputa que tem na sociedade. Então ela hoje nós estamos um processo de disputa, ferrenha conservadora, e nós estamos perdendo essa disputa nesse momento. Então, ela passa a ter um impacto negativo também. Porque as fakes news as mentiras o preconceito, valor conservador bababa e tal, eles acabam tendo um espaço através da internet. Muito forte, muito grande, mas não adianta chorar, isso é uma realidade. Então, nós temos que construir instrumentos, disputa na prática, essa disputa eu acho que nós temos uma coisa importante do nosso lado, nós somos muito mais criativos, nós estamos. Eu tive a simulação do lado certo da história e eu acho que isso é um processo, sabe o que eu quero dizer. O seguinte, até o negócio fundamental a gente muda. A cultura, sabe? Agora, quem está do nosso lado da história dificilmente muda para aquilo que já foi. Dificilmente muda para a visão de violência sabe do preconceito. Agora o preconceituoso violento, você consegue mudar a ele? Uma outra visão. Então, eu como sou um historiador, eu acho que é um processo de construção, de disputa e que a gente vai ganhar, e à internet. Ela tem um espaço importante, importantíssimo

GABRIEL: E o que você acha que o processo democrático tem a ganhar e a perder com ativismo pela internet?

ROGÉRIO: Eu acho que a é um pouco isso que eu falei antes, nós perdemos, a democracia perdeu com ativismo de direita nos canais, perdeu ferrenhamente, dá o Brasil. E o mundo deu três passos atrás. Nós chegamos perto em algum momento de caso a Idade Média. Em algumas questões, isso foi consumido trader net, isso foi construída. Então sei que meus, isso foi construído pelos jogos. Então, então, a democracia, por um lado ela perdeu muito. Agora tenho que fazer é uma realidade. Vai ser por proibir isso? Pior prejuízo para a democracia é a censura. Não há prejuízo para a democracia. Você acha que o Google não pode disponibilizar ou o Google, começar censurar essas coisas. Não cabe a um provedor ao intermediário decidir sobre o mérito sobre determinada coisa. Agora vocês têm instrumentos jurídicos, se entra na Justiça, você tem os direitos. Então, então eu acho que é um processo de

disputa mesmo, tá? E que nós fomos muito pegadas de surpresa, porque achava que a história era uma linha reta sempre à frente. E tem a questão da grana, porque o quem tem poder econômico está do lado do conservadorismo, da direita, retrocesso contra a cidadania dos contras direitos. E a grana, o poder econômico determina no jogo também. Então, eu acho que a democracia ela perde, mas ela ganha também por um lado, porque nós temos que aprender a jogar com isso pra poder disputar com essas forças. E não é se utilizando os instrumentos de direita que a censura, que é contra a liberdade de expressão, que a judicialização de tudo nós vamos aprender com isso. Eu acho que isso vai trazer para a gente alguns elementos extremamente importantes que vai acabar fortalecendo a democracia agora.

GABRIEL: Só para finalizar, para finalizar. Quero só traçar dois pontos aqui sobre o projeto transcidadania novamente em específico, eu queria saber sobre o projeto transcidadania da prefeitura de São Paulo. Quero saber sua visão sobre o que ele agregou para a população trans e o que ele ainda pode agregar. Afinal de contas, o projeto ainda está ainda, correu está correndo ou de atualização do valor da bolsa. Então, enfim, tem algum esta mudou de gestão. Eu queria saber o que você acha que agregou que ainda pode agregar para essa população trans.

ROGÉRIO: A cidadania. A primeira coisa, a cidadania, vou te dar um exemplo de uma travesti, que quando eu sair do governo para o governo federal e tinha uma Glenda, o nome dela e um pouco antes de ir embora ela pediu uma audiência, foi ela e mais duas, duas trans, conversar comigo e aí ela sentou e disse “Ó seguinte Rogério eu sei que cê tá indo embora eu vim aqui te agradecer, tá? Queria dizer para você que a minha vida começou há dois anos atrás. Eu nasci dois anos atrás, antes de dois anos atrás. Eu tenho quarenta anos de idade. Eu sabia que a média de vida a minha mãe é a média de vida das pessoas com quem convivo, chegava a quarenta, quarenta e cinco anos de idade. Eu já estava dizendo que estava chegando na minha média de vida que eu poderia morrer a qualquer momento da e eu quero dizer para você que faz dois anos, que eu me sinto como se eu tivesse nascido, nascida. E aí eu vim te agradecer e dizer para você que eu aprendi uma coisa que eu queria te convidar porque nós somos fundando uma uma ONG, esta e a gente queria te convidar para o lançamento da ONG e a ONG tem como objetivo lutar pela aqui, Transcidadania, vire lei na cidade porque não pode acabar. Eu acho que a minha, minha obrigação era fazer com que eu não fosse a única beneficiada desse projeto. Sabe que isso foi

graças a um projeto de lei na cidade, para todas as travestis transexuais, São Paulo, para a vida inteira E era só. Eu era uma alienada, tinha uma população só.” Pensa nisso, cara! Quando uma mulher diz isso, sabe que é isso, essa cidadania pura, essa mulher ganhou vida, ela ganhou outra dimensão para a vida dela, sabe? Então, eu posso dizer para você que agregou informação, educação, trabalho, sabe, agregou, perspectiva de vida, agregou cidadania. Sabe? Com resto poderia dizer também que agregou que uma visão diferente sobre travestis e transexuais da Sociedade de São Paulo, da sociedade brasileira de modo geral, porque não tu tem ideia quando era secretário eu recebi em audiência a visita de mais de dez, quinze estados, cidades, Porto Alegre, Curitiba, sabe, Salvador pessoas que queriam conhecer o Transcidadania que queriam levar para a cidade dela eu já te falei Veio gente do Obama para conhecer. Sabe? Então agregou isso também. Uma mega, uma experiência para ser levado para outros lugares? Agregou. Para mim, pessoalmente, como pessoa, mas sobre nada se compara à cidadania que a Glenda traduziu naquela naquela fala comigo

GABRIEL: A seguir agora, para finalizar, queria saber um pouco ainda sobre o projeto para a cidadania, a sua visão sobre as estratégias de comunicação que foram feitas e que estão sendo feitas sobre o projeto por parte do governo. Já na época que você vê hoje agora que não está mais no governo. Então, qual sua visão sobre as estratégias de comunicação do projeto nesse sentido no governo Haddad e, depois pós Haddad.

ROGÉRIO: Olha Gabriel, acho que falei um pouco que era. Na época do Haddad, eu acho que acrescentaria mais nada, Sabe? Foi. Eu acho que era conversa, era com a população. Era disputa, eu fui à Câmara de Vereadores. Porque a bancada a esquerda era preconceituosa também. Muita grana, bababa, isso não dinheiro isso não da voto, sabe quem vai fazer essa disputa lá. Então eu acho que o corpo, a corpo, a disputa e as mídias sociais foram muito importantes. Mas eu acho que nada se compara. A adesão total do prefeito nesse processo como um carro chefe que sabe. Eu não teria conseguido fazer o Transcidadania. Ele não conseguiria ter tido a visibilidade que tivesse se o Haddad não tivesse demandado. Se o Haddad, não tivesse comprado. Então ele foi uma figura fundamental para isso. Então, acho que essa foi a estratégia agora. Não sei, muito, muito afastado da pauta da agenda. Eu sei que continua, até vou te falar um negócio quando eu sair do governo, porque ele

sai do governo, Haddad convidou para almoçar com ele lá no gabinete, para se despedir. Então aquela coisa toda aí, o almoço eu falei assim Haddad tenho um pedido para te fazer e ele qual é? Eu queria que você aumentasse o nosso público assim, cem beneficiários, só do Transcidadania. Eu queria que você aumentar para cento e cinquenta o número de beneficiários para você sinalizar uma uma aposta no programa, sabe para você sinalizar que é um programa que veio para ficar, aí ele perguntou para mim quanto é que custa por ano o Transcidadania. Não lembro exatamente, mas custava um milhão de reais coisa assim. E aí eu disse a milhões de reais, eles quanto travestis, transexuais, ou na cidade de São Paulo são umas dois mil. Não, vamos fazer para as duas mil eu banco. Isso, aí eu disse você está louco. Eu falei não tem como fazer para dois mil, não tem escola para isso. Está você que pode. Aí ele chegou para mim, disse isso né, não tem condição. Seria um erro. Você pode até contar boas, não precisará agora que não tem condições de fazer, mas depois vai cair para cem, duzentos, trezentos. E aí está muito ruim. Eu preferia que foi um negócio crescente, faz de cinquenta. Agora, o ano que vem faz duzentas durante, E aí propôs dobrar de cem para duzentos, não então vamos fazer duzentas, foi maravilhoso, foi lindo, então assim isso demonstra o quanto ele tava comprometido e o quanto na comunicação foi muito importante isso.

Apêndice F – Entrevista Symmy Larrat

GABRIEL: Bem como o net ativismo capaz de impactar a criação, manutenção e expansão de políticas públicas com foco no Projeto transcidadania, então tô falando de ativismo trans.

SIMMY: Trato o Transcidadania como esse resultado do net ativismo, porque sabe que o Transcidadania é um programa e é um programa de governo?

GABRIEL: Sim, sim. Mas aí esse net ativismo tem com essa hipótese no TCC de como ele impactou. O governo deve criar essa política ou como impactou o governo para manter essa política em vigor para expandir essa política como a sociedade, por meio do ativismo. E aí com a sociedade estou falando. A população trans conseguiu manter um diálogo com o governo para que essa política fosse feita, para a política fosse mantida, a política fosse expandida. Porque, por exemplo, ano passado, a deputada estadual Erica Malonguinho propôs para a ALESP a expansão do

Transcidadania para o estado de São Paulo. Então também com a troca de gestão, porque eu sei por pesquisa que isso foi uma vontade do Haddad, mas como a troca de gestão, mesmo tendo a troca de gestão, projeto que não caiu, o projeto continua na prefeitura de São Paulo ainda, claro, foi reformulado isso que há mais coisas envolvidas chegar, mas ele não caiu. Ele não deixou de existir. Poderia muito bem ter deixado de existir, a deputada Erica Malonguinho, poderia muito bem não ter proposto a PL ainda fazendo parte do espectro político, não do mesmo partido, porque ela é do PSOL, mas do mesmo espectro político, ideológico, de esquerda, ela poderia não ter feito essa proposta. É claro que isso implica em coisas como ela é trans. Ela é gay, já é ativista. Isso corrobora com a situação. Mas é esse o ponto para entender com esse diálogo, pela internet, com o governo e a sociedade, e a hipótese se corroborou ou não, assim a minha hipótese é de que corroborou isso que tô investigando, pode ser que não tenha colaborado, mas isso não invalida a tese, isso que tô investigando. Aqui eu vou pegar perguntas, perguntas aqui. Então sobre a questão da pauta do movimento trans queria que você me discorresse um pouco sobre... ah, na verdade, antes da gente começar, a pesquisa pode fazer uma apresentação breve sobre a sua pessoa possa ser?

SIMMY: Posso sim, meu amor, eu sou Symmy Larrat, eu estou no momento presidenta da ABGRQ, mas é eu tive algumas experiências, de gestão na minha vida, sou paraense e eu fui coordenadora nacional LGBT no governo Dilma, fui coordenadora, e na fase de implementação, na fase final de entrega, do Transcidadania nos dois primeiros anos de Transcidadania na prefeitura do governo do Haddad, e tô aqui para contribuir com vocês

GABRIEL: Vamo lá! Obrigado, então e sobre a pauta sobre a questão, do movimento trans, queria que você discorresse um pouco sobre a sua visão do quadro evolutivo do governo com ações afirmativas para a população trans dois mil e quinze pra cá. Ou seja, desde quando lançou o Transcidadania para hoje.

SIMMY: Repete por favor aqui é muito barulho.

GABRIEL: Imagina, queria que você discorresse um pouco a sua visão do quadro evolutivo do governo, com ações afirmativas para população trans. De dois mil e quinze para cá.

SIMMY: Do governo da prefeitura de São Paulo?

GABRIEL: Isso.

SIMMY: Eu acho que o primeiro momento, o Transcidadania, foi a prova de que o governo, quando ele quer enfrentar o DNA excludente do Estado, ele pode, que tudo que as pessoas falam, que não pode fazer uma pra gente, difícil. Aquilo na verdade, é uma falta de vontade política. Então, aqui, no momento do lançamento da cidadania, o governo mostra que é possível, sim, incluir essas pessoas na lógica do Estado, com vontade política, se tiver vontade política, faz isso. Para mim, é a essa sinalização, com a criação do Transcidadania, que se torna o único programa da América Latina específico a travestis e transsexuais que ganha prêmio internacional e que só a filmar depois de uma cidadania. Vieram casas de acolhimento de imunização na unidade básica de cidadania e é que isso. Só que no segundo momento, também a gente comprova de que quando a gente faz política para as pessoas mais vulneráveis, a gente não basta usar a ideia. A gente tem que garantir a institucionalidade da política que a gente tá fazendo porque os governos mudam. E foi isso que aconteceu com o Transcidadania. Ele tem uma troca de governo e sobre uma narrativa de que “a isso já era feito antes com POT”. O que é uma mentira, uma justificativa desonesta. O governo mantém o nome fazendo a mesma coisa que era feita antes de Transcidadania, com a mesma quantidade de pessoas, mas sem avanço algum. Muito pelo contrário, enxugando por dentro toda a política, o que, para mim, é pior. Ele passa uma falsa impressão de que está se mantendo uma política quando na verdade ele só concede a bolsa. Ele não tem o mesmo grau de acompanhamento e de produção que tinha o programa de acompanhamento específico. Ele volta a ser o que agrava o programa, só que atendendo mais pessoas e isso para mim é mais honesto, mas eu preferia que ele tivesse mudado o nome, tinha acabado. É mais honesto com a população que acredita ter uma política que não tem mais o que ela tem uma bolsa, só, para ter uma bolsa, mas não ampliaram o programa. Eles recuaram no programa e eles recuaram no programa, vendendo a ideia das pessoas que “a não, não, não. A gente não acabou com o Transcidadania e que nada acabou, mas acabou” não tem. Não é a mesma coisa, era o que tinha antes o POT com vinte e cinco pessoas, e agora têm duzentas. Então, é mais honesto você falar, “não acredita nesse projeto. Mas eu não quero a dor cabeça para mim. engana as pessoas. “Então para mim isso é muito ruim, não citou a renovação para dois mil e quinze para cá. Eu acho que esses doze meses, um viés de enfrentamento, da lógica, transfóbica do Estado e que deveria ser

maior, porque ela dá vida, tem institucionalidade para as pessoas não corressem esse risco, a gente não permitisse essas zonas de dados que acontece depois de um recuo na política, porque olha a partir do Transcidadania, várias políticas públicas foram sendo transversalidade dadas. Foi com o Transcidadania, que três UBS na região central de São Paulo passará a fazer a hormonização. Não é pouca coisa. Por quê? Porque são as únicas UBS do Brasil de fato, a hormonização só é foi feito em ambulatórios trans serão credenciados ao Ministério da Saúde e têm ambulatórios como da Bahia, que diz que porque não é credenciado, não pode dispensar alguma. A prefeitura de São Paulo dispensa sem ambulatório. Então a gente prova aí mais uma vez que, quando a gente quer com vontade públicas, faz. E são essas mesmas três UBS que faz até hoje, e por que não ampliou? A proposta era começar a construir de forma experimental, então não amplia. Nós temos a primeira Casa Florescer, que disseram que abririam mais e não abriram. Então, para mim isso é a prova de que não querem lidar com essa situação, são de frente, então para mim tem esses dois viés.

GABRIEL: Beleza, eu queria que me contasse um pouco a sua visão da relação do governo. Olha se a pergunta for repetitiva, gente pode pular, time fique tranquila, se você falar “Gabriel, acho que eu já disse isso” pode ir pra frente e somente me avisar tá? Eu queria que você pode escolher se um pouco a sua visão do quadro evolutivo da relação com o movimento trans e suas associações. Ativistas de dois mil de dois mil e quinze para cá na relação do governo com essas associações e movimentos trans.

SIMMY: Olha para mim eu acho que zerou debate, porque a gente tem um governo com um candidato que não quer falar com os movimentos sociais, na época do Transcidadania, o governo já tinha dificuldade de falar com o movimento. Ele tem um primeiro momento, é de muita ebulição Transcidadania nasce nesse os movimentos sociais, então tem momentos de ebulição, mas no final, eu acho que não deram, fazer um movimento para acompanhar monitorados para o programa. Até o porquê o programa experimental tinha muito medo de não dar certo, e outras coisas. Então tinha uma previsão de que a gente criasse uma relação de monitoramento da política. Mas eu acho que ele também pecou nesse sentido agora eu acho que tem hoje uma completa ausência do diálogo. Assim, não tem também uma pressão, movimentos sociais, movimentos sociais que não pressionam, que quando faziam movimento em São Paulo não pressionou quando esvaziou o Transcidadania. Eu acho que está

localizado em São Paulo, não tô fora do movimento nacional que denunciou bem mais que o movimento de São Paulo. O movimento trans de São Paulo não tomou pra si o programa, não sei se a defesa do programa e não foi pra cima.

GABRIEL: Qual que você acha que são os pontos fortes e os pontos fracos do governo para com a causa trans?

SIMMY: Que a gente está falando de dois governos né?

GABRIEL: Sim, isso está fazendo de dois mil e quinze para cá.

SIMMY: Eu acho que no primeiro momento, a gente tinha o interesse em fazer a política pública para essa população, enquanto o governo, você tá perguntando o governo né? Porque eu diferencio Estado, governo, uma coisa é diferente da outra. O Estado é muito difícil de lidar porque as pessoas ela estava ali, me levam para ser suas crenças. Nunca foi fácil de lidar com Estado nunca foi tramitação do programa de imunização na UBS. Era terrível. As pessoas não entendiam o Transcidadania, então tô falando de Estado, no governo, era muito tranquilo porque queria fazer aqui era uma determinação fazer enquanto o governo era muito tranquilo. Acho que hoje tem o governo que se pudesse dava só dinheiro pra trio elétrico e pronto, que não quer lidar, que se incomoda em lidar com essas pessoas em que essas pessoas incomodam. Fazer um programa que empodera pessoas e essas pessoas sim se empoderaram. Elas vão questionar esse próprio Estado. Então tem uma questão que a basilar: a gente não quer, a gente pras pessoas hoje só as pessoas hoje acham que dar bolsa. Se conseguir um trabalho qualquer, essa pessoa, mesmo que seja precarizado, tira essa pessoa que eu não quero ela com poder de questionamento. O meu foco não é a cidadania que aí estão tá o nome, não é a cidadania. Meu foco não é o empoderamento. Meu foco é ter essas pessoas agradecidas pouco da empresa, uma outra lógica e é muito distante da originária do programa.

GABRIEL: Para arrematar a questão do movimento trans queria perguntar para você, qual sua visão sobre a população trans enquanto cidadã. Ou seja, aos olhos aos olhos do governo, a gente pode considera-las, mas como como cidadãos de plenos direitos dessa população?

SIMMY: Não, é porque você não tem primeiro, você não promove caminhos para essas pessoas chegarem no seu acesso em qualquer lugar. Então, eu acho que

encontra brechas para fazer uma reparação, fazer um programa reparatório. Queria reparar e ter pessoas trans no pleno exercício, da sua cidadania. O que as pessoas que estão hoje? O programa é para ser programa, simplesmente de intermediação com o trabalho, que era um elemento do programa e não todo o programa. Quando ficar em direitos humanos é muito difícil, muito difícil uma coisa chegar em saúde, diz assim eu tenho cem leitos, eu tenho oitenta pessoas nos leitos. Eu tenho cinquenta mil pessoas que pariram eu tenho vinte e sete mil que se vacinar... ce tá entendendo? É número. Eu tenho dezoito quilômetros de ciclovias, implementada na cidade. Só quantificar isso é fácil. Agora quantificar o impacto na vida das pessoas. O programa de direitos humanos é incomensurável, não dá para falar, falar em números, mas você olha com os números, eles não refletem em impacto. Nós não temos um dos indicadores que consigam mensurar esse impacto hoje na política pública. Não, eu não estou falando só do Estado, tô falando do mundo não tem esses os indicadores no campo de direitos do mundo. Então esse impacto de não conseguir gerado. O que tô querendo dizer com isso, é que a prefeitura hoje que ela quer foi o que gera número, então, que gera número para mim, quantas pessoas mando pro mercado trabalho, quanto mais pessoas estiverem rotativas, melhor. Porque se todo mês eu tirar as pessoas mandar colocar aqui, sem pensar que isso tem que ser um movimento que gere que impactos para dentro da gestão que promove, a inclusão de outros lugares, que promova, de maneira interseccional a entrada das pessoas, na cidadania, que acompanha. Essa pessoa que eu tenho o pós programa era algo que a gente se preocupava muito que tinha te quer, hoje ela trabalhando, e aí, como é que eu vou dialogar com essa empresa? Porque o que acontece é o seguinte é que muitas não duram porque é frágil essa relação. Então, que ajusta a pensão de algo mais estruturante e menos quando está ativo, vamos conseguir dar a dimensão do que estou falando. Mas isso para mim é muito essa gestão fake que diz que é gestora e não é política, quando na verdade a máquina política, o nosso desejo, nosso desejo voltar a ser político, ele tem que ser tratado como política. Essa coisa de gestão pela gestão, ela foi só quer o número, ela não humaniza a relação, a mania do número ela não humaniza o processo e se não humanizar política no espaço da cidadania, ele é deixado em segundo plano.

GABRIEL: E aí a gente vai entrar um pouco. Agora numa seara mais na comunicação assim quais são os pontos fortes e fracos que você, da comunicação governamental,

para a sociedade como um todo? Isso como é que você vê os pontos fortes e fracos da comunicação que o governo faz com a sociedade? No geral ?

SIMMY: A comunicação que o governo faz com a cidade, de uma comunicação de prestação de contas pragmático eleitoral. Assim, eu quero dizer que as pessoas que tá tudo bem, tudo o que eu fiz tá bem, não é uma comunicação para o empoderamento, é uma comunicação, informação é uma comunicação para não essa comunicação. É para uma prestação de conta com vias eleitorais. Então, isso é uma questão de gestão a gente não tem uma comunicação para que as pessoas pensem sobre isso, se questione sobre isso, se mobilize. Não é pra isso. Então, para a minha comunicação, ela pensa isso? Quando eu comunico, eu não quero informar. Eu não quero formar. Eu não quero impactar de outra forma. Eu quero que as pessoas saibam que eu fiz por isso os números são muito importantes que econômica dos que eu fiz muito para eu encafiar a me manter nesse lugar

GABRIEL: E esta é a sua visão sobre quando a gente fala um pouco, mais específico, agora está quando essa comunicação governamental é sobre direitos humanos. Sobre diversidade, com essa visão, sobre a estratégia de comunicação do governo para com esses assuntos, especificamente,

SIMMY: Eu acho que o governo vai falar. Isso quando ele precisa disso, é a entrada de comunicar sobre isso. Eu não posso negar a comunicar sobre isso que eu perco o voto e porque não tem mais como fugir, a parada está na rua, são milhões de pessoas. Eu não quero que essas pessoas contra mim eu comunico, mas você não tem uma comunicação como um todo. Você não vê pessoas transgêneras, sendo personagens de uma campanha de saúde, de educação, do Poupa Tempo. Entendeu? Então eu penso em vários marcadores. Eu penso na raça. Eu penso na classe, penso em São Paulo. Que é uma cidade que tem muitos imigrantes, eu penso nessa questão das diversas raças das etnias. Mas eu não penso na transgeneridade, não penso na homossexualidade. Elas são visíveis, não só são visíveis quando tenho que falar para nicho, uma comunicação pra nicho nem sei se essa palavra ainda se usa na comunicação usa?

GABRIEL: Usa!

SIMMY: Ah então, me formei em comunicação mas há muitos anos atrás e eu não exerço comunicação.,

GABRIEL: Jura? Se formou em que?

SIMMY: Em Publicidade. Só que eu não é exerço desde que eu fiz a minha transição de gênero. Então, mas é isso uma comunicação para nicho e como o único para o nicho, eu não trago, é, sacou para essa assistência, para a minha comunicação, como na real na real na real, não são cidadãos. Eu só trato delas, quando eu tive que tratar a elas, entendeu? É isso. Assim isso, nem nem com migrantes. Isso acontece porque tem pouca política pública também para pessoas migrantes. Mas, se eu fizer uma campanha de TV apareça a pessoa, é mais provável que apareça uma pessoa migrante da África da Venezuela na campanha do que trans.

GABRIEL: Você viu esse tratamento de diversi...? Esse tratamento? Eu estou, vamos governo porque estou falando que porque é situacional da época da gestão. Mas é você via esse tratamento do governo para a pauta de direitos humanos, para a pauta de diversidade? Quando você estava no governo?

SIMMY: Sim, eu acho que pra mim isso é tudo, acho que isso é como ficou dois anos, dois anos por uma gestão. É muito pouco. A gente tinha esperanças que o Transcidadania ele contaminasse as pessoas, entendeu? Então, a gente queria que ele contaminasse e ele foi contaminando. A gente conseguiu, a organização conseguiu a Casa Florescer a gente conseguiu o nome social no ensino municipal uma resolução do Conselho de Educação, logo depois que foi revisto, o próprio decreto, vamos social do próprio governo foi revisto. Ele foi atualizado o reconhecimento da identidade de gênero para a questão dos banheiros. Então a gente consegue, estava conseguindo contaminar as pessoas, e aí eu acho que essa questão da comunicação há coisas que não tinha dado, conta ainda que estava no nosso radar não tinha dado conta. Muita coisa ficou por fazer muita coisa dos nossos planos maquiavélicos de conquistar o mundo. Eles não foram postos em pratica exatamente, não vão. Se não falar mais, mesmo porque é exatamente a uma quebra uma ruptura, o programa não existe, mais é isso que estou falando desde o começo. O programa se ele não existe os impactos que ele poderia provocar ao crescer ao mesmo e melhorado. Eles não puderam ser efetuados, até que o governo pensa assim que o Estado pensa assim e a gente não tinha. Porque dois, em dois anos de Transcidadania a gente não ia dar tempo e, agora tudo bem se deu conta de fazer muita coisa em diversas áreas. Não acho que a comunicação foi que a gente conseguiu impactar

mais, entendeu? Mas acho que o programa tinha potencial para fazer isso, mas quando ele é extinto das suas por dentro, todo enxugado e ele mantém o nome, nenhum tem mais esse impacto e não vai dar conta de fazer porque não é. Mas não temos uma centralidade do programa, não tem uma atração, o programa não tem, ele foi diluído.

GABRIEL: Como você enxerga a demanda sobre diversidade proveniente da sociedade como um todo?

SIMMY: Repete

GABRIEL: Como é que você enxerga a demanda sobre pauta de diversidade que a sociedade faz para o governo? Assim, basicamente.

SIMMY: Olha, eu não acho que a gente impacta o governo. Eu acho que hoje tem uma coisa que é o seguinte os governos estamos conservadores. E aí eu acho que hoje não sentimos confortáveis. Quando você não vê um terreno fértil, você foca em outra coisa. Acho que hoje o movimento está mais focado em fazer por si, porque não acredita que vai sair, mas nada do governo. Eu acho que a pegada. Então, eu acho que a gente já foi, já viveu espaços de um momento de muita formulação política conjunta, tô falando das conferências. Estou falando dos espaços de controle social tô falando desses diálogos. Hoje, tendo um avanço conservador, eu acho que os espaços de diálogo, e não com o governo de pautar o governo não é mais um espaço de que acredite na construção. Hoje é um espaço só de cobrança, entendeu? “Morreu alguém aí vou lá e pá” não tem mais espaço de um que pautar um sonho de construir projetos. Eu acho que essa pegada não é a pegada do momento por conta da conjuntura que nós estamos vivendo, nacional, que se reflete nos Estados e que em São Paulo tem um impacto maior do que em outro lugar. O que eu vejo em São Paulo, que não vejo outros lugares que o movimento não tem mais esse interesse não tem mais diálogo? Dialogar? Não tô mais interessada em dialogar com esse governo porque eu não vejo mais espaço fértil. Eu acho que a pegada é essa. Eu vou lá e vou cobrar e se der alguma merda eu vou para cima, mas não vamos construir espaços de diálogo. Como eu não vejo mais esse lugar como um lugar que me quer ali para conversar sobre isso.

GABRIEL: Como você vê para você, quais são os impactos da internet e das redes sociais na construção de políticas públicas?

SIMMY: Eu acho que é muito importante a gente mobilizar as pessoas. Eu acho que é muito importante, a gente estimular as pessoas para que ela se engaje, nesse aspecto. Eu acho que a internet mobiliza, a internet não de agora. E a internet, você sabe a conquista. Eu quero dizer que eu não acredito no ativismo que é 100% de internet. As pessoas estão achando que a internet é a ouvidoria. Eu fui postei, reclamei que a minha luz não foi ligada. Eu postei, eu não fui na Defensoria Pública denunciar essa empresa, eu não fiz essa outra movimentação. Já a movimentação real, o mundo real, nós estávamos internadas no mundo real, está aqui nas ruas, o que eu acho que é hoje, sem dúvida. Nada se faz sem internet também. Eu acho que a internet é um *locus* da mobilização, é o *locus* não engajamento, mas não é o *locus* da formação. Eu não soube informar só com internet, à minha atuação, não pode ser só internet. Eu acho que a gente passa acabar acreditando que esse lugar é o todo e ele não é. Ele não se coloca no lugar, ele facilita. Posso chegar até uma pessoa na internet e eu posso achar uma pessoa pela internet, mas o meu cuidado com essa pessoa, ele não se dá só pela internet, ele não vai ocupar esse lugar eu quero dizer as pessoas precisam, estar umas com as outras. Eu acho que isso, sou super defensora da utilização das redes sociais da internet, porque eu acho que elas hoje são quem pode nos fazer, o match com as pessoas e pode estar fazendo o match, que pode fazer a gente chegar a locais, corações, engajar as pessoas a convocar esse sentimento. Mas a partir dele precisa construir pontes reais, entendeu reais no sentido daqui. Eu estou conseguindo fazer um diálogo com você, ele vai ser produtivo e eficaz. Mas eu não te abracei, entendeu. O real que to falando é disso, a realidade do que pode ser apalpado. Eu achei isso. Eu acho que é uma importante ferramenta, não, ela não pode ser isolada. Não pode ser isolada, senão a gente vai perder as relações humanas.

GABRIEL: O que você acha que o processo democrático, que a democracia e tudo tudo que envolve, tem a ganhar e a perder com o ativismo pela internet?

SIMMY: Eu acho que a gente pode se acomodar. Eu acho que as pessoas podem se acomodar. Quem a internet também pode dar uma falsa impressão, aí as *fake news*, o que foi resultado de uma eleição ganha pela internet? Dói o governo mais conservador da ditadura pra cá. Se não é pior que alguns, então eu acho que é isso, a gente pode se acomodar e a falsa impressão, que nós estamos se isolando na internet. Então eu acho que ela é algo que não tem, mas o caminho de volta. Ela faz parte da nossa vida, ela facilita muito as relações humanas, mas ela não se sobrepõe

as relações humanas. E aí eu acho que isso é o que pode tensionar, o que pode ajudar a mobilização, o engajamento das pessoas em defesa da democracia. Ela pode ajudar, mas como eu falei, desse engajamento, ele não se limite, não ser finda venda dos quadros da internet, no cyber espaço, ele não se acaba no cyber espaço. Ele pode conversar, ele pode ganhar sobre isso ele não pode acabar aí.

GABRIEL: Perfeito. E aí, a nossa última seara, vou te fazer mais perguntas sobre o projeto Transcidadania em si da Prefeitura de São Paulo, Inaugurado em vinte e nove de janeiro de dois mil e quinze, bonitinho, lindo (risos). Qual é a sua visão sobre o que ele agregou para população trans? O que ele ainda pode agregar?

SIMMY: O que eu acho que agregou, eu acho que ele havia uma aposta para que essas pessoas entendam que esse lugar tem que ser disputado no poder público, ele tem que ser disputado e acho que abriu uma porta para a gente arrancar o que a gente tem como reparação desse lugar. Eu acho que ele promoveu um *match* de algumas pessoas trans com o seu, fazer cidadão, de ocupar esse lugar, disputar isso. Eu acho que ele tem um ganho muito maior que isso, que é o de inspirar as pessoas, a possibilidade de recomeço. A gente sabe que a gente pode disputar no PL na ALESP porque a gente sabe que aquilo pode ser feito para uma vida que se o Projeto Transcidadania fosse pra ALESP e, o Transcidadania sem ter existido, sabe o que ia acontecer? As pessoas iam dizer isso não pode acontecer, isso não vai dar certo. E os argumentos que diziam ter contra isso iam ser maiores. Hoje ele não pode dizer não. Já aconteceu no Centro de São Paulo, hoje, se lá no Acre alguém quiser construir projetos de política pública, quando a gente faz, se alguém disser “não vai dar certo as pessoas não vão participar. Elas não vão aderir.” podemos dizer “não, olha, deu certo”, a gente provou para Estado, para a sociedade civil, para o Legislativo, para todo mundo, de que é possível que essas pessoas querem sim ocupação. Elas não são as filhas do demônio fruto do pecado e que quer destruir a família e que não quer estar no lugar. Não esse lugar nos foi tomado a gente prova isso é contra a cidadania, que é capaz. O Estado pode promover. Acho que isso tudo é maior ganho e quando a gente tem esse espaço. As pessoas se empoderam as pessoas que passaram pela primeira fase do Transcidadania. Outras nitidamente organizam as pessoas em causa estão fazendo a vida, cem por cento não, mas, é a grande. Enquanto pessoas que disseram sim, para mim, sim, eu tenho a minha casa não foi Transcidadania que me deu, mas eu consegui isso. A partir do que eu aprendi ali, isso é de um impacto, como

dimensionar isso, não tem. Agora, Eu acho que é o risco para minha grande perda. Quando a gente tira o Transcidadania transforma em uma bolsa, reduz o programa. Isso um prejuízo tremendo para a vida das pessoas. O Estado para a renovação do Estado. Ela vai ser punido com isso. Para mim é uma perda, atraindo o que não tem mais, você não ouve mais falar do Transcidadania das ações que o Transcidadania pode promover, pra isso tem se falado de outras iniciativas, que são respostas comunitárias. Para isso, são abrigos, que estão surgindo, outros empregos. São os projetos que são expostos comunitários. O Estado não aparece mais como provocador. Nós estamos em dois mil e vinte e falando de uma realidade de dois mil e quinze se a gente for hoje de dois mil e os desafios de dois mil e sete para cá, achar ações do Transcidadania na internet, nas páginas da prefeitura, além de uma reunião isoladas de algumas pessoas. Quando as atividades nós provocamos quantas as consequências. Nós fizemos, estamos aqui nos dois primeiros anos, seja a Casa Florescer, seja a harmonização, entendeu que você não tem mais isso. Não tem mais assim esse impacto. Promover transversalmente outros lugares, outros espaços e outras políticas públicas A partir do Transcidadania, isso não tem mais. Se não acontece o que eu acho que ele pode ser. Eu acho que pode ser muita coisa. Acho que Transcidadania, POT. Se nós tivermos um governo que queira fazer isso ele pode abrir portas no estado para outras, inclusive para o POT. Transcidadania, a bolsa do Transcidadania é possível porque tem, porque tem uma outra lei, que é o pot. A bolsa do Transcidadania vem do POT que é o Programa Operação Trabalho, que é um programa que atende pessoas migrantes, juventude, pessoa idosa, pessoas egressas do sistema. Só que só tem a possibilidade durante exatamente essa bolsa estudar, fazer curso, o Transcidadania. Entendeu? Nesses outros não olha como a Transcidadania. pode ser propulsor de uma política para outras populações, porque ele lembra que a Secretaria do Trabalho, na época de debatia transformar todas as ações do POT como Transcidadania, imagina a pessoa com migrantes chegar podem receber uma bolsa também poder aprender português, fazer um documento para ficar no país, imagina de uma pessoa egressa do sistema, fala se não, eu vou ter essa bolsa mas também estudar, aprender uma profissão, entendeu assim o Transcidadania pode muito, se pelo menos voltar a ser o que ele era. Ele já pode ser mais porque provoca e provoca o Estado a se reencontrar. Assim, assim, provocava,

provocava o Estado assim, questionar a pensar novas tecnologias sociais, de resposta com as demandas das pessoas e hoje faz isso, ele se contenta em dar uma bolsa.

GABRIEL: Então, a última pergunta sim, qual é a sua visão sobre as estratégias de comunicação que foram feitas na época que você estava no projeto e acho que estão sendo feitas sobre o projeto por parte do governo. Não sei se eu fui claro.

SIMMY: Foi, mas precisa elaborar mais.

GABRIEL: Vamos lá, está bem, as estratégias de comunicação que foram feitas sobre o projeto Transcidadania na época do Haddad, e que você está vendo o acompanhando o que mudou depois que mudou de gestão.

SIMMY: O primeiro é o seguinte a gente tinha produção de agendas, de peças para dentro e para fora. A última comunicação para dentro, porque eu tenho que fazer com que esse esse Estado entenda que a gente estava deixando canto, tanto peças de comunicação para a formação das pessoas servidores pra dentro da prefeitura, mas a gente tinha a comunicação para fora, o que concerne em peças divulgação do que nós sozinhos, da comunicação. Mas nós temos estratégias. Por exemplo, o Haddad deu aula no Transcidadania, o secretário, deu aula no Transcidadania, a Djamila Ribeiro que era se vice-secretária. Lá, a secretária adjunta, ela deu algo e a ia dar aula, que não era uma ação de comunicação, sua divulgação, torno disso, que era a simbologia. Dizer que essas pessoas estavam próximas à gestão pública estava próxima das situações, próximas desse processo trazia. E a comunicação da cidadania. Ela era acompanhada da comunicação no gabinete do prefeito, tanto que consegue a agenda do prefeito, tanto no que concerne a aprovação da comunicação, porque o gabinete do prefeito entendi como programa seu e não como uma mais uma ação que a secretaria publicou, então eu acho que isso fazia todo o diferencial do impacto. Já a gente fazia no programa mais falado da Prefeitura de São Paulo nos últimos dois anos, por toda a mídia. Sabe o espontâneo? A mídia, sem ser comprada, que mais tínhamos espontânea porque a gente que estava o tempo inteiro o tempo inteiro sendo demandada. E tinha uma coisa das outras secretarias, porque era um programa interseccional então ele tinha ação em outras secretarias, também promoverem a sua comunicação como Transcidadania. Então, acho que isso funcionou muito. Já não é só dos direitos humanos e outras pessoas podem promover ações de comunicação de cima, disse, desde que baseados no real. Mas assim, eu

lembro da gente colocar o nome social da Andreia de Maio no túmulo da Andreia de Maio, já sido enterrado com o seu nome civil Andreia de Maio era uma travesti muito conhecida em São Paulo, tem o seu túmulo lá no Cemitério da Consolação. Tinha sido enterrada com nome civil. Conseguimos trocar isso, a situação da Brenda Lee, a mesma coisa. Então assim, outras áreas da secretaria promoviam ações de comunicação em parceria com o Transcidadania porque ele era um provocador disso. Hoje não é, é uma situação muito, muito restrito aos direitos humanos. Ele era ainda fazer uma marca, entendeu? Muito grande, porque essa ação do túmulo, ela podia ser uma ação só da funerária que eu nem lembro o nome como é, entendeu? Ela não precisava da marca do Transcidadania. Mas o Transcidadania era uma marca tão potente que a gente trazia o Transcidadania junto. Então, era uma marca da prefeitura, do governo, não marca de secretaria isolado. Era uma marca de governo. Então, isso fazia com que tudo que gerar de ação para pessoas trans em outras áreas também repercutisse também na comunicação. Era status para a secretaria de transporte também fazer ação. Entendeste? Porque era uma marca. Isso é uma estratégia de comunicação muito potente, que ele não só ajudava as pessoas trans. Ele também provocava ações, outras em outras áreas que a gente não imaginava chegar. Como essa era funerária que eu falei o serviço funerário municipal, então, assim a gente não acreditava que ele estava fazendo aquilo. Entendeu? Era afinal você tem noção do que a gente que estava fazendo. Era uma marca que ficou tão forte, teve uma estratégia de comunicação, tão acertadas e ficou tão fortes que todo mundo queria fazer as coisas com isso, e isso impactava na vida das pessoas de uma certa forma, era isso.

Apêndice G – Entrevista Tryanda Verenna

GABRIEL: Boa noite! E eu queria primeiro que você se apresentasse Tryanda, comentasse um pouco sobre você.

TRYANDA: Bom meu nome é Tryanda Verenna! Eu sou homem trans, tenho uma página chamada Homem Trans Br, sou fundador da página, é a maior página da América Latina. Hoje, reúne a maior quantidade de informações referentes a pessoas trans, como notícias, indicações de médico, grupos de WhatsApp que eu tenho também voltados para pessoas trans, sou ativista palestrante, tive agora participação recente no MasterChef e trabalho com a agência de viagens.

GABRIEL: Obrigado, vamos começar a pesquisa então, sobre o movimento Trans, eu queria que você me discorresse um pouco sobre a sua visão da articulação de ativistas trans dentro do movimento.

TRYANDA: Fala, faz de novo a pergunta

GABRIEL: Claro, sobre o movimento, tranquilo com essa visão sobre a articulação de ativistas trans dentro do movimento.

TRYANDA: Então a gente tem bastante, tem uma galera ativista e bem recente no movimento trans. Tem gente que se destaca é claro, mas a gente tem que sair até onde destaque, até onde há interesse público. A gente tem algumas pessoas, como Érika Hilton, então a gente tem Erica Malonguinho. São pessoas que estão mais ativas aí no meio pensando em política e de forma mais ativa nas mídias sociais, acabam trazendo outras projeto torno para a gente, mas a gente em homem trans ativista. A gente tem poucos que a gente tem, tudo influenciador de opiniões. De tal influência ele é um ativista, então nem sempre é, as pessoas, as elas confundem muito e a eles mesmos, como, mas é só onde está a influência. Então eu acho que a participação dos homens trans é ainda muito pequena. Ela é bem irrisória, gente tem poucos homens trans que são ativos como ativista, ao contrário das mulheres trans que a gente sabe que elas têm uma força totalmente diferente. Até porque a luta delas já vem muito antes da nossa, mas elas acabam sendo mais plausíveis e acabam tendo uma participação maior que a nossa.

GABRIEL: Qual a sua visão sobre a cidadania trans? O que faz uma pessoa traz serão sujeitos social pleno?

TRYANDA: Eu acho que isso um é diferente ser trans e ser cidadão de direitos. Ele tem direitos e deveres como cidadão enquanto pessoa. E a gente tem muitos deveres enquanto pessoas trans e poucos direitos. Quando você é lido como uma mulher trans ou quando você de como uma mulher trans com um homem trans, eu acho que os não trans deixam a desejar, mas eu sempre bato muito nessa pauta. Falo muito dessa pauta porque eu acho que quando a gente tenha essa transição de mulher para homem, você tem essa transição completa. Você não você passa batido na sociedade, então você acaba passando com uma pessoa cis. No caso da mulher trans, ela dificilmente passa como uma mulher trans, porque ainda tem as características masculinas pessoas a confundem como travestis e pensam uma forma

mais, pensam nela como uma pessoa de rua, não é uma travesti que trabalha e que paga imposto e que tem família e têm filhos e tudo mais. Então eu acho que acaba. São pouco mais mulheres trans. Apesar delas estarem na frente dessa correria toda do dia a dia do reconhecimento de pessoas trans pessoas LGBT no geral que a gente tem até que levantar as mãos pro céu e agradecer que se não fosse as travestis, não fosse a bicha poc, a gente não teria saído do armário até hoje. Então, eu acho que eu acho que você conhecido como ele ou ela independente a palavra trans já é uma vitória né é reconhecido pela facilidade de viabilizar a sua documentação, não terem um empecilho para poder. De repente, a de redesignação sexual não tem a burocracia de colocar silicone ou a burocracia que é para fazer a retirada de mama. Então, eu acho isso. Eu acho que isso é uma coisa que a gente sai para que fica de uma forma mais plena. Mas repensando nisso também tem que investir em outras políticas públicas. Tem sido aqui antes mesmo de todas as suas cirurgias. Todas essas coisas a gente precisa, a gente já tem aqui em São Paulo, a gente tem em São Paulo, são os privilegiados. A gente sabe que não acontece assim todos os estados, mas a gente precisa de um pouco mais. As pessoas têm um pouco mais de um amparo o social, para que elas possam também se entender como pessoa. Eu acho que ainda é muito fraco porque, para você, iniciar hormonização você não precisa de acompanhamento, são só quatro sessões. Às vezes, quatro sessões não é o suficiente para que possa ser tudo bem que a gente fala da autoafirmação, você se autoafirmar, homem trans ou mulher trans, mas toda a gente pensar nas pessoas que são mais novas. Elas precisam de um acompanhamento um pouco mais longo. Então, eu acho que esse acompanhamento ele também ajudaria o que as pessoas pudessem se sentir mais plenas, mais seguras e mais segura de fazer com que elas pudessem tomar outros passos. Aí sim, para aí sim, poder caminhar para essa plenitude eu acho que é um. É um processo mais complexo, não depende só de uma coisa, sabe

GABRIEL: Próxima, qual a sua visão sobre os direitos que foram conquistados até os dias de hoje, como essa luta se operou, como essa luta aconteceu?

TRYANDA: Faz a pergunta de novo.

GABRIEL: Qual a sua visão sobre os direitos que foram conquistados até hoje e como se operou essa luta?

TRYANDA: Foi o que eu te falei. Eu acho que tem que levantar a mão pro céu todos os dias, pessoas como homens gays, mulheres lésbicas, pessoas bi, pans, os homens trans, mulheres trans não né, porque, não tem diferença entre travesti, mulher, trans. Mas eu acho que é isso. Eu acho que se não fosse a gay mais afeminado, isso não fosse travesti. Falar dar cara a tapa, a gente estaria todo mundo do armário, essa as opções que a gente quer ser independente, independente da lei, para de LGBTQ. Então eu acho que foi uma evolução, sim, houve uma evolução, é ainda uma evolução lenta. Vai demorar para que o homem trans tenha reconhecimento, ele caminha passos mais lentos do que as mulheres caminharam todos esses anos e aí todo reconhecido, devem a elas por tudo que vem acontecendo. Eu acho que a gente está numa nova era. Eu acho até com a pandemia, as pessoas começaram a se levantar. Quando a gente fala de se levantar, a gente não tem como. Eu acho que nunca vai ser o fim, nunca vai ser perfeito, mas a gente sabe que tem que acaba virando não só porque é quando a gente fala de levantes a gente fala de pessoas negras, pessoa loucas, pessoas deficientes, pessoas LGBTQs que acabam se uniram em prol de uma causa só de melhoria de espaço, de representatividade. Então ele está agora está de dois, mil e vinte e um anos que eu acho é que pela situação política com nosso atual presidente, eu acredito que as pessoas elas começaram a olhar para as

pessoas como pessoas. Eu acho que não é o que a gente ainda o que a gente espera, demora ainda para chegar é uma situação de tratamento, talvez mais uns cinquenta anos. Mas é um caminho bom, caminho diferente. Mas eu acho também que quando a gente pensa na época de batalha lá atrás na época de Caetano mais novo, apesar de todas as lutas que eles tiveram é como se a gente tivesse vivendo tudo de novo. É como se fosse um ciclo, se conseguir vencer. A gente está voltando a fazer tudo de novo, tentando fazer esse trezentos e sessenta. Mas acredito que, como a gente vem de uma geração lá atrás que já tem uma galera de de cinquenta, sessenta anos, setenta que agora tem uma parte conservador. Mas pensando na parte artística que não sou muito a expressão e tudo mais, está tudo aquilo que resultaram momento, em agregando para para o ano de dois mil e vinte, hoje pra essa nova revolução.

GABRIEL: Pergunta, também qual é a sua visão sobre o papel educacional e conscientizador que o movimento tem para a população trans que ele abarca.

TRYANDA: Eu acho que ele não tem. Eu acho que não tem esse papel. Eu acho que esta então, ele fala ele está. A gente tem pessoas que tentam assim engajar de alguma maneira para auto benefício. A gente tem que tentar que não existe. Essas, essas pessoas e não existe. Esse movimento. Sabe que existe pessoas que de alguma maneira ela tenta se auto beneficiar com algumas informações e, de alguma forma, aparentemente para as outras pessoas. Parece que está ajudando. Parece que está enfrentando, parece que está estudando ou que está dando um caminho. Na verdade, estamos muito superficiais, muito raso. Teve até um tempo atrás, uma empresa de direita de advogados que fez uma cartilha. Dando um exemplo simples fez uma cartilha que gastou não sei quantos mil, porque para as empresas que fez. Enquanto os milhares de milhões de papéis para que as pessoas passassem, pegassem um papelzinho, uma retificação, fazer a identificação de novas. Só que parou aí isso foi feito. Foi distribuindo por uma pequena parcela das pessoas não tendo andamento, mas se foi muito comentado nas redes sociais, mas não teve um pós então em se para e pensa “será que essas pessoas existem. Será que as pessoas a elas estão de fato, procurando fazer com que algumas informações elas, como para os veículos de comunicação, como elas podem ser” uma forma geral? Se você perguntar para qualquer homem entrando qualquer mulher trans as viram esse papel? Nós vamos aquelas não viram que elas não sabem porque o percentual de pessoas que foram entregues foi muito pequeno.

GABRIEL: Quais são os pontos fortes e os pontos a melhorar que você identifica dentro do ativismo trans.

TRYANDA: Olha o assunto só que a gente está tomando uma proporção grande de uma forma rápida, pensando em mídias pensando deveria veículo de comunicação e redes sociais, em mais programas que falam de pessoas trans. A gente só eventos voltados a pessoas trans, eventos feitos por pessoas trans, pessoas acostumando com a palavra trans, que já é uma coisa mais, a gente tem participação de pessoas trans em novelas, A Força do Querer acabou de voltar e a volta, no momento, muito bacana agora onde pessoas que assistiram lá atrás podem assistir de novo agora de uma outra maneira. Tem a Gabi que participou de Malhação, a gente tem a Glamour também participou de uma outra novela. Espaços que estão acontecendo, seja de uma forma midiática que seja. A roupa mostra que existe aproveitar comunicação e ainda aproveita o momento. Então de uma maneira as pessoas podem se sentir

representado naquele, isso é muito bom. Os pontos fracos são que não há continuidade. Então, por exemplo, a gente tem, teve um filme agora há pouco tempo da Lin da quebrada e foi muito bacana. Foi muito pouco assistir, mas a gente não tenha continuidade parou ali, eu acho que essa falta de continuidade é solucionada. A gente precisa que apresentem lá Glamour García faça mais novelas, que a Gabi faça mais novelas, a gente tem o Tarso não tem oportunidade que poderia fazer outra novela. A gente tem pessoas, a gente não tem diretores, então estão paradas. A gente não tem uma uma pessoa, por exemplo. Hoje a gente tem que pensar em política, a gente tenha mais ou menos cento e sessenta e quatro candidatos vai duzentos candidatos, trans pelo Brasil é pouco, porque ele tem pouco porque não tem espaço e mais porque não tem espaço, é porque não é interessante para o partido. Não é que não seja interessante que o partido mais essa pessoa, ela tem muito menos visibilidade disso do partido do que de repente uma pessoa cis, então acho que a gente tem um problema no Brasil de continuidade para tudo que é relacionado a pessoas trans e as notícias estão muito midiáticos. Então ação muito rápida ela passa e acaba passa e acaba, não tem uma continuidade, não é uma mulher trans amanhã em São Paulo e Rio de Janeiro. Mas é só mais uma mulher trans, e a gente vai falar dessa mulher trans que morreu tanto eu quanto qualquer outra pessoa no Instagram ou em qualquer rede social um dia, porque no dia seguinte já tem uma nova história pra contar.

GABRIEL: Bom, saindo da esfera puramente ativista. Queria entrar um pouco mais, um pouco mais na esfera do governo. Agora, eu queria que você me falasse com essa visão sobre a relação que há entre os ativistas, dos movimentos trans e os órgãos públicos.

TRYANDA: Então, pensando em governo, na verdade, eu não tenho um candidato, não tenho. Eu não tenho candidato. Hoje nem cis nem trans nem negro, nada para votar. Eu penso que foi como se a liberdade não é nenhum candidato, já começam por aí. Candidato só é mais uma pessoa querendo emprego. E aí faz a pergunta de novo.

GABRIEL: Quis dizer seu com essa visão sobre a relação que existe entre os ativistas e os movimentos trans e os órgãos públicos.

TRYANDA: E aí os ativistas. A gente tem muito ativista agora se candidatando né, essa relação com os órgãos públicos, elas não existem, elas não existem. A gente tem pessoas que se destacam mais politicamente que se dizem ativistas trans e eu sinto que de fato, estão procurando emprego. Não consigo ver de forma efetiva como isso tem melhorado. Está melhorando, vai melhorar, mas também é uma percepção minha. Ou pode ser que o governo ele tem pouco espaço para que essas pessoas possam trabalhar. Pode ser, pode ser também, mas eu também não vejo. Elas estão interessadas em trabalhar.

GABRIEL: Só para explorar um pouco mais esse ponto. Porque quando digo algum público estou falando na esfera estatal e aí dentro da esfera do Estado, a gente tem órgãos que são eleitos pela população e órgãos que não são eleitos pela população. Tem alguns por exemplos que não são eleitos. Geralmente, eles são indicados pelo governo de ocasião. Você elege alguém, a pessoa supre esses cargos de secretariados, enfim, comissões, etc ou tem, a possibilidade de você ter alguns públicos que são via concurso público, geralmente são do Judiciário, mas enfim, tem empresas públicas também nesse sentido. Então, assim essa relação, isso queria entender. Então para você não existe, porque estou querendo sair um pouco da esfera eleitoral. Tá assim, por que eu sei que a gente está num momento de eleição. Mas estou querendo sair do momento de eleição, estou falando do dia a dia, depois que a eleição já ocorreu, ela tem para você não existe essa relação dos movimentos trans com esses órgãos de poder esses órgãos que exercem o poder da esfera do Estado.

TRYANDA: Não, não, não existe, não existe, porque não tem espaço para que eles possam trabalhar, não tem. A gente tem aí, por exemplo, a ANTRA que ela, apesar de ser uma organização que trazem muitas informações e as pessoas de uma maneira geral, seguem, vem, o trabalho que eles fazem, não tem o reconhecimento estatal e talvez eles trabalhem muito, entraram informações que são tão relevantes, mas não, não vai passar disso. Sabe? A gente acha que de fato não vai passar de uma página na internet, então não tem espaço para para que você possa desenvolver isso. Por exemplo, quando a gente fala assim, que a gente fala de Greenpeace, que a gente sabe que é uma puta de uma organização mundialmente conhecida, a gente não vai conseguir chegar a esse patamar. Pelo menos, não agora. Pode ser que a longo prazo sim, mas hoje essas esferas elas não estão interessados nessas informações.

GABRIEL: Como você enxerga o quadro evolutivo do governo na questão da questão do trans de dois mil e quinze para cá. Estou colocando o marco de dois mil e quinze, porque foi quando o projeto Transcidadania foi inaugurado pela Prefeitura de São Paulo. Vinte e nove de janeiro de dois mil e quinze. Então, como é que você enxerga o quadro evolutivo do governo com a questão trans desde a inauguração do projeto para cá?

TRYANDA: Então vou ser bem sincero, pra você, eu não. Acompanhei o processo de dois mil e quinze para cá, mas eu não comprei não, não acompanhei. Talvez por falta de informação essa informação, ela não chegou a mim. E se ela não chegou a mim, que sou uma pessoa de classe média alta que tem um pouco mais informação, ela não chegou para quem tá na periferia, então eu vou assim você bem que sincero. Eu não consigo dizer com a sua evolução, porque não acompanhei porque não vi. Eu acredito que a gente dá uma pesquisa e tem que procurar saber se as pessoas sabem que é o Transcidadania, cidadania faz. Noventa e oito por cento das pessoas têm a ideia que está cidadania. Existe, exatamente, porque não houve uma divulgação de uma maneira, porque alcançar todos os públicos. já ouvi falar, já ouviu falar do Transcidadania? Ouvi falar, mas eu acredito que órgãos não governamentais ou até mesmo contra, ou até mesmo dependente. Eu faço parte da OAB da diversidade da sede de São Paulo, faz parte da queda de Santana. Também eu acho que às vezes até uma OAB regional, por exemplo, a falar, por exemplo, a existe uma OAB na Região dos Lagos, por exemplo, ou existe uma OAB Itapetinga aqui interior de São Paulo? Eles fazem um mutirão para repetir a retificação de nome tem muito mais, está muito mais serviço do que o Transcidadania.

GABRIEL: Ok. Agora vamos entrar numa questão mais da comunicação e queria saber qual a sua visão sobre o ativismo trans na internet e como ele impacta o diálogo com a sociedade, a sociedade em geral.

TRYANDA: Então, cara, a internet é terra de ninguém. Todo mundo pode ser quem quiser pela internet, é muito louco e ainda não estão continuarem. A gente tem muitas digitais influências, não falou com ninguém, está mais uma maneira geral e e até pessoas que são até homens gays e mulheres lésbicas, que apoia o causa todo, mas o que eu percebo, fala, depois falo da página. Eu percebi que as pessoas, não entre preocupadas em falar, foi o processo dela para que o outro que chegue da internet,

internet acompanhe aquele processo. Gostaria que tivessem mais páginas como o homem trans, onde eu, onde as pessoas podem ver várias informações e pesquisar informações. Algumas informações já estejam prontas para as pessoas que estão chegando, poderem olhar e entender isso, falando de pessoas em geral. A gente não tem esse tipo de página no Brasil, a gente tem página, tem a ANTRA aquela página informativa, mas que é muito voltada para mulheres trans. Não existe não mais e não existe tão cedo números sobre homens trans em número. Primeiro, porque homem trans não apanha na rua, começa mais por aí. Atualmente, quando está tudo é passável números quando a gente fala de pessoas trans, a gente vê dados sobre a pessoa perante todos. Os dados são voltados para a mulher, todos estejam no suicídio já, porque apanharam. Porque uma coisa, os resultados não são voltados para homens trans falta aí alguém ter um pouco mais vontade de se organizar para isso. As informações que a ANTRA para trás, elas estabelecer a primeira classe estabeleceu público muito legal, porque a família, por exemplo, o homem trans falando da página tal, fizeram de alguma forma o mutirão porque viram que aquelas informações eram correrem, eram importantes e é importante para para aquilo. Nas redes sociais, a ANTRA ela quer crescer de uma forma orgânica. Por exemplo, se a gente entender, isso e voltar um ano atrás a ANTRA não tinha 5 mil seguidores, exatamente porque a gente não tinha pessoas para que fizessem essa divulgação dessa página. E aí quando a gente pensa na ANTRA tem a ANTRA. Tem a página do homem trans que informativa e que um apoio, suporte e acabou, a gente não tem mais nada. Depois existem páginas pequenas na internet que a gente chama de núcleos que são núcleos pequenos que infelizmente não conseguem se desenvolver. Porque as pessoas que mesmo que a gente divulgue essas páginas, é como se as pessoas não tivessem interesse no conteúdo, porque a página não cresceu mais porque as pessoas também não dou oportunidade para essa partida cresça. Não que o assunto não seja relevante nas redes sociais, falta interesse das pessoas e você sabe que o chama atenção as mídias sociais é quando você chama atenção, o que normalmente eu posto, eu tenho que ter uma chamada muito interessante porque senão as pessoas não vão querer ver e se as pessoas não vem elas não se importam. Eu acho que falta que a gente precisa de mais páginas demais, pessoas engajadas. Tá pouco é muito fácil ser *digital influencer* e falar, dentro da sua página, algo sobre você. Mas é muito difícil falar de algo para todos e para como todos podem fazer. Como a gente pode

resolver, eu não faço tudo. Quem como a ANTRA também não pode tudo. Mas eu acho que a gente pode se ajudar. O problema é que o brasileiro tem um problema. É como apostar tudo. Está tudo por mérito, só eles têm que fazer sozinho. Ele nunca que ajuda a outra, fazer nunca até ajudar outra melhorar. Então a gente vai ainda vai a passos lentos para conseguir atingir um maior número de pessoas por outro lado, a gente tem aí Tik Tok, Instagram, Snapchat que o pessoal, já não usa tanto, tem Facebook ainda também tem bastante oferta. E as informações elas correm divulgada da maneira. Afeta, elas correm, mas ela passa. Se a gente não manter a gente não nutrir a informação ela cai.

GABRIEL: Qual é a sua visão sobre o ativismo trás da internet e como o impacto no diálogo com o governo.

TRYANDA: Ele não impacta, ele impacta já com o governo. O governo faz, com tantas vezes, ele faz de conta que a gente não existe, ele sabe que a LGBT existe de maneira geral, sabe que as trans existem, mas LGBT existe desde a Parada gay , ela vai ser só Parada gay, mas tem sendo nas pessoas e não enfrenta. Hoje, Parada LGBT a gente é lembrado pelo governo pela prefeitura quando acontece no mês de junho, só, o restante dos outros meses e já lembrado. A gente também não é lembrado como a gente também não é lembrado no outubro rosa, como suicídios só são lembrados também em setembro amarelo, as pessoas estão preocupadas com o que está acontecendo agora, preocupadas com o que acontecer depois? Depois, vamos com a política. O que eles podem fazer agora a longo prazo? Porque o cara fica só quatro anos no poder, não vai se preocupar com os próximos dez, doze, trinta anos

GABRIEL: Como você considera a internet para a luta ativista, sobretudo para angariar militantes, requerer políticas públicas, conquistar a cidadania e para a internet?

TRYANDA: É um mundo fantástico. Tudo você consegue via internet, aliás, se você se aliar a pessoa certa e esse motivo for bom motivo, aliás nem precisa ser bom, mas se as pessoas acreditarem que o motivo é bom elas conseguem vender essa ideia. Tudo depende de como você vende isso para as pessoas a internet, ela ajuda para conectar pessoas. A gente consegue conectar uma pessoa que está lá no Rio Grande do Norte, que de repente ela nem sabia que na cidade dela ia ter uma retificação de nome e gênero através do post que eu faço ou que alguma outra página faz, a internet

ela é um caminho estreito. A gente sabe parece estar maluco, mas ela também tem uma vida. Quando a gente consegue partilhar disso as pessoas não dão retorno. É sensacional, por exemplo, do que eu faço. Não tenho vínculo financeiro, nada, eu não ganho uma real página, então é diferente de algumas páginas que elas, mas que ela só postam se ganhar dinheiro. Ou se ela ganha um mimo, se ela ganha um hambúrguer que seja, não importa. Então a gente precisa de mais a pessoa que possam se encontrarem nesses lugares, porque é muito recompensador. Quando você vê, por exemplo, até mesmo eu mesmo por exemplo, mas aparece para mim retificação de gênero de nome e gênero em Salvador que tem a ver comigo, Nada. Mas para mim vale a pena mesmo, que é a OAB de lá, o que é o Mães pela Diversidade de lá depende, publicou. E aí a gente acaba se unindo, consiga unir mais pessoas, a internet é terra de ninguém mais ajuda muito.

GABRIEL: Agora a gente vai para a última pergunta da pesquisa, que você tem a dizer sobre o programa Transcidadania, da Prefeitura de São Paulo. E seu potencial de expansão para o estado de São Paulo, eu digo por potencial de expansão, não sei se você sabe? Mas a deputada Erika Malonguinho, do PSOL, ano passado, propôs um projeto de lei na Assembleia Legislativa do Estado na ALESP para expandir o projeto Transcidadania, para uma esfera estadual. Ela apresentou esse projeto na Assembleia Legislativa no passado e até o momento ainda não está sendo tramitado, enfim discutido pelos parlamentares. Tudo isso por isso eu digo, potencial expansão para o estado de São Paulo, porque o que a gente tem hoje é um programa para a cidadania, na esfera municipal, na capital do estado. Então, queria que você me discorresse um pouco sobre livremente, assim que você tem a dizer sobre o programa, Transcidadania da prefeitura e o seu potencial de expansão para outro estado.

TRYANDA: Eu, eu, de fato não conheço o projeto inteiro. Eu não sei o quanto a perna que ele tem dentro dele, em vez de saúde, escola. Não sei como é que está projeto, mas eu acho que funciona. Se é efetivo? Ele funciona outros lugares, é importante para que as pessoas possam se sentir acolhida todo o projeto. Quando a verdade não é só uma forma rentável de lucro ou para detectar vendas, ele realmente funciona, seja qual projeto for, eu acho que será expandido. Só que aí é muito injusto quando a gente pensa só em São Paulo, porque pessoas trans existem no mundo inteiro, acho injusto a gente pensar em diferenças, a gente tem SUS de São Paulo, tem diferentes

do SUS do Rio, por exemplo. Aqui a gente tem um remédio durante lugares do Rio de Janeiro, não. Em alguns lugares, a pessoa acompanhamento todo. Mas ela não tem o remédio lugares, ela não tem nenhum acompanhamento, nenhum remédio, psicólogo. Então, se esse para somar, se for para de fato ser, porque sou só para ser mais um projeto que não vá pra lugar nenhum, mas se for efetivo se ajude pessoas, eu acho excelente. Eu acho que tem que expandir mesmo agora, se você eu falo para você com toda certeza, se você procurar uma página, você não vai ter uma página divulgar a Transcidadania porque as pessoas não conhecem, não sabemos por ninguém. Nunca me procura agora nesses benefícios. Neste ano de política, as pessoas procurarão muito eu sou suspeita, se apaixonado pela Erica Malonguinho, sou apaixonado acho ela sensacional. Então, eu eu conhecia a Erica pessoalmente, mas eu conheci quando era muito mais jovem, e aí na internet fiquei nossa que mulher tal. Mas eu não acompanho tanto ela mais. Tenho visto de políticas públicas voltadas para pessoas trans, mas é uma pessoa que acredita na sua carta digital é uma pessoa que eu acho que tem potencial para fazer com que isso aconteça. Só que todo o projeto para o projeto poder dar certo tem que ter pessoas trans trabalhando lá dentro. E aí eu não sei como é que tem gente trans trabalhando, não sei te dizer não, não e não sei como são as pessoas que trabalham lá, porque não tem espaço para isso. Nunca ouvi um homem trans falar “Olha agora tô trabalhando lá de estagiário”, “Olha, tem um projeto que que São Paulo que é o Transcidadania” Eu, por exemplo, quando eu ligava até ver mulher, porque eu ouvi falar mas eu nunca me interessei, não.

GABRIEL: Olha, acabou a entrevista. Super Obrigado, tá, só deixa terminar de gravar aqui rapidinho.